**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**

**PUC - SP**

**Lilian Brazile Trindade**

# UM ESTUDO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL: UMA PROPOSTA DE CATEGORIZAÇÃO DE ELEMENTOS DO LETRAMENTO FINANCEIRO

**DOUTORADO EM EDUCAÇÃO MATEMÁTICA**

**SÃO PAULO**

**2023**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**

**PUC - SP**

**Lilian Brazile Trindade**

# UM ESTUDO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL: UMA PROPOSTA DE CATEGORIZAÇÃO DE ELEMENTOS DO LETRAMENTO FINANCEIRO

**DOUTORADO EM EDUCAÇÃO MATEMÁTICA**

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutora em Educação Matemática sob a orientação da Profa. Dra. Cileda de Queiroz e Silva Coutinho.

**SÃO PAULO**

**2023**

Banca Examinadora

_____

_____

_____

_____

_____

# DEDICATÓRIA

*À minha avó Dolores Lorca Brazile;*

*À minha mãe Eleni Brazile;*

*Ao meu marido Vagner Donizeti Tavares Ferreira.*

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- Brasil (CAPES) – 88887.314229/2019-00.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – 88887.314229/2019-00.

## AGRADECIMENTOS

*Meus sinceros agradecimentos:*

*A CAPES pela bolsa de estudos para a conclusão do meu Doutorado.*

*A minha orientadora Profa. Dra. Cileda de Queiroz e Silva Coutinho pelos ensinamentos, dedicação e carinho nessa trajetória nada simples.*

*A Banca Examinadora, Profa. Dra. Ana Lúcia Manrique, Profa. Dra. Auriluci de Carvalho Figueiredo, Profa. Dra. Cristiane Azevêdo dos Santos Pessoa e Prof. Dr. Gabriel Loureiro de Lima, pelas contribuições para o enriquecimento desta pesquisa.*

*Aos todos os professores do Programa de Doutorado em Educação Matemática da PUC-SP.*

*Aos colegas do grupo de pesquisa PEA-MAT por todas as sugestões e discussões.*

*Aos colegas de turma do doutorado da PUC pelo companheirismo durante essa trajetória.*

*Agradeço ao Centro Paula Souza pelo apoio e incentivo ao longo desta jornada.*

*A todos os funcionários da FATEC Bragança Paulista, FATEC SEBRAE e FATEC Itatiba que contribuíram ao longo desses quatro anos para a conclusão do meu doutorado.*

*A todos os meus chefes que contribuíram para o meu crescimento.*

*Aos meus queridos amigos Prof. Dr. Alexandre Leme Sanches, Profa. Ma. Ana Lúcia leme Prestes, Prof. Dr. Claudio Marcelo Brunoro, Prof. Me. Daniel Amaro Cirino de Medeiros, Profa. Dra. Elisangela*

Silvana Zarif Cardoso, Prof. Dr. Fábio José Esper, Prof. Dr. Helder de Souza Aguiar, Prof. Dr. Marcelo Salles da Silva, Prof. Me. Patrice London Guedes e Profa. Dra. Sheila Cristina Santos.

Aos meus alunos que indiretamente contribuíram para o meu crescimento pessoal e profissional, em especial, aos alunos que contribuíram diretamente para a conclusão desta pesquisa: Antonio Vitor Martins, Karina de Cássia Muniz, Natália Cristina Pereira melo, Pâmela Eduarda de Assis, Paula Fernandes de Oliveira, Sandramara Aparecida da Costa Viana, Tauane de Souza Silva, Thaís Silvestre dos Santos, Thiago Carpani Moura, Vanessa Kerpen Armelin, Victoria Beiragrande, Vivian Débora do Prado e Vivian Marcela Rocha Pereira.

A minha mãe Eleni Brazile por ter me ensinado disciplina, gosto pelos estudos, amor ao próximo e apoio incondicional nos desafios da vida.

Aos meus familiares, principalmente a minha eterna amada vovó Lola, a qual tive a oportunidade de conviver, ao meu irmão Fabio Brazile trindade e aos meus sobrinhos Caio Andrade Trindade e Camila Andrade Trindade.

Ao meu amado marido Prof. Dr. Vagner Donizeti Tavares Ferreira, em primeiro lugar pela confiança em mim depositada, por me ajudar a superar os meus limites, por todo apoio incondicional, compreensão, contribuição, dedicação e horas de conversa sobre esta tese.

A Deus pela oportunidade de concretizar um sonho que nunca imaginei alcançar, o meu Doutorado! Gratidão!

## EPÍGRAFE

*"O educador se eterniza em cada ser que educa."*

*Paulo Freire*

*"É fundamental diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz, de tal maneira que num dado momento tua fala seja a tua prática"*

*Paulo Freire*

# RESUMO

Essa pesquisa é uma tese de doutorado do Programa de Estudos de Pós-Graduação em Educação Matemática da Faculdade de Ciências Exatas e Tecnologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em que a Educação Financeira é o tema central. Com o objetivo geral de identificar e categorizar os elementos do Letramento Financeiro dispostos nos documentos públicos da Educação Financeira no Brasil. Na Revisão de Literatura foi realizado o mapeamento de pesquisas relacionadas a temática proposta, entretanto não foi identificado nenhum estudo no âmbito dos elementos pertinentes ao Letramento Financeiro, porém foram apresentadas pesquisas que contribuíram para a elaboração desta tese. O aporte teórico desta pesquisa foi a Ecologia do Didático para o estudo do ecossistema da Educação Financeira. A metodologia utilizada foi a pesquisa documental, pois os documentos públicos analisados são primários e não tiveram nenhum tipo de tratamento analítico. Para este estudo foram utilizados procedimentos de análise de conteúdo, dos elementos dispostos nos documentos públicos primários de Educação Financeira do Brasil, esses elementos foram selecionados à luz dos contextos identificados nas habilidades da componente curricular Matemática da Base Nacional Comum Curricular, esses contextos foram embasados nos critérios da definição de Educação Financeira Escolar. Após as análises, foram elaboradas quatro categorias intituladas: Cidadania Financeira, Planejamento Financeiro, Créditos e Investimentos, nas quais constam os respectivos elementos, que podem ser mensurados mediante a proposta desenvolvida nesta tese dos cinco Níveis de Proficiência em Letramento Financeiro, são eles: Reconhecimento, Compreensão, Análise, Manipulação e Autonomia. E por fim, para que o cidadão seja letrado financeiramente é necessário o conjunto de competências no que tange as categorias e os elementos apresentados.



**Palavras-chave:** Educação Financeira, Letramento Financeiro, Matemática, Níveis de Proficiência em Letramento Financeiro.

# ABSTRACT

This research is a doctorate thesis from the Graduate Studies Program of Mathematics Education from the Exact Sciences and Technology Faculty of São Paulo Catholic University in which financial education is the central theme. The general aim is to identify and categorize the elements of financial literacy arranged in public documents of the Financial Education in Brazil. In the literature review, a mapping of related researches of the proposed theme was carried out, however it was not identified any study within the scope of pertinent elements of financial literacy, nevertheless researches were presented which contributed for the elaboration of this thesis. The theoretical basis of this research was the Ecology of Didacts for the ecosystem study of financial education. The methodology used was a documental research as the analyzed public documents are primary and no kind of analytical treatment was carried out. For this study, content analysis procedures were used from the elements found in the primary public documents of financial education in Brazil. These documents were selected in the light of the identified contexts in the skills of the Mathematics curricular component from the Common Curricular National Base, these contexts were based on the criteria of the definition of School Financial Education. After the analysis, four categories were entitled: Financial Citizenship, Financial Planning, Credits and Investments, which contain the respective elements, which can be measured through the proposal developed in this thesis of the five Levels of Proficiency in Financial Literacy, they are: Recognition, Comprehension, Analysis, Manipulation and Autonomy. And finally, for the citizen to be financially literate, it is necessary to have a set of skills regarding the categories and elements presented.



**Key words**: Financial Education, Financial Literacy, Mathematics, Proficiency Levels in Financial Literacy.

# LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Relação do conteúdo de Letramento Financeiro e Letramento Matemático ..... 69
Figura 2 - Infográfico ENEF..... 96
Figura 3 - Relatório Anual das ações promovida pela ENEF ..... 98
Figura 4 - Dimensões espacial e temporal da Educação Financeira ..... 128
Figura 5 - Âmbito Individual ..... 131
Figura 6 - Competências do CONEF vinculadas aos macro objetivos ..... 149
Figura 7 - Componentes necessários para o Letramento Financeiro ..... 154
Figura 8 - Categoria 1 – Cidadania Financeira ..... 185
Figura 9 - Sistema Financeiro Nacional..... 193
Figura 10 - Categoria 2 – Planejamento Financeiro..... 196
Figura 11 - Categoria 3 – Créditos..... 203
Figura 12 - Categoria 4 – Investimentos..... 209

# LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Levantamento quantitativo de pesquisas no banco de dados da CAPES ..... 30
Tabela 2 - Levantamento quantitativo de pesquisas com termos relacionados no banco de dados da CAPES ..... 31
Tabela 3 - Levantamento quantitativo das pesquisas do assunto Educação Financeira nas Revistas Matemática Pesquisa, BoEM e Em Teia ..... 37
Tabela 4 - Levantamento quantitativo das pesquisas do termo Letramento Financeiro nas Revistas Educação Matemática Pesquisa, BoEM e Em Teia ..... 38
Tabela 5 - Periódico do resultado da busca de pesquisas do termo Letramento Financeiro no banco de dados da Revista Educação Matemática Pesquisa ..... 38
Tabela 6 - Descrição Resumida dos Cinco Níveis de Proficiência de Letramento Financeiro do PISA ..... 70

# LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Teses disponíveis na CAPES dos assuntos Educação Financeira e Letramento ..... 31
Quadro 2 - Dissertações de mestrado disponíveis na CAPES dos assuntos Educação Financeira e Letramento Financeiro ..... 32
Quadro 3 - Dissertações de mestrado profissional disponíveis na CAPES dos assuntos Educação Financeira e Letramento Financeiro ..... 33
Quadro 4 - Pesquisas em periódicos do termo Letramento Financeiro no banco de dados da CAPES ..... 35
Quadro 5 - Critérios para seleção de exercícios referente a Educação Financeira..... 46
Quadro 6 - Elementos para a avaliação de Letramento Financeiro PISA 2021 ..... 64
Quadro 7 - Níveis de Proficiência em Letramento Financeiro..... 83
Quadro 8 - Educação Financeira na BNCC na componente de matemática dos 5º, 6º, 7º e 9º ano do Ensino Fundamental..... 104
Quadro 9 - Habilidades da BNCC pertinentes à Matemática no âmbito da Educação Financeira Escolar. 106

# LISTA DE SIGLAS

AEF-BRASIL - Associação de Educação Financeira do Brasil

ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

BACEN - Banco Central

BC - Banco Central do Brasil

BCB - Banco Central do Brasil

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CDB - Certificado de Depósito Bancário

CDI – Certificado de Depósito Interbancário

CEB – Câmara de Educação Básica

CFLT - Consumer and Financial Literacy Taskforce

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho

CMN - Conselho Monetário Nacional

CNE - Conselho Nacional de Educação

CNMV - Comissão Nacional do Mercado de Valores

CNSEG - Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde

CNSP - Conselho Nacional de Seguros Privados

CODIMEC - Comitê de Divulgação do Mercado de Capitais

CONEF - Comitê Nacional de Educação Financeira

COPOM - Comitê de Política Monetária

COREMEC - Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiros, de Capitais, de Seguros, de

CVM - Comissão de Valores Mobiliários

DI – Depósito Interbancário

DOU - Diário Oficial da União

ENEF - Estratégia Nacional de Educação Financeira

FBEF - Fórum Brasileiro de Educação Financeira

FEBRABAN - Federação Brasileira de Bancos

FGC - Fundo Garantidor de Crédito

FGTS - Fundo de Garantia por Tempo do Serviço

FGV - Fundação Getúlio Vargas

FLF - Financial Literacy Foundation

GAP - Grupo de Apoio Pedagógico

GT - Grupo de Trabalho

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFRS - Instituto Federal de Educação e Tecnologia do Rio Grande do Sul

IFSP - Instituto Federal de Educação e Tecnologia de São Paulo

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

INFE - Rede Internacional de Educação Financeira

INSS - Instituto Nacional do Seguro Social

IR - Imposto de Renda

IRPF – Imposto de renda de Pessoa Física

MEC - Ministério da Educação

MPS - Ministério da Previdência Social

NOVA ENEF - Nova Estratégia Nacional de Educação Financeira

OCDE - Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico

PEA-MAT - Processo de Ensino e Aprendizagem em Matemática

PGBL - Plano Gerador de Benefício Livre

PISA - Programa Internacional de Avaliação de Estudantes

PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar

PRI - Policy Research International

PROFMAT - Programa de Pós-graduação em Matemática em Rede Nacional

PUC – RJ - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

PUC – SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

RGPS - Regime de Previdência Social

RPC - Regime de Previdência Complementar

RPPS - Regime Próprio de Previdência Social

SFN - Sistema Financeiro Nacional

SUMOC - Superintendência da Moeda e do Crédito

SUSEP - Superintendência de Seguros Privados

UFBA - Universidade Federal da Bahia

UFF - Universidade Federal Fluminense

UFJ - Universidade Federal de Jataí

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

UFPB - Universidade Federal da Paraíba

UFPR - Universidade Federal do Paraná

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

UFSCAR - Universidade Federal de São Carlos

UFVJM - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

UNIFEI - Universidade Federal de Itajubá

UTFPR - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

VGBL - Vida Gerador de Benefício Livre

## Sumário


**CAPÍTULO 1. INTRODUÇÃO** **17**

1.1. Problemática da Pesquisa e Objetivos **19**

1.2. Estrutura da Tese **23**

**CAPÍTULO 2. REVISÃO DE LITERATURA** **27**

2.1. Mapeamento **27**

2.2. Revisão das Pesquisas Selecionadas **39**

**CAPÍTULO 3. PROCEDIMENTO TEÓRICO-METODOLÓGICO** **77**

3.1. Quadro Teórico: Ecologia do Didático **77**

3.2. Referencial Metodológico **80**

**CAPÍTULO 4. EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL** **85**

4.1. Origem, História e Evolução de Termos Financeiros e Econômicos **85**

4.2. Implantação e Percurso da Educação Financeira no Brasil **89**

4.3. Base Nacional Comum Curricular **100**

**CAPÍTULO 5. ESTUDO DOS DOCUMENTOS PRIMÁRIOS DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA DO BRASIL** **111**

5.1. Deliberação **111**

5.2. Anexos do Plano Diretor da Estratégia Nacional de Educação Financeira do Brasil **113**

5.2.1. Pesquisa Nacional do Grau de Educação Financeira da População Brasileira **113**

5.2.2. Inventário de Educação Financeira **120**

5.2.3. Experiências Internacionais **121**

5.2.4. Orientações para a Educação Financeira nas Escolas **125**

5.2.5. Programas Setoriais **137**

5.2.6. Orientações para Educação Financeira de Adultos **144**

5.3. Plano Diretor da Estratégia Nacional de Educação Financeira **158**

**CAPÍTULO 6 – CATEGORIAS DO LETRAMENTO FINANCEIRO** **177**

6.1. Fundamentação das Categorias do Letramento Financeiro **178**

6.2. Definição das Categorias do Letramento Financeiro **179**

6.2.1. Categoria 1 – Cidadania Financeira **185**

6.2.2. Categoria 2 – Planejamento Financeiro **196**

6.2.3. Categoria 3 – Créditos **203**

6.2.4. Categoria 4 – Investimentos **209**

**CAPÍTULO 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS** **215**

**REFERÊNCIAS** **221**

# CAPÍTULO 1. INTRODUÇÃO

Essa pesquisa é uma tese de Doutorado do Programa de Estudos de Pós-Graduação em Educação Matemática da Faculdade de Ciências Exatas e Tecnologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), do Grupo de Pesquisa "Processo de Ensino e Aprendizagem em Matemática (PEA-MAT)", que tem como objetivo o estudo do ensino e da aprendizagem em Matemática.

O tema central dessa tese é a Educação Financeira definida pela Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico[1] (OCDE), como o:

> [...] processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram sua compreensão dos conceitos e dos produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação clara adquiram os valores e as competências necessárias para se tornarem conscientes das oportunidades e dos riscos neles envolvidos e, então, façam escolhas bem informados, saibam onde procurar ajuda, adotem outras ações que melhorem o seu bem estar, contribuindo, assim de modo consistente para a formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro. (OCDE, 2009, p. 84)

A OCDE é uma organização internacional e intergovernamental, fundada em 14 de dezembro de 1961, formada por países membros e países associados "para construir políticas melhores para vidas e tem como objetivo a identificação e o estabelecimento de práticas e políticas que promovam prosperidade, igualdade, oportunidade e bem-estar para todos" (BRASIL, 2022, n.p.)

No tocante à Educação no ano de 2007, a OCDE instituiu o Comitê de Políticas Educacionais[2], para "coordenar as ações que permeiam a educação, contribuindo para que os países consigam promover políticas públicas que garantam uma educação de qualidade". (BRASIL, 2022, s.p.)

Esse comitê disponibiliza dados e análises dos processos educacionais para contribuir nos procedimentos educativos dos países. Sendo que no Brasil o Ministério da Educação (MEC) tem uma parceria com a OCDE, para melhorar a qualidade da educação, por meio do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), criado no ano de 1997, com o ingresso do Brasil neste programa no ano de 2000.

---

[1] OECD – Organisation for Economic Co-operation and Development.

[2] Education Policy Committee.

Quanto ao âmbito escolar, a OCDE publicou que a Educação Financeira "deve começar na escola" (OCDE, 2005b) e em conformidade com essa orientação, é relevante destacar a definição de Educação Financeira Escolar dos autores Silva e Powell (2013):

> A Educação Financeira Escolar constitui-se de um conjunto de informações através do qual os estudantes são introduzidos no universo do dinheiro e estimulados a produzir uma compreensão sobre finanças e economia, através de um processo de ensino, que os torne aptos a analisar, fazer julgamentos fundamentados, tomar decisões e ter posições críticas sobre questões financeiras que envolvam sua vida pessoal, familiar e da sociedade em que vivem. (SILVA e POWELL, 2013, p. 12).

Para essa tese é importante salientar que a definição da OCDE de Educação Financeira é uma orientação para que os governos de diversos países tenham diretrizes para educar financeiramente a população, como exemplos: a pesquisa realizada por Orton (2007) para o governo do Canadá, assim como, para os documentos públicos do Brasil pertinentes à Educação Financeira, que serão apresentados nesta pesquisa.

Entretanto a definição da OCDE de Educação Financeira não aborda essa temática no âmbito escolar, ou seja, na sala de aula e, ao longo da vida escolar, no que tange os conteúdos e elementos de cada componente curricular, como por exemplo, no âmbito dessa pesquisa, a Matemática.

Nesse contexto de sala de aula, devido a esta tese pertencer à área de Educação Matemática, será adotada a definição de Educação Financeira Escolar de Silva e Powell (2013), justificada pela pertinência e relevância dos elementos que constam na referida definição, são eles:

- Escolar: que se refere a escola, como por exemplos: ambiente escolar, docentes, planejamento, plano de ensino, recursos e formação;
- Estudantes: os quais tem o direito de aprender e de serem educados financeiramente;
- Conjunto de informações: conteúdos e elementos das componentes curriculares;
- Processo de ensino: ao longo do cotidiano e da vida escolar.

Os autores Silva e Powell (2013) investigaram essa temática para "entender a importância da Educação Financeira na formação dos estudantes, mas também, na maneira que o ensino desse assunto vai acontecer no ambiente escolar" (SILVA e POWELL, 2013, p. 3).

Nesse contexto, será abordado nessa tese acerca desta temática, o ensino de assuntos acerca de Educação Financeira e, como podem ser abordados no processo no decorrer das aulas de Matemática.

Esse capítulo está dividido em duas seções, iniciando com a problemática desta pesquisa e os objetivos, posteriormente, a estrutura desta tese.

## 1.1. Problemática da Pesquisa e Objetivos

Nessa seção serão apresentados apontamentos e recortes acerca da problemática - um breve relato das minhas experiências profissionais e acadêmicas em relação à proposta deste estudo, a questão de pesquisa e os objetivos: geral e específicos.

Para a explanação da problemática desta tese, é pertinente compreender que esta é o "quadro no qual se situa a percepção de um problema" (LAVILLE E DIONE, 1999, p. 98), em conformidade com esses autores ainda no âmbito da problemática, é relevante destacar que o pesquisador se conscientize de um determinado problema, o qual emerge do meio que o cerca.

Dessa forma, é pertinente o breve relato das minhas experiências nos âmbitos: acadêmico e profissional, as quais conduziram-me ao doutorado.

Iniciei as minhas atividades profissionais como docente de Matemática na Escola Básica, concomitantemente como profissional de instituição financeira, e posteriormente, a minha Pós-Graduação *Lato Sensu*, a qual viabilizou o início da minha carreira como professora no Ensino Superior de instituição privada, de disciplinas nas áreas de Matemática e Estatística.

Após a conclusão do meu mestrado, iniciei uma nova etapa da minha vida profissional a qual exerço atualmente - professora concursada de uma instituição pública de Ensino Superior, concomitante ao progresso nos estudos que foi o meu ingresso no doutorado.

Nas próximas linhas, farei uma breve explanação das minhas inquietações as quais me conduziram a esta problemática.

Ao longo do período que trabalhei em instituições financeiras – bancos privados, pude observar que muitas pessoas não sabem gerir as finanças, apresentam dificuldades com situações do cotidiano como compreender o valor disponível e os lançamentos após consultar o extrato – demonstrativo de uma conta bancária, entre outras.

Pude observar essas dificuldades apresentadas em diversas situações do cotidiano, por adultos de diversas ocupações e escolaridade: empresários, funcionários de fábricas e de áreas administrativas, aposentados, jovens no início da vida laboral, donas de casa, pensionistas, entre outras, ou seja, cidadãos que administram (ou não) de alguma forma recursos financeiros para a própria existência.

Concomitantemente durante a minha atuação como docente na Escola Básica, com discentes na faixa etária dos 11 até no mínimo 17 anos de idade, iniciei questionamentos e propostas de situações ao longo das aulas de Matemática, no âmbito de conteúdos financeiros.

Durante as aulas constatei que muitos jovens ao concluírem a Escola Básica permanecem com dificuldades à frente de assuntos relacionados à Educação Financeira. Fato esse que em muitos casos permanecem ao longo do Ensino Superior, ou seja, estão presentes desde o início da vida laboral e perduram ao longo da vida adulta, conforme pude observar durante o período que trabalhei em bancos.

Diante desses apontamentos, no ano de 2015 iniciei o mestrado e os estudos referentes a Educação Financeira, com a intenção de compreender a abordagem dessa temática para contribuir para a vida do cidadão.

Na minha dissertação (TRINDADE, 2017), os cinco critérios de análise das propostas de atividade mediante a abordagem de: situações do cotidiano incluindo o consumo e atitudes éticas, reflexões sobre planejamento financeiro em uma cadeia de inter-relacionamentos, conectando o passado, presente e futuro, fenômenos de natureza social, natural, sustentável ou econômica, consumo consciente e que propiciem a conscientização e relevância, e por último, e importância de reservas financeiras e investimentos, contemplam assuntos triviais desta temática e são embasados nos documentos de Educação Financeira, uma das análises que realizei foi a de uma coleção de Livros Didáticos de Matemática do Ensino Médio, aprovada pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

Nesta análise foi possível concluir que a abordagem desses cinco critérios nas aulas de Matemática, contribuiriam para educar financeiramente - no âmbito escolar, assim viabilizando a tomada de decisão consciente dos discentes frente à situações financeiras do cotidiano, “para assim, ao final do ciclo, tornar-se um cidadão letrado financeiramente” (TRINDADE, 2017, p. 136).

Após a conclusão do meu mestrado, lecionando no Ensino Superior, o interesse dos alunos em assuntos relacionados à Educação Financeira permanece, porém, muitos apresentam pouca familiaridade apesar de fazer parte do cotidiano deles, como por exemplo, o uso consciente do dinheiro, impactando na administração de finanças e tomadas de decisões.

Entretanto, muitas pessoas enfrentam dificuldades financeiras que antecedem o uso o dinheiro e tomadas de decisões, ou seja, o que fazer com o dinheiro, pois muitos não possuem dispõem de recursos financeiros para a sobrevivência diante de itens básicos, como exemplos: moradia, alimentação, remédios, gás e higiene.

Nesse contexto muitas pessoas enfrentam situações de falta de recurso para o básico inclusive comprometendo a saúde, como por exemplo, a necessidade da criação da Lei 17.525, de 23 de março de 2022 intitulada Dignidade Íntima do Governo do Estado de São Paulo, para a "promoção da saúde e do bem-estar das alunas da rede pública estadual de ensino, de grau fundamental, médio, técnico e tecnológico, a fim de garantir-lhes a dignidade menstrual, mediante o acesso aos meios adequados de higiene pessoal" (BRASIL, 2022, p.1), que tem como uma de suas finalidades a prevenção do absenteísmo e da evasão escolar, para "evitar prejuízos à aprendizagem e ao rendimento escolar por motivos relacionados à pobreza menstrual" (BRASIL, 2022, p.1).

Diante destes apontamentos das dificuldades que observei de jovens e adultos acerca da Educação Financeira, iniciei reflexões nos contextos de: elementos e conteúdos que o cidadão deve compreender para que seja educado financeiramente, o papel do ensino – especificamente na sala de aula, uma vez que é a minha atuação e, quais as contribuições dos conteúdos da Matemática e Estatística para o Letramento Financeiro.

Esses questionamentos delimitaram a minha pesquisa do doutorado, no qual pesquisarei acerca da compreensão, categorização e a avaliação do Letramento Financeiro.

Para isso, considerando que os alunos do Ensino Superior já concluíram a Escola Básica, que a educação é um direito de todos e, o fato da Educação Financeira estar inserida no cotidiano da vida adulta, surge o meu interesse referente aos Níveis de Proficiência de Letramento Financeiro no Brasil que serão apresentados nesta tese.

Para a compreensão e elaboração da questão de pesquisa acerca dos elementos e categorias do Letramento Financeiro, anteriormente, é pertinente compreender o panorama de

pesquisas nesta temática, que será apresentada na Revisão de Literatura no próximo capítulo, para garantir o ineditismo, viabilidade, relevância, exequibilidade, oportunidade, contribuição à Educação do meu país – Brasil, mediante a devolutiva à sociedade – resultados desta pesquisa.

O problema de pesquisa ou questão de pesquisa é uma pergunta que emerge da problemática da pesquisa e que envolve "do que dispomos no fundo de nós mesmos: conhecimentos de diversas ordens – brutos e construídos – e entre esses conceitos e teorias; conhecimentos que ganham sentido" (LAVILLE e DIONE, 1999, p. 97).

Neste contexto, para as autoras Marconi e Lakatos (2018) quanto ao problema de pesquisa, afirmam que este deve ser analisado se é eficazmente viabilizado por uma pesquisa, a relevância no tocante de novos conhecimentos, a exequibilidade mediante a conclusão válida e por último a oportunidade em atender os interesses particulares e gerais.

Dessa forma, após as minhas indagações acerca do Letramento Financeiro – compreensão, categorização e a avaliação, mediante a problemática apresentada, o objeto de estudo desta pesquisa são os Níveis de Proficiência de Letramento Financeiro, portanto, emerge a questão de pesquisa desta tese:

***A partir do estudo dos documentos públicos da Educação Financeira no Brasil, que elementos permitem categorizar o Letramento Financeiro?***

É relevante destacar que esta questão de pesquisa está em conformidade com o estudo de Marconi e Lakatos (2018), quanto aos seguintes aspectos de valoração:

- Viabilidade: tem a possibilidade de responder por meio desta pesquisa, pois tem potencial de uma conclusão válida;
- Relevância: conhecimentos novos para a Educação no Brasil;
- Novidade: proposta pertinente à evolução científica no que tange à Educação Financeira e Letramento Financeiro por meio do enfoque e soluções no ensino e conteúdos de Matemática e Estatística no ambiente escolar;
- Exequibilidade: esta questão tem a possibilidade de conduzir a conclusão válida;
- Oportunidade: atende a interesses particulares e gerais uma vez que tem a possibilidade de contribuir para a Educação do Brasil com impactos positivos para a Economia e qualidade de vida financeira para os cidadãos e, possibilitará novas pesquisas realizadas posteriormente, inclusive por outros pesquisadores,

viabilizando as diretrizes para a Educação do Brasil no ambiente de grupos de trabalhos, políticas públicas, propostas de atividades no âmbito escolar, entre outras, possibilidades que possam surgir.

Diante desta questão de pesquisa apresentada e seus aspectos de valoração, emergem alguns objetivos desta tese, os quais estão divididos em: objetivo geral e objetivos específicos.

Iniciando com o objetivo geral desta tese:

***Identificar os elementos que constam nos documentos públicos da Educação Financeira no Brasil para categorizar o Letramento Financeiro.***

Após a apresentação da problemática, problema de pesquisa e objetivo geral, serão apresentados os objetivos específicos para a construção desta tese, são eles:

- Pesquisar e apresentar o estudo da Educação Financeira do Brasil, desde a implantação e o percurso;
- Identificar e analisar as possíveis relações da Educação Financeira na Escola Básica com os conteúdos de Matemática;
- Pesquisar e apresentar os documentos que regem a Educação Financeira no Brasil;
- Estabelecer critérios e contextos para identificar elementos pertinentes ao Letramento Financeiro, dispostos nos documentos de Educação Financeira do Brasil;
- Desenvolver e apresentar os Níveis de Proficiência em Letramento Financeiro;
- Desenvolver e apresentar as categorias do Letramento Financeiro;
- Identificar a possibilidade de desenvolver o Letramento Financeiro nas aulas de Matemática mediante os conteúdos propostos nos documentos oficiais que regem a Educação do Brasil.

Na próxima seção será apresentada a estrutura desta tese.

## 1.2. Estrutura da Tese

Essa pesquisa é um estudo teórico da Educação Financeira no Brasil, mediante a apresentação e análise dos documentos públicos que regem esta temática e a abordagem no ambiente escolar, desde a Escola Básica até aplicação desses conhecimentos em situações do cotidiano na vida adulta, mediante os elementos pertinentes ao Letramento Financeiro que

podem ser mensurados de acordo com a proposta dos Níveis de Proficiência em Letramento Financeiro que serão desenvolvidos e apresentados nesta tese.

Esta tese está composta por sete capítulos, iniciando com a introdução na qual consta a apresentação desta tese e, o posicionamento quanto as definições de Educação Financeira da OCDE e a Educação Financeira Escolar de Silva e Powell (2013). Na sequência, duas seções, em que na primeira foi apresentado a delimitação desta tese, incluindo a problemática, questão de pesquisa, o objetivo geral e os objetivos específicos e por último, nesta seção, a estrutura desta pesquisa.

No segundo capítulo será apresentada a Revisão de Literatura em duas seções, sendo a primeira a apresentação dos procedimentos para o mapeamento, posteriormente as pesquisas mapeadas, e por último, na segunda seção, a revisão das pesquisas selecionadas e as respectivas contribuições para esta tese.

No terceiro capítulo, será apresentado o procedimento teórico-metodológico, no qual constará a Ecologia do Didático e seus elementos que são o ecossistema, organismo, habitat e nicho como quadro teórico dessa tese, e na sequência, o referencial metodológico que compreende a metodologia da pesquisa documental e, a análise de conteúdo para categorizar os elementos do Letramento Financeiro.

O quarto capítulo intitulado Educação Financeira está composto por três seções, iniciando com a origem, história e evolução de termos financeiros e econômicos no que tange a Educação Financeira, posteriormente, a apresentação da Educação Financeira no Brasil, seu percurso desde a implantação até a última alteração no ano de 2020. E na terceira e última seção deste capítulo, será apresentada a abordagem da temática na Base Nacional Comum Curricular.

O quinto capítulo intitulado Estudos dos Documentos Primários de Educação Financeira do Brasil, está dividido em três seções. Na primeira seção consta o estudo da Deliberação, na segunda seção, seus anexos os quais totalizam seis documentos e são fundamentais para o objetivo desta tese e, estão divididos em subseções com o título de cada documento, são eles: Pesquisa Nacional do Grau de Educação Financeira da População Brasileira, Inventário de Educação Financeira, Experiências Internacionais, Orientações para a Educação Financeira nas Escolas, Programas Setoriais e, Orientações para a Educação Financeira de Adultos, e na última seção, será apresentado o Plano Diretor da Estratégia Nacional de Educação Financeira do Brasil.

No sexto capítulo, serão elaboradas as Categorias do Letramento Financeiro com seus respectivos elementos.

No sétimo e último capítulo constam as considerações finais dessa pesquisa, apontamentos acerca dos elementos apresentados no desenvolvimento desta tese e, indicações para pesquisas futuras viabilizadas por esta, assim contribuindo e acreditando no progresso da educação no Brasil.

Para a continuidade do estudo da temática proposta, no próximo capítulo será apresentada a Revisão de Literatura.

# CAPÍTULO 2. REVISÃO DE LITERATURA

Neste capítulo será apresentada a Revisão de Literatura desta tese a qual está composta por duas seções, sendo a primeira o mapeamento e seleção das pesquisas acadêmicas e, na segunda, a revisão das pesquisas pertinentes à esta tese.

## 2.1. Mapeamento

Inicialmente para realizar a Revisão de Literatura é necessário realizar o Mapeamento ou Levantamento Bibliográfico das pesquisas realizadas acerca da temática desta tese, com a finalidade conforme Galvão (2010) de:

> [...] evitar a duplicação de pesquisas, ou quando for de interesse, reaproveitar e replicar pesquisas em diferentes escalas e contextos; observar possíveis falhas nos estudos realizados; conhecer os recursos necessários para a construção de um estudo com características específicas; desenvolver estudos que cubram lacunas na literatura trazendo real contribuição para a área de conhecimento; propor temas, problemas, hipóteses e metodologias inovadores de pesquisa; otimizar recursos disponíveis em prol da sociedade, do campo científico, das instituições e dos governos que subsidiam a ciência. (GALVÃO, 2010, p. 1)

Diante dessa definição de Galvão (2010), para a etapa do Mapeamento, é necessário um conjunto de procedimentos e recursos, os quais serão utilizados para localizar as pesquisas pertinentes, são eles:

- Objetivo do Mapeamento;
- Conjunto de procedimentos e recursos tecnológicos existentes para localização das informações;
- Desenvolvimento e Planejamento: como será realizado o Mapeamento;
- Conhecimentos específicos sobre as organizações das informações das fontes consultadas;
- Metodologias e estratégias adequadas de buscas e consultas;
- Uso de Operadores Booleanos[3]: AND, OR e NOT;
- Resultados do Mapeamento.

[3] Operadores booleanos: *and*, *or* e *not*, definem relações entre termos em uma consulta. https://www.periodicos.capes.gov.br/?option=com_pnews&component=Clipping&view=pnewsclipping&cid=1445&mn=0

Embasado neste conjunto de procedimentos exposto por Galvão (2010), é relevante destacar que os objetivos deste mapeamento são: quantificar as pesquisas já realizadas, selecionar as pertinentes para esta revisão e, posteriormente, estudá-las para compreender o cenário atual, e por último, verificar o ineditismo da proposta desta pesquisa à luz dos Níveis de Proficiência em Letramento Financeiro.

O levantamento das pesquisas será realizado no banco digital público[4] da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) criada pelo Ministério da Educação (MEC), que "desempenha papel fundamental na expansão e consolidação da pós-graduação Stricto Sensu (mestrado e doutorado) em todos os estados da Federação", conforme publicação do Portal Brasileiro de Dados Abertos[5].

Esse banco digital da CAPES está disponível "em uma plataforma que tem como objetivo facilitar o acesso a informações sobre teses e dissertações defendidas em programas de pós-graduação *stricto sensu* do país" (BRASIL, 2022, s.p.), mediante as buscas nos acervos: Catálogo de Teses e Dissertações[6] e Portal de Periódicos da CAPES[7].

Diante do exposto, a escolha pela CAPES para o mapeamento dessa tese justifica-se devido a sua importância para a academia, disponibilidade de "acesso e divulgação da produção científica" (BRASIL, 2022, s.p.) de teses, dissertações e periódicos.

Após o levantamento de pesquisas no acervo da CAPES, será realizado o mapeamento de periódicos que tiveram edição temática de Educação Financeira e que são utilizados nos estudos no grupo de pesquisa PEA-MAT, são elas: Educação Matemática Pesquisa - Revista do Programa de Estudos Pós-Graduação em Educação Matemática da PUC[8], Revista Boletim

[4] https://www.gov.br/capes/pt-br Acesso em 28/10/2022.
[5] https://dados.gov.br/organization/about/coordenacao-de-aperfeicoamento-de-pessoal-de-nivel-superior-capes Acesso em 06/04/2022.
[6] https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/ Acesso em 06/04/2022.
[7] www.periodicos.capes.gov.br Acesso em 06/04/2022.
[8] A Revista Educação Matemática Pesquisa, do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação Matemática da PUC-SP, de regularidade quadrimestral, tem o objetivo de constituir-se em um espaço de divulgação científica da área, em âmbito internacional. Há anos vem contribuindo com esse objetivo e, assim, conseguiu reconhecimento internacional. Sendo considerada excelente na área educacional, dissemina temas contemporâneos – presentes em chamadas de trabalhos e agendas investigativas nacionais ou internacionais recentes - além de trazer interessantes e relevantes questões novas, para o desenvolvimento da área. ISSN 1983-3156.

Online de Educação Matemática[9] - BoEM e a Revista De Educação Matemática e Tecnológica Ibero-americana[10] - Em Teia.

Esse mapeamento será realizado mediante a busca de pesquisas acadêmicas sem restrições de área e prazo mínimo para a data de publicação/defesa, ou seja, as pesquisas compreendem todo o período que consta no banco supracitado e, nos *sites* dos referidos periódicos até o mês de março do ano de 2022, são elas:

- Teses e dissertações: mediante à consulta ao Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES;
- Periódicos: CAPES, Educação Matemática Pesquisa, BoEM e Em Teia.

Os recursos tecnológicos utilizados para o mapeamento são: o computador, editor de texto *Microsoft Word* e acesso à *internet*, para realizar o levantamento das pesquisar no banco digital da referida plataforma.

Posteriormente, foi realizado o estudo da plataforma, técnicas e mecanismos de buscas na CAPES, sendo que:

- A utilização de letras minúsculas ou maiúsculas é indiferente;
- Para termos com mais de uma palavra é necessário escrevê-los entre aspas. Exemplo: buscar as pesquisas que abordam Matemática Discreta, é necessário digitar "matemática discreta", para que os resultados sejam os estudos que constam esse termo – matemática discreta e, não isoladamente, "matemática" e "discreta";
- Os operadores booleanos devem ser digitados utilizando a caixa alta – todas as letras maiúsculas, entre os termos, para que os resultados apresentados sejam as pesquisas que utilizaram ambos. Exemplo: levantamento de pesquisas que

[9] Periódico sobre Educação Matemática, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Ciências Humanas e da Educação (PPGE) e ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências, Matemática e Tecnologias (PPGECMT) do Centro de Ciências Tecnológicas da Universidade do Estado de Santa Catarina. ISSN 2357-724-X.

[10] A Revista científica eletrônica EM TEIA - Revista de Educação Matemática e Tecnológica Ibero-americana é um periódico vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática e Tecnológica - EDUMATEC do Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco. A Revista tem por objetivo divulgar pesquisas científicas concluídas na área de Educação Matemática e Tecnológica e áreas conexas. Constitui-se em um espaço de socialização de estudos, favorecendo a interlocução entre pesquisadores em relação às problemáticas no campo da Educação Matemática e Tecnológica tendo como eixo o debate contemporâneo dessas áreas. ISSN: 2177-9309.

> abordam Matemática Discreta e Ensino Superior, para a busca, a digitação deverá ser realizada da seguinte forma: “matemática discreta” AND “ensino superior”.

O levantamento das pesquisas iniciou com a busca individual, ou seja, sem relacionar, entre si, os seguintes termos: Educação Financeira, Letramento Financeiro e, o último termo devido as possibilidades de escrita, Níveis de Letramento Financeiro e Níveis de Proficiência em Letramento Financeiro, conforme as seguintes buscas: “educação financeira”, “letramento financeiro”, “níveis de letramento financeiro”, e por último, “níveis de proficiência em letramento financeiro”.

Os dados quantitativos coletados foram tabulados conforme consta na Tabela 1:

**Tabela 1 -** Levantamento quantitativo de pesquisas no banco de dados da CAPES

| **Termos e Mecanismo de Busca** | **Nº** | **Teses** | **Dissertações** | **Periódicos** | **Total** |
|---|---|---|---|---|---|
| Educação Financeira<br>“educação financeira” | I | 57 | 539 | 444 | 1.040 |
| Letramento Financeiro<br>“letramento financeiro” | II | 3 | 19 | 8 | 30 |
| Níveis de Letramento Financeiro<br>“níveis de letramento financeiro” | III | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Níveis de Proficiência em Letramento Financeiro<br>“níveis de proficiência em letramento financeiro” | IV | 0 | 0 | 0 | 0 |

Fonte: Autor

Na Tabela 1 constam 1.040 pesquisas científicas de Educação Financeira, portanto, é pertinente destacar a relevância da temática para a academia. Referente ao termo Letramento Financeiro, foram listadas 31 pesquisas. Quanto aos termos “Níveis de Letramento Financeiro” e “Níveis de Proficiência em Letramento Financeiro”, em ambos, não houve resultado.

Na sequência, foi realizado o levantamento das pesquisas que abordam os termos supracitados na Tabela 1, relacionados entre si, porém, é relevante destacar que devido a ausência de resultados dos termos III e IV, logo qualquer intersecção com esses, ou seja, I e III, I e IV, II e III e, II e IV não haverá pesquisa nestas buscas.

Diante do exposto, na Tabela 2 será apresentado o resultado da busca de pesquisas mediante a intersecção dos termos I e II, que tiveram resultados nas buscas individuais conforme Tabela 1, para identificar as pesquisas científicas em Educação Financeira que abordaram o Letramento Financeiro.

Para esta busca, foi necessário utilizar: aspas e o operador booleano *and*, conforme os dados na Tabela 2:

**Tabela 2 -** Levantamento quantitativo de pesquisas com termos relacionados no banco de dados da CAPES

| **Mecanismo de Busca** | **Nº** | **Teses** | **Dissertações** | **Periódicos** | **Total** |
|---|---|---|---|---|---|
| "educação financeira" AND "letramento financeiro" | I e II | 3 | 19 | 8 | 30 |

Fonte: Autor

De acordo com os dados apresentados na Tabela 2, nos próximos três quadros serão discriminadas as pesquisas de doutorado, mestrado e mestrado profissional, nessa ordem, iniciando com o Quadro 1 referente as teses de doutorado:

**Quadro 1 -** Teses disponíveis na CAPES dos assuntos Educação Financeira e Letramento

| **Autor(a) (Ano)** | **Prof. (a) Orientador(a)** | **Título** | **Instituição** | **Programa** |
|---|---|---|---|---|
| Ferreira (2019) | Dra. Cileda de Queiroz e Silva Coutinho | As contribuições de uma sequência didática elaborada à luz do Modelo Epistemológico de Referência (MER), na construção dos conhecimentos relativos à Educação Financeira | PUC - SP | Educação Matemática |
| Teixeira (2015) | Dra. Cileda de Queiroz e Silva Coutinho | Um estudo diagnóstico sobre a percepção da relação entre Educação Financeira e Matemática Financeira | PUC - SP | Educação Matemática |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Hofmann (2013) | Dra. Maria Tereza Carneiro Soares | Educação Financeira no currículo escolar: uma análise comparativa das iniciativas da Inglaterra e da França | UFPR | Educação |

Fonte: Autor

Mediante as informações que constam no Quadro 1 é possível inferir que é recente a pesquisa de Letramento Financeiro, pois a primeira foi no ano de 2013 e, posteriormente outras duas pesquisas nos anos de 2015 e 2019, em um período de 6 anos, somente 3 teses constam no acervo da CAPES referente a busca por Educação Financeira e Letramento Financeiro. Financeiro.

A PUC-SP tem a concentração de pesquisa desse termo com aproximadamente 66,67% das produções oriundas das pesquisas do Programa de Estudos Pós-Graduação em Educação Matemática dos autores Ferreira (2019) e Teixeira (2015), orientadas pela Profa. Dra. Cileda de Queiroz e Silva Coutinho e, uma tese da Universidade Federal do Paraná do Programa de Educação, orientada pela Profa. Dra. Maria Tereza Carneiro Soares.

No Quadro 2, estão discriminadas as dissertações de mestrado que abordaram a Educação Financeira e o Letramento Financeiro.

**Quadro 2 -** Dissertações de mestrado disponíveis na CAPES dos assuntos Educação Financeira e Letramento Financeiro

| **Autor(a) (Ano)** | **Prof. (a) Orientador(a)** | **Título** | **Instituição** | **Programa** |
|---|---|---|---|---|
| Santos (2021) | Dra. Eliane Matesco Cristovão | Educação Financeira no Ensino Médio integral e integrado: um estudo da própria prática | UNIFEI | Educação e Ciências |
| Toledo (2020) | Dr. Antonio Luís Venezuela | Matemática Financeira empreendedora: uma proposta de ensino, desenvolvendo a Educação Financeira e o empreendedorismo pessoal | UFSCAR | Ensino de Ciências Exatas |
| Kuntz (2019) | Dr. Celso Ribeiro Campos | A Matemática Financeira no Ensino Médio como fator de fomento da Educação Financeira: resolução de problemas e Letramento Financeiro em um contexto crítico | PUC - SP | Educação Matemática |
| Trindade (2017) | Dra. Cileda de Queiroz e Silva Coutinho | A Educação Financeira nos anos finais da Educação Básica: uma análise na perspectiva do livro didático | PUC - SP | Educação Matemática |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Sena (2017) | Dra. Cileda de Queiroz e Silva Coutinho | Educação Financeira e Estatística: estudo de estruturas de letramento e pensamento | PUC - SP | Educação Matemática |
| Raschen (2016) | Dr. Marcus Vinicius de Azevedo Basso | Investigação sobre as contribuições da matemática para o desenvolvimento da Educação Financeira na escola | UFRGS | Ensino de Matemática |
| Souza (2016) | Dra. Renata Martins da Rosa | O Letramento Financeiro e a Matemática Financeira básica no Ensino Fundamental | PUC - RJ | Matemática |
| Correa (2012) | Cassio Maldonado Turra | Diferenciais de gênero no Letramento Financeiro de candidatos ao Exame Nacional do Ensino Médio | UFMG | Demografia |

Fonte: Autor

As dissertações apresentadas no Quadro 2 compreendem o período de 2012 até o ano de 2021, ou seja, a primeira pesquisa mapeada foi após o decreto lei da ENEF no ano de 2010 que será apresentado nesta tese, porém esta pesquisa é da área de Demografia, sendo a partir do ano de 2016 a concentração das pesquisas inclusive nos programas de Educação. Das oito dissertações mapeadas, quatro são da Pontifícia Universidade Católica e quatro de universidades federais.

Posteriormente, as dissertações de mestrado profissional do mesmo termo “Letramento Financeiro” na base da CAPES, estão discriminadas no Quadro 3:

**Quadro 3 -** Dissertações de mestrado profissional disponíveis na CAPES dos assuntos Educação Financeira e Letramento Financeiro

| **Autor(a) (Ano)** | **Prof. (a) Orientador(a)** | **Título** | **Instituição** | **Programa** |
|---|---|---|---|---|
| Savelli (2021) | José Henrique Paim Fernandes | Educação financeira escolar: o caso de uma escola pública do município de Joinville/SC | FGV | Administração Pública |
| Olivares (2021) | Dr. Amari Goulart | Educação Financeira: proposta de um curso para docentes de matemática do Ensino Médio | IFSP | PROFMAT |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Santos (2021) | André Bernardo Campos | Educação Financeira: proposta para o ensino básico contemplando as exigências da BNCC | UFVJM | PROFMAT |
| Souza (2021) | Flavio Gomes de Moraes | Aprendizagem baseada em projetos: uma proposta para a Educação Financeira | UFJ | PROFMAT |
| Souza (2021) | Gabriela Albuquerque Wanderley | Educação Financeira | UFPB | PROFMAT |
| Freitas (2020) | Dr. Andre Luis Machado Martinez | A Educação Financeira no Ensino Fundamental e o desenvolvimento de atividades para o 9º ano | UTFPR | PROFMAT |
| Santicioli (2020) | Dr. Evandro Manara Miletto | Educação Financeira no Ensino Médio: uma proposta assistida por jogos sérios | IFRS | Informática na Educação |
| Vieira (2019) | Dr. Fabiano dos Santos Souza | Um estudo sobre a formação e atuação dos professores de matemática em relação à Educação Financeira nos municípios de Carangola – MG, Dores do Rio Preto – ES e Espera Feliz – MG | UFF | Em Ensino |
| Fellini (2017) | Dr. Rômel da Rosa da Silva | Analisando e contribuindo com o ensino de Matemática Financeira em nível básico | UTFPR | PROFMAT |
| Santos (2015) | Dra. Rita de Cássia de Jesus Silva | Sequências didáticas para a inserção do ensino da Matemática Financeira no Ensino Básico – a questão do Letramento Financeiro | UFBA | PROFMAT |
| Freitas (2015) | Dr. Wanderson José Lambert | Abordagem financeira no ensino básico e sua importância nas avaliações do ensino e na percepção de erros em publicações | UFRRJ | PROFMAT |

Fonte: Autor

No Quadro 3 é possível constatar que as dissertações de mestrado acadêmico estão concentradas no período de seis anos, iniciando no ano de 2015 até 2021, também após a instituição da ENEF.

As pesquisas mapeadas no Quadro 3, pertencem aos seguintes programas: Administração Pública, Informática na Educação, Ensino e PROFMAT, sendo que oito são de

universidades públicas, duas do Instituto Federal e uma da FGV, instituição particular. Dessas onze dissertações, dez estão relacionadas à Educação.

Em suma no âmbito das produções dos cursos de pós-graduação no mapeamento realizado, é pertinente destacar a contribuição da PUC e das instituições de ensino públicas, que fomentam e contribuem para o desenvolvimento da temática proposta para a educação brasileira.

Após essa etapa do mapeamento é possível constatar que o decreto lei da ENEF (2010) teve um papel fundamental para pesquisas dessa temática, pois impulsionou abordagens e estudos em ambientes escolares, em diversas componentes curriculares, assim como, cursos, ações, programas em diferentes níveis de escolaridade, inclusive para pessoas que não frequentaram a escola ou por motivos pessoais precisam interromper os estudos.

Após o mapeamento das produções dos cursos de pós-graduação dessa temática, serão apresentadas as pesquisas dos periódicos na base da CAPES assunto “Letramento Financeiro”:

**Quadro 4 -** Pesquisas em periódicos do termo Letramento Financeiro no banco de dados da CAPES

| Autor | Título | Ano | Periódico |
|---|---|---|---|
| Souza, Vieira, Kistemann Jr. | Investigação sobre as concepções de Letramento Financeiro e professores de Matemática em três cidades com o suporte do CHIC | 2021 | Revista Educação Matemática Pesquisa (Educação Matemática) |
| Silva, Souza e Costa | Matemática Financeira para além da escola | 2020 | Colloquium Humanarum (Educação) |
| Araujo e Esteves | A formação continuada de professores e a elevação da qualidade da educação básica | 2019 | Revista Científica Eccos (Educação) |
| Fonseca | Universidade e produção de conhecimento na formação inicial: uma estratégia didática para o ensino da escrita acadêmica | 2019 | Portal de Periódicos Eletrônicos Científicos da UNICAMP (Letras) |
| Pacheco, Campara e Costa Jr. | Traços de personalidade, atitude ao endividamento e conhecimento financeiro: um retrato dos servidores da Universidade Federal de Santa Catarina | 2018 | Revista de Ciências da Administração |
| Coutinho, Teixeira | Letramento Financeiro: Um Diagnóstico de Saberes Docentes | 2016 | Revista Eletrônica de Educação Matemática |
| Hofmann, Soares | Estratégias de Educação Financeira para crianças: construindo situações didáticas de economia em sala de aula | 2015 | Atos de Pesquisa em Educação |

| | | | |
|---|---|---|---|
| Seki e Almeida | O ensino de Matemática Financeira em atividades de modelagem matemática | 2015 | Revista Electrónica de Investigación en Educación en Ciencias |

Fonte: Autor

As publicações de pesquisas de Letramento Financeiro na base da CAPES, compreendem o período do ano de 2015 até 2021, totalizando oito pesquisas, com a concentração na área de Educação com três pesquisas e, na sequência duas na área de Educação Matemática e, uma em Educação em Ciência, posteriormente uma publicação em cada área: Ciência da Administração e Letras, portanto das oito pesquisas mapeadas, sete estão relacionadas ao ensino.

Mediante as pesquisas em periódicos mapeadas no Quadro 2, é possível constatar que implantação da ENEF (2010) impulsionou as pesquisas em periódicos, assim como as relatadas em nos levantamentos das produções de pós-graduação, pois foram realizadas após sua implantação.

Dessa forma, é possível compreender que os programas de pós-graduação e pesquisadores iniciaram estudos dessa temática, ou seja, fomentam um novo campo de pesquisa na área de educação, assim como, para academia no âmbito científico.

Posteriormente, será apresentado o levantamento das fontes de pesquisas que são utilizadas nos estudos no grupo de pesquisa PEA-MAT, são elas: Revista Educação Matemática Pesquisa do Programa de Estudos Pós-Graduação em Educação Matemática da PUC, Revista Boletim Online de Educação Matemática - BoEM e a Revista de Educação Matemática e Tecnológica Ibero-americana - Em Teia.

A busca das pesquisas nas revistas supracitadas, será realizada no site de cada periódico e em duas etapas pelos seguintes assuntos: Educação Financeira e Letramento Financeiro.

Iniciando com o levantamento das pesquisas nos *sites* dos referidos periódicos do assunto Educação Financeira, consta na Tabela 3 o resultado:

**Tabela 3 -** Levantamento quantitativo das pesquisas do assunto Educação Financeira nas Revistas Matemática Pesquisa, BoEM e Em Teia

| **Fonte** | **Quantidade** |
|---|---|
| Educação Matemática Pesquisa | 19 |
| BoEM | 17 |
| Em Teia | 47 |
| Total | 83 |

Fonte: Autor

Na Tabela 3 constam 83 pesquisas dos referidos periódicos do tema Educação Financeira nas quais após a leitura de todos os resumos, é pertinente salientar que os estudos apresentados permeiam a temática da Educação Financeira nos âmbitos de: propostas para sala de aula, análises de Livros Didáticos, relatos acerca do consumo e endividamento de cidadãos brasileiros, Modelagem Matemática, Educação Matemática Crítica, formação de docentes, Matemática Financeira, Etnomatemática, para e Escola Básica, desde a Educação Infantil, até o Ensino Médio, incluindo pesquisas relacionadas a Educação de Jovens e Adultos.

Neste contexto e relevante destacar a diversidades de âmbitos que esta temática foi abordada, assim como a construção de conhecimentos decorrentes dessas pesquisas para todos os níveis de escolaridade da educação brasileira, mesmo sendo um campo de pesquisa recente e desafiador para os programas e pesquisadores.

Posteriormente, foram realizadas pesquisas do termo Letramento Financeiro nas revistas mencionadas, conforme a Tabela 4:

**Tabela 4 -** Levantamento quantitativo das pesquisas do termo Letramento Financeiro nas Revistas Educação Matemática Pesquisa, BoEM e Em Teia

| Fonte | Quantidade |
|---|---|
| Educação Matemática Pesquisa | 1 |
| BoEM | 0 |
| Em Teia | 0 |
| Total | 1 |

Fonte: Autor

A busca da pesquisa publicada na Revista Educação Matemática Pesquisa do termo Letramento Financeiro, constam no Quadro 5:

**Tabela 5 -** Periódico do resultado da busca de pesquisas do termo Letramento Financeiro no banco de dados da Revista Educação Matemática Pesquisa

| Autor | Título | Ano | Periódico |
|---|---|---|---|
| Souza, Vieira, Kistemann Jr. | Investigação sobre as concepções de Letramento Financeiro e professores de Matemática em três cidades com o suporte do CHIC | 2021 | Revista Educação Matemática Pesquisa da PUC – SP |

Fonte: Autor

A pesquisa que consta no Quadro 5, também foi uma das que constou no mapeamento das pesquisas do termo Educação Financeira na Tabela 3 e, também foi publicada após a instituição da ENEF no ano de 2010, corroborando com a relevância de políticas públicas para a educação do país.

Quanto as buscas dos assuntos “Níveis de Proficiência em Letramento Financeiro” e “Níveis de Letramento Financeiro”, não houve a necessidade de pesquisar nas revistas da PUC, BoEM e Em Teia, pois se houvessem pesquisas com esses assuntos, nas buscas realizadas com o termo “Letramento Financeiro” seriam apresentadas nos resultados dos referidos periódicos.

Em suma, no banco da CAPES é possível identificar 1.040 pesquisas que abordaram o assunto Educação Financeira, sendo 57 teses, 539 dissertações e 444 periódicos, entre estas, 3 teses, 19 dissertações e 8 periódicos, totalizando 30 pesquisas que abordaram Educação Financeira e Letramento Financeiro.

Dessas pesquisas é pertinente destacar o número das produções de pesquisas acadêmicas da PUC e do programa PROFMAT de mestrado acadêmico.

É relevante destacar que em todas as modalidades de pesquisas mapeadas no banco de dados da CAPES, teses, dissertações e periódicos, as áreas de Educação Matemática e Educação apresentam o maior número de produções em Educação Financeira e Letramento Financeiro, portanto, são programas que contribuem para o fomento e avanço destas temáticas no âmbito da educação do país.

Referente aos periódicos intitulados: Educação Matemática Pesquisa, BoEm e Em Teia, na busca do termo Educação Financeira, as 83 pesquisas mapeadas, abordam temas relevantes para esta temática em diversos contextos, como por exemplo: Modelagem Matemática, Livro Didático, Educação Matemática Crítica, entre outros.

Após este mapeamento, é possível inferir a relevância de uma lei para a educação do país, pois todas as pesquisas mapeadas, sejam teses, dissertações e artigos em periódicos, foram produzidas após o Decreto da ENEF no ano de 2010, o qual impulsionou pesquisas nesta área.

Em continuidade, foram analisados: título, resumo e palavras-chave, das 30 pesquisas da busca dos termos relacionados Educação Financeira e Letramento Financeiro que constam na Tabela 2 e estão mapeadas no Quadro 1, Quadro 2 e Quadro 3.

Dessas 30 pesquisas não foi identificado estudo acerca de categorização, elementos, características e níveis de proficiência no que tange o Letramento Financeiro, porém, entre estas, existem produções mapeadas que contribuem para esta tese, portanto, serão apresentadas na Revisão de Literatura das pesquisas selecionadas na próxima seção.

## 2.2. Revisão das Pesquisas Selecionadas

Nessa seção será apresentada a Revisão de Literatura na qual consta respectivamente, iniciando com as pesquisas mapeadas na seção anterior: teses, dissertações e periódico e, na sequência, a revisão das bibliografias que são utilizadas nos estudos no grupo de pesquisa PEA-MAT que inclui capítulo de livro, pesquisa internacional, artigo publicado em congresso, e por último, o documento intitulado PISA 2021: Matriz de Referência de Análise de Avaliação de Letramento Financeiro.

Após o mapeamento e identificação das pesquisas conforme apresentado nos quadros da seção anterior, as 30 pesquisas mapeadas foram analisadas mediante a leitura do título, resumo e palavras-chave, nas quais não foram encontrados elementos, conteúdos ou categorias acerca dos Níveis de Proficiência em Letramento Financeiro, porém devida a pertinência de algumas destas pesquisas com a proposta desta tese, após o estudo, serão apresentadas as revisões e suas respectivas contribuições para esta tese.

Dessa forma, a seguir será apresentada a Revisão de Literatura de 2 teses, 2 dissertações mapeadas na seção anterior e, 1 capítulo de livro, 1 relatório de pesquisa internacional, 1 artigo publicado em congresso, e por último, o documento acerca do Letramento Financeiro do PISA.

Iniciando com a tese de Ferreira (2019) na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo intitulada "As contribuições de uma sequência didática elaborada à luz do Modelo Epistemológico de Referência (MER), na construção dos conhecimentos relativos à Educação Financeira", sendo essa pesquisa na área de Educação Matemática.

O tema central da referida pesquisa de Ferreira (2019) é Educação Financeira, com o objetivo geral de identificar elementos que poderiam contribuir para o desenvolvimento do ensino e da aprendizagem de estudantes de um Curso de Licenciatura em Matemática, no tocante à Educação Financeira, mediante ao processo que conduz os alunos a perceberem, a estreita relação que existe entre os problemas financeiros e a matemática.

O autor apresentou a seguinte questão de pesquisa: "Com base nos conhecimentos matemáticos financeiros que o aluno de Licenciatura em Matemática constrói ou construiu ao longo de sua vida escolar, quais as contribuições de um projeto de modelagem matemática inserido em uma sequência didática, elaborado a luz do Modelo Epistemológico de Referência (MER), pode trazer para a Educação Financeira destes estudantes?"

O autor supracitado apresentou como quadro teórico de sua pesquisa a Teoria Antropológico do Didático (TAD) com a intenção de identificar a Razão de Ser relacionada ao estudo do objeto empréstimo e financiamentos, e utilizou a Teoria das Situações Didáticas (TSD) mediante a articulação com a Modelagem Matemática. E o procedimento metodológico utilizado foi a Engenharia Didática.

Na Revisão de Literatura de Ferreira (2019), o autor finalizou com algumas considerações referente à importância das situações reais em problemas propostos para alunos,

pois no tocante à Educação Financeira, não se resume em treinar os alunos para a vida, e sim, a inserção em situações de decisões financeiras, índices e situações econômicas reais e, não em um modelo de ensino pautado no sistema, teoria, exemplo, exercícios, sendo que este último deve ser referente à situações realísticas, os quais na maioria das vezes, desprezam fatores importantes, como por exemplo, o índice da inflação.

Ferreira (2019) relata em sua tese que após os estudos dos documentos, bibliografias e livros didáticos, construiu um Modelo Epistemológico Dominante e, assim elaborou a sequência didática a qual abarcou a simulação da compra de um imóvel, composta de 3 atividades realizadas em 3 encontros.

O autor supracitado apresentou como objeto de estudo: empréstimos e ou financiamentos, mediante a três atividades aplicadas à nove estudantes voluntários do terceiro semestre de um curso de Licenciatura em Matemática de uma universidade localizada no estado de São Paulo, os quais, por meio de ferramentas matemáticas e estatísticas, agregadas ao uso de tecnologias, construíram mecanismos de análise, comparação de preços e planejamento, interpretando de forma crítica os resultados obtidos, viabilizando a tomada de decisão em problemas financeiros.

Ferreira (2019) destacou que existiram dificuldades devido à falta ou pouco conhecimento matemático dos alunos, as quais foram esclarecidas durante as institucionalizações.

Nas considerações finais o autor destacou que os resultados divulgados apresentam avanços para os processos de ensino e aprendizagem no tocante de empréstimos e financiamento relativos à Educação Financeira. Ressaltou que as propostas apresentadas não são as únicas e afirma existir outras vertentes que devem ser estudadas a luz de outras teorias e métodos com o objetivo de uma educação de qualidade significativa para os estudantes.

O autor supracitado concluiu que por meio da execução dessa atividade, os alunos expressaram opiniões de forma crítica em relação a preço do mercado imobiliário, principalmente em relação a imóveis com características parecidas. Perceberam, por meio do gráfico de dispersão, a oportunidade de negociar imóveis com determinadas características, devido à maior oferta na região.

Ferreira (2019) ressaltou que a construção do modelo dessa atividade, possibilitou aos estudantes a percepção que a Matemática e a Estatística, agregadas ao uso de tecnologias, podem formar mecanismos de análise e comparação de preços, facilitando assim, uma tomada de decisão, no caso da atividade proposta, em relação ao valor de mercado do imóvel pesquisado.

Ainda nas considerações finais Ferreira (2019) destacou que a pesquisa realizada por ele tem a intenção de incentivar os processos de financiamento ou de empréstimo, mesmo por hipótese, o autor explica que o incentivo ao crédito é importante para o crescimento económico do Brasil, porém, é necessário mudança na educação para que os jovens estudantes, ou seja, cidadãos economicamente ativos, sejam conscientes e preparados para as situações que envolve empréstimos e financiamentos, para que de forma consciente e dentro de suas possibilidades financeiras, esses estudantes tomem atitudes que não os impactos negativamente.

E por fim, Ferreira (2019) ressaltou que a decisão de não utilizar os conceitos relacionados a Letramento Financeiro, por não fazerem parte do objetivo principal de sua tese, porém mencionou a relevância e importância desse tema para a educação e, salientou a possibilidade de trabalhos futuros neste âmbito.

A segunda tese apresentada é a Teixeira (2015) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, intitulada: “Um estudo diagnóstico sobre a percepção da relação entre Educação Financeira e Matemática Financeira”.

A pesquisa está organizada em cinco capítulos; sendo o primeiro o Letramento Financeiro e sua relação com a Matemática Financeira, abordando a Matemática Crítica, o segundo capítulo detalha o estudo do objeto que é a Educação Financeira, o terceiro traz a revisão bibliográfica, o quarto e quinto capítulo descrevem a análise estatística implicativa e os resultados da pesquisa.

Teixeira (2015) teve em sua tese o objetivo principal de investigar o Letramento Financeiro de professores que ministram aulas de Matemática Financeira no Ensino Médio, ressaltando a discussão do papel da Educação Matemática no processo de fortalecimento da Educação Financeira.

O autor apresentou os seguintes objetivos específicos: verificar os atuais níveis de discussão acadêmica relativas à Educação Financeira por meio do exame de artigos científicos,

dissertações de mestrado e teses de doutorados, refletir sobre a conveniência da abordagem de elementos de Matemática Crítica nessa discussão, haja vista que a Educação Financeira contribui para a melhoria da consciência cidadã (alunos), averiguar, por meio de pesquisa qualitativa e quantitativa, os atuais Níveis de Proficiência em Letramento Financeiro dos professores que lecionam Matemática Financeira, ferramenta indispensável para o processo de ensino e aprendizagem de Educação Financeira.

Essa pesquisa foi de cunho qualitativo e utilizou como referencial metodológico a análise estatística hierárquica e implicativa, desenvolvida na esfera da Didática da Matemática francesa, para analisar e classificar os dados multidimensionais.

Teixeira (2015) utilizou fontes secundárias, para o levantamento de dados em material publicado, impresso e online, sendo que nas fontes primárias, por meio de pesquisa de campo, qualitativa e quantitativa, mediante a um questionário impresso com 30 perguntas, para os seguintes sujeitos da pesquisa: 161 docentes da disciplina de Matemática que ministravam conteúdos de Matemática Financeira, em diferentes cidades do Estado de São Paulo, para responder a seguinte questão de pesquisa: “Será que os professores, bacharéis ou licenciados em matemática, que ministram a disciplina de Matemática Financeira no Ensino Médio, estão devidamente letrados financeiramente ao nível necessário para os propósitos da estratégia nacional de Educação Financeira?”

Para responder a essa questão, o autor revisou a literatura de 32 pesquisas acadêmicas, entre teses, dissertações e artigos científicos, subdivididos em três dimensões: formação do professor, do aluno e currículos e materiais, para verificar o nível acadêmico e o entendimento de diferentes autores, referente à importância da Matemática Financeira como instrumento de trabalho para o processo de ensino e de aprendizagem da Educação Financeira.

Posteriormente, o autor realizou a pesquisa de campo, com os professores voluntários, para a analisar aspectos do Letramento Financeiro e da utilização dos conteúdos de Matemática Financeira existentes nos Livros Didáticos. As análises foram realizadas por meio da Estatística Descritiva e da Análise Hierárquica e Implicativa.

Conforme consta na tese de Teixeira (2015), é possível destacar os seguintes resultados, referente aos alunos, o autor constatou que os conteúdos de Matemática Financeira, ao longo do Ensino Médio são ensinados aos alunos de maneira descontextualizada. Também destacou a preocupação com o ensinar por meio de fórmulas e tabelas, pois pode implicar em dificuldades

no aprendizado, gerando o desinteresse no aluno, portanto, consta na referida pesquisa que é necessário unir teoria e prática.

No tocante à formação do docente, Teixeira (2015) ressalta que os professores que ministram aulas de Matemática Financeira, muitas vezes não tem formação específica e que o ensino de Educação Financeira ainda está em fase de implementação no Brasil.

Após a análise de Teixeira (2015) no tocante as pesquisas que abordam o Livro Didático, o autor concluiu que a Matemática Financeira é imprescindível para processo de ensino e aprendizagem da Educação Financeira.

Referente a análise dos dados quantitativos, Teixeira (2015) por meio do questionário aplicado, apresentou o resultado de uma análise exploratória de dados e de uma análise multidimensional, com os seguintes resultados: 42% dos professores pensam que Matemática Financeira e Educação Financeira são a mesma coisa, 36% compararam situações de juros simples e compostos, apenas 24% dos professores solicitam aos alunos pesquisarem exemplos do emprego de juros compostos e 75% dos entrevistados desconhecem a ENEF. E afirmou que as ferramentas da Análise Estatística Implicativa reforçam a argumentação da ausência de Letramento Financeiro por parte do professor.

Teixeira (2015) finaliza destacando que sua hipótese de pesquisa, tornou-se mais evidente após a análise das respostas da questão 30[11], do questionário, e na qual, constatou que 20% dos professores erraram o conceito ou o desenvolvimento e, 52% não responderam à questão. E concluiu que essas implicações, reforçam a argumentação referente à ausência de Letramento Financeiro do professor.

A terceira pesquisa é dissertação de Trindade (2017) intitulada: “A Educação Financeira nos Anos Finais da Educação Básica: Uma Análise na Perspectiva do Livro Didático” em seis capítulos, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

[11] Questão 30 - Uma pessoa precisa de R$1.200,00 para pagar uma despesa inesperada. Para conseguir pagar tal despesa, faz necessário um empréstimo com o seu tio, que lhe cobrará 1% por mês que essa pessoa demora para lhe pagar, sendo que esse valor será calculado sempre sobre os R$ 1.200,00 iniciais. Pergunta-se: a) Qual é o valor cobrado a cada mês que a pessoa demora para devolver o dinheiro ao tio; b) Se a pessoa demora três meses para pagar ao tio que lhe emprestou, qual o valor além dos R$1.200,00 que deverá desembolsar? c) Qual o valor total desembolsado ao final desses três meses para o pagamento da dívida com esse tio?

Trindade (2017) teve como objetivo, analisar a abordagem da Educação Financeira no Ensino Médio, em conformidade com os documentos oficiais da educação brasileira, analisando a Organização Matemática e Didática das propostas apresentadas nos Livros Didáticos.

A autora apresentou em sua dissertação a seguinte questão de pesquisa: "Que elementos podem ser identificados nas Organizações Matemáticas e Didáticas presente nos Livros Didáticos destinados ao Ensino Médio, de forma a que se possa trabalhar a Educação Financeira com os alunos a partir de tais organizações?"

No primeiro capítulo, a autora apresentou a introdução na qual consta um breve relato dos aspectos históricos no âmbito da Educação Financeira no Brasil e no mundo. Posteriormente, no segundo capítulo, anunciou a problemática, o objetivo, a questão de pesquisa e a revisão de literatura da sua pesquisa.

No terceiro capítulo Trindade (2017) apresentou o estudo do objeto, com as seguintes cinco subseções: algumas definições de Educação Financeira; na importância do ensino e aprendizagem dos brasileiros sobre o tema que norteia sua pesquisa, abordagem da Educação Financeira nos documentos oficiais e educacionais do Brasil; algumas definições sobre os termos alfabetização, literacia e Letramento Financeiro no âmbito financeiro; e, por último, os impactos da mídia na Educação Financeira.

No quarto capítulo a autora apresentou o referencial teórico metodológico da pesquisa, embasado na Teoria Antropológica do Didático (TAD) e no Espaço Tridimensional Hipotético, os quais justificaram e embasaram a análise dos Livros Didáticos selecionados para sua pesquisa e, posteriormente, os critérios para seleção dos livros e os critérios para a abordagem dos exercícios no âmbito da Educação Financeira.

No quinto capítulo a autora apresentou a análise de uma coleção de Livros Didáticos do Ensino Médio aprovado pelo PNLD, com o objetivo de investigar a abordagem da Educação Financeira nos anos finais da Escola Básica. E por último, no sexto capítulo, Trindade (2017) apresenta as considerações finais de sua pesquisa.

Trindade (2017) definiu embasados no Plano Diretor da ENEF e apresentou em os cinco critérios para a seleção dos exercícios que contemplaram no mínimo um desses critérios no âmbito da Educação Financeira na coleção de Livros Didáticos, são eles:

**Quadro 5 -** Critérios para seleção de exercícios referente a Educação Financeira

| Designação | Critérios |
|---|---|
| $C_1$ | Propostas de atividades que abordam situações do cotidiano incluindo o consumo e atitudes éticas. |
| $C_2$ | Propostas de atividades que contemplam reflexões sobre planejamento financeiro em uma cadeia de inter-relacionamentos, conectando o passado, presente e futuro. |
| $C_3$ | Propostas de atividades que abrangem fenômenos de natureza social, natural, sustentável ou econômica. |
| $C_4$ | Propostas de atividades que viabilizem o consumo consciente. |
| $C_5$ | Propostas de atividades que propiciem a conscientização, relevância e importância de reservas financeiras e investimentos. |

Fonte: Trindade, 2017.

A análise dos Livros Didáticos foi realizada em quatro etapas. Trindade (2017) apresentou na primeira etapa uma tabela que quantificou e classificou os exercícios pertinentes à Educação Financeira. Na segunda etapa, a autora, analisou os exercícios selecionados à luz da Educação Financeira.

Na terceira etapa da análise, Trindade (2017) analisou a Organização Matemática dos exercícios selecionados na segunda etapa, embasada no referencial teórico - Teoria Antropológica do Didático (TAD), contemplando a tarefa, técnica, tecnologia e teoria presentes nas resoluções dos exercícios.

Na quarta e última etapa, Trindade (2017) analisou a Organização Didática da coleção de livros conforme o Espaço Tridimensional Hipotético. Nesta etapa foram consideradas as orientações contidas no livro do professor e no Guia do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

É pertinente destacar os seguintes resultados apresentados por Trindade (2017): a autora aponta que as unidades: Função (volume 1); Matemática Financeira e Estatística (volume 2), apresentaram maior concentração da abordagem dos critérios. Dessa forma, Trindade (2017) apontou que esses conteúdos são favoráveis para a abordagem da Educação Financeira nas aulas de Matemática.

Trindade (2017) destacou nos resultados de sua dissertação, que nesta coleção analisada no tocante às Organizações Matemáticas, o fato de não ser necessário o uso de conhecimentos

em Matemática Financeira para a resolução das tarefas Matemáticas propostas analisadas que envolve a Educação Financeira.

Referente à Organização Didática, mediante ao Eixo Hipotético Tridimensional, com base no Guia do PNLD e nas orientações no exemplar do livro do professor, Trindade (2017) que nesta coleção analisada, a abordagem clássica a qual o professor tem o controle da atividade Matemática proposta, por meio de processos totalmente mecânicos, ou seja, aplicações de fórmulas, ocorreu na maioria das resoluções apresentadas, mesmo no contexto financeiro, a técnica de resolução está restrita à aplicação de fórmulas.

Quanto a abordagem da Educação Financeira, Trindade (2017) ressaltou que mediante a análise que realizou em sua pesquisa, essa temática pode ser abordada em todos os anos escolares e, em diversos conteúdos e assuntos e, afirmou que é fundamental que esta temática esteja presente nas próximas coleções de Livro Didático, não somente nas coleções de livros de matemática, mas diversificada nos conteúdos do currículo escolar.

Trindade (2017) destacou que é necessário que os exercícios dos Livros Didáticos que apresentam contexto pertinente às situações financeiras, ainda existe a necessidade de Organizações Didáticas que provoquem o aluno a refletir e discutir assuntos relacionados à Educação Financeira, não restringindo a simples resolução mecânica, por meio de substituição de fórmulas.

E por fim, no tocante ao Letramento Financeiro, Trindade (2017) afirmou que os cinco critérios elaborados em sua pesquisa contemplam os assuntos triviais sobre a Educação Financeira, os quais viabilizam a tomada de decisões frente a situações financeiras e contribuem para a construção do conhecimento matemático dos alunos, para que no final do ciclo sejam cidadãos letrados financeiramente.

A quarta pesquisa é a dissertação de Sena (2017) intitulada “Educação Financeira e Estatística: Estudo de Estruturas de Letramento e Pensamento”, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Nessa dissertação, Sena (2017) apresentou a seguinte questão de pesquisa: “Que elementos do Pensamento e Letramento Estatístico podem ser identificados na mobilização de conhecimentos relacionados ao Letramento Financeiro?”, com o objetivo geral de identificar

possíveis elementos do Pensamento e do Letramento Estatístico, mobilizados na resolução de problemas envolvendo Letramento Financeiro.

O autor teve como objetivo de sua pesquisa identificar possíveis elementos do Pensamento e do Letramento Estatístico, mobilizados na resolução de problemas envolvendo letramento. E com os objetivos específicos: investigar definições e principais parâmetros adotados ao trabalhar educação e Letramento Financeiro no Brasil; investigar possíveis relações do Letramento Financeiro com elementos do pensamento e letramento estatístico; identificar elementos estruturais do pensamento e letramento estatístico presente na mobilização de conhecimentos relativos ao Letramento Financeiro.

O autor aplicou atividades para os seguintes sujeitos da pesquisa:  15 alunos, com faixa etária de 13 a 20 anos, do 9º ano do período vespertino do Ensino Fundamental II da Escola Básica municipal, na cidade de Igarapé-Açu no estado do Pará, sendo que a idade dos alunos se justifica pelo fato de ter muitos alunos de zona rural e trabalhadores, impactando na disponibilidade para estudar. Conforme relatado pelo autor, a sequência didática foi realizada no segundo semestre letivo do ano de 2016, a convite do professor titular destes alunos o qual não é o pesquisador.

Sena (2017) utilizou os pressupostos da Engenharia Didática (2016) para os procedimentos metodológicos e, o quadro teórico está embasado na Teoria das Situações Didáticas.

As atividades da sequência didática da dissertação de Sena (2017), foram realizadas em 3 encontros de no máximo 3 horas e meia, nas aulas de Matemática na escola onde os sujeitos da pesquisa estudavam, totalizando 4 atividades em 3 grupos de cinco alunos, os quais podiam usar como recursos lápis e papel. E o autor, utilizou como instrumentos de coleta: áudio gravações registros de observações e produções escritas.

No tocante dos resultados da pesquisa e das considerações finais Sena (2017) relatou mediante as atividades realizadas que: a Educação Financeira deve ser articulada nas escolas viabilizando o desenvolvimento da compreensão de situações financeiras diversas, assim como a tomada de decisão consciente de suas consequências e busca por fundamentação para tomar esta decisão.

O autor supracitado concluiu que a Educação Financeira deve ser articulada na escola, com a intenção de proporcionar condições para o desenvolvimento e compreensão de situações financeiras diversas.

Ainda no tocante dos apontamentos finais, Sena (2017) destacou que Educação Financeira na escola não deve tratar exclusivamente de necessidades emergenciais, mas contribuir para o desenvolvimento da capacidade de análise e interpretação crítica e fundamentada, para assim fomentar tomadas de decisão consciente e provocar a compreensão de conceitos financeiros e econômicos mais sofisticados, assim desenvolvendo o Letramento Financeiro dos alunos.

Sena (2017) concluiu mediante a análise dos resultados no tocante ao Letramento Financeiro, que o sujeito deve mobilizar habilidades mínimas de conhecimento matemático que o permita identificar e buscar reposta ao problema financeiro e, busque significado para os dados obtidos e assim construa sua argumentação crítica e fundamentada.

No tocante do Letramento Financeiro e Pensamento Estatístico, Sena (2017) afirma que apesar do tema amplamente difundido, não foi encontrado pelo autor, consenso quanto ao conjunto de aspectos necessários ao Letramento Financeiro e ponderando sob os resultados obtidos no primeiro objetivo, portanto, como conjectura possíveis relações do Letramento Financeiro com elementos do pensamento e letramento estatísticos, ansiando exibir componentes necessários ao Letramento Financeiro que se assemelhem aos componentes de estruturas já existentes.

E ainda, o autor afirmou que existe uma relação de dependência hierárquica entre os conhecimentos matemáticos básicos e o desenvolvimento do Letramento Financeiro para esta faixa etária e Letramento Estatístico.

E por fim, referente aos documentos oficiais, Sena (2017) concluiu que diversos documentos apontam a necessidade de desenvolver o Letramento Financeiro e, apesar de existir uma crescente difusão de pesquisas acadêmicas relacionadas à educação e Letramento Financeiro, mesmo sendo mencionado como fator relevante à formação inicial, de acordo com análise feita pelo autor, os documentos oficiais vigentes ainda reproduzem abordagens superficiais do tema.

A quinta pesquisa apresentada é o capítulo intitulado “Perspectivas em Didática e Educação Estatística e Financeira: reflexões sobre convergência entre letramento matemático, matemacia, Letramento Estatístico e Letramento Financeiro” de Coutinho e Campos (2018), do livro “Educação Matemática: epistemologia, didática e tecnologia”.

Nesta revisão é relevante destacar as definições adotadas pelos autores supracitados, acerca do tema proposto por eles, iniciando com a definição de letramento:

> Tratamos o letramento como a tradução do termo em inglês *literacy* e entendemos que, em sua origem, ele se refere ao aprendizado de uma língua. Contudo, é necessário pontuar que o letramento não é o mesmo que alfabetização – o letramento contém a alfabetização, mas vai além, tratando do que se costumou chamar de alfabetização funcional. (COUTINHO; CAMPOS, 2018, p. 144 – 145)

Na sequência Coutinho e Campos (2018) apresentaram a definição de Letramento Matemático do INEP como:

> [...] a capacidade de identificar e compreender o papel da Matemática no mundo moderno, de tal forma a fazer julgamento bem-embasados e a utilizar e envolver-se com a Matemática, com o objetivo de entender às necessidades do indivíduo no cumprimento de seu papel de cidadão consciente, crítico e construtivo. (INEP, 2001, p. 1, apud COUTINHO; CAMPOS, 2018, p. 151)

Ainda referente ao Letramento Matemático, Coutinho e Campos (2018) apresentam a definição dos autores Ortigão e Aguiar (2012) mediante a publicação do PISA:

> Para o PISA, o letramento matemático reflete uma perspectiva relacionada a uma visão mais ampla das práticas sociais que utilizam a Matemática e que, portanto, reforçam o papel social da educação Matemática cuja responsabilidade é estabelece o elo entre os conteúdos escolares e o cotidiano do aluno (OTIGÃO; AGUIAR, 2012, p. 2, apud COUTINHO; CAMPOS, 2018, p. 150)

Posteriormente, Coutinho e Campos (2018) relataram a compreensão que tiveram acerca do conjunto de conceitos, conhecimentos e atitudes que contemplam o Letramento Financeiro em sua plenitude, embasados no Caderno de Educação Financeira do Banco Central do Brasil datado em 2013:

- Compreender o funcionamento básico do mercado financeiro e a forma como as taxas de juros afetam a vida financeira dos cidadãos, para o bem ou para o mal, considerando que as pessoas geralmente não têm consciência profunda de quanto custa realmente a taxa de juros.
- Praticar o consumo consciente, conhecendo e evitando o consumismo compulsivo. A educação financeira pode ajudar os consumidores não apenas em relação aos seus orçamentos, poupanças e Investimentos, mas também para controlar os

> impulsos associados ao consumismo compulsivo, desenvolver o consumo consciente, associado à qualidade dos bens e serviços, impactos ambientais, etc.
> - Ser capaz de aproveitar convenientemente as oportunidades de financiamento disponíveis.
> - Usar o crédito conscientemente e com sabedoria, buscando evitar o sobreendividamento. Em outras palavras, isso significa aprender a usar créditos e como maximizar os benefícios de acesso ao financiamento.
> - Compreender a importância e os benefícios do planejamento e acompanhamento do orçamento pessoal e familiar.
> - Compreender o papel da poupança como um meio de realizar projetos e seguir objetivos pessoais.
> - Ajudar a divulgar boas práticas financeiras entre familiares e amigos.
> - Desenvolver uma Cultura de prevenção, ou seja, planejar o futuro considerando os percalços que podem acontecer.
> - Ser capaz de organizar é manter uma boa gestão financeira pessoal.
> - Fazer um plano de aposentadoria, considerando que a expectativa de vida aumentou e as pessoas gastem mais tempo uma condição de aposentado. (BRASIL, 2013, apud COUTINHO; CAMPOS, 2018, p. 172-173)

Ainda nesta pesquisa baseados nos autores Coutinho e Campos (2018), ao longo dessa revisão de literatura, é relevante destacar "que o Letramento Financeiro conduz, por meio da vertente transformativa, à uma educação crítica, da mesma forma que ocorre com os letramentos matemáticos e estatísticos.

A sexta pesquisa que compõem esta Revisão de Literatura é "*Financial Literacy: Lessons from Internacional Experience*", para a *Financial Consumer Agency of Canada* (FCAC), agência do governo federal canadense, responsável pelo programa de Educação Financeira no referido país, escrita por Orton (2007).

O autor iniciou destacando as propostas de melhorias para a Educação Financeira do Canadá, Orton (2007) ressaltou alguns percursos para melhorar o Letramento Financeiro, o qual é uma meta à longo prazo, envolve vários programas governamentais e ações de políticas públicas, são elas: "acesso e a conscientização de informações sobre a tomada de decisões financeiras, desenvolver currículos modelo para Educação Financeira que podem ser usados nas escolas e nos locais de trabalho e examinar com mais proximidade outras melhores práticas dos países" (ORTON, 2007, p. 2, tradução nossa).

Orton (2007) relatou nesta pesquisa que os fatores: "os perfis demográficos estão mudando, os setores financeiros estão se tornando cada vez mais complexos, a poupança pessoal está diminuindo enquanto o endividamento pessoal está aumentando e os recursos

governamentais são limitados". (ORTON, 2007, p. 3, tradução nossa), são considerados pela OCDE, Reino Unido, Estados Unidos, Austrália e Canadá.

No tocante dos perfis demográficos, Orton (2007) relatou que haverá menos trabalhadores para manter um número maior de aposentados e, ainda tem o fator da expectativa de vida ter aumentado, acarretando a necessidade da poupança para suprir as despesas de subsistências.

Quanto as mudanças do Mercado Financeiro, o autor relatou que as tecnologias e inovações alteraram a natureza dos bancos, e possivelmente, estas mudanças continuarão e, ainda tem a quantidade de informações quanto a crédito e investimentos e suas disponibilidades.

Neste contexto, Orton (2007) afirmou que "à medida que o número de produtos financeiros aumentou, os consumidores tornaram-se capazes de escolher em relação a taxas, taxas de juros e vencimentos. A complexidade e a escolha dos produtos podem dificultar a avaliação dos consumidores." (ORTON, 2007, p. 4, tradução nossa).

Orton (2007) ressalta em sua pesquisa que as consequências das más decisões financeiras estão se tornando mais preocupantes, pois a dívida dos consumidores é crescente e, que as dívidas elevadas ocasionadas por jovens titulares de cartão de crédito que estão na fase do início da formação da família, é uma preocupação.

Dessa forma, Orton (2007) afirmou que o Letramento Financeiro, mediante a pesquisa realizada pela OCDE, que "muitos consumidores não têm uma formação ou entendimento financeiro adequado" (ORTON, 2007, p. 5, tradução nossa). E nesse contexto, Orton (2007) ressaltou que o Letramento Financeiro contribui para o âmbito social, pois "beneficia todos os níveis da economia e apoia o setor de serviços financeiros". (ORTON, 2007, p. 6, tradução nossa).

Em conformidade em relação a âmbito social, Orton (2007) relatou em sua pesquisa que no ano de 2005 o Secretário Geral da OCDE, publicou que a Educação Financeira "é importante tanto para a segurança dos indivíduos quanto para a segurança das nações. As sociedades esclarecidas hoje se esforçam para garantir a coesão social como parte integrante do progresso econômico". (ORTON, 2007, p. 6, tradução nossa).

Posteriormente, o autor apresenta a definição de alguns termos no âmbito do Letramento Financeiro publicado pela *Policy Research Initiative*[12] (PRI):

---

[12] A Policy Research International (PRI) é uma empresa canadense, com escritórios em Ottawa. O PRI é especializado nas atividades de pesquisa, estratégia, desenho de políticas e programas, avaliação e implementação de projetos nas áreas temáticas de economia, educação, energia, meio ambiente, saúde, política social e

- Capacidade financeira: “conjunto de conhecimentos, habilidades e comportamentos financeiros entre os indivíduos” (ORTON, 2007, p.15, tradução nossa);
- Conhecimento e compreensão financeira: “a capacidade de entender e manipular o dinheiro em suas diferentes formas, usos e funções, incluindo a capacidade de lidar com questões financeiras cotidianas e fazer as escolhas certas para as próprias necessidades” (PRI, 2005, p. 4, apud ORTON, 2007, p.15, tradução nossa);
- Habilidades e competências financeiras: “a capacidade de aplicar conhecimento e compreensão em uma variedade de contextos, incluindo situações previsíveis e inesperadas e também a capacidade de gerenciar e resolver quaisquer problemas ou oportunidades financeiras”. (PRI, 2005, p. 4, apud ORTON, 2007, p.15, tradução nossa);
- Responsabilidade financeira: “a capacidade de avaliar o impacto mais amplo das decisões financeiras nas circunstâncias pessoais, na família e na comunidade em geral, e entender direitos, responsabilidades e fontes de aconselhamento ou orientação”. (PRI, 2005, p. 4, apud ORTON, 2007, p.15, tradução nossa)

Estas definições estão relacionadas ao Letramento Financeiro, conforme a definição adotada pelo autor:

> A capacidade de ler, analisar, gerenciar e comunicar sobre as condições financeiras pessoais que afetam o bem-estar material. Inclui a capacidade de discernir escolhas financeiras, discutir dinheiro e questões financeiras sem (ou apesar) desconforto, planejar o futuro e responder com competência aos eventos da vida que afetam as decisões financeiras cotidianas, incluindo eventos na economia em geral. (PRI, 2004, p. 5, apud ORTON, 2007, p.8, tradução nossa)

Em continuidade as definições que constam na pesquisa de Orton (2007), o autor definiu a capacidade econômica como o desenvolvimento do “conhecimento e as habilidades relevantes para a sociedade que permitem que uma pessoa tome decisões e ações econômicas da vida com confiança e competência” (ORTON, 2007, p. 8, tradução nossa).

---

transferência de tecnologia. O PRI trabalha com essas questões e problemas no Canadá e internacionalmente há mais de vinte anos.

No âmbito econômico, Orton (2007) destacou que a gestão financeira pessoal continua a ser um fator central, também existem outros fatores relacionados a capacidade econômica, são eles: noções de cidadania econômica, necessidade da compreensão de macroeconomia, microeconomia, mercado de trabalho e como se relacionam com a vida e decisões.

Ainda referente ao Letramento Financeiro, Orton (2007) explicou que está relacionado aos assuntos pessoais, com bancos no tocante de crédito e investimento e, relacionou com a Educação Econômica, na qual os cidadãos serão "capazes de fazer julgamentos razoáveis sobre questões de políticas públicas que têm relação com suas perspectivas pessoais e as da nação" (PRI, 2005, p. 4, apud ORTON, 2007, p. 8, tradução nossa), que está relacionada a compreensão da produtividade e inflação.

Nos estudos realizados por Orton (2007) consta que a abordagem da Educação Financeira na escola, viabiliza a habilidade e confiança dos jovens, ao término da vida escolar, para administrem seu dinheiro.

No tocante da escola, Orton (2007) relatou que deve ser considerado à *Financial Consumer Agency of Canada* (FCAC) o auxílio no desenvolvimento de modelos de currículos de Educação Financeira para que sejam utilizados nas escolas, o trabalho com professores e faculdades na área de educação para melhor a formação do docente em Letramento Financeiro.

O autor finaliza com a informação que o Letramento Financeiro é uma meta à longo prazo e que é uma abordagem integrada de programas governamentais e, que é crescente a importância, conforme anunciado pela OCDE, do Letramento Financeiro para a população mundial.

A sexta e última pesquisa apresentada nesta revisão de literatura é o artigo intitulado "Um Programa de Educação Financeira para a Matemática Escolar da Educação Básica", escrito por Silva e Powell (2013), os quais apresentaram o seguinte objetivo: estruturar uma proposta de um programa de Educação Financeira para a Educação Básica nas escolas públicas.

Este artigo está estruturado em quatro seções, iniciando com a primeira que apresenta a introdução, com a contextualização e algumas definições do tema Educação Financeira segundo a OCDE.

Na segunda seção foi apresentado uma Revisão da Literatura, sendo o tema principal a Educação Financeira na Escola. Esta seção foi dividida em três subseções em que foram

discutidos os estudos e as recomendações da OCDE, Educação Financeira nos Estados Unidos e a Educação Financeira no Brasil.

Na terceira seção os autores anunciaram uma Proposta de Currículo para Educação Financeira na Escola Básica, e por último, as considerações finais.

Segundo os autores, o primeiro grande estudo sobre Educação Financeira em nível internacional foi a primeira fase do projeto da OCDE que terminou em 2005. Este estudo foi registrado em um relatório intitulado Melhoria da Literacia Financeira: análise das questões e políticas.

Esta pesquisa segundo Silva e Powell (2013), possibilitou identificar três situações das quais destaca-se duas: o número considerável de trabalhadores que necessitam de economias pessoais para financiar sua aposentadoria e, a segunda, foi a averiguação do endividamento de muitos consumidores.

Silva e Powell (2013), destacaram fatores que justificam a importância da Educação Financeira para os cidadãos, como por exemplo, taxas de juros, variedade de produtos financeiros disponíveis no mercado, o aumento da expectativa de vida das pessoas e, a falta de conhecimento financeiro dos consumidores.

Neste contexto é importante ressaltar a definição de Educação Financeira Escolar de Silva e Powell (2013):

> A Educação Financeira Escolar constitui-se de um conjunto de informações através do qual os estudantes são introduzidos no universo do dinheiro e estimulados a produzir uma compreensão sobre finanças e economia, através de um processo de ensino, que os torne aptos a analisar, fazer julgamentos fundamentados, tomar decisões e ter posições críticas sobre questões financeiras que envolvam sua vida pessoal, familiar e da sociedade em que vivem. (SILVA e POWELL, 2013, p. 12).

Conforme mencionado anteriormente na terceira seção deste artigo os autores apresentaram uma Proposta Curricular para Educação Financeira no Brasil, para a qual consideraram três dimensões:

> i) Pessoal: que foca as finanças pessoais;
> ii) Familiar: com ênfase no núcleo familiar. Ao mesmo tempo em que discute as problemáticas financeiras de uma família, também pretende estimular o estudante a participar da vida financeira de sua família, veiculando informações e ajudando na tomada de decisões;
> iii) Social: o foco estará em temas e questões financeiras presentes na sociedade atual. (SILVA e POWELL, 2013, p. 13).

Silva e Powell (2013), destacaram quatro eixos norteadores, sendo que as temáticas propostas, serão discutidas ao longo de toda a formação dos discentes em cada um dos eixos, são eles:

> I - Noções básicas de Finanças e Economia: Nesse eixo os temas de discussão são, por exemplo, o dinheiro e sua função na sociedade; a relação entre dinheiro e tempo - um conceito fundamental em Finanças; as noções de juros, poupança, inflação, rentabilidade e liquidez de um investimento; as instituições financeiras; a noção de ativos e passivos e aplicações financeiras.
>
> II - Finança pessoal e familiar: Nesse eixo, serão discutidos temas como, por exemplo: planejamento financeiro; administração das finanças pessoais e familiares; estratégias para a gestão do dinheiro; poupança e investimento das finanças; orçamento doméstico; impostos.
>
> III - As oportunidades, os riscos e as armadilhas na gestão do dinheiro numa sociedade de consumo: Nesse eixo, serão discutidos temas como, por exemplo: oportunidades de investimento; os riscos no investimento do dinheiro; as armadilhas do consumo por trás das estratégias de marketing e como a mídia incentiva o consumo das pessoas.
>
> IV - As dimensões sociais, econômicas, políticas, culturais e psicológicas que envolvem a Educação Financeira: Nesse eixo, serão discutidos temas como: consumismo e consumo; as relações entre consumismo, produção de lixo e impacto ambiental; salários, classes sociais e desigualdade social; necessidade versus desejo; ética e dinheiro. (SILVA E POWELL, 2013, p.14).

É importante destacar que segundo estes autores, os eixos supracitados servirão como base para o desenvolvimento de material didático com o objetivo de produzir, tarefas relacionadas com situações problemas relacionados a atualidade.

Silva e Powell (2013) destacaram que a elaboração dessa proposta de currículo é uma primeira formulação, e que será aprimorada a partir das críticas e das novas reflexões sobre a proposta.

Por fim, os autores destacaram que o currículo e a metodologia de ensino deverão acompanhar as mudanças que ocorrerem no cenário social, o que sugere que qualquer proposta que for implantada nas escolas brasileiras deverá estar em constante transformação.

A última revisão desta tese é o estudo do documento do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), pertinentes ao Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) à luz do Letramento Financeiro, intitulado PISA 2021: Matriz de Referência de Análise de Avaliação de Letramento Financeiro.

A escolha por este documento para esta tese justifica-se pela importância do PISA, INEP MEC e OCDE frete à Educação Financeira do Brasil e, por abordar especificamente o Letramento Financeiro no âmbito educacional, conforme será apresentado nesta seção.

Iniciando com a apresentação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) que é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), com o objetivo de "subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas para a área educacional a partir de parâmetros de qualidade e equidade" (BRASIL, 2022, s.p.) e, promover no âmbito do Sistema Educacional Brasileiro estudos, pesquisas, avaliações que subsidiem elaboração e execução de políticas públicas para a educação do país.

O INEP representa o país junto a OCDE para "coordenar a tradução dos instrumentos de avaliação, a aplicação desses instrumentos nas escolas amostradas, a coleta das respostas dos participantes e a codificação dessas respostas; analisar os resultados e elaborar o relatório nacional", das avaliações do PISA desde a primeira edição, mediante o planejamento e a operacionalização dos exames.

Para essas formulações e implementações o INEP atua em todos os níveis e modalidades de ensino por meio de levantamentos estatísticos e avaliativos, entre eles, para esta tese é relevante destacar o estudo do PISA, o qual o INEP "é o órgão responsável pelo planejamento e a operacionalização da avaliação no Brasil". (BRASIL, 2022, s.p.)

O Programa Internacional de Avaliação de Estudantes[13] (PISA) é realizado pela OCDE, teve início no ano de 2000, ocorre trienalmente e, avalia três domínios, são eles: matemática, leitura e ciências, sendo que há concentração de uma área de conhecimento com o maior número de questões em cada edição, para alunos da faixa etária de 15 anos, pois na maioria dos países é a idade que os jovens estão concluindo a Escola Básica, no caso do Brasil, finalizando o nono ano do Ensino Fundamental II.

No âmbito das avaliações, o PISA ter por objetivo principal "produzir indicadores que contribuam, para a discussão da qualidade da educação básica e que possam subsidiar políticas nacionais de melhoria da educação" (BRASIL, 2021, s.p.).

Dessa forma, os resultados dessa avaliação geram informações relacionadas ao desempenho dos estudantes nas "atitudes em relação à aprendizagem e aos principais fatores que moldam sua aprendizagem, dentro e fora da escola", desta forma, permitindo que cada país participante, avalie:

---

[13] *Programme for International Student Assessment*

> [...] os conhecimentos e as habilidades dos seus estudantes em comparação com os de outros países, aprenda com as políticas e práticas aplicadas em outros lugares, bem como formule suas políticas e programas educacionais, visando melhorias na qualidade e na equidade dos resultados de aprendizagem. (BRASIL, 2020, s.p.)

As avaliações do PISA com concentração na área de domínio em matemática, ocorreram nos anos de 2003, 2012 e a última que estava programada para o ano de 2021, devido a pandemia causada pelo Covid-19, foi prorrogada para o ano de 2022, conforme consta no documento intitulado "PISA 2021: Matriz de Referência de Análise e de Avaliação de Letramento Financeiro", publicada pelo INEP (2020).

Nesse documento do INEP (2020) - PISA 2021: Matriz de Referência de Análise e de Avaliação de Letramento Financeiro, constam considerações acerca do Letramento Financeiro de todas as edições e também para o ano de 2022, em conformidade com a OCDE que serão abordadas nesse estudo.

Referente a edição do PISA 2021/2022, consta a explanação em conformidade com a OCDE que as escolas devem promover o Letramento Financeiro para todos os grupos demográficos com redução de lacunas e desigualdade inclusive entre gerações, a qualidade da escola básica nas matérias de  Matemática e Leitura, contribuem para as questões financeiras uma vez que estas viabilizam o desempenho do Letramento Financeiro, apesar de "a Matemática básica e o letramento em Leitura não fornecem os conhecimentos específicos do conteúdo, e os estudantes devem ser ajudados a melhorar seu Letramento Financeiro com conteúdos mais específicos" (BRASIL, 2020, p. 18)

O INEP (2020) publicou que o Letramento Financeiro, também poderá abordado por instituições nacionais e internacionais como "capacidade financeira" ou "competência financeira", com a intenção de enfatizar a capacidade dos cidadãos tomarem decisões financeiras, porém, nas avaliações do PISA realizadas e futuras, será utilizado o termo Letramento Financeiro em conformidade com os trabalhos da OCDE e do G20, uma vez que é reconhecida internacionalmente. Portanto, em conformidade com os documentos publicados pelo INEP, PISA e OCDE, será utilizado nessa tese o mesmo termo: Letramento Financeiro, pois ambos termos "abrangem os conhecimentos, as atitudes, as habilidades e os comportamentos dos consumidores". (BRASIL, 2020, p. 24).

É relevante destacar que o documento PISA 2021: Matriz de Referência de Análise e de Avaliação de Letramento Financeiro publicado pelo INEP (2020) apresenta um panorama das

avaliações do PISA que será analisado os apontamentos acerca da Educação Financeira e Letramento Financeiro.

Nas avaliações do PISA o Letramento Financeiro esteve presente nas edições dos anos de: 2012, 2015 e 2018. A edição de 2012 foi um marco para a história do Letramento Financeiro, pois "foi o primeiro estudo internacional de larga escala a avaliar o Letramento Financeiro de jovens" (BRASIL, 2020, p. 6), proporcionando uma fonte de evidências sobre o crescente envolvimento dos alunos com questões financeiras.

Dessa forma a avaliação do PISA da edição de 2012, conforme publicado pelo INEP (BRASIL, 2020, p. 8), contribui com o Letramento Financeiro para:

- Desenvolver matrizes nacionais de Letramento Financeiro e ofereceu uma base para a criação da matriz de competências principais da OCDE/Rede Internacional de Educação Financeira (INFE) sobre Letramento Financeiro;
- Incentivaram os formuladores de políticas a desenvolverem, reverem ou intensificarem suas iniciativas de Educação Financeira para os jovens;
- O resultado é utilizado como referência e incentivo para a participação na avaliação de Letramento Financeiro do PISA como parte das suas estratégias nacionais de Educação Financeira.

Conforme consta no documento da OCDE (2014), a avaliação do Letramento Financeiro no PISA desde 2012, resulta em uma fonte de evidências pertinentes ao crescimento e habilidades dos jovens referentes à assuntos financeiros.

Nos anos de 2015 e 2018 assim como no ano de 2012 houve a avaliação e análise de Letramento Financeiro, em cada edição foram realizadas revisões editoriais, assim como será feito para as próximas edições para garantir que seja atual e pertinente, com o objetivo de "considerar os recentes desenvolvimentos no panorama financeiro, econômico e sociodemográfico, que são relevantes para o Letramento Financeiro dos jovens e proporcionam uma motivação para essa avaliação" (BRASIL, 2020, p. 7).

Na avaliação do ano de 2015 apesar de não ter a concentração em Matemática o Letramento Financeiro foi avaliado desde essa edição, pois contemplava os chamados domínio inovadores.

Para a avaliação do PISA da próxima edição no ano de 2022, será considerada para as competências financeiras a mudanças tecnológica conforme publicado pelo INEP (2020): “inovações tecnológicas, a conectividade global, as mudanças demográficas e outras grandes tendências moldaram a sociedade e destacaram a necessidade contínua dos indivíduos adquirirem competências financeiras. (BRASIL, 2020, p. 6).

Ainda referente as alterações que ocorreram desde a primeira edição acerca do Letramento Financeiro nas avaliações do PISA no ano de 2022, é relevante destacar:

> Uma série de tendências tangíveis sustenta o interesse global no Letramento Financeiro como uma habilidade-chave para a vida, especialmente para os jovens. Algumas dessas tendências eram relevantes na época em que a matriz de 2012 foi elaborada e continuam a ser relevantes; outras tendências – especialmente a digitalização das finanças – têm se tornado cada vez mais importantes nos últimos anos. (BRASIL, 2020, p. 10).

Portanto, referente as tendências supracitadas que serão consideradas para a próxima do PISA, é relevante destacar as seguintes tendências do cenário financeiro, socioeconômicas e demográficas, conforme publicação do INEP (2020).

Iniciando o recorte para as tendências do cenário financeiro, o INEP (2020) publicou que abordam dois temas, são eles:

- Acesso ao dinheiro e a produtos e serviços financeiros desde a infância: maior inclusão financeira nas economias emergentes, progresso tecnológico e a desregulamentação para a ampliação do acesso a todos os tipos de produtos financeiros e, número crescente de consumidores com acesso a produtos e serviços financeiros, entregues por meio de canais tradicionais e digitais, incluindo instituições financeiras tradicionais, bancos on-line e empresas de telefonia móvel.
- Aparecimento generalizado de produtos e serviços financeiros digitais: avanço da inovação tecnológica, crescente aplicação da tecnologia digital em várias esferas, devido ao crescente acesso à internet em todo o mundo, grande parte da população mundial está utilizando cada vez mais as tecnologias digitais para acessar e utilizar serviços financeiros digitais, os quais compreendem transações financeiras por meio de tecnologia digital, esses serviços oferecem possibilidades de integrar o sistema financeiro formal as populações pobres e

anteriormente excluídas financeiramente, superando barreiras de infraestrutura física, baixando custos, oferecendo transações mais rápidas e oportunas e, potencialmente, proporcionando uma experiência adaptada às necessidades individuais, ao mesmo tempo, porém, a propagação de inovações digitais nas finanças tem criado novas fontes de risco para os consumidores, incluindo novos tipos de fraude e riscos relacionados com a segurança e confidencialidade dos dados, a grande disponibilidade de opções de compra sem uso de dinheiro em espécie por meio de lojas on-line, televisão interativa, jogos on-line e de celular, redes sociais, ou com uso de cartões, sem contato pode tornar o dinheiro menos real para os usuários que tomam as suas primeiras decisões de gastos.

Posteriormente, o estudo das tendências socioeconômicas e demográficas conforme publicação do INEP (2020) dos dois temas:

- Transferência de risco e aumento da responsabilidade individual: uma série de tendências demográficas, socioeconômicas e tecnológicas implicam transferência de riscos para os indivíduos, maior responsabilidade individual por muitas decisões financeiras, maior insegurança econômica para os jovens e para as gerações, tendências contínuas de aumento da longevidade, a queda das taxas de natalidade e a redução dos sistemas públicos de assistência em muitos países têm implicações na segurança dos rendimentos das pessoas durante a vida ativa e na velhice, transferência generalizada de riscos de governos e empregadores para os indivíduos, o que significa que agora muitas pessoas enfrentam os riscos financeiros associados à longevidade, a investimentos, a cuidados de saúde e apoio a longo prazo que elas mesmas têm que financiar, o número de decisões financeiras que os indivíduos têm de tomar e o significado dessas decisões está aumentando como consequência dessas mudanças no mercado e na economia, os regimes públicos de aposentadoria correspondente ao instituto nacional de seguro social (INSS) no Brasil, tendem a encolher na maioria dos países e são cada vez mais complementados por regimes privados de capitalização, nos quais o indivíduo pode ser responsável pelas decisões de investimento, incluindo a taxa de contribuição, a alocação do investimento e o tipo de produto.

- Financiamento do Ensino Superior: estudantes que se aproximam do fim da escolaridade obrigatória tomarão em breve decisões que terão consequências significativas para as suas vidas adultas, tais como a decisão de continuar os seus estudos ou de entrar ou não no mercado de trabalho.

Por último, no tocante ao Letramento Financeiro o INEP (2020) publicou que o PISA, "baseia-se em um conjunto de conhecimentos e habilidades associados ao desenvolvimento da capacidade de lidar com as demandas financeiras da vida diária e dos futuros incertos na sociedade contemporânea." (BRASIL, 2020, p. 24) e que o PISA do ano de 2022 se concentrará em matemática, com um teste adicional de Letramento Financeiro.

Nesse mesmo documento – PISA 2021: Matriz de Referência de Análise e de Avaliação de Letramento Financeiro, em conformidade com os estudos de Soares e da OCDE, consta que o letramento "como a capacidade dos estudantes de aplicar conhecimento e habilidades em áreas-chave, bem como analisar, raciocinar e se comunicar eficazmente à medida que colocam, resolvem e interpretam problemas em uma variedade de situações".

Nesse contexto, o INEP também apresentou a definição da OCDE do Letramento Financeiro de Adultos, a qual é "uma combinação de consciência, conhecimento, habilidade, atitude e comportamento necessários para tomar decisões financeiras sólidas e, em última análise, alcançar o bem-estar financeiro individual" (OCDE, 2016d, apud BRASIL, 2020, p. 23), com a última definição de Letramento Financeiro definido como:

> [...] o conhecimento e a compreensão de conceitos e riscos financeiros, bem como as habilidades e atitudes para aplicar esse conhecimento e essa compreensão, a fim de tomar decisões eficazes em uma variedade de contextos financeiros, melhorar o bem-estar financeiro dos indivíduos e da sociedade, e participar ativamente na vida econômica. (OECD, 2014c, p. 39, apud BRASIL, 2020, p. 24).

É relevante destacar que essa última definição de Letramento Financeiro supracitada, teve a atualização para "atitudes" no lugar das palavras "motivação" e "confiança" conforme publicação pelo INEP (2020).

Nesse contexto, avaliação do Letramento Financeiro do PISA, nesta publicação do INEP (2020) serão abordados:

- Conhecimento e compreensão de conceitos e riscos financeiros: O Letramento Financeiro é dependente de conhecimento e compreensão de elementos fundamentais do mundo financeiro. O conhecimento e compreensão de ameaças

que podem acarretar à riscos financeiros, oriundos de serviços financeiros digitais e tradicionais, o cidadão letrado financeiramente terá tenho uma compreensão do propósito de produtos como apólice de seguro pensões que se destinam a mitigar certos riscos. Portanto, é necessários o conhecimento e a compreensão dos principais conceitos, são eles: juros, inflação em relação custo-benefício para o bem-estar financeiro e, de produtos como apólices de seguro, pensões;

- Habilidades: Estão relacionadas aos processos cognitivos genéricos, são eles acessar informações, comparar e contrastar, extrapolar e avaliar. Para isso é necessário habilidades de matemáticas básicas: cálculo de porcentagem, operações matemáticas básicas, conversão de moeda, assim como, habilidades linguísticas, para a leitura e interpretação de textos publicitários e contratos básicos;
- Atitudes: Relacionadas a atributos não cognitivos, são eles: motivação para buscar informações no tocante às finanças, decisões financeiras, concentração longo prazo, exercitar o autocontrole, administrar fatores emocionais e psicológicos, que podem influenciar a tomada de decisão financeira;
- Aplicação de conhecimento e compreensões para tomada de decisões eficazes: A avaliação do PISA, a barca a capacidade de ativar e aplicar o os conhecimentos e compreensões em situações do cotidiano, e não na reprodução do conhecimento, para a capacidade de transferir e aplicar a aprendizagem sobre finanças pessoais nas tomadas de decisões eficazes, as quais são informadas e responsáveis que atendem a uma determinada demanda em uma variedade de contextos financeiros;
- Bem-estar financeiro: Está relacionado ao individual e o social. O entendimento administração e planejamento financeiro, impactam na sociedade em geral, pois refletem na estabilidade, produtividade, sustentabilidade eu não desenvolvimento nos âmbitos nacional e global;
- Participação na vida econômica: o indivíduo que é letrado financeiramente está munido para tomadas decisões com impactos positivos nome do pessoal familiar e comunidade, também está embasado para contribuir com o mundo econômico em que habita.

No PISA da edição 2021 que será aplicada no ano de 2022, para avaliar o Letramento Financeiro, serão analisados, conforme a publicação do INEP (Brasil, 2020): conteúdo, processos e contextos, conforme Quadro 6

**Quadro 6 -** Elementos para a avaliação de Letramento Financeiro PISA 2021

| | |
|---|---|
| Conteúdos | • Dinheiro de transações;<br>• Planejamento e gerenciamento financeiro;<br>• Risco e retorno;<br>• Cenário financeiro; |
| Processos | • Identificar informações financeiras;<br>• Analisar informações e situações financeiras;<br>• Avaliar questões financeiras;<br>• Aplicar compreensão e conhecimento financeiro; |
| Contextos | • Educação e trabalho;<br>• Lar e família;<br>• Individual;<br>• Social. |

Fonte: Autor

No Quadro 6, os conhecimentos e compreensões dos conteúdos: dinheiro e transações, planejamento e gerenciamento financeiro, risco e retorno e cenário financeiro. Inclui as formas de propósitos do dinheiro, transações monetárias, como moedas digitais e estrangeiras, como gastar e realizar pagamentos mediante a variedade de ferramentas disponíveis para essas ações, cálculo da relação custo-benefício, preenchimento de recibos físicos e eletrônicos.

No contexto dos conteúdos, na avaliação do PISA as tarefas podem estar relacionadas à: reconhecer notas e moedas, compreensão da troca do dinheiro por bens e serviços, compreensão dizer que o dinheiro gasto não está mais disponível para outro fim, formas de armazenar o dinheiro, compreender que o dinheiro em espécie, se houver a inflação, pode comprometer o valor em termos reais ao longo do tempo, formas de pagamento, possibilidade de empréstimo de dinheiro, juros, diferentes moedas, câmbio e moedas digitais, utilizar o dinheiro em espécie, cartões e outras formas de pagamento incluindo as digitais, utilização de caixas eletrônicos, ter a capacidade de verificar saldo via internet ou caixas eletrônicos, verificar recibos após transações e calcular o troco no caso das transações realizadas em espécie, constatar relação custo benefício de produtos de tamanhos diferentes, utilizar ferramentas como papel, caneta, planilhas de cálculo, recursos digitais para monitorar as transações e organizar os cálculos de

orçamento, e por último, verificar no extrato bancário nas modalidades impressas ou digitais a possibilidade de irregularidades.

Quanto ao planejamento e gerenciamento financeiro abrange: receitas, despesas, riquezas, planejamento, gerenciamento, processos de monitoramento de receitas e despesas. Inclui o aumento de riquezas em qualidade do bem-estar financeiro e os conteúdos relacionados ao crédito em poucas.

Nas tarefas de planejamento e gerenciamento financeiro, consta os tipos de rendimento, regras para o exercício de um emprego remunerado, compreensão das formas de abordar o salário - por hora, renda bruta ou renda líquida, diferentes fatores que podem afetar a renda, como por exemplo formação ou carreiras. Elaborar, respeitar e compreender os elementos de um orçamento, fatores que impactam o padrão de vida, como por exemplo número de dependentes e rendas, compreender as diferenças entre desejo e necessidade, o utilizar recursos disponíveis em recursos disponíveis para melhorar o bem-estar financeiro. compreender o impacto dos juros compostos em poupanças e o motivo pelo qual algumas pessoas utilizam outros produtos de investimentos, e por último, a compreensão dos impactos nas finanças no tocante dos impostos e benefícios governamentais.

No contexto de risco e retorno, pertinente ao Letramento Financeiro, inclui a capacidade de identificar maneiras de administrar riscos às finanças, mediante a possibilidade de ganhos ou perdas financeiras no âmbito financeiro. Os riscos são: causados por catástrofes que podem ser cobertos por seguros, mudanças que podem impactar na qualidade e padrão de vida, risco à produtos financeiros relacionados a empréstimos com juros variáveis, lucro insuficiente ou perda de capital relacionado à investimentos. Portanto, é necessário conhecimentos de riscos, comportamentos e estratégias dos tipos de produtos, proteção relacionado à seguros e poupança.

As tarefas para os conteúdos de risco e retorno, podem ser: situações que podem afetar um indivíduo, como: acidentes, ferimentos, danos ou roubos de bens ou de senhas, catástrofes, perda de emprego, nascimento, adoção de uma criança, impactos na saúde, flutuação nas taxas de juros, câmbios e outras alterações oriundas do mercado. Reconhecer que alguns produtos financeiros inclusive seguros e ato de poupar, pode ser utilizado em um momento de imprevistos, avaliar apólices e coberturas de seguros, compreender os perigos da inadimplência e conhecimentos para tomadas de decisões inclusive para garantias de contratos financeiros,

taxa de juros fixas ou variáveis e prazos fixos. Conhecer riscos e benefícios de propriedades, ouro e outros tipos de riquezas que podem substituir produtos financeiros.

E o último conteúdo refere-se ao cenário financeiro, que implica na ampla variedade de fatores que podem ao longo do tempo alterar este cenário, como por exemplo, a tecnologia e política governamental. Neste conteúdo também inclui a conscientização, a proteção de consumidores financeiros eu conhecimento dos direitos e deveres perante o mercado financeiro. No âmbito do cenário financeiro, é necessário considerar a quantidade e variedade de informações pertinentes ao mundo das finanças, incluindo as publicitárias, assim como também é necessário a compreensão sobre o desdobramento do cidadão, familiares e sociedade quanto às mudanças econômicas e de políticas públicas, como por exemplo, taxa de juros, inflação, tributação, sustentabilidade e benefícios sociais.

Referências para as tarefas, no cenário econômico é necessário demonstrar que compreendem o papel de regulação e proteção do consumidor, conhecem direitos e responsabilidades inerentes à produtos e serviços financeiros, compra e venda de bens e prestações de serviços, assim como conhecer e compreender o ambiente financeiro, invente ficar Fontes confiáveis. Apenas ciência das implica ações do compartilhamento de dados e só assim financeiros que podem acarretar crimes financeiros, em que é necessário a compreensão das ações pertinentes à proteção de dados, inclusive de forma digital. conhecer e compreender o impacto individual, comunitário, nacional e internacional das decisões financeiras no curto e longo prazo. E por último, conhecer a influência dos seguintes fatores econômicos: impacto de mudanças de políticas, compreensão de que a construção de Riqueza ou acesso ao crédito depende dos fatores taxa de juros e inflação. compreender os fatores externos: publicidade, amigos, família e sociedade, podem impactar nas escolhas e finanças de cada indivíduo.

No tocante aos processos da avaliação de Letramento Financeiro do PISA constam quatro processos, são eles:

- Identificar informações financeiras: compreende a busca e acesso a fontes de informações financeiras, quanto a identificação, reconhecimento e relevância. Também contemplam as tarefas do reconhecimento da terminologia financeira, tal como, o termo inflação que é utilizado para descrever a variação de preço ao longo do tempo;

- Analisar informações e situações financeiras: analisar informações financeiras, tais como a relação de juros e período no caso de um empréstimo, mediante atividades cognitivas de interpretar, comparar, contrastar e sintetizar elementos do contexto financeiro;
- Avaliar questões financeiras: utilizar conhecimentos no contexto financeiro, relacionando informações que podem ser solucionar problemas financeiros, mediante a tarefas e conhecimentos que já possuem;
- Aplicar compreensão e conhecimento financeiro: utilizar o conhecimento de conceitos e produtos financeiros e ações eficazes em contextos financeiros.

Quanto aos contextos, serão abordados os seguintes na avaliação de Letramento Financeiro do PISA:

- Educação e trabalho: tarefas como a compreensão de uma folha de pagamento, planejamento de poupança para o Ensino Superior e análise de um empréstimo estudantil, podem contemplar esse contexto;
- Lar e família: pertinente a gestão domiciliar, como compras pertinente ao mercado, planejamento de contas domésticas, orçamento e gastos;
- Individual: inclui finanças pessoais, tomada de decisão, segurança financeira individual, segurança de informações pessoais, cautela quanto a produtos desconhecidos, cautela com questões contratuais que envolvem abertura de contas bancárias, compra de bens, serviços financeiros como crédito e seguros, e por último, transações por canais digitais;
- Social: a relação do bem-estar financeiro pessoal com a comunidade local e nação. inclui direitos e deveres no tocante do consumo, impostos, compreender as ações pessoais no meio ambiente em geral, na economia e na sociedade.

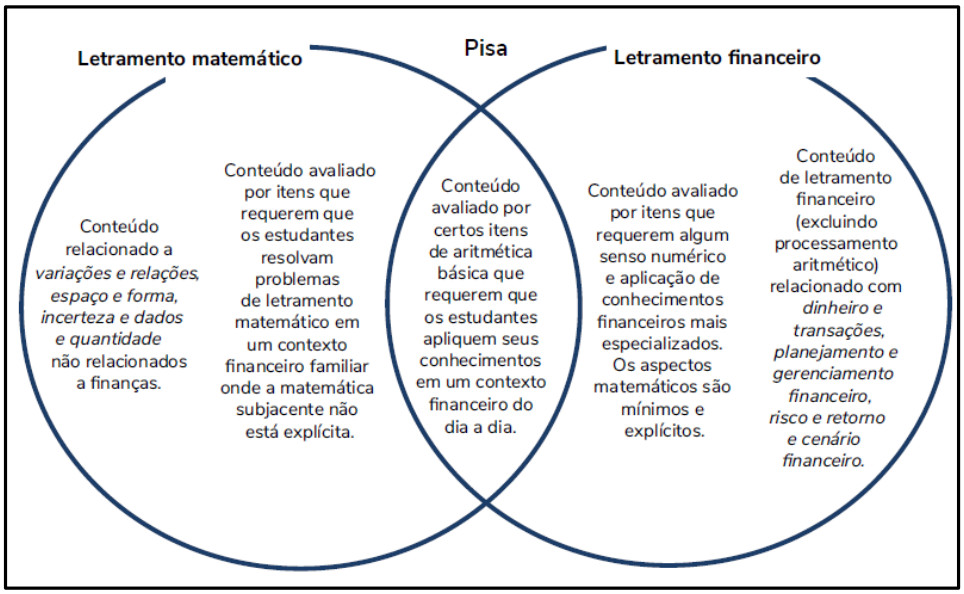
Na avaliação de Letramento Financeiro do PISA serão avaliados quatro fatores não cognitivos são eles: Fatores contextuais no caso do acesso à informação e a educação, comportamento e oportunidade para Acesso ao uso do dinheiro e produtos financeiros, atitudes e comportamentos financeiros.

Na Matriz de Referência de Análise de Avaliação de Letramento Financeiro: PISA 2021 quanto ao acesso e uso de dinheiro e produtos financeiros, consta que “é plausível assumir que

o uso de produtos financeiros no cotidiano pode influenciar o Letramento Financeiro dos jovens e vice-versa.” (BRASIL, 2020, p. 43)

Para o Letramento Financeiro também é necessário que o aluno seja letrado em Matemática, Leitura e “habilidades de resolução de problemas e pensamento crítico” (BRASIL, 2020, p. 43). Portanto, neste contexto é relevante destacar as quatro áreas do letramento matemático necessárias para que o aluno seja letrado financeiramente, são elas: variações e relações, espaço e forma, quantidade, incerteza e dados, conforme a Figura 1:

**Figura 1** - Relação do conteúdo de Letramento Financeiro e Letramento Matemático




Fonte: OCDE (2019, apud BRASIL, 2020, p. 55)

Mediante análise da Figura 1, é possível inferir que aritmética é um conteúdo do Letramento Matemático necessário para o cidadão tenha Letramento Financeiro, pois os conhecimentos aritméticos são utilizados em contextos financeiros do cotidiano.

E por último, no documento intitulado Matriz de Referência de Análise de Avaliação de Letramento Financeiro: PISA 2021 consta a apresentação dos resultados do Letramento Financeiro mediante a base de dados da avaliação de Letramento Financeiro de 2012 e 2015 que:

> [...] incluem, para os estudantes da amostra, os seus resultados cognitivos em Letramento Financeiro e nos domínios padrões do Pisa (Matemática e Leitura no Pisa 2012; Matemática, Leitura e Ciências no Pisa 2015), os dados de comportamento do pequeno questionário sobre Letramento Financeiro e os dados do questionário geral do estudante e do questionário da escola (apenas em 2012). (BRASIL, 2020, p. 59-60)

Os resultados estão representados por uma escala que apresenta a proficiência dos alunos, conforme publicado pelo INEP, "seguindo a prática do PISA, a escala é construída como tendo uma média de 500 e um desvio-padrão de 100 entre os países da OCDE participantes!" (BRASIL, 2020, p. 56), dividida em "em cinco níveis de proficiência, com base em um conjunto de princípios estatísticos. Esses níveis foram então descritos em termos das tarefas localizadas dentro de cada um para mostrar os tipos de habilidades e conhecimentos necessários para completar com sucesso essas tarefas. (BRASIL, p. 56, 2020)

Conforme a Tabela 6:

**Tabela 6 -** Descrição Resumida dos Cinco Níveis de Proficiência de Letramento Financeiro do PISA

| **Nível** | **Intervalo da escala** | **Porcentagem de estudantes capazes de realizar tarefas em cada nível (Média OCDE-10 no Pisa 2015)** | **O que os estudantes tipicamente conseguem fazer** |
|---|---|---|---|
| 1 | De 326 a menos de 400 pontos | 21,1% | • Identificar produtos e termos financeiros comuns e interpretar informações relacionadas a conceitos financeiros básicos.<br>• Reconhecer a diferença entre necessidades e desejos, e tomar decisões simples sobre os gastos diários.<br>• Reconhecer a finalidade de documentos financeiros do dia a dia, como uma fatura, e aplicar uma única operação numérica básica (adição, subtração ou multiplicação) em contextos financeiros que provavelmente experimentaram pessoalmente. |
| 2 Mínimo adequado | De 400 a menos de 475 pontos | 22,6% | • Começar a aplicar seus conhecimentos sobre produtos financeiros comuns e sobre termos e conceitos financeiros comumente usados.<br>• Usar determinadas informações para tomar decisões financeiras em contextos que são imediatamente relevantes para eles.<br>• Reconhecer o valor de um orçamento simples e interpretar características proeminentes de documentos financeiros do dia a dia.<br>• Aplicar uma única operação numérica básica, incluindo a divisão, para responder a questões financeiras.<br>• Mostrar uma compreensão das relações entre diferentes elementos financeiros, tais como a quantidade de uso (ou consumo) de algo e os custos envolvidos. |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 3 | De 475 a menos de 550 pontos | 26,0% | • Aplicar seu entendimento de conceitos, termos e produtos financeiros comumente usados em situações que são relevantes para eles.<br>• Começar a considerar as consequências de decisões financeiras e fazer planejamentos financeiros simples em contextos familiares.<br>• Fazer interpretações diretas de uma variedade de documentos financeiros e aplicar uma série de operações numéricas básicas, incluindo cálculo de porcentagens.<br>• Escolher as operações numéricas necessárias para resolver problemas rotineiros em contextos relativamente comuns, como cálculos de orçamentos. |
| 4 | De 550 a menos de 625 pontos | 19,6% | • Aplicar seu entendimento de conceitos e termos financeiros menos comuns a contextos que serão relevantes para eles à medida que avançam em direção à vida adulta, como gestão de contas bancárias e juros compostos em produtos de poupança.<br>• Interpretar e avaliar uma série de documentos financeiros detalhados, como extratos bancários, e explicar as funções de produtos financeiros menos usados.<br>• Tomar decisões financeiras levando em conta as consequências de longo prazo, como compreender as implicações gerais em termos do custo de pagamento de um empréstimo durante um período mais longo, e resolver problemas rotineiros em contextos financeiros menos comuns. |
| **5** | 625 pontos ou mais | 10,7% | • Aplicar seu entendimento de uma ampla gama de termos e conceitos financeiros em contextos que possivelmente só se tornarão relevantes para suas vidas a longo prazo.<br>• Analisar produtos financeiros complexos e levar em consideração características significativas de documentos financeiros, mas que não estão declaradas ou não são |

| | | | |
|---|---|---|---|
| | | | imediatamente evidentes, tais como custos de uma transação.<br>• Trabalhar com um alto grau de precisão e resolver problemas financeiros não rotineiros, bem como descrever os possíveis resultados de decisões financeiras, mostrando uma compreensão do cenário financeiro mais amplo, como, por exemplo, o imposto de renda. |

Fonte: OECD (2017d, apud BRASIL, 2020, p. 57-59)

Referente a Tabela 6, o primeiro apontamento acerca das avaliações dos níveis propostos é que, a OCDE considerou o segundo nível como sendo o "mínimo adequado" no Nível 2 om a pontuação entre 400 e 475 pontos, ou seja, 40% da pontuação total da avaliação, esse aluno já atinge o mínimo adequado nesta avaliação.

O aluno que obteve 400 pontos nesta avaliação, contemplou as seguintes ações que tipicamente conseguem fazer conforme estudo da OCDE descritas no nível 1 e 2, respectivamente:

> • Identificar produtos e termos financeiros comuns e interpretar informações relacionadas a conceitos financeiros básicos.
> • Reconhecer a diferença entre necessidades e desejos, e tomar decisões simples sobre os gastos diários.
> • Reconhecer a finalidade de documentos financeiros do dia a dia, como uma fatura, e aplicar uma única operação numérica básica (adição, subtração ou multiplicação) em contextos financeiros que provavelmente experimentaram pessoalmente.
> • Começar a aplicar seus conhecimentos sobre produtos financeiros comuns e sobre termos e conceitos financeiros comumente usados.
> • Usar determinadas informações para tomar decisões financeiras em contextos que são imediatamente relevantes para eles.
> • Reconhecer o valor de um orçamento simples e interpretar características proeminentes de documentos financeiros do dia a dia.
> • Aplicar uma única operação numérica básica, incluindo a divisão, para responder a questões financeiras.
> • Mostrar uma compreensão das relações entre diferentes elementos financeiros, tais como a quantidade de uso (ou consumo) de algo e os custos envolvidos. (OCDE, 2017d, apud BRASIL, 2020, p. 57-58)

Entretanto o nível 2 - mínimo adequado proposto pela OCDE, compreende apenas as ações de: identificar, interpretar, reconhecer, começar, usar e mostrar e, os termos: conceitos básicos, decisões simples, aplicar uma única operação básica (adição, subtração ou multiplicação), única operação numérica básica (incluindo divisão).

Entretanto é possível inferir que o intitulado mínimo adequado não compreende: considerar as consequências de decisões financeiras e fazer planejamentos financeiros, interpretar variedade de documentos financeiros, tomar decisões financeiras levando em conta as consequências de longo prazo, compreender o custo de pagamento de um empréstimo, resolver problemas rotineiros em contextos financeiros, aplicar seu entendimento de termos e conceitos financeiros em contextos relevantes para a vida a longo prazo, analisar produtos financeiros complexos e considerar características significativas de documentos financeiros, encerrando com o imposto de renda, que constam nos níveis seguintes – 3, 4 e 5.

Diante do exposto é pertinente salientar que as ações e elementos que constam no primeiro e segundo nível que compreendem o mínimo adequado, não abordam, como por exemplos, a tomada de decisões financeira e planejamento financeiro que são indispensáveis para a Educação Financeira para que o cidadão seja letrado financeiramente. Portanto, o mínimo adequado proposto pela OCDE deveria contemplar no mínimo ações e elementos no mínimo, do cotidiano, pois a tomada de decisão no âmbito financeiro e o planejamento financeiro são ações pertinentes a vida de todos ou no mínimo da grande maioria da população, independente da classe social.

Em relação ao Nível 5, a pontuação é a partir de 625 pontos, ou seja, o aluno que atingiu a partir de 625 pontos já possui o maior Nível de Proficiência em Letramento Financeiro proposto pela OCDE. Dessa forma, acertando apenas 62,5% das questões, o aluno contemplará o maior nível de Letramento Financeiro.

A referida avaliação trabalhou com os acertos e erros, totalizando a pontuação da avaliação para classificar mediante a tabela que consta os níveis que foi apresentada e, com a informação de que a pontuação se refere ao que tipicamente os alunos conseguem fazer.

E ainda, que 400 pontos já compreende o mínimo adequado e que com 625 pontos o aluno já possui o maior nível.

Em suma, os Níveis de Proficiência de Letramento Financeiro propostos pela OCDE utilizados na avaliação do PISA não avaliam conteúdos e elementos necessários pertinentes à proficiência e sim, verificam o total de pontos atingidos pelos alunos para classificar o que tipicamente fazem.

Diante do exposto, se faz necessário estudar, analisar e apresentar os documentos públicos pertinentes ao ensino da Matemática e o que regem os documentos públicos de Educação Financeira do Brasil, para compreender e propor a categorização de elementos imprescindíveis para o Letramento Financeiro e que devem ser desenvolvidos no âmbito escolar nacional.

Conforme mencionado, a avaliação do PISA é aplicada em diversos países, portanto, não está relacionada as propostas de educação do Brasil, como por exemplo, à BNCC. Portanto, será realizado o estudo, análise e apresentação da abordagem da Educação Financeira e dos elementos pertinentes ao Letramento Financeiro que constam na BNCC, para que o cidadão seja letrado financeiramente ao concluir Escola Básica e aplicar ao longo da vida.

Após a explanação das pesquisas mapeadas e apresentadas nesta Revisão de Literatura é relevante destacar que Ferreira (2019), nas considerações finais de sua tese afirmou a relevância da necessidade de pesquisas no âmbito do Letramento Financeiro e abordou elementos pertinentes à financiamento e empréstimo.

Conforme apresentado nesta revisão, Teixeira (2015) também em sua tese, concluiu mediante a sua análise, a ausência de Letramento Financeiro dos docentes.

Posteriormente, em sua dissertação Trindade (2017), após a elaboração e análise dos cinco critérios, a autora concluiu que estes contribuem e viabilizam o Letramento Financeiro até o término da Educação Básica.

Ainda neste contexto, Sena (2017) conclui que os alunos mobilizam habilidades mínimas de conhecimentos matemáticos para serem Letrados Financeiramente, mediante a relação de dependência hierárquica entre os conhecimentos matemáticos. E que documentos apontam a necessidade de desenvolver o Letramento Financeiro, porém os vigentes – no ano de 2017, ainda reproduzem abordagens superficiais do tema.

A pesquisa de Coutinho e Campos (2018) assim como esta tese, está embasada nas pesquisas e publicações da OCDE, PISA, INEP, documentos elaborados pelo Banco Central do Brasil, os quais contribuem para o Letramento Financeiro, que compreende um conjunto de conceitos, conhecimentos e atitudes, que contemplam: conceitos básicos do Mercado Financeiro, vida financeira pessoal, planejamento, orçamento, poupança, aposentadoria,

consciência para: consumo, uso de crédito, financiamento e, por fim, a gestão financeira pessoal.

Orton (2007) relatou algumas definições relevantes para esta pesquisa, são elas: capacidade financeira, conhecimento e compreensão financeira, habilidade e competência financeira, responsabilidade financeira.

No tocante das definições apresentadas por Orton (2007), é possível inferir que a capacidade econômica conforme definida pelo autor, está imersa na Educação Econômica a qual está relacionada com a vida e decisões e, o Letramento Financeiro que está imerso na Educação Financeira, está relacionado à assuntos de finanças pessoais.

Embasados em documentos elaborados pela OCDE, o autor ressalta a necessidade do Letramento Financeiro nas escolas, nas faculdades, para discentes e docentes, não apenas para a população do Canadá, mas sim para a população mundial, pois contribui para o âmbito social, apoia o setor financeiro e beneficia todos os níveis de economia.

Posteriormente, na pesquisa de Silva e Powell (2013), que destacam o estudo realizado pela OCDE por meio de relatório intitulado Melhoria da Literacia Financeira: análise das questões e políticas e, apresentam uma Proposta Curricular para Educação Financeira no Brasil, para a qual consideraram três dimensões, são elas: pessoal, familiar e social.

Na pesquisa de Silva e Powell (2013), é relevante destacar os quatro eixos norteadores, que devem ser discutidas ao longo de toda a formação alunos, são eles: noções básicas Finanças e Economia, Finança pessoal e familiar, oportunidades, os riscos e as armadilhas na gestão do dinheiro numa sociedade de consumo e, as dimensões sociais, econômicas, políticas, culturais e psicológicas que envolvem a Educação Financeira.

Quanto ao estudo do documento do PISA referente a Avaliação de Letramento Financeiro, é relevante destacar que os conteúdos (dinheiro de transações, planejamento e gerenciamento financeiro, risco e retorno e cenário financeiro), os contextos (educação e trabalho, lar e família, individual e social) apresentados no Quadro 6, corroboram com a proposta dos elementos pertinentes ao Letramento Financeiro, que serão apresentados nesta tese nos estudos da BNCC e dos documentos públicos de Educação Financeira.

Quanto aos processos (identificar informações financeiras, analisar informações e situações financeiras, avaliar questões financeiras e aplicar compreensão e conhecimento

financeiro), também apresentados no Quadro 6, contribuem para a proposta dos níveis de proficiência.

Em suma, após este mapeamento e revisão das literaturas apresentadas, é possível constatar o ineditismo da proposta dessa tese, à luz dos Níveis de Proficiência em Letramento Financeiro quanto aos seus elementos.

No próximo capítulo, será apresentado o referencial metodológico desta tese.

# CAPÍTULO 3. PROCEDIMENTO TEÓRICO-METODOLÓGICO

Neste capítulo será apresentado o procedimento teórico-metodológico desta tese, em duas seções, iniciando com o estudo da teoria que contribuirá para as análises dos documentos, conforme a metodologia descrita e, na segunda seção e será apresentada a metodologia e os procedimentos metodológicos desta tese.

## 3.1. Quadro Teórico: Ecologia do Didático

Nessa seção será apresentado o quadro teórico desta tese que é a Ecologia do Didático criada por Yves Chevallard, desenvolvida por Michèle Artaud e, aplicadas em por pesquisadores como Saddo Ag Almouloud e Cleusiane Vieira Silva.

A Ecologia do Didático de Chevallard foi inspirada na ecologia biológica, que explica "as relações entre os objetos e no estudo do objeto em si mesmo" (ALMOULOUD; SILVA, 2018, p. 236). Portanto, neste contexto, para a compreensão desta teoria é relevante algumas definições acerca de seus elementos: ecossistema, organismos, habitat e nicho.

Iniciando com a compreensão de ecossistema que tem o conceito de constituir "uma maneira de observar a natureza" (ARTAUD, 1988, p. 102, tradução nossa), no qual existem organismos e seus respectivos habitat e nicho, distinguidos e definidos por ecologistas.

Conforme Chevallard (1994), o habitat "é de certa forma o endereço, o lugar residência da entidade" (CHEVALLARD, 1994, p. 4, tradução nossa) e, os nichos "são as funções que o organismo desempenha ali; isto é, de alguma forma a profissão que lá exerce". (CHEVALLARD, 1994, p. 4, tradução nossa).

Ainda a respeito dos preceitos desta teoria, a problemática ecológica é "um meio de questionar o real" (ARTAUD, 1988, p. 101, tradução nossa). Nesse contexto, na pesquisa intitulada *"Introduction à I'approche écoloque du didactique: I'ecologie des organisations mathématiques et didactiques"* de Artaud (1988), consta que a problemática ecológica é norteada pelas respostas das seguintes questões, propostas pela referida autora:

- O que existe, e por quê?
- O que não existe e por quê?
- O que não existe poderia existir?

- Sobre quais condições?

Referente ao ecossistema, Artaud (1988) apresentou quatro tipos definidos por pesquisadores de Didática da Matemática referente a epistemologia do saber matemático, são eles:

- Ecossistema do saber: produção da Matemática;
- Ecossistema didático: estudo da Matemática;
- Ecossistema profissional: utilização da Matemática;
- Ecossistema noosferiano: manipulação da Matemática para transposição.

Diante do objetivo acerca dos Níveis de Proficiência em Letramento Financeiro propostos nesta tese, com o aporte teórico da Ecologia do Didático, a problemática ecológica tem o ecossistema como o "conjunto de comunidades que vivem em um determinado local" (SANTOS, 2022), que é a Educação Financeira, a qual é um tema transversal e interdisciplinar, portanto, permeia diversas áreas de conhecimento, ou seja, um conjunto de comunidades e, o organismos é o Letramento Financeiro que será estudado, analisado e apresentado desde a sua constituição, justificativas e organização.

Quanto aos elementos pertinentes ao organismo, o habitat é constituído pelo currículo determinado pela BNCC quanto aos conteúdos de Matemática e os documentos normativos de Educação Financeira do Brasil, e por último, o nicho, ou seja, com a função que este organismo desempenha dentro de um sistema, portanto, é a identificação e categorização dos elementos pertinentes ao Letramento Financeiro, para desenvolver um percurso que o cidadão atinja a proficiência deste, ou seja, a função deste organismo é o desenvolvimento do Letramento Financeiro categorizado por níveis.

Quanto as questões referentes a problemática ecológica desta pesquisa, tem-se:

- O que existe, e por quê?
  Existem conceitos relacionados à Educação Financeira que podem contribuir para que o cidadão construa conhecimentos pertinentes a esta temática e possa gerir suas finanças pessoais.
- O que não existe e por quê?
  Não existem critérios de categorização desses conhecimentos com o objetivo de o desenvolver o letramento financeiro.

- O que não existe poderia existir?

  As categorias podem ser desenvolvidas mediante a análise, caracterização e categorização dos elementos que constam nos documentos públicos de Educação Financeira do Brasil, abordados ao longo da vida escolar nas aulas de Matemática.
- Sobre quais condições?

  Por meio da identificação, categorização, caracterização de elementos que constam nos documentos públicos desta temática e, em concordância com o currículo de Matemática propostos na BNCC que favorecem e corroboram para a construção dos conhecimentos relacionados à Educação Financeira.

Mediante ao problema ecológico apresentado, esses ecossistemas propostos por Artaud (1988) à luz da proposta dessa tese são:

- Ecossistema do saber: produção da Matemática no âmbito científico, ou seja, o saber científico – saber sábio;
- Ecossistema didático: estudo da Matemática em conformidade com o currículo de matemática que constam no documento público intitulado de BNCC para o saber ensinado.
- Ecossistema profissional: utilização das habilidades e competências adquiridas com os conteúdos de Matemática para aplicação no âmbito da Educação Financeira;
- Ecossistema noosferiano: manipulação da Matemática para transposição, definida como “à passagem do saber sábio ao saber ensinado” (ALMOULOUD, KLUTH, 2020, p. 8), ou seja, a passagem de um objeto de estudo do saber sábio (Matemática acadêmica, conhecimento científico), para o saber ensinado, isto é, o saber aprendido na escola.

E por fim, a aplicação de uma teoria em uma pesquisa é um instrumento aplicado à um objeto que se oferece a transmissão possibilitando ser ouvido, lido e visto, que precisa ser aprendido para ser usado e para produzir conhecimento, para problematizar a realidade, conforme Chevallard (1994).

Nesse contexto, a Teoria Ecológica do Didático será aplicada nesta pesquisa conforme será apresentado nos procedimentos metodológicos neste capítulo.

## 3.2. Referencial Metodológico

Para realizar uma pesquisa é necessário métodos e técnicas de investigação científica utilizando procedimentos "próprios, racionais, sistemáticos, intensivos, científicos que possibilitam o confronto entre o conhecimento teórico acumulado sobre um assunto e dados e informações coletados sobre ele, ou seja, o confronto entre teoria e prática". (PESCUMA & CASTILHO, 2013, p. 12).

Neste contexto, nesta tese será aplicada a metodologia de pesquisa documental, devido ao estudo na fonte de documentos no sentido amplo, conforme Severino (2016), pois engloba grande número e diversos tipos de "documentos de primeira mão, que não receberam qualquer tratamento analítico, tais como: documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, gravações etc". (GIL, 2008, p. 51).

No tocante das fontes da pesquisa documental, é possível complementar que "são ainda matéria prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise." (SEVERINO, 2016, p. 131).

No contexto da pesquisa documental, as autoras Marconi e Lakatos (2018) publicaram que esta metodologia também pode ser chamada de fontes primárias, ou seja, fontes que ainda não foram escritas por outros pesquisadores ou autores, a qual difere da pesquisa bibliográfica que utilizam as fontes secundárias, ou seja, registros já disponíveis realizados por outros pesquisadores, portanto, são fontes secundárias de informações.

Dessa forma, é possível fundamentar que esta tese tem como metodologia a pesquisa documental, pois esta embasada em fontes primárias, ou seja, nos documentos percursores da Educação Financeira do Brasil.

Diante do exposto, para a análise dos documentos públicos de Educação Financeira do Brasil, será utilizado a análise de conteúdo a qual foi definida como "um conjunto de técnicas de análises das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferências às condições de produção" (BARDIN, 1977, p. 45).

Entretanto, as autoras Laville e Dione (1999) publicaram que na década de 1970, a expressão análise de conteúdo "fazia referência a esse aparelho particular, de espírito mais

quantitativo, de análise do discurso manifesto, privilegiando os cálculos de frequência dos termos e expressões usados.” (LAVILLE E DIONE, 1999, p. 225). Entretanto, estas autoras publicaram que a análise de conteúdo tem múltiplas faces, pois:

> Alguns a vinculam estreitamente aos estudos com base documental e fazem dela uma técnica, se não uma estratégia de pesquisa, incluindo nela coleta de informação, por exemplo. Parece-nos mais claro e também mais justo vincular-nos mais perto ao sentido do termo análise, sem por outra parte restringir o termo conteúdo só um material apresentado sob a forma de documentos escritos. (LAVILLE E DIONE, 1999, p. 225)

Dessa forma, nesta tese será realizada a análise de conteúdo dos documentos públicos e primários de Educação Financeira do Brasil, mediante a abordagem qualitativa em que:

> [...] o pesquisador decide prender-se as nuances de sentido que existem entre as unidades, aos elos lógicos entre essas unidades ou entre as categorias que elas reúnem, visto que a significação de um conteúdo reside largamente na especificidade de cada um de seus elementos e na das relações entre eles, especificidade que escapa amiúde ao domínio do mensurável. (LAVILLE E DIONE, 1999, p. 225-226)

Para iniciar a análise de conteúdo, conforme as autoras supracitadas, ainda na fase preparatória o pesquisador precisa se inteirar dos documentos, decidir a forma como irá utilizá-los, o tipo de recorte selecionado, da forma como os elementos serão agrupados, para que surjam as significações pertinentes à qualidade da análise e conclusões para a pesquisa.

Posteriormente, “à medida que cole informações, o pesquisador elabora sua percepção do fenômeno e se deixa guiar pelas especificidades do material selecionado. Isso conduz às vezes a explorar certos domínios particulares para complementar essas informações”. (LAVILLE E DIONE, 1999, p. 215)

O “princípio da análise de conteúdo: consiste em demonstrar a estrutura e os elementos deste conteúdo para esclarecer suas diferentes características e extrair sua significação” (LAVILLE E DIONE, 1999, p. 214), ou seja, o pesquisador deverá "distinguir categorias deveras significativas para classificar os conteúdos e enfocar lhes à disposição”. (LAVILLE E DIONE, 1999, p. 216), as quais devem refletir a intenção do propósito da pesquisa, pois “o exame de documentos pode ser uma técnica útil de investigação se o pesquisador conseguir construir categorias de análise, constituídas pelos itens principais, mais frequentes e diferentes que surgem nos dados” (FIORENTINI; LORENZATO, 2012, p. 103).

Para construir essas categorias, é pertinente compreender o significado da categorização que é “um processo de classificação ou de organização de informações em categorias, isto é, em classes ou conjuntos que contenham elementos ou características comuns.” (FIORENTINI; LORENZATO, 2012, p. 134), em que “o conjunto das categorias deve estar relacionado a uma ideia ou conceito central capaz de abranger todas as categorias” (FIORENTINI; LORENZATO, 2012, p. 134)

No entanto, o pesquisar deverá realizar os recortes dos conteúdos em elementos e ordená-los em categorias, “em função de sua significação cumpre que esses sejam portadores de sentido em relação ao material analisado e as intenções da pesquisa” (LAVILLE E DIONE, 1999, p. 216), que podem ser “palavras, expressões, frases ou enunciadas que se referem a temas”. (LAVILLE E DIONE, 1999, p. 217)

Diante do exposto, nesta tese será utilizada a análise de conteúdo mediante a categorização dos elementos eu compõem o Letramento Financeiro.

Neste contexto para responder à questão de pesquisa dessa tese será apresentado no Capítulo 4, o estudo de alguns apontamentos históricos em que a economia e o comércio foram norteadores para o desenvolvimento de elementos pertinentes à Educação Financeira, e posteriormente, o estudo cronológico referente a implantação e o percurso da Educação Financeira do Brasil, o qual possibilitou constatar e identificar os documentos públicos que regem esta temática no país.

Ainda no Capítulo 4 será apresentado o estudo da BNCC à luz da Educação Financeira. No qual foram identificadas as habilidades da componente curricular Matemática que favorece a abordagem desta temática. Portanto, em continuidade à esta etapa, houve a necessidade de estabelecer critérios para identificar os contextos de Educação Financeira dispostos nessas habilidades. Esses critérios foram embasados na definição de Educação Financeira Escolar de Silva e Powell (2013).

Após a identificação desses contextos, no Capítulo 5 serão apresentados os estudos dos documentos públicos primários de Educação Financeira do Brasil, iniciando com a Deliberação, na sequência os seis anexos: Pesquisa Nacional do Grau de Educação Financeira da População Brasileira, Inventário de Educação Financeira, Experiências Internacionais, Orientações para a Educação Financeira nas Escolas, Programas Setoriais e, Orientações para a Educação Financeira de Adultos, e por último o Plano Diretor da Estratégia Nacional de Educação Financeira do Brasil.

Posteriormente, ainda no Capítulo 5, serão apresentados e identificados os elementos que constam nos documentos supracitados de Educação Financeira, pertinentes aos contextos identificados nas habilidades da componente curricular Matemática dispostos na BNCC, os quais foram organizados e categorizados no Capítulo 6.

Essas categorias e seus elementos contemplam o Letramento Financeiro, a qual pode ser mensurada mediante a proposta dos Níveis de Proficiência em Letramento Financeiro, que estão embasados nos cinco níveis de compreensão do Modelo de van Hiele[14], são eles: nível 0 – visualização ou reconhecimento, nível 1 – análise, nível 2 – dedução informal ou ordenação, nível 3 – dedução formal, nível 4 – rigor, apresentados no estudo de Nasser e Sant´anna (2010).

Neste contexto, a Proficiência em Letramento Financeiro do cidadão pode ser mensurada mediante a proposta dos cinco Níveis de Proficiência em Letramento Financeiro que contemplam todos os elementos das categorias que serão desenvolvidas.

Os Níveis de Proficiência em Letramento Financeiro descritos no Quadro 7, são graduais e, o posterior necessita do anterior.

**Quadro 7 -** Níveis de Proficiência em Letramento Financeiro

| Nível | Descrição do Nível |
|---|---|
| Nível 0 ($N_0$) | Reconhecimento: identificar os elementos financeiros; |
| Nível 1 ($N_1$) | Compreensão: compreender os elementos financeiros; |
| Nível 2 ($N_2$) | Análise: analisar os elementos financeiros; |
| Nível 3 ($N_3$) | Manipulação: aplicar e relacionar os elementos financeiros; |
| Nível 4 ($N_4$) | Autonomia: avaliar e tomar decisões pertinente aos elementos financeiros. |

Fonte: Autor

Em suma, a elaboração das categorias do Letramento Financeiro, foram realizadas mediante os elementos dispostos nos documentos públicos primários de Educação Financeira do Brasil, selecionados à luz dos contextos identificados nas habilidades da componente

[14] Pierre van Hiele e sua esposa Dina van Hiele-Geldof, professores holandeses publicaram seus estudos acerca da investigação do desenvolvimento do pensamento geométrico e, foi reformulado após o falecimento de sua esposa.

curricular Matemática da BNCC, de acordo com os critérios embasados na definição de Educação Financeira Escolar de Silva e Powell (2013).

Esses procedimentos serão apresentados nos capítulos seguintes, iniciando com o próximo capítulo intitulado Educação Financeira no Brasil.

# CAPÍTULO 4. EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL

Neste capítulo será apresentado apontamentos a Educação Financeira no Brasil e esta dividido em quatro seções, sendo a primeira um breve relato acerca da origem, história e evolução de termos financeiros e econômicos que são utilizados até os dias atuais, posteriormente na segunda seção, será apresentada a implantação e percurso da Educação Financeira no Brasil, na sequência, a terceira e quarta secção, será apresentada a abordagem da Educação Financeira nos documentos relacionados ao ensino: PISA 2021 e a BNCC.

## 4.1. Origem, História e Evolução de Termos Financeiros e Econômicos

Nessa seção será apresentada uma breve explanação dos aspectos históricos de alguns elementos e termos financeiros da contemporaneidade, que emergiram da necessidade da economia e avanço do comércio. Vale ressaltar que esta abordagem histórica no âmbito da Educação Financeira é uma das orientações que constam nos documentos publicados pela Estratégia Nacional de Educação Financeira do Brasil, os quais estão inalterados na Nova Estratégia de Educação Financeira do Brasil e, serão apresentados posteriormente nessa tese.

Dessa forma, é relevante alguns apontamentos de cunho histórico nos âmbitos financeiro e econômico, assim justificando a necessidade da sociedade diante desta temática, em assuntos que tangem às finanças - evolução do trabalho, da moeda no comércio, transações monetárias da atualidade e o sistema financeiro, assim, abarcando a economia.

Esse breve estudo iniciará com alguns apontamentos acerca do comércio, sendo essa uma das atividades percursoras quanto à utilização da moeda - dinheiro, gerando o escambo, o qual “foi a primeira forma de comércio” (BRASIL, p. 2, 2022), e posteriormente, com a evolução dessas atividades, emergiu a necessidade da economia, do sistema monetário, produtos e serviços financeiros e bancários.

As moedas emergiram da necessidade de equivalência de medidas para a troca de produtos. Estas foram nomeadas de moeda-mercadoria ou padrões fixos, oriundos das áreas além da agricultura, como por exemplos, o boi e o sal. Desta última emergiu a palavra salário, devido a frequente utilização pela população com a finalidade de conservar os alimentos.

Mediante as necessidades de diversas regiões, foram criados outros padrões, tais como: o algodão, cacau, cerâmica, dentes, entre outros, conforme consta no *site* do Tribunal Superior do Trabalho, a seguinte afirmação do historiador Castro:

> No Ocidente ficou muito famosa a base salarial ser pensada pelo sal. Especificamente salário vem da palavra salarium do latim no Império Romano que deriva da palavra

> sal. Porque, o sal foi um produto muito apreciado pelos romanos porque ele tem algumas propriedades muito especificas primeiro porque ele é excelente pra cicatrização de feridas e também para a conservação de alimentos e para dar gosto de alimento. Exatamente por isso que o sal foi considerado um alimento sagrado, uma dádiva da deusa Salus, a deusa da saúde. E aí vem a palavra salário, exatamente porque os soldados romanos recebiam como pagamento, muitas vezes, uma porção de sal. Depois o sal passa a ser uma base de cálculo para se estabelecer o pagamento dos serviços prestados pelo trabalhador (BRASIL, 2020, s.p.).

A evolução do comércio gerou a necessidade de uma moeda de troca e, devido à valorização do metal, eram produzidas de forma rudimentar de fabricação manual em metal fundido em lingotes ou peças, com uma marca oficial de identificação da autoridade pública local, continham o valor e peso, conforme consta no *site* Brasil Escola em História da Moeda.

Ainda no contexto do comércio, existiam comerciantes de produtos de ouro e prata, que possuíam cofres e guardas a seus serviços, que emitiam recibos[15] como garantia para aqueles que não queriam portar dinheiro, como por exemplo, devido à segurança, originando conforme consta nos documentos do Banco Central do Brasil (2011): “as primeiras cédulas de "papel moeda", ou cédulas de banco, ao mesmo tempo em que a guarda dos valores em espécie dava origem a instituições bancárias.”

O avanço das atividades comerciais, também teve a contribuição das navegações, principalmente das internacionais, as quais geraram a necessidade de um critério de equivalência entre as moedas, chamado de padrão ouro.

Essas atividades comerciais deram início ao câmbio, devido as moedas oriundas de diversos lugares e, como alguns comerciantes tinham a intenção de comercializá-las, começaram a retê-las, surgindo assim, uma outra atividade, a de “guardar e emprestar dinheiro” (ROBERT, 1989, p. 55). Esses comerciantes receberam o nome de cambistas e, atuavam em bancos – assentos, no mercado, praças, originando os termos bancos e banqueiros.

Os comerciantes que emprestavam parte de suas reservas com a condição de prazo determinado para a devolução e com uma soma adicional, iniciaram as operações de crédito, em que a cobrança adicional pelo empréstimo, “evidencia-se o lucro, o ganho ou, então, o juro. Assim, ficaram caracterizadas, ainda que de uma forma bastante rudimentar, o que seriam as primeiras operações de crédito”. (GRANDO E SCHNEIDER, 2010, p. 48).

No tocante de juros, conforme a afirmação de Gonçalves (2005), desde os primeiros registros de civilizações, na Babilônia antes de 2000 a.C., existiam os juros e os impostos, os quais eram cobrados “conforme a necessidade de cada época, foi se criando novas formas de se

---

[15] Conhecidos como *"goldsmith´s notes"*.

trabalhar com a relação tempo-juros (juros semestrais, bimestral, diário, etc.)" (GONÇALVES, 2005, s.p.).

Os sacerdotes da Igreja Católica também realizavam a custódia e empréstimo de valores, mediante a devolução posterior, com o pagamento dos juros em ouro ou prata. Conforme afirmação de Gonçalves (2005), a Igreja Católica criou o Banco do Espírito Santo para essas atividades, o qual não conseguiu manter o monopólio devido ao crescimento comercial e a descoberta de novas terras, acarretando a necessidade de uma rede bancária mais ampla.

Mediante a movimentação de valores em papel, surge uma espécie de transação chamada conta corrente, possibilitando a movimentação do dinheiro e a origem do cheque conforme afirmação de Robert (1989), os indivíduos que queriam guardar quantias no banco, realizavam o depósito de uma determinada quantia sob a denominação de conta corrente.

Posteriormente, para efetuar algum pagamento, utilizava um formulário chamado de cheque conforme o estudo de Robert (1989). Dessa forma, o cheque, assim como atualmente, é "uma ordem que o depositante dá ao banco para que este pague ao portador a soma estipulada no cheque, deduzindo-a de sua conta corrente ou transferindo-a para a conta corrente de um outro depositante." (ROBERT, 1989, p. 58).

Dessa forma, as transações financeiras em papel originaram esses recibos – papel moeda da época e posteriormente os cheques, em que ambos eram utilizados para realizar pagamentos e, eram repassados entre os indivíduos. Esse tipo de papel diminui a necessidade de cunhagem de moedas, as quais também assumiram uma nova finalidade, o troco.

Os termos: salário, cambistas, banqueiros e, os elementos: moeda, recibo – papel moeda, cheque, empréstimo, entre outros, emergiram das atividades comerciais citadas anteriormente, gerando a necessidade, conforme consta na publicação do Banco Central do Brasil em História do BC: "possuir um sistema capaz de acompanhar as evoluções econômicas que se observavam no mundo", emergindo três instituições no Brasil, são elas: o Banco do Brasil (BB), Banco Central do Brasil (BC) e a Casa da Moeda.

O Banco do Brasil foi fundado em 12 de outubro de 1808 pelo príncipe regente D. João VI, quando o país passou a sediar a coroa portuguesa. E em 1819 ainda por esta instituição foi criada no Rio de Janeiro a primeira Bolsa Brasileira.

No ano de 1863, o Banco do Brasil torna-se o único emissor de moeda do território nacional até 1866. Após esta data, a emissão tornou-se responsabilidade da Casa da Moeda, e após este ano, se torna o principal captador de depósitos e fornecedor de empréstimos do Brasil, conforme publicação no *site* do Banco do Brasil. Também iniciando com o desconto de títulos e oferta de empréstimos garantidos por hipotecas.

Outros fatos históricos como a Abolição da Escravatura, também são relevantes devido ao impacto na economia, ocasionada pela substituição de escravos por trabalhadores assalariados, aumentando a circulação de dinheiro e a necessidade de moeda.

Ainda no contexto histórico, após a Segunda Guerra Mundial, foi criada a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) para controlar e preparar a organização de um banco central. A SUMOC foi extinta devido as mudanças causadas na Revolução de 1964 com a Lei da Reforma Bancária, criando o Banco Central do Brasil (BCB) e o Conselho Monetário Nacional, a qual teve relevância para o Banco do Brasil, pois deixou de ser o responsável pelo controle da moeda.

Na década de 80, o Banco do Brasil começa a atuar em todos os segmentos do mercado financeiro, diversificou o varejo e lançou o primeiro cartão de múltiplo uso do mercado brasileiro. E no ano 2000 lançou o portal “bb.com.br”, com o lançamento do autoatendimento personalizado.

Diante do exposto é possível compreender que os termos, produtos e serviços financeiros começam a surgir mediante a necessidade dos indivíduos, devido ao progresso do comércio, impulsionando a criação de moedas, serviços de custódia e empréstimos nos quais também eram aplicados, assim como na antiguidade a cobrança de juros e impostos, o câmbio devido as navegações e comercialização entre países, emergindo a necessidade de equivalência de moeda gerando o padrão ouro, salário, recibo - papel moeda, custódia de valores, entre outros.

Dessa forma, o crescimento das atividades comerciais impulsionou o interesse da população pela educação e a necessidade de novos campos, como a Economia, a qual “estuda como administrar recursos escassos, visando a satisfação das necessidades e ao bem-estar da sociedade”. (BRASIL, 2017, p. 31)

Após o breve histórico de alguns elementos pertinentes a esta pesquisa que foram abordados, como por exemplo, os apontamentos acerca do sal que era utilizado como forma de pagamento por produtos e serviços, posteriormente papel moeda, até a atualidade com o uso de transações financeiras via PIX[16], é possível inferir que o comércio e a economia incitam novas modalidades de transações financeiras ocasionando em produtos e serviços no Sistema Financeiro Nacional.

Em suma, é possível inferir que a economia e o comércio foram os percursores dos elementos tangíveis à Educação Financeira, neste contexto na próxima seção será apresentado o estudo dos documentos públicos referente a implantação e o percurso da Educação Financeira do Brasil.

## 4.2. Implantação e Percurso da Educação Financeira no Brasil

A Educação Financeira é uma preocupação mundial devido ao impacto causado no desenvolvimento econômico dos países, portanto, existem organizações governamentais, intergovernamentais e, grupos de pesquisas que desenvolvem e propagam os conhecimentos de assuntos relacionados às finanças à população independente do grau de escolaridade para educar financeiramente os cidadãos.

Neste contexto é relevante o estudo da origem da Educação Financeira no Brasil, iniciando com a explanação de documentos públicos brasileiros pertinentes à esta temática - Decretos[17] e Deliberações[18]; até os dias atuais, ou seja, um estudo cronológico.

Os documentos pertinentes a esta seção apresentados nesta etapa da pesquisa, são: Decreto 5.685 de 25 de janeiro do ano de 2006, Deliberação nº 3 de 31 de maio do ano de 2007, Deliberação nº 5 de 26 de junho do ano de 2008, Decreto nº 7.397 de 22 de dezembro do ano de 2010 e o Decreto Federal nº 10.393 de 09 de junho do ano de 2020.

---

[16] Pix é o pagamento instantâneo brasileiro. O meio de pagamento criado pelo Banco Central (BC) em que os recursos são transferidos entre contas em poucos segundos, a qualquer hora ou dia. É prático, rápido e seguro. O Pix pode ser realizado a partir de uma conta corrente, conta poupança ou conta de pagamento pré-paga. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/pix. Acesso em 23/03/2022 as 21h49min.

[17] Decreto é o ato administrativo da competência exclusiva do Chefe do Executivo, utilizados para tratar de situações gerais ou individuais, abstratamente previstas, de modo expresso ou implícito na lei. https://www.infoescola.com/direito/decreto/ 19/03/2020 às 12h24min.

[18] Deliberação trata-se de uma discussão em que se busca concluir algo, de modo que, ao final da argumentação e exposição dos motivos por parte dos ali presentes, em uma assembleia, por exemplo, chega-se à determinada conclusão sobre o tema analisado. https://dicionariodireito.com.br/deliberacao-judicial 19/03/2020 às 12h33min.

O primeiro documento estudado é o Decreto 5.685 de 25 de janeiro do ano de 2006, no qual consta a instauração do Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiros, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização (COREMEC), o qual tem a "finalidade de promover a coordenação e o aprimoramento da atuação das entidades da administração pública federal que regulam e fiscalizam as atividades relacionadas à captação pública da poupança popular" (BRASIL, 2006, s.p.).

Nesse Decreto supracitado não costa diretamente à Educação Financeira, porém é relevante devido a instituição do comitê o qual inicia as implantações acerca da Educação Financeira no Brasil, conforme a Deliberação nº 3 de 31 de maio de 2007, publicado no Diário Oficial da União, em que o COREMEC baseado no Decreto 5.685, publicou o artigo primeiro referente a aprovação da "criação de um Grupo de Trabalho - GT a fim de desenvolver e propor, no prazo de 6 meses a contar de sua instalação e sob a coordenação da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, uma "Estratégia Nacional de Educação Financeira" (BRASIL, 2007, p. 1)

É relevante destacar que esta Deliberação nº 3 de 31 de maio de 2007 é o primeiro documento público brasileiro a abordar a Educação Financeira e, neste documento, destacam-se algumas medidas de responsabilidade do Grupo de Trabalho (GT) criado pelo COREMEC perante a coordenação da CVM, são elas: "deliberar sobre a estrutura da estratégia e sugerir as áreas, públicos e temas a serem priorizados, estimando, sempre que possível, os recursos necessários à execução das ações propostas, e as eventuais limitações vislumbradas para tal execução." (BRASIL, 2007, p. 2).

E nesta última deliberação, também consta que o referido GT apresentará ao COREMEC para aprovação, uma minuta do documento final, contendo um Relatório e uma Proposta de Atuação denominada Estratégia Nacional de Educação Financeira, com as seguintes informações:

> a) público-alvo a ser atingido, estabelecendo a devida segmentação, conforme a prioridade sugerida: por faixa etária (crianças, jovens, adultos e terceira idade), escolaridade (fundamental, médio, superior e pós-graduação), de renda (classe econômica), por atividade (pequenos e médios empreendedores, trabalhadores, professores, profissionais de mercado, gerentes de bancos, magistrados, membros do Ministério Público etc.) ou por região;
>
> b) objetivos a serem priorizados: crescimento do mercado, inclusão financeira, proteção do investidor, desenvolvimento social etc.;
>
> c) áreas a serem priorizadas: desenvolvimento de habilidades em finanças pessoais, estímulo à poupança, relacionamento com crédito, microcrédito, financiamento à

> habitação, proteção de investidores, inclusão no sistema financeiro, previdência e preparação para a aposentadoria, seguros etc.;
>
> d) ações a serem desenvolvidas: páginas na rede mundial de computadores, palestras, publicações e outros impressos, cursos, seminários, encontros regionais, concursos, centrais de atendimento, treinamentos específicos, campanhas de divulgação etc.;
>
> e) financiamento: estrutura de fontes (orçamentários, doações, cotas de participação, operações externas), modo de gestão dos recursos, instituições que aportarão recursos (p.ex., associações, entidades de classe, organizações autorreguladoras, PNUD, BID, Banco Mundial, etc.);
>
> f) responsabilidades: órgãos e entidades governamentais a serem envolvidos e, eventualmente, instituições privadas que poderiam participar;
>
> g) organização: modo de coordenação da estratégia, como por exemplo por meio de uma comissão nacional ou por um órgão ou entidade já existente ou a ser criada;
>
> h) Plano Plurianual (PPA): avaliação quanto à necessidade de criação de Programa ou Ações no PPA, sugerindo-os, em caso positivo, inclusive os respectivos indicadores e produtos, ou indicando os Programas já existentes a serem afetados;
>
> i) avaliação da efetividade da estratégia: medida do grau de sucesso no alcance dos seus objetivos, escolha dos indicadores apropriados, metodologia e periodicidade da mensuração e responsabilidade pela auditoria dos resultados;
>
> j) mecanismos de revisão da estratégia: responsabilidades pela reformulação, subsídios do processo de avaliação e procedimento de revisão que inclua audiências públicas. (BRASIL, 2007, p. 2)

Na sequência cronológica dos documentos públicos pertinentes à Educação Financeira no Brasil, conforme o artigo segundo da Deliberação nº 5 de 26 de junho de 2008, tornando público a decisão do COREMEC, resultado da sessão datada em 21 de maio de 2008, com base no Decreto nº 5.685 de 25 de janeiro de 2006, foi publicado os objetivos da Estratégia Nacional de Educação Financeira, são eles:

> I- Promover e fomentar a cultura de educação financeira no país;
> II- Ampliar o nível de compreensão do cidadão para efetuar escolhas conscientes relativas à administração de seus recursos; e
> III- Contribuir para a eficiência e a solidez dos mercados financeiro, de capitais, de seguros, de previdência e capitalização. (BRASIL, 2008, p. 2)

No artigo terceiro desta Deliberação nº 5 de 26 de junho de 2008, foram definidas as diretrizes da Estratégia Nacional de Educação Financeira, são elas:

> I- Programa de Estado, de caráter permanente;
> II- Ações de interesse público;
> III- Âmbito Nacional;
> IV- Gestão centralizada e execução descentralizada;
> V- Três níveis de atuação:
>  a. Informação;
>  b. Instrução; e
>  c. Orientação;

> VI- Avaliação e revisão permanentes e periódicas. (BRASIL, p. 2, 2008)

O penúltimo documento é o Decreto nº 7.397 de 22 de dezembro de 2010, sendo este de suma importância para a educação brasileira, pois institui a "Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF" (Brasil, 2010), a qual tem "a finalidade de promover a Educação Financeira e previdenciária e contribuir para o fortalecimento da cidadania, a eficiência e solidez do sistema financeiro nacional e a tomada de decisões conscientes por parte dos consumidores." (Brasil, 2010).

No artigo segundo do Decreto é o nº 7.397 de 22 de dezembro de 2010, consta a implementação e diretrizes da ENEF:

> I - Atuação permanente e em âmbito nacional;
> II - Gratuidade das ações de educação financeira;
> III - Prevalência do interesse público;
> IV - Atuação por meio de informação, formação e orientação;
> V - Centralização da gestão e descentralização da execução das atividades;
> VI - Formação de parcerias com órgãos e entidades públicas e instituições privadas; e
> VII - Avaliação e revisão periódicas e permanentes. (BRASIL, 2010, p. 7)

No artigo terceiro do Decreto é o nº 7.397 de 22 de dezembro de 2010 foi instituído o Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF), no âmbito do Ministério da Fazenda com o objetivo de definir: programas, planos, ações e coordenar a ENEF.

E o último documento público desta seção é o Decreto Federal nº 10.393, de 09 de junho do ano de 2020, no qual consta a instituição da Nova Estratégia Nacional de Educação Financeira e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF).

Referente a Nova ENEF, consta no Decreto Federal nº 10.393 que esta tem a "finalidade de promover a Educação Financeira, securitária, previdenciária e fiscal no país". (BRASIL, 2020, p. 2)

Ainda neste Decreto nº 10.393, consta que o FBEF é um colegiado composto por órgãos e entidades, são eles: Banco Central do Brasil, Comissão de Valores Mobiliários, Superintendência de Seguros Privados, Secretaria do Tesouro Nacional da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia, Secretaria de Previdência da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Superintendência Nacional de Previdência

Complementar, Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça e Segurança Pública e, o Ministério da Educação.

Neste documento supracitado, encontra-se as competências do FBEF, são elas:

> I - Implementar e estabelecer os princípios da ENEF;
> II - Divulgar as ações de educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal propostas por seus membros, por outros órgãos e entidades públicas ou por instituições privadas;
> III - Compartilhar as informações sobre as ações de educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal produzidas pelos órgãos e entidades representados, para identificar as oportunidades de articulação; e
> IV - Promover a interlocução entre os órgãos ou as entidades públicas e as instituições privadas para estimular e, sempre que possível, integrar as ações de educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal. (BRASIL, 2020, p. 2)

E ainda neste documento – Decreto nº 10.393 consta que o FBEF tem autonomia, de instituir grupos de trabalho para "examinar assuntos específicos e fornecer suporte técnico". (BRASIL, 2020, p. 2)

Por fim, o artigo dez do Decreto Federal nº 10.393 de 09 de junho do ano de 2020 revoga o Decreto nº 7.397 de 22 de dezembro de 2010.

Em suma, no Decreto 5.685 de 25/01/2006 foi instituído o COREMEC o qual fomentou a Educação Financeira no Brasil. Conforme Deliberação nº 3 de 31/05/2007, foi criado um Grupo de Trabalho, com o principal resultado, a proposta de trabalho intitulada: Estratégia Nacional de Educação Financeira, posteriormente na Deliberação nº 5 de 26/06/2008 foi estabelecido os objetivos e diretrizes da ENEF, no Decreto nº 7.397 de 22/12/2010, houveram implementações na ENEF, sendo uma delas, o CONEF com os objetivos relacionados à programas, ações, planos e coordenação da ENEF com a seguinte definição: "uma política de Estado de caráter permanente que conta com a mobilização de diferentes setores da sociedade brasileira" (BRASIL, 2019, p. 3) e, por último o Decreto nº 10.393 de 09/06/2020, a qual tem a "finalidade de promover a Educação Financeira, securitária, previdenciária e fiscal no país". (BRASIL, 2020, p. 2) e, consta a revogação do Decreto anterior mencionada - nº 7.397, a instituição da Nova ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira.

Devido a importância da ENEF - Decreto nº 7.397 de 22/12/2010 e da Nova ENEF - Decreto nº 10.393 de 09/06/2020, é pertinente compreender que apesar da revogação do Decreto da ENEF, a Nova ENEF continua utilizando os mesmos documentos públicos da ENEF.

Após o estudo da origem e percurso da Educação Financeira no Brasil, é relevante a apresentação de informações que constam no s*ite* da ENEF intitulado Vida e Dinheiro[19].

No referido *site* consta que a ENEF é "uma mobilização em torno da promoção de ações de Educação Financeira, securitária, previdenciária e fiscal no Brasil". (BRASIL, s.d.), com o objetivo de "contribuir para o fortalecimento da cidadania ao fornecer e apoiar ações que ajudem a população a tomar decisões financeiras mais autônomas e conscientes". (BRASIL, s.d.)

A estrutura da governança estratégica, consultiva e coordenação da Nova ENEF é composta por órgãos e entidades públicas "interessadas em promover a educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal no Brasil" (BRASIL, s.d.).

A governança estratégica é realizada pelo Fórum Brasileiro de Educação Financeira que é a "instância responsável pela direção, supervisão e pelo fomento da nova ENEF" (BRASIL, 2020, s.p.), formado pelas seguintes entidades governamentais e órgãos: Banco Central do Brasil, Comissão de Valores Mobiliários, Superintendência de Seguros Privados, Secretaria do Tesouro Nacional da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia, Secretaria de Previdência da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Superintendência Nacional de Previdência Complementar, Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça e Segurança Pública e o Ministério da Educação e, no *site* Vida e Dinheiro também consta o CONEF.

A governança consultiva é composta por:

- Grupo de Apoio Pedagógico (GAP): é uma "instância de assessoramento ao CONEF quanto aos aspectos pedagógicos relacionados à educação financeira e previdenciária" (BRASIL, s.d.) e, é integrado por representantes de cada órgão ou entidade, são eles: Banco Central do Brasil, Comissão de Valores Mobiliários, Superintendência Nacional de Previdência Complementar, Superintendência de Seguros Privados, Ministério da Educação, Ministério da Fazenda, Ministério da Justiça e Cidadania, 5 Instituições Federais de Ensino (sendo uma por região

[19] https://www.vidaedinheiro.gov.br

brasileira), Conselho Nacional de Educação, Conselho dos Secretário de Educação e União dos Dirigentes Municipais de Educação.

- Comissão Permanente (CP): "instância instituída para prover o CONEF do suporte técnico necessário à Estratégia Nacional de Educação Financeira." (BRASIL, s.d.) e, é formada dois membros de cada órgão e entidade do CONEF, sendo um o representante e um suplente.
- Secretaria Executiva: responsável pelo "apoio administrativo e fornece os meios necessários para o alcance dos objetivos do CONEF. É exercida pelo Banco Central. (BRASIL, s.d.)

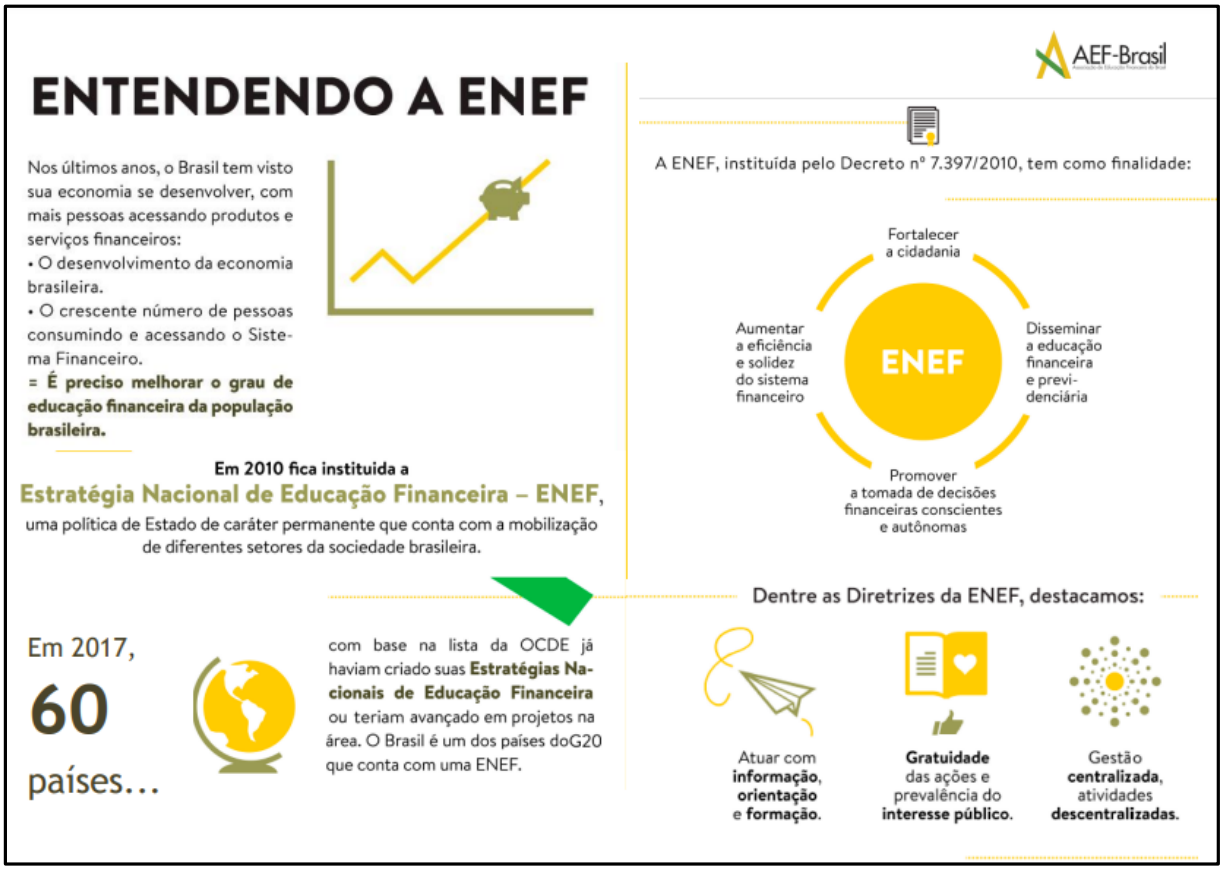
Na ENEF a coordenação era realizada pelo AEF-BRASIL e na NOVA ENEF é realizada pelo FBEF.

No *site* da ENEF, figura a informação de que ENEF é guiada pelo Plano Diretor, conforme ações dos dois programas, são eles:

- Programas Transversais: ações de vários setores que transcendem os interesses de uma instituição específica;
- Programas Setoriais: ações e programas realizados pelas instituições e membros do CONEF.

No *site* ENEF também consta o Infográfico – Figura 2 intitulado "Entendendo a ENEF", devido a necessidade de melhorar o grau de Educação Financeira dos cidadãos brasileiros, diante do desenvolvimento da economia no Brasil nos últimos anos, pois o número de consumidores acessando o Sistema Financeiro Nacional é crescente no país.

**Figura 2 -** Infográfico ENEF




Fonte: BRASIL (s.d.).

Ainda neste Infográfico supracitado, constam as seguintes finalidades da ENEF: "fortalecer a cidadania, disseminar a Educação Financeira e previdenciária, promover a tomada de decisões financeiras conscientes e autônomas e aumentar a eficiência e solidez do sistema financeiro". (BRASIL, s.d.)

E as principais diretrizes da ENEF pertinentes a esta tese, que estão publicadas neste documento - Infográfico, são: "atuar com informação, orientação e formação, gratuidade das ações e prevalência do interesse público e gestão centralizada, atividades descentralizadas". (BRASIL, s.d.).

E por fim, é pertinente destacar que neste Infográfico constam os nomes de dois documentos norteadores da ENEF, são eles: Orientações para Educação Financeira nas Escolas e Orientações para Educação Financeira para Adultos, os quais serão analisados posteriormente nesta tese.

Após a apresentação da implantação da Estratégia Nacional de Educação Financeira a qual é um avanço para a educação do país, é relevante salientar uma síntese de alguns apontamentos ao longo do percurso da Educação Financeira no Brasil.

Entretanto para facilitar a compreensão desses apontamentos, serão utilizados os termos: ENEF-1010 referente ao Decreto Federal nº 7.397 do ano de 2010, que instituiu a Estratégia Nacional de Educação Financeira no Brasil e, foi revogada no Decreto Federal nº 10.393 do ano de 2020 pertinente ao segundo termo, para o qual será utilizado Nova ENEF-2020, assim distinguindo a antiga e da atual proposta acerca da Educação Financeira do Brasil.

Iniciando com a informação que consta no *site* da ENEF em que "os programas da Nova ENEF são guiados pelo Plano Diretor, sua Deliberação e seus Anexos".

Porém esses documentos foram elaborados e publicados, antes da revogação do decreto da ENEF-2010, ou seja, a nova utiliza os documentos da antiga ENEF sem implementações, alterações e novas diretrizes para os programas. Dessa forma é pertinente salientar que os documentos públicos disponíveis no *site* Vida e Dinheiro antes da revogação da ENEF-2010, são os mesmos disponíveis após a Nova ENEF-2020.

Outro apontamento pertinente à Educação Financeira do Brasil é na Nova ENEF-2020, houve a exclusão da participação da sociedade civil a qual na antiga ENEF, era atuante para "construir proposta com legitimidade e, principalmente, estabelecer compromisso para sua execução" (BRASIL, 2017, p. 2).

Quanto à coordenação da ENEF, na ENEF-2010 era realizada pela Associação de Educação Financeira do Brasil (AEF-Brasil), a qual "exercia o papel de coordenadora dos programas transversais da ENEF. Neste papel, além da coordenação dos projetos, a Associação era responsável pela mobilização social e financeira necessária para executá-los".

Esta AEF-BRASIL também era atuante quanto as informações disponíveis no *site* da ENEF intitulado "Vida e Dinheiro", sendo que após a Nova ENEF-2020, este ambiente virtual necessita de atualizações, programas e ações de Educação Financeira para população brasileira, principalmente diante de instabilidades que envolvem situações políticas, econômicas e sociais, inclusive impactos causados durante o período pandêmico devido à COVID-19.

Ao consultar o site da ENEF no mês de outubro do ano de 2022, é possível constatar o impacto para a Educação Financeira no que tange a coordenação da ENEF, conforme consta na Figura 3:

**Figura 3 -** Relatório Anual das ações promovida pela ENEF

Fonte: BRASIL, 2022.

Nesta Figura 3 é possível verificar que o último relatório anual referente as principais ações da ENEF disponíveis, desde a ENEF-2010 foram publicados até o ano de 2018, ou seja, nos anos de 2019, 2020 e 2021, não consta nenhuma informação quanto a realização e ou publicação desses relatórios, os quais podem contribuir para o avanço, divulgação e informação acerca da Educação Financeira no Brasil.

No mesmo decreto da Nova ENEF-2020, foi instituído o Fórum Brasileiro de Educação Financeira, o qual tem a responsabilidade de coordenar os programas transversais da ENEF, atividade exercida anteriormente pela AEF-Brasil.

Outro apontamento de impacto na NOVA ENEF-2020 pertinente a Educação Financeira do Brasil, é a composição da presidência do Fórum Brasileiro de Educação Financeira dos seguintes órgãos e entidades:

I - Banco Central do Brasil;
II - Comissão de Valores Mobiliários;
III - Superintendência de Seguros Privados;

> IV - Secretaria do Tesouro Nacional
> V - Secretaria de Previdência da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia;
> VI - Superintendência Nacional de Previdência Complementar;
> VII - Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça e Segurança Pública; e
> VIII - Ministério da Educação. (BRASIL, 2020, p. 2)

Quanto à esta composição do Fórum Brasileiro de Educação Financeira consta na Nova ENEF-2020 que será "exercida, a cada período de vinte e quatro meses, por um de seus membros, em regime de rodízio, de acordo com a ordem dos incisos do caput" (BRASIL, 2020, p. 2).

Dessa forma, cada membro respeitando a ordem cardinal, presidirá no período de dois anos, sendo que Ministério da Educação, responsável pela Educação do Brasil, no Fórum Brasileiro de Educação Financeira, será o último a presidi-lo, pois anteriormente, nesta ordem, será presidido por: Banco Central do Brasil, da Comissão de Valores Mobiliários, Superintendência de Seguros Privados, Secretaria do Tesouro Nacional a Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia, da Secretaria de Previdência da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar e da Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

No Brasil, conforme consta na Nova ENEF-2020, o Fórum Brasileiro de Educação Financeira será presidido pelo Ministério da Educação que trata de educação, somente após 14 anos para iniciar o período de seu exercício, no ano de 2034, conforme consta na Nova ENEF-2020.

Por último, na Nova ENEF-2020 constam que os membros do FBEF devem compor os grupos de trabalho, porém não faz menção ao Grupo de Trabalho que já existia, assim como em relação ao GAP.

Neste estudo cronológico dos decretos e deliberações à luz da Educação Financeira do Brasil, foi possível compreender a história, e o percurso quanto às implementações, alterações, exclusões e publicações de documentos disponíveis no site da Estratégia Nacional de Educação Financeira, dos documentos públicos brasileiro pertinentes à esta temática desde a implantação até os dias atuais.

Na próxima seção, será apresentado o estudo da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no âmbito da proposta desta tese.

## 4.3. Base Nacional Comum Curricular

Nesta seção será apresentada o estudo da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) à luz da Educação Financeira.

O Ministério da Educação (MEC) publicou o documento intitulado "Base Nacional Comum Curricular: Educação é a Base", definida como "uma Base para toda a Educação Básica brasileira" (BRASIL, 2018, p. 7), elaborada por especialistas de todas as áreas de conhecimento, "é um documento completo e contemporâneo, que corresponde às demandas do estudante desta época, preparando-o para o futuro" (BRASIL, 2018, p. 7), para a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, que compreende alunos na faixa etária de etária entre 0 e 17 anos.

Este documento - BNCC está em conformidade com o Plano Nacional de Educação (PNE), fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN) e, "aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996)" (BRASIL, 2018, p. 9).

A BNCC é um documento de "caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento" (BRASIL, 2018, p. 9) e, é:

> Referência nacional para a formulação dos currículos dos sistemas e das redes escolares dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das propostas pedagógicas das instituições escolares, a BNCC integra a política nacional da Educação Básica e vai contribuir para o alinhamento de outras políticas e ações, em âmbito federal, estadual e municipal, referentes à formação de professores, à avaliação, à elaboração de conteúdos educacionais e aos critérios para a oferta de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da educação. (BRASIL, 2018, p. 10).

Neste contexto de aprendizagem, as escolas, sistemas, redes de ensino tem flexibilidade nas "esferas de autonomia e competência, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora. (BRASIL, 2018, p. 21)

Dessa forma, a BNCC é uma base para a formulação do currículo das redes escolares, as quais tem “a autonomia dos sistemas ou das redes de ensino e das instituições escolares, como também o contexto e as características dos alunos.” (BRASIL, 2018, p. 18).

Referente ao contexto e características dos estudos, os currículos e a BNCC são complementares, com o objetivo de garantir “as aprendizagens essenciais definidas para cada etapa da Educação Básica, uma vez que tais aprendizagens só se materializam mediante o conjunto de decisões que caracterizam o currículo em ação.” (BRASIL, 2018, p. 18).

Dessa forma, as instituições escolares devem adequar as propostas da BNCC a realidade local e as modalidades de ensino (Infantil, Fundamental e Médio) mediante à:

- Contextualizar os conteúdos dos componentes curriculares, identificando estratégias para apresentá-los, representá-los, exemplificá-los, conectá-los e torná-los significativos, com base na realidade do lugar e do tempo nos quais as aprendizagens estão situadas;
- Decidir sobre formas de organização interdisciplinar dos componentes curriculares e fortalecer a competência pedagógica das equipes escolares para adotar estratégias mais dinâmicas, interativas e colaborativas em relação à gestão do ensino e da aprendizagem;
- Selecionar e aplicar metodologias e estratégias didático-pedagógicas diversificadas, recorrendo a ritmos diferenciados e a conteúdos complementares, se necessário, para trabalhar com as necessidades de diferentes grupos de alunos, suas famílias e cultura de origem, suas comunidades, seus grupos de socialização etc.;
- Conceber e pôr em prática situações e procedimentos para motivar e engajar os alunos nas aprendizagens;
- Construir e aplicar procedimentos de avaliação formativa de processo ou de resultado que levem em conta os contextos e as condições de aprendizagem, tomando tais registros como referência para melhorar o desempenho da escola, dos professores e dos alunos;
- Selecionar, produzir, aplicar e avaliar recursos didáticos e tecnológicos para apoiar o processo de ensinar e aprender;
- Criar e disponibilizar materiais de orientação para os professores, bem como manter processos permanentes de formação docente que possibilitem contínuo aperfeiçoamento dos processos de ensino e aprendizagem;
- Manter processos contínuos de aprendizagem sobre gestão pedagógica e curricular para os demais educadores, no âmbito das escolas e sistemas de ensino. (BRASIL, 2018, p. 18 - 19)

Para que os alunos desenvolvam “atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (BRASIL, 2018, p. 10), por meio de competências, definidas como “a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais).

No tocante as competências, a BNCC definiu as dez competências gerais da Educação Básica “que consubstanciam, no âmbito pedagógico, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento (BRASIL, 2018, p. 10). São elas:

- Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
- Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
- Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
- Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
- Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.
- Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
- Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
- Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.
- Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.
- Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários. (BRASIL, 2018, p. 12 -13)

Devido a relevância da BNCC para a educação brasileira, é pertinente para esta tese a análise da abordagem da Educação Financeira na BNCC, pois é um tema contemporâneo e, está presente na vida dos cidadãos nas esferas: individual, social e mundial.

Para a análise da BNCC serão definidos critérios pertinentes definição de Educação Financeira Escolar apresentada na introdução desta tese:

> A Educação Financeira Escolar constitui-se de um conjunto de informações através do qual os estudantes são introduzidos no universo do dinheiro e estimulados a produzir uma compreensão sobre finanças e economia, através de um processo de ensino, que os torne aptos a analisar, fazer julgamentos fundamentados, tomar decisões e ter posições críticas sobre questões financeiras que envolvam sua vida pessoal, familiar e da sociedade em que vivem. (SILVA e POWELL, 2013, p. 12).

Mediante à definição de Educação Financeira Escolar é pertinente salientar os seguintes critérios que nortearão a análise dessa temática na BNCC:

- Universo do dinheiro;
- Compreensão de finanças;
- Compreensão de economia;
- Análise e julgamentos fundamentados;
- Tomada de decisões;
- Posicionamento crítico sobre questões financeiras de ordens: pessoal, familiar e social.

Iniciando com o Parecer CNE/CEB nº 3/2004 e Resolução CNE/CEB nº 1/2004 e o Parecer CNE/CEB nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB nº 7/2010 as seguintes temáticas: "saúde, vida familiar e social, educação para o consumo, Educação Financeira e fiscal, trabalho, ciência e tecnologia e diversidade cultural" (BRASIL, 2018, p. 20) que consta na BNCC.

Em que as essas temáticas conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais da educação brasileira, devem ser "contempladas em habilidades dos componentes curriculares, cabendo aos sistemas de ensino e escolas, de acordo com suas especificidades, tratá-las de forma contextualizada." (BRASIL, 2018, p. 22).

Na BNCC a Educação Financeira está presente em duas áreas, sendo a primeira a "Ciência da Natureza e suas Tecnologias" no Ensino Médio, a qual justifica-se pelas necessidades causadas pelas transformações na sociedade, com destaque para o uso de tecnologias em diversos setores, inclusive para:

> [...] o empreendedorismo individual, em todas as classes sociais, e cresce a importância da Educação Financeira e da compreensão do sistema monetário contemporâneo nacional e mundial, imprescindíveis para uma inserção crítica e consciente no mundo atual. Diante desse cenário, impõem-se novos desafios às

> Ciências Humanas, incluindo a compreensão dos impactos das inovações tecnológicas nas relações de produção, trabalho e consumo. (BRASIL, 2018, p. 568)

E a segunda área que a Educação Financeira está presente é na Matemática, nos anos 5º, 6º, 7º e 9º do Ensino Fundamental, nas respectivas unidades temáticas com as seguintes finalidades:

- Números: "desenvolver o pensamento numérico, que implica o conhecimento de maneiras de quantificar atributos de objetos e de julgar interpretar argumentos baseados em quantidades." (BRASIL, 2018, p. 268), constam:

> [...] o estudo de conceitos básicos de economia e finanças, visando à Educação Financeira dos alunos. Assim, podem ser discutidos assuntos como taxas de juros, inflação, aplicações financeiras (rentabilidade e liquidez de um investimento) e impostos. Essa unidade temática favorece um estudo interdisciplinar envolvendo as dimensões culturais, sociais, políticas e psicológicas, além da econômica, sobre as questões do consumo, trabalho e dinheiro. É possível, por exemplo, desenvolver um projeto com a História, visando ao estudo do dinheiro e sua função na sociedade, da relação entre dinheiro e tempo, dos impostos em sociedades diversas, do consumo em diferentes momentos históricos, incluindo estratégias atuais de *marketing*. Essas questões, além de promover o desenvolvimento de competências pessoais e sociais dos alunos, podem se constituir em excelentes contextos para as aplicações dos conceitos da Matemática Financeira e também proporcionar contextos para ampliar e aprofundar esses conceitos. (BRASIL, 2018, p. 269)

- Álgebra: desenvolver o pensamento algébrico o qual "é essencial para utilizar modelos matemáticos na compreensão, representação e análise de relações quantitativas de grandezas e, também, de situações e estruturas matemáticas, fazendo uso de letras e outros símbolos". (BRASIL, 2018, p. 269)

Nessas duas unidades – Números e Álgebra, a Educação Financeira está presente nos seguintes objetos de conhecimento e respectivas habilidades, conforme o Quadro 8:

**Quadro 8 -** Educação Financeira na BNCC na componente de matemática dos 5º, 6º, 7º e 9º ano do Ensino Fundamental

| **Ano** | **Unidade Temática** | **Habilidades** |
|---|---|---|
| 5º | Números | Associar as representações 10%, 25%, 50%, 75% e 100% respectivamente à décima parte, quarta parte, metade, três quartos e um inteiro, para calcular porcentagens, utilizando estratégias pessoais, cálculo mental e calculadora, em contextos de Educação Financeira, entre outros. |

| | | |
|---|---|---|
| 6º | Números | Resolver e elaborar problemas que envolvam porcentagens, com base na ideia de proporcionalidade, sem fazer uso da "regra de três", utilizando estratégias pessoais, cálculo mental e calculadora, em contextos de Educação Financeira, entre outros. |
| 7º | Números | Resolver e elaborar problemas que envolvam porcentagens, como os que lidam com acréscimos e decréscimos simples, utilizando estratégias pessoais, cálculo mental e calculadora, no contexto de Educação Financeira, entre outros. |
| 9º | Álgebra | Resolver e elaborar problemas que envolvam porcentagens, com a ideia de aplicação de percentuais sucessivos e a determinação das taxas percentuais, preferencialmente com o uso de tecnologias digitais, no contexto da Educação Financeira. |

Fonte: Adaptado BRASIL, 2018.

Conforme conta no Quadro 8, a temática Educação Financeira foi abordada em Matemática somente em quatro anos do Ensino Fundamental dos anos finais, ou seja, não houve abordagem na Educação Infantil, no Ensino Fundamental dos anos iniciais e no Ensino Médio em Matemática.

Em suma, na BNCC quanto a abordagem dos critérios, é pertinente para a Educação Financeira os seguintes contextos: taxas de juros, inflação, aplicações financeiras (rentabilidade e liquidez de um investimento), impostos, dimensões políticas, econômica, consumo, trabalho e dinheiro, história no contexto do estudo do dinheiro e sua função na sociedade, da relação entre dinheiro e tempo, dos impostos em sociedades diversas, do consumo em diferentes momentos históricos, incluindo estratégias atuais de *marketing*, aplicações de conceitos de Matemática Financeira, cálculo de porcentagens, proporcionalidade, acréscimo, decréscimo simples e aplicação de percentuais sucessivos, taxas percentuais, sistema monetário contemporâneo nacional e mundial, relações trabalho e consumo.

Entretanto, ao ler todas as habilidades da BNCC, foi possível identificar que a componente curricular Matemática, compreende diversos conteúdos pertinentes ao Letramento Financeiro que favorecem a abordagem da Educação Financeira no âmbito escolar.

Para essa seleção das habilidades de Matemática disponíveis na BNCC, não foi considerada nenhum tipo de restrição e, estão em conformidade com os critérios pertinentes a definição de Educação Financeira Escolar, são elas:

**Quadro 9 -** Habilidades da BNCC pertinentes à Matemática no âmbito da Educação Financeira Escolar

| Habilidades | Contextos |
|---|---|
| Reconhecer e relacionar valores de moedas e cédulas do sistema monetário brasileiro para resolver situações simples do cotidiano do estudante. | • Valores de moedas e cédulas;<br>• Sistema monetário brasileiro;<br>• Situações do cotidiano. |
| Indicar a duração de intervalos de tempo entre duas datas, como dias da semana e meses do ano, utilizando calendário, para planejamentos e organização de agenda. | • Planejamento;<br>• Organização de agenda quanto ao tempo e datas. |
| Estabelecer a equivalência de valores entre moedas e cédulas do sistema monetário brasileiro para resolver situações cotidianas. | • Equivalência de moedas e cédulas;<br>• Sistema monetário brasileiro. |
| Resolver e elaborar problemas que envolvam a comparação e a equivalência de valores monetários do sistema brasileiro em situações de compra, venda e troca. | • Comparação e equivalência de valores do sistema monetário brasileiro;<br>• Situações de compra, venda e troca. |
| Reconhecer que as regras do sistema de numeração decimal podem ser estendidas para a representação decimal de um número racional e relacionar décimos e centésimos com a representação do sistema monetário brasileiro. | • Sistema monetário brasileiro. |
| Resolver e elaborar problemas que envolvam situações de compra e venda e formas de pagamento, utilizando termos como troco e desconto, enfatizando o consumo ético, consciente e responsável. | • Situações de compra e venda;<br>• Formas de pagamento;<br>• Troco;<br>• Desconto;<br>• Consumo ético, consciente e responsável. |
| Associar as representações 10%, 25%, 50%, 75% e 100% respectivamente à décima parte, quarta parte, metade, três quartos e um inteiro, para calcular porcentagens, utilizando estratégias pessoais, cálculo mental e calculadora, em contextos de Educação Financeira, entre outros. | • Contexto de Educação Financeira. |
| Interpretar e resolver situações que envolvam dados de pesquisas sobre contextos ambientais, sustentabilidade, trânsito, consumo responsável, entre outros, apresentadas pela mídia em tabelas e em diferentes tipos de gráficos e redigir textos escritos com o objetivo de sintetizar conclusões. | • Contextos ambientais e sustentabilidade;<br>• Consumo responsável. |
| Planejar e coletar dados de pesquisa referente a práticas sociais escolhidas pelos alunos e fazer uso de planilhas eletrônicas para registro, representação e interpretação das informações, em tabelas, vários tipos de gráficos e texto. | • Práticas sociais;<br>• Planilhas eletrônicas para registro, representação e interpretação de informações. |
| Resolver e elaborar problemas que envolvam porcentagens, com base na ideia de proporcionalidade, sem fazer uso da "regra de três", utilizando estratégias pessoais, cálculo | • Contexto de Educação Financeira. |

| | |
|---|---|
| mental e calculadora, em contextos de Educação Financeira, entre outros. | |
| Classificar as frequências de uma variável contínua de uma pesquisa em classes, de modo que resumam os dados de maneira adequada para a tomada de decisões. | • Tomada de decisão. |
| Selecionar razões, de diferentes naturezas (física, ética ou econômica), que justificam a realização de pesquisas amostrais e não censitárias, e reconhecer que a seleção da amostra pode ser feita de diferentes maneiras (amostra casual simples, sistemática e estratificada). | • Razões éticas;<br>• Razões econômicas. |
| Resolver e elaborar problemas que envolvam porcentagens, como os que lidam com acréscimos e decréscimos simples, utilizando estratégias pessoais, cálculo mental e calculadora, no contexto de Educação Financeira, entre outros. | • Acréscimo;<br>• Decréscimo;<br>• Contexto de Educação Financeira. |
| Resolver e elaborar problemas que envolvam relações de proporcionalidade direta e inversa entre duas ou mais grandezas, inclusive escalas, divisão em partes proporcionais e taxa de variação, em contextos socioculturais, ambientais e de outras áreas. | • Grandezas;<br>• Taxa de variação. |
| Resolver e elaborar problemas que envolvam porcentagens, com a ideia de aplicação de percentuais sucessivos e a determinação das taxas percentuais, preferencialmente com o uso de tecnologias digitais, no contexto da Educação Financeira. | • Taxa percentual;<br>• Percentuais sucessivos;<br>• Contexto da Educação Financeira. |
| Interpretar criticamente situações econômicas, sociais e fatos relativos às Ciências da Natureza que envolvam a variação de grandezas, pela análise dos gráficos das funções representadas e das taxas de variação, com ou sem apoio de tecnologias digitais. | • Situações econômicas;<br>• Variação de grandezas;<br>• Taxa de variação. |
| Interpretar e compreender textos científicos ou divulgados pelas mídias, que empregam unidades de medida de diferentes grandezas e as conversões possíveis entre elas, adotadas ou não pelo Sistema Internacional (SI), como as de armazenamento e velocidade de transferência de dados, ligadas aos avanços tecnológicos. | • Textos científicos ou divulgados pela mídia;<br>• Grandezas;<br>• Conversões. |
| Resolver e elaborar problemas com funções logarítmicas nos quais seja necessário compreender e interpretar a variação das grandezas envolvidas, em contextos como os de abalos sísmicos, pH, radioatividade, Matemática Financeira, entre outros. | • Variação de grandezas;<br>• Matemática Financeira. |
| Analisar funções definidas por uma ou mais sentenças (tabela do Imposto de Renda, contas de luz, água, gás etc.), em suas representações algébrica e gráfica, identificando domínios de validade, imagem, crescimento e decrescimento, e convertendo essas representações de uma para outra, com ou sem apoio de tecnologias digitais. | • Imposto de renda;<br>• Contas de consumo. |

| | |
|---|---|
| Investigar pontos de máximo ou de mínimo de funções quadráticas em contextos envolvendo superfícies, Matemática Financeira ou Cinemática, entre outros, com apoio de tecnologias digitais. | • Matemática Financeira. |
| Interpretar taxas e índices de natureza socioeconômica (índice de desenvolvimento humano, taxas de inflação, entre outros), investigando os processos de cálculo desses números, para analisar criticamente a realidade e produzir argumentos. | • Taxas e índices de natureza socioeconômica;<br>• Taxas de inflação;<br>• Análise crítica;<br>• Produzir argumentos. |
| Aplicar conceitos matemáticos no planejamento, na execução e na análise de ações envolvendo a utilização de aplicativos e a criação de planilhas (para o controle de orçamento familiar, simuladores de cálculos de juros simples e compostos, entre outros), para tomar decisões. | • Planejamento, execução e análise de ações;<br>• Controle de orçamento familiar;<br>• Juros simples;<br>• Juros compostos;<br>• Tomada de decisão. |
| Interpretar criticamente situações econômicas, sociais e fatos relativos às Ciências da Natureza que envolvam a variação de grandezas, pela análise dos gráficos das funções representadas e das taxas de variação, com ou sem apoio de tecnologias digitais. | • Situações econômicas;<br>• Variação de grandeza;<br>• Taxa de variação. |
| Resolver e elaborar problemas do cotidiano, da Matemática e de outras áreas do conhecimento, que envolvem equações lineares simultâneas, usando técnicas algébricas e gráficas, com ou sem apoio de tecnologias digitais. | • Problemas do cotidiano. |

Fonte: Adaptado BRASIL, 2018.

Em suma, dos critérios da definição de Educação Financeira Escolar, foram selecionadas as seguintes habilidades conforme o Quadro 9: acréscimo; análise crítica, comparação e equivalência de valores do sistema monetário brasileiro, consumo ético, consciente e responsável, contas de consumo, contexto da Educação Financeira, contextos ambientais e sustentabilidade, controle de orçamento familiar, decréscimo, desconto, equivalência de moedas e cédulas, formas de pagamento, grandezas e conversões, imposto de renda, juros compostos, juros simples, Matemática Financeira, organização de agenda quanto ao tempo e datas, percentuais sucessivos, planejamento, execução e análise de ações, planejamento, planilhas eletrônicas para registro, representação e interpretação de informações, práticas sociais, problemas do cotidiano, produzir argumentos, razões econômicas, razões éticas, sistema monetário brasileiro, situações de compra, venda e troca, situações do cotidiano, situações econômicas, taxa de variação, taxa percentual, taxas de inflação, taxas e índices de natureza socioeconômica, textos científicos ou divulgados pela mídia, tomada de decisão, troco, valores de moedas e cédulas, variação de grandeza.

Em síntese, nesta análise da BNCC, foram identificados os seguintes contextos:

- Acréscimo;
- Análise crítica;
- Aplicações financeiras (rentabilidade e liquidez de um investimento);
- Comparação e equivalência de valores do sistema monetário brasileiro;
- Consumo;
- Consumo em diferentes momentos históricos;
- Consumo ético, consciente e responsável;
- Contas de consumo;
- Contexto da Educação Financeira;
- Contextos ambientais e sustentabilidade;
- Controle de orçamento familiar;
- Conversões;
- Decréscimo;
- Desconto;
- Dimensões políticas, econômica,
- Equivalência de moedas e cédulas;
- Estratégias de *marketing*;
- Formas de pagamento;
- Grandezas;
- História no contexto do estudo do dinheiro e sua função na sociedade;
- Impostos;
- Imposto de renda;
- Impostos em sociedades diversas;
- Inflação;
- Juros compostos;
- Juros simples;
- Matemática Financeira;
- Organização de agenda quanto ao tempo e datas;
- Percentuais sucessivos;

- Planejamento, execução e análise de ações;
- Planejamento;
- Planilhas eletrônicas para registro, representação e interpretação de informações;
- Práticas sociais;
- Problemas do cotidiano;
- Produzir argumentos;
- Razões econômicas;
- Razões éticas;
- Relação entre dinheiro e tempo;
- Relações trabalho e consumo;
- Sistema monetário brasileiro;
- Sistema monetário contemporâneo nacional e mundial;
- Situações de compra, venda e troca;
- Situações do cotidiano;
- Situações econômicas;
- Taxa de variação;
- Taxa percentual;
- Taxas de inflação;
- Taxas e índices de natureza socioeconômica;
- Textos científicos ou divulgados pela mídia;
- Tomada de decisão;
- Trabalho e dinheiro;
- Troco;
- Valores de moedas e cédulas;
- Variação de grandeza.

Posteriormente ao estudo da BNCC à luz da Educação Financeira, será apresentado no próximo capítulo, o estudo dos documentos públicos e primários de Educação Financeira do Brasil, para identificar e categorizar os elementos do Letramento Financeiro mediante os contextos identificados na BNCC.

# CAPÍTULO 5. ESTUDO DOS DOCUMENTOS PRIMÁRIOS DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA DO BRASIL

Neste capítulo será apresentado o estudo dos documentos primários, os quais são “de primeira mão, que não receberam qualquer tratamento analítico” (GIL, 2008, p. 51) que compreende esta pesquisa documental, mediante aos documentos públicos de Educação Financeira do Brasil e da Estratégia Nacional de Educação Financeira do Brasil.

Esses documentos que serão apresentados nas três seções desse capítulo, iniciando com a Deliberação na primeira seção, posteriormente com os seis anexos e por último na terceira e última seção, com o com respectivamente na primeira e segunda com a Deliberação e posteriormente o Plano Diretor da Estratégia Nacional de Educação Financeira.

O Plano Diretor da Estratégia Nacional de Educação Financeira, sua deliberação e seus anexos, consolidam as ações pertinentes a Estratégia Nacional da Educação Financeira no Brasil, por meio dos programas transversais e setoriais que estão disponíveis no *site* da ENEF.

## 5.1. Deliberação

Nesta seção será apresentado o primeiro estudo de documentos públicos pertinentes ao Plano Diretor da Estratégia Nacional de Educação Financeira do Brasil, a deliberação publicada no Diário Oficial da União (DOU) – Seção 1, nº 100, de 26 de maio do ano de 2011, página 36, com as seguintes informações relevantes para este estudo:

- Art. 6º São atribuições do Presidente do CONEF:
  - IV - convidar:
    - b) as pessoas físicas e representantes de órgãos e entidades, públicas ou privadas, para participar e colaborar com a consecução dos objetivos da ENEF.
- Deliberação nº 2, de 05 de maio de 2011: Aprova o Plano Diretor que consolida a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF).
  - O Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF) torna público que, em sessão ordinária realizada em 5 de maio de 2011, com base no art. 3º do Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010, decidiu:
    - Art. 1º Fica aprovado o Plano Diretor que consolida a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), contendo os planos, programas e ações previstos no art. 3º do Decreto nº 7.397, de 2010.
  - Parágrafo único. O Plano de que trata este artigo está disponível no sítio da ENEF na internet, acessível pelo endereço eletrônico http://www.vidaedinheiro.gov.br.
- Deliberação nº 3, de 05 de maio de 2011: Divulga as entidades escolhidas para representar a Sociedade Civil no Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF). O Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF) torna público que, em sessão ordinária realizada em 5 de maio de 2011, com base no § 2o do art. 3o do Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010, decidiu:

> - Art. 1º Ficam divulgadas as seguintes entidades escolhidas para representar a sociedade civil no CONEF:
>   - I - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA);
>   - II - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa);
>   - III - Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNSEG); e
>   - IV - Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN).
> - Parágrafo único. As entidades de que tratam os incisos I a IV serão convidadas pelo Presidente para integrar o CONEF, na forma do inciso IV do art. 6º do Regimento Interno. (BRASIL, 2011, p. 36)

Conforme a publicação no Diário Oficial da União supracitado, o Presidente da CONEF tem a atribuição de convidar pessoas físicas e entidades para participar e colaborar com os objetivos da ENEF e, que as decisões do CONEF pertinentes a ENEF, serão aprovadas mediante deliberações e aprovação do Plano Diretor que consolida a ENEF, contendo os planos, programas e suas ações disponível no sítio da ENEF, na *internet* em http://www.vidaedinheiro.gov.br. e, por último as entidades que foram escolhidas para representar a sociedade civil no CONEF.

Ainda nessa publicação do DOU, as seguintes entidades estão relacionadas a Educação Financeira no Brasil, são elas: Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF), Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA), Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa), Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNSEG) e a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN).

No estudo desta Deliberação, é possível concluir que a criação do Plano Diretor referente à ENEF no Brasil é recente pois tem aproximadamente 11 anos. E que as diversas entidades supracitadas nesse recorte do DOU, que corroboram para este Plano Diretor, podem contribuir de forma abrangente para os assuntos pertinentes a Educação Financeira, pois atuam em categorias distintas, porém se complementam.

## 5.2. Anexos do Plano Diretor da Estratégia Nacional de Educação Financeira do Brasil

Nesta seção serão estudados os seis anexos do Plano Diretor da Estratégia Nacional de Educação Financeira do Brasil, são eles, respectivamente: Pesquisa Nacional do Grau de Educação Financeira da População Brasileira, Inventário de Educação Financeira, Experiências Internacionais, Orientações para a Educação Financeira nas Escolas, Programas Setoriais e Orientações para a Educação Financeira de Adultos.

### 5.2.1. Pesquisa Nacional do Grau de Educação Financeira da População Brasileira

O primeiro anexo intitulado "Pesquisa Nacional do Grau de Educação Financeira da População Brasileira", é uma pesquisa realizada pelo Instituto Data Popular, no ano de 2008 em âmbito nacional, com a participação de 1.809 pessoas de seis capitais brasileiras: Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Recife.

Esta pesquisa teve o objetivo de mensurar o grau de Educação Financeira da população brasileira, mediante a compreensão dos diferentes mercados regulados pelo Banco Central, Comissão de Valores Mobiliários, Superintendência Nacional de Previdência Complementar e Superintendência de Seguros Privados, com os seguintes temas relacionados:

> [...] orçamento doméstico, hábitos de consumo e de poupança, relação com as instituições do sistema financeiro, conhecimento e percepção dos diferentes produtos financeiros e meios de pagamento, abordando as formas de poupança, o crédito, o investimento, a previdência, os seguros e a capitalização. Também foi investigado o nível de conhecimento dos cidadãos com relação aos órgãos reguladores do Sistema Financeiro Nacional. (BRASIL, 2017, p. 2)

Esses objetivos foram importantes para subsidiar o "desenho de políticas regulatórias adequadas ao grau de compreensão dos produtos financeiros por parte do cidadão" (BRASIL, 2017, p. 2). O segundo objetivo, compreende "as áreas nas quais o cidadão é mais vulnerável, por desinformação ou falta de habilidades específicas para compreender os produtos e os serviços financeiros que lhe são oferecidos pelo mercado financeiro, dirigindo, desse modo, os esforços educacionais do governo". (BRASIL, 2017, p. 2)

Ainda no âmbito dos objetivos, o último "traçar linha de base que sirva de referência para uma nova avaliação no futuro, a fim de verificar se os esforços coordenados de Educação

Financeira produziram impactos mensuráveis no grau de conhecimento financeiro". (BRASIL, 2017, p. 3)

Esta pesquisa foi realizada em três etapas, iniciando com o levantamento de estudos similares e recentes, com a intensão de "reunir informações sobre o tema, de evitar que fossem realizadas perguntas sobre assuntos já conhecidos e, finalmente, de orientar a formulação das questões das entrevistas das fases posteriores" (BRASIL, 2017, p. 3) e, as próximas duas etapas foram: uma qualitativa e outra quantitativa.

Na etapa da pesquisa qualitativa, foram criados oito grupos de discussão: quatro em São Paulo e quatro no Recife, com indivíduos na faixa etária de 11 a 15 anos, 18 a 45 anos e pessoas com mais de 60 anos, em que os participantes a partir de 18 anos com renda mensal de R$700,00 a R$3.500,00 e, escolarização mínima correspondente ao Ensino Médio incompleto.

E a etapa quantitativa teve a participação de 1.809 indivíduos entre homens e mulheres na faixa etária de 20 a 70 anos, com renda mensal de R$570,00 a R$5.701,00, das classes A, B, C e D, das seis cidades: São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Salvador, Recife, Porto Alegre, sendo que a amostra foi ponderada por local e por grupo de renda.

É relevante destacar que nos resultados da pesquisa pertinente ao primeiro anexo, constam os seguintes assuntos convergentes com a proposta desta tese: despesas da família, relação com os bancos, produtos financeiros, investimentos, os quais serão apresentados na sequência deste estudo.

O primeiro recorte é o resultado referente as despesas da família, em que o papel da mulher casada é predominante, pois 71% declararam que controlam o orçamento, para 67% dos homens, porém, são eles que tomam as decisões referentes as contas do lar e, quanto aos principais gastos da família: 52% dos entrevistados dizem que são "pessoas poupadoras".

Ainda no tocante de poupar, é relevante destacar que "apenas 44% dos entrevistados declararam que eles ou alguém da família investem dinheiro todo mês. Já para aposentadoria, o percentual de quem poupa cai para 31%.". (BRASIL, 2017, p. 9)

Referente aos investimentos, nesta pesquisa foi publicado que investir para os entrevistados compreende: comprar um carro, comprar a casa própria, estudar (para proporcionar um trabalho melhor) e, comprar um computador.

Em relação à inclusão nos cadastros negativos e serviços de proteção ao crédito, consta o percentual dos entrevistados que declararam ter sido incluídos em cadastro negativo: 44% da classe A, 55% da classe B, 53% da classe C e 57% da classe D. Sendo que: "26% dos entrevistados estavam, na época da pesquisa, com o "nome sujo" na praça. Desse total, aproximadamente 58% não pretendiam quitar o débito imediatamente, pois consideravam melhor esperar a empresa entrar em contato com eles (41%) ou a dívida caducar (17%)." (BRASIL, 2017, p. 7)

Referente à organização financeira, os entrevistados que declararam elaborar planilha de gastos ou listas de supermercado, por faixa etária são: 72% de 20 a 29 anos 72%, 73% de 30 a 39 anos, 69% de 40 a 59 anos e 50% a partir de 60 anos.

Quanto ao empréstimo de nome, na pesquisa está publicado que em todos os grupos de renda de entrevistados, "as pessoas declararam que elas ou alguém de sua família já "emprestou o nome" para ajudar alguém em dificuldades de comprar, seja na hora de abrir uma ficha cadastral, seja com a permissão de uso do seu cartão de crédito." (BRASIL, 2017, p. 9)

Nesta pesquisa consta que o consumo para o brasileiro significa: inclusão (sentimento de pertencimento), *status* (bem são símbolos de posição social) e, melhora na autoestima (comprar faz bem, principalmente para mulheres). E as promoções (oportunidade única) e facilidades de pagamento, são as tentações ao consumo.

Quanto as compras parceladas, consta que o consumidor tem dificuldade de economizar e "prefere pagar aos poucos e usar o produto imediatamente a juntar o dinheiro e comprar à vista. Para os entrevistados, o pagamento parcelado permite efetuar outros gastos ao mesmo tempo". (BRASIL, 2017, p. 11)

Nos resultados desse primeiro anexo consta que a maioria dos sujeitos entrevistados, consideraram positivo o fato do total de juros cobrados não estarem explícito e, relataram como benefícios das compras, as "parcelas caberem no bolso"; ser uma forma de não enxergar o preço final". (BRASIL, 2017, p. 11)

Nos pagamentos de contas as proximidades e facilidades definem a forma ou local de pagamento, sendo predominante no resultado dessa pesquisa, as lotéricas a preferência da classe C e o débito automático como a forma de pagamento para as classes A e B.

O segundo recorte dos resultados da pesquisa apresentada nos anexos do Plano Diretor da ENEF, é a relação com os bancos:

> A maior parte das pessoas mantém uma relação distanciada com os bancos. Há uma percepção de baixa relação custo–benefício. A imagem dos bancos está associada a cobrança de taxas e tarifas. As conclusões da pesquisa qualitativa apontam certa desconfiança em relação a essas instituições. Muitos preferem sacar o salário ou a aposentadoria e guardá-los em casa, sendo comum que não se conheça o gerente de sua conta, algo que normalmente só acontece quando há necessidade de solicitar um empréstimo. (BRASIL, 2017 p. 13).

Referente a escolha da instituição, 66% dos entrevistados informaram que a razão para a abertura de conta é para o recebimento de salário, 22% devido ao interesse pelos benefícios oferecidos pelo banco, 8% indicação, 2% escolha, por um terceiro, para o recebimento de aposentadoria pelo titular e, por último 2% escolha, por um terceiro, para o recebimento de pensão pelo titular.

Em relação aos bancos 29% dos entrevistados relataram que utilizam a conta corrente para o recebimento do salário e posterior saque do valor integral, 41% usam cheque, cartão de crédito e débito, 23% apenas cartão de débito e 7% cheque e cartão de débito.

Quanto ao uso de conta poupança, é importante destacar que nos resultados da pesquisa consta que 53% dos entrevistados utilizam para guardar dinheiro, 31% como conta corrente, 4% para recebimento de salário e 12% para investimento futuro.

No tocante dos produtos financeiros o primeiro item apresentado é o talão de cheque, para o qual, 45% dos entrevistados relataram utilizar devido a possibilidade do “pré-datado”, excluindo essa possibilidade, esse produto “é visto de forma obsoleta, com a desvantagem de não ser aceita em todo lugar.” (BRASIL, 2017, p. 16).

Outros produtos e serviços também foram relatados quanto ao uso nessa pesquisa, são eles: cartão de débito por 88% dos entrevistados, cartão de crédito por 71%, limite especial do banco por 52%, cartão de loja 51% e 45% cheques.

No item cartão de crédito, conforme consta na pesquisa realizada pelo Data Popular, as “três principais vantagens apontadas para o cartão de crédito são: i) é aceito em qualquer lugar; ii) oferece prazo maior para o pagamento; e iii) proporciona a compra com mais segurança.” (BRASIL, 2017, p. 18)

> Boa parte dos entrevistados, no entanto, desconhece o mecanismo de juros na cobrança dos cartões, o que pode contribuir para o endividamento. Uma prática comum detectada na pesquisa é a de pagar apenas o valor mínimo, quando não se tem dinheiro para o pagamento integral, para poder “liberar” o cartão e continuar comprando. O pagamento do mínimo é mais comum nas classes C e D. Todavia, poucos percebem os efeitos financeiros do não-pagamento integral da fatura: 16% dos entrevistados acreditam que, se pagarem o mínimo, os juros, as taxas e as tarifas são menores. (BRASIL, 2017, p. 18).

Quanto as linhas de crédito, na pesquisa consta que “69% dos entrevistados pediram, alguma vez na vida, dinheiro emprestado. Quarenta e quatro por cento (44%) pediram dinheiro emprestado nos últimos 24 meses. Trinta e oito por cento (38%) emprestaram dinheiro nos últimos 24 meses”. (BRASIL, 2017, p. 20)

No tocante do item seguros, na pesquisa constam que “Quarenta por cento (40%) dos entrevistados declararam ter seguro de vida. Já o seguro contra acidentes pessoais é um benefício utilizado por 22%. O seguro de garantia estendida é utilizado por 15% dos entrevistados”. (BRASIL, 2017, p. 21)

Conforme publicado neste anexo, no Brasil a previdência privada tem potencial de ampliação, “apenas 13% dos entrevistados declararam ter planos dessa natureza. Mesmo na classe A, somente 34% dos entrevistados possuem previdência privada, percentual que se reduz para 7% entre as pessoas da classe D”. (BRASIL, 2017, p. 22).

No item investimentos, consta nesta pesquisa que a percepção dos entrevistados quanto a esse item é entendida de diferentes formas e, não estão necessariamente alinhados com conceitos econômicos. Produtos de investimentos com siglas mais complexas, consta neste anexo, como por exemplo, “CDB ou VGBL, são ainda desconhecidos”. (BRASIL, 2017, p. 23)

Nesta pesquisa, também constam as percepções dos entrevistados acerca de investimentos por produtos, conforme segue:

> - Ações: investimento de alto risco, mas que traz grandes retornos;
> - Fundos, CDBs e CDIs: As pessoas não sabem ao certo o que significa, mas acreditam que tenham bons rendimentos. Frequentemente esses produtos são confundidos com os títulos de capitalização.

> - Seguro de vida: Segundo os entrevistados, só é útil para quem tem filhos.
> - Título de capitalização: As pessoas acreditam que rendem mais do que a conta de poupança e são bastante atraídas pelos sorteios.
> - Previdência privada: O brasileiro entende que o produto retém o dinheiro por muito tempo, embora possibilite resgate com bons rendimentos.
> - Conta de poupança: Não é vista como um investimento. O dinheiro é colocado lá por uma questão de segurança, não para multiplicar o patrimônio. Tem como vantagens a liquidez e a garantia do governo.
> - Imóveis: Os entrevistados alegam que é um investimento seguro ("Ninguém consegue tirar de você"), que rende receitas pelo aluguel e de difícil desvalorização. (BRASIL, 2017, p. 23).

Dos entrevistados que declararam que possuem investimentos, s modalidades foram em poupança, mercadorias, ações, imóveis, fundos de investimento DI, título de capitalização, CDB e em ouro e moeda estrangeira.

Neste anexo, consta que a maioria dos entrevistados entende que "poupar é sinônimo de guardar dinheiro para garantir o futuro (estudos) dos filhos e para o caso de alguma eventualidade. Poucos visam ao aumento de capital". (BRASIL, 2017 p. 23)

Referente a conta poupança, "é o investimento mais comum no Brasil. Bastante popular dentre as pessoas com menor renda familiar, é a preferida dentre os mais idosos e os de menor escolaridade". (BRASIL, 2017, p. 26)

No tocante a Bolsa de Valores, esta modalidade de investimento é "distante e desconhecida" (BRASIL, 2017, p. 28), em razão de ser: "arriscado, com linguagem complicada, implica em pagamento de taxas, voltado para o dinheiro que está sobrando e associado a grandes quantias de capital" (BRASIL, 2017, p. 28). E que as ações é um investimento "mais comum entre as pessoas de maior renda familiar, os mais jovens e os de maior escolaridade". (BRASIL, 2017, p. 28).

Referente a relação liquidez-rentabilidade dos investimentos, na pesquisa consta que a "aversão ao risco é generalizada. A pesquisa revela a preferência por investimentos de menos risco, mesmo que haja menor rentabilidade". (BRASIL, 2017, p. 30).

Por último nesta pesquisa, no tocante das expectativas para o futuro, os adultos relataram que tem a intenção de:

> [...] guardar mais dinheiro, pois podem ficar desempregados, que são pais preocupam-se com o bem-estar dos filhos, de baixa renda querem realizar os sonhos de comprar casa própria e carro, pagar a faculdade dos filhos, mudar para uma cidade mais tranquila e ajudar os pais. (BRASIL, 2017, p. 31).

> Ainda referente ao futuro, as crianças, informaram que: “querem ser independentes, ter seu próprio carro e apartamento, casar e ter filhos, querem estudar e trabalhar para poder realizar esses planos, associam a existência de conta em banco com o fato de receber o salário.” (BRASIL, 2017, p. 31)

Após o término dos recortes deste primeiro anexo, é pertinente salientar os elementos do Letramento Financeiro, que estão em conformidade com os contextos apresentados no estudo da BNCC, no âmbito da Educação Financeira, são eles:

- Organização financeira: planilha de gastos;
- Orçamento doméstico;
- Hábitos de consumo caracterizado por cinco elementos:
    - Inclusão: sentimento de pertencimento;
    - *Status*: bens são símbolos de posição social;
    - Aumentar a autoestima: comprar faz bem, principalmente para mulheres;
    - Promoções: oportunidade única;
    - Facilidades de pagamento: são as incitações ao consumo.
- Juros;
- Compras parceladas;
- Poupar;
- Produtos financeiros:
    - Talão de cheque devido a possibilidade de pré-datar;
    - Cartões de débito e de lojas;
    - Cartões de crédito - quatro principais motivos de utilização: aceito em muitos lugares, oferece prazo maior para o pagamento, proporciona a compra com mais segurança e pagamento do valor mínimo da fatura;
    - Limite especial do banco;
- Bancos:
    - Conta devido a necessidade devido ao recebimento de salário, aposentadoria, pensão, entre outros;
    - Baixa percepção custo-benefício com bancos;
    - Imagem associada a cobrança de taxas e tarifas;

    - Apontamento de desconfiança da população em relação as instituições;
    - Relação pessoal com o gerente, normalmente, no caso de empréstimo;
    - Conta poupança: muitas vezes utilizada como conta corrente, pouca utilização para investimento;
  - Sistema Financeiro Nacional:
    - Cadastros negativos;
    - Serviços de proteção ao crédito;
    - Conhecimento e percepção dos diferentes meios de pagamento;
- Linhas de Crédito;
- Seguros: vida, acidentes pessoais, garantia estendida de produtos;
- Investimentos: ações, fundos, CDB, CDI, capitalização, previdência privada, conta poupança e imóveis.

### 5.2.2. Inventário de Educação Financeira

No segundo anexo intitulado “Inventário de Educação Financeira” constam as Ações pertinentes à Educação Financeira, que incluem desde o mês de agosto do ano de 2008, a criação do *site* Vida&Dinheiro e, publicado um *link* para o Cadastro das Ações “com formulário para inclusão de ações de Educação Financeira realizadas por entidades públicas e privadas” (BRASIL, 2017, p. 32), mediante as informações: denominação da ação, data de lançamento, metodologia, local, critérios de inscrição e área geográfica de atuação.

Dessa forma, qualquer pessoa jurídica poderia registrar as iniciativas educacionais neste Cadastro de Ações, o qual tinha por objetivo “reunir, de forma ordenada, as ações de Educação Financeira, de caráter gratuito, que já estivessem em execução no país por instituições públicas ou privadas”. (BRASIL, 2017, p. 32)

Esse cadastro viabilizaria o mapeamento de “iniciativas bem-sucedidas, além de fornecer contatos locais de possíveis parceiros no desenvolvimento da ENEF e indicar oportunidades para sinergia entre os projetos” (BRASIL, 2017, p. 32). Assim, contribuindo para atrair a atenção da sociedade para a temática Educação Financeira.

Após o cadastro, as inciativas deveriam contemplar os seguintes critérios: “que estivesse em andamento; fosse considerada, pelo responsável, de interesse público; não possuísse caráter comercial; e fosse realizada sem ônus para os participantes, sendo gratuita para o público-alvo” (BRASIL, 2017, p. 32) e, as empresas deveriam atender as seguintes categorias: instituição financeira, associação ou entidade não lucrativa do setor financeiro, entidade governamental, organização não governamental, instituição de educação e outros.

Nos resultados desse anexo consta que foram selecionadas 64 ações as quais contemplam:

> [...] palestras e seminários; campanha de divulgação de notícias e informações; feiras e exposições; *sites* educacionais; treinamentos presenciais; cursos de *e-learning*, com atividades presenciais em alguns casos; programas de TV; aulas e atividades em instituições de ensino; concursos entre instituições de ensino ou abertos a estudantes e profissionais; e simuladores de investimentos, de caráter educacional. (BRASIL, 2017, p. 34).

Dessa forma, é relevante destacar para esta tese que a utilização do Cadastro de Ações realizado pela ENEF contribuiu “para ampliar o rol de iniciativas conhecidas pelas instituições públicas e privadas que serão responsáveis pelo desenvolvimento da estratégia”. (BRASIL, 2017, p. 35)

### 5.2.3. Experiências Internacionais

No terceiro anexo intitulado “Experiências Internacionais” consta o reconhecimento da necessidade e preocupação em educar financeiramente a população mundial, devido aos seguintes fatores: “aumento da complexidade e da variedade dos produtos financeiros, ampliação da expectativa de vida, mudanças na composição e na distribuição da renda”. (BRASIL, 2017, p. 36)

No âmbito internacional, neste documento está publicado que os governos, entidades da iniciativa privada e indivíduos desenvolvem ações e programas para educar financeiramente diferentes grupos (crianças, adultos, famílias, comunidades, trabalhadores, jovens casais e outros) em diversos temas, sendo os principais: “inclusão bancária, crédito, microcrédito e micros seguro, organização financeira, investimentos, seguros e aposentadoria”. (BRASIL, 2017, p. 36)

Neste anexo está publicado que algumas iniciativas são integrantes de uma estratégia nacional pertinente à Educação Financeira, sendo que as "políticas nacionais requer prévio e amplo envolvimento das instituições responsáveis pela realização de iniciativas de Educação Financeira e pela liderança governamental". (BRASIL, 2017, p. 36)

Foram considerados com referência para o grupo de trabalho da ENEF brasileira, conforme consta neste anexo, algumas experiências de estratégias de Educação Financeira internacionais, dos países: Estados Unidos, Reino Unido, Austrália, Espanha e Nova Zelândia.

Iniciando com o estudo pertinente ao Estados Unidos, neste documento está publicado que o *Department of Treasury* instituiu o *Office of Financial Education* (OFE), para prover à toda população "conhecimento prático necessário para habilitá-los a decidir sobre investimento e a fazer escolhas conscientes e bem-informados nas fases de suas vidas" (BRASIL, 2017, p. 37), com objetivo de:

> [...] incrementar a Educação Financeira dos cidadãos, por meio de estratégia nacional de promoção da capacitação para gestão das finanças pessoais e do planejamento financeiro, ampliando o entendimento dos produtos e serviços financeiros e aumentando o grau de capacitação para adoção de decisões estratégicas para educação, aposentadoria, propriedade imobiliária e metas de poupança. (BRASIL, 2017, p. 37).

No ano de 2006 foi instituída a estratégia nacional no Estados Unidos, intitulada de *Taking Ownership of the Future: the national strategy for financial literacy*, para o planejamento e iniciativa de programas atuantes contemplando treze áreas, são elas:

> [...] formação de poupança, aquisição da casa própria, planejamento da aposentadoria, crédito, proteção do consumidor, direitos dos contribuintes, proteção dos investidores, inclusão bancária, atenção a minorias étnicas e culturais, Educação Financeira nas escolas, pesquisa e avaliação de programas, esforços de coordenação e perspectiva internacional. (BRASIL, 2017, p. 39).

Também foi criado o *site* www.mymoney.gov para informações básicas de Educação Financeira, contribuindo com recursos educacionais, informativos e acesso a informações desta temática.

A estratégia nacional norte americana previa um seminário internacional, sendo este concretizado no mês de maio do ano de 2008 em parceria com a OCDE, a qual "lançou uma rede internacional de Educação Financeira". (BRASIL, 2017, p. 40)

Por fim, está publicado neste anexo que no ano de 2008 o presidente norte americano, instituiu o conselho de assessoramento sobre Educação Financeira *The President's Advisory Council on Financial Literacy*, o qual formulou quinze propostas no tocante a Educação Financeira:

> [...] expandir e aprimorar a Educação Financeira nas instituições de ensino, desde o jardim de infância até o nível superior; apoiar o papel importante dos empregadores como provedores de Educação Financeira para seus empregados; aumentar o acesso a serviços financeiros para milhões de pessoas que estão excluídas ou são insuficientemente servidas pelo sistema financeiro; identificar e desenvolver o conjunto de habilidades e comportamentos que um programa de Educação Financeira deve levar a um indivíduo; e promover, entre os norte-americanos, mais conscientização acerca do grau de Educação Financeira pessoal e da população, dedicando mais recursos para orientar todos sobre como melhorar seus próprios resultados. (BRASIL, 2017, p. 40-41).

O segundo país relatado neste documento é o Reino Unido, o qual possui a *Financial Services Authority* (FSA), que é a agência responsável pela liderança da estratégia nacional de Educação Financeira do referido país no mês de novembro do ano de 2003, denominada *National Strategy for Financial Capability*.

No Reino Unido o conceito de capacidade ou habilidade financeira adotado é *financial capability, o qual significa "*ao mesmo tempo, ser capaz de administrar o dinheiro, manter controle das finanças, planejar o futuro, decidir bem-informado sobre produtos financeiros e permanecer atualizado sobre assuntos financeiros". (BRASIL, 2017, p. 41)

A estratégia nacional do Reino Unido tem o objetivo de promover mudança na capacidade financeira dos indivíduos, mediante a atuação com público-alvo em escolas e empresas, ações com jovens e nas unidades familiares, planejamento para aposentadoria e na relação com financiamentos, conforme consta neste anexo. (BRASIL, 2017, p. 44).

O terceiro país relatado neste estudo é a Austrália, a qual criou no mês de fevereiro do ano de 2004 uma força-tarefa *intitulada Consumer and Financial Literacy Taskforce* (CFLT), conforme consta neste anexo, para redigir a primeira estratégia nacional de Educação Financeira do referido país, com os objetivos de: "reduzir a pobreza; estimular a poupança nacional; e conservar os consumidores bem-informados". (BRASIL, 2017, p. 44).

Na Austrália no mês de junho do ano de 2005, foi instituído um órgão intitulado *Financial Literacy Foundation* (FLF) para com o objetivo de tratar exclusivamente do tema

Educação Financeira, auxiliando a população australiana a aumentar o conhecimento pertinente a assuntos financeiros. (BRASIL, 2017, p. 48).

O FLF desenvolveu o site de Educação Financeira com informações para contribuir com orientações e informações apoiando o desenvolvimento para estabelecer: objetivos financeiros, hábitos de poupança, orçamento pessoal.

O quarto país analisado neste anexo foi a Espanha, com a divulgação do plano de Educação Financeira no mês de maio do ano de 2008, para os anos de 2008/2012, mediante a atuação da Comissão Nacional do Mercado de Valores (CNMV) e o Banco da Espanha.

O referido plano de Educação Financeira tem por objetivo abranger atuais e futuros usuários do sistema financeiro, mediante a três linhas: generalidade – toda população e progressivamente todos os produtos financeiros, cooperação – supervisores financeiros e políticas públicas, continuidade – período inicial de quatro anos, porém com manutenção após esse prazo, direcionado para o sistema educacional e a população adulta.

O último país com ações pertinentes a Educação Financeira neste terceiro anexo, é a Nova Zelândia, mediante a estratégia realizada mês de junho do ano de 2008, para "dotar a população de boa formação no campo financeiro, de modo que os cidadãos tomem decisões bem fundamentados". (BRASIL, p. 53, 2017).

A estratégia da Nova Zelândia referente a Educação Financeira é composta por três grandes áreas, conforme publicado no referido anexo (BRASIL, p. 53, 2017), são eles: alcançar efetivamente pessoas que realmente necessitem de Educação Financeira, identificação de lacunas na provisão de Educação Financeira e, por último, intercâmbio de experiências bem-sucedidas.

Com o estudo deste anexo, para esta tese, é pertinente enfatizar que a Educação Financeira também é uma preocupação dos governos de outros países, como: Estados Unidos, Reino Unido, Austrália, Espanha e Nova Zelândia e, que assim como o Brasil, também possuem estratégia, plano ou ações pertinentes a esta temática com a mesma intenção: educar financeiramente, sem nenhuma distinção, toda população.

Após o término dos recortes deste terceiro anexo, é pertinente salientar os elementos do Letramento Financeiro, que estão em conformidade com os contextos apresentados no estudo da BNCC, no âmbito da Educação Financeira, são eles:

- Inclusão bancária;
- Organização Financeira: gestão das finanças pessoais, planejamento financeiro, orçamento e objetivos financeiros;
- Proteção do consumidor;
- Produtos financeiros: complexidade e variedade;
    - Crédito;
    - Investimentos;
- Poupar;
- Seguros;
- Aquisição de imóvel;
- Aumento da expectativa de vida: aposentadoria;
- Renda;
- Educação Financeira nas escolas: aprimoramento e expansão;
- Programas de divulgação e ambientes gratuitos para acesso as informações de Educação Financeira;
- Capacidade financeira para tomada de decisão.

### 5.2.4. Orientações para a Educação Financeira nas Escolas

O quarto anexo intitulado “Orientações para a Educação Financeira nas escolas”, “apresenta um modelo conceitual para levar educação financeira às escolas” (BRASIL, 2017, p. 56), conforme consta neste documento.

Este quarto anexo está embasado na definição de Educação Financeira publicada pela OCDE (2005), na pesquisa realizada pelo Data Popular (2008) – conforme o estudo realizado no primeiro anexo e, nos dados apresentados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Neste anexo consta que a OCDE (2005) publicou que indivíduos de diversos países necessitam de “conhecimento e das competências necessárias para lidar de modo adequado com suas finanças pessoais, como também desconhecem sua necessidade de tais conhecimentos, o que assinala a provável origem do problema”. (BRASIL, 2017, p. 56).

Dessa forma, as escolas podem contribuir educando os estudantes financeiramente, inclusive mediante ao efeito multiplicador, esse conhecimento pode atingir os familiares dos alunos.

Nesse documento está publicado que as mudanças de postura mediante as competências adquiridas com a Educação Financeira, devem contribuir para as situações do cotidiano, no qual sempre ocorre em espaço e tempo determinado, portanto, é necessária a compreensão das seguintes dimensões no âmbito da Educação Financeira:

- Dimensão espacial: "compreende os níveis individual, local, regional, nacional e global" (BRASIL, 2017, p. 58), em duas situações: circunscrição e mobilidade, as quais se complementam:

> É desejável que cada indivíduo cuide de sua vida financeira de modo adequado, para que suas obrigações não atinjam outras pessoas, ou seja, é necessário ficar circunscrito ao espaço individual. Da mesma forma, um país não deveria causar danos ambientais e apresentar a conta ao resto do planeta, isto é, um problema nacional desse tipo deveria ser solucionado no próprio nível nacional, e não no global. (BRASIL, 2017, p. 64)

Para a compreensão da dimensão espacial, é pertinente o estudo dos seguintes assuntos que a compõem:

  - Formar para a cidadania: a cidadania é "indispensável da construção de uma sociedade democrática e justa, e a Educação Financeira tem como principal propósito ser um componente da formação para a cidadania". (BRASIL, p. 65, 2017);
  - Educar para consumir e poupar de modo ético, consciente responsável: "o consumo é tratado como um direito, e todos, indistintamente, são estimulados a consumir, independentemente de sua condição para tal" (BRASIL, 2017, p. 65), sendo que esse estímulo pode causar um "ambiente desfavorável ao planejamento, ao investimento e ao armazenamento de longo prazo" (BRASIL, 2017, p. 65);

> O consumo de forma adequada é imprescindível para o bom funcionamento da economia. A questão é como torná-lo uma prática ética, consciente e responsável, equilibrada com a poupança. Consumo e poupança configuram-se como ações responsáveis, ao levar em conta os impactos sociais e ambientais. Procura-se, assim,

> não transbordar problemas financeiros para o outro, não comprar produtos advindos de relações de exploração ou de empresas sem comprometimento socioambiental, reduzir o consumo desnecessário, ampliar a longevidade dos produtos possuídos, reduzir a produção de lixo e doar objetos úteis não desejados. O modo como a consciência e a responsabilidade foram aplicadas a consumo e poupança, com clara preocupação com o outro e com as consequências das decisões tomadas, traduz o compromisso ético da cidadania. (BRASIL, 2017, p. 65-66)

- Oferecer conceitos e ferramentas para a tomada de decisão autônoma, baseada em mudança de atitude: um programa educativo para a compreensão da linguagem do mundo financeiro, "possibilita ao indivíduo obter informações necessárias para que tome suas decisões de modo autônomo, independente" (BRASIL, 2017, p. 66);
- Formar disseminadores: a Educação Financeira não está restrita ao ambiente escolar, mas mediante a veiculação de informação do público escolar com seus familiares, "promove-se o trânsito de informações pelos níveis espaciais, dos mais próximos aos mais distantes" (BRASIL, 2017, p. 67);

- Dimensão temporal: compreende as articulações entre passado, presente e futuro, conforme consta neste anexo 4, na Educação Financeira no presente existem situações que são o resultado de decisões tomadas no passado e, no futuro serão consequências das ações realizadas no presente.

> [...] noção de que as decisões tomadas no presente podem afetar o futuro. Os espaços são atravessados por essa dimensão que conecta passado, presente e futuro numa cadeia de interrelacionamentos que permitirá perceber o presente não somente como fruto de decisões tomadas no passado, mas também como o tempo em que se tomam certas iniciativas cujas consequências e resultados – positivos e negativos – serão colhidos no futuro. (BRASIL, 2017, p. 58).

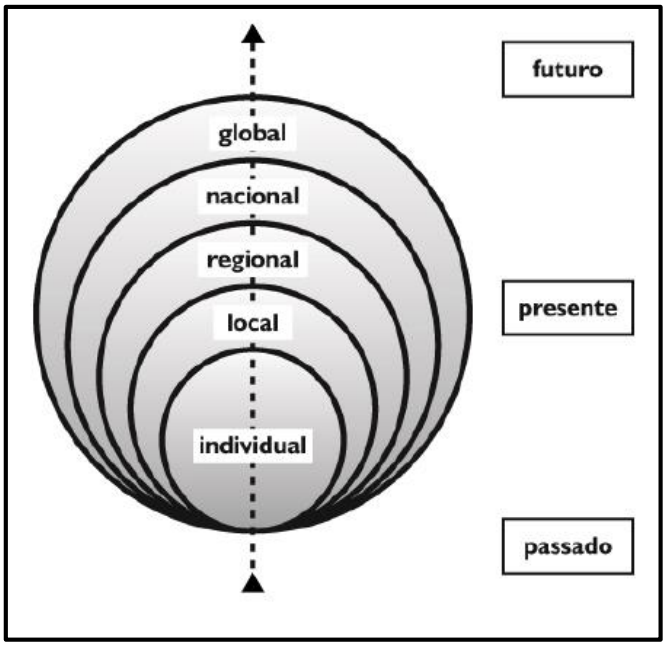
  - Ensinar a planejar a curto, médio e longo prazos: conforme mencionado a Educação Financeira interrelaciona passado, presente e futuro, portanto, "é necessário planejamento que contemple distintas etapas de execução, o que envolve priorização e renúncias que não seriam cogitadas pelo pensamento exclusivo do presente" (BRASIL, 2017, p. 68);
  - Desenvolver a cultura de prevenção: devido ao aumento da expectativa de vida, diferentemente do passado recente, a população

permanece mais tempo na condição de aposentado, caracterizando um quadro financeiro em que será necessário sobreviver com o recurso da aposentadoria por um período maior. Dessa forma, é fundamental considerar os imprevistos da vida, garantindo tranquilidade diante de situações do cotidiano e conhecer as opções possíveis, “tais como: evitar desperdício, guardar dinheiro, fazer seguros diversos ou investimentos, dispor de planos de previdência (pública ou privada)” (BRASIL, 2017, p. 68);

- Proporcionar a possibilidade de mudança da condição atual: a Educação Financeira viabiliza as competências e conhecimentos para contribuir com a superação de dificuldades econômicas, mediante a possibilidade de mobilidade social, a qual é “entendida aqui como a capacidade que uma família apresenta de aprimorar sua condição socioeconômica”. (BRASIL, 2017, p. 68-69);

Na Figura 4 a seguir consta a ilustração que representa a relação dos níveis da dimensão espacial entre si e com a dimensão temporal:

**Figura 4 -** Dimensões espacial e temporal da Educação




Fonte: BRASIL, 2017.

Referente as dimensões supracitadas e que constam na Figura 4, a "questão é como trabalhar as interrelações da condição individual com as disposições sociais da Educação Financeira na escola" (BRASIL, 2017, p. 60), portanto, é necessário conhecer como os indivíduos brasileiros se relacionam à esta temática.

Ainda neste documento consta que a Educação Financeira informa, forma e orienta indivíduos que consomem, poupam e investem de forma responsável e consciente, "propiciando base mais segura para desenvolvimento do país. Tal desenvolvimento retorna para as pessoas sob a forma de serviços mais eficientes e eficazes por parte do Estado, numa relação saudável das partes com o todo". (BRASIL, 2017, p. 59)

Conforme publicado neste quarto anexo, "o consumo teve sua participação aumentada de 74,59% para 82,41% no total de gastos dos brasileiros no curso de trinta anos. Na direção oposta caminharam os investimentos, que caíram de 16,50% para 4,76%" (BRASIL, 2017, p. 61), indicando que o dinheiro está direcionado ao consumo e não à poupança, sendo este um cenário desfavorável para o desenvolvimento do país.

Ainda no estudo deste documento, é fundamental as definições que figuram neste anexo 4 e são pertinentes a Educação Financeira, são eles:

- Consumo: "o significado do consumo na sociedade brasileira atual encontra-se ligado a fatores subjetivos, tais como autoestima e status" (BRASIL, p. 61, 2017), sendo que essa pode ser uma explicação para tenderem a adquirir "bens de consumo no rompante do momento, principalmente quando defrontadas com promoções e facilidades de pagamento" (BRASIL, 2017, p. 61). E também é importante destacar a menção acerca do hábito de consumo:

> Em relação a hábitos de consumo, mesmo quando as pessoas demonstram ter informações corretas sobre opções de compra, tendem a tomar decisões erradas: declaram preferir pagar em menos parcelas e juros menores, mas os dados detectam que o parcelamento mais longo, com taxas de juros maiores, é a opção mais frequente. (BRASIL, 2017, p. 62)

- Investimento:

> A falta de sistemas adequados de disseminação de informações financeiras acarreta a elaboração de conceitos errôneos. Para muitos entrevistados na pesquisa da Data Popular (2008), investir é comprar um bem, como roupas, eletrodomésticos e eletroeletrônicos, ou um serviço, quando, na verdade, investir significa aplicar excedentes financeiros em bens e direitos que gerarão renda ou valorização. (BRASIL, 2017, p. 62)

- Poupança: “o dinheiro é considerado importante e necessário para sobrevivência, portanto, não comporta a dimensão de futuro” (BRASIL, 2017, p. 62) e, “é visto apenas como meio para adquirir bens, em última análise, para consumir, ou seja, dinheiro não se conecta a poupança”. (BRASIL, 2017, p. 62).

- Informações pertinentes ao mundo financeiro:

> Esses dados sugerem que o acesso a informações confiáveis é importante ferramenta para a compreensão do mundo financeiro, habilitando-as, assim, a tomar decisões efetivas, de forma consciente. Contudo, não basta ter informações; é preciso saber julgá-las, e, para julgá-las, é necessário que se passe por processo educativo que poderá provocar mudanças de postura. (BRASIL, 2017, p. 62)

- Planejamento Financeiro: “ao longo do tempo, um bom ou um mau planejamento financeiro pode se constituir em meio de mobilidade social, seja melhorando as condições de vida, por meio de boas iniciativas financeiras, como previdência complementar” (BRASIL, 2017, p. 63), resultando conforme mencionado neste anexo, em “decisões financeiras errôneas, como é o caso de repetidos pagamentos do valor mínimo do cartão de crédito, que se transformam em crescente endividamento”. (BRASIL, 2017, p. 63)

Ainda na introdução deste quarto anexo, a Educação Financeira na escola, “deve ser direcionada a todos os perfis de educadores e de educandos, independentemente de sua condição socioeconômica, pelos benefícios que o conhecimento da área oferece” (BRASIL, 2017, p. 62), pois esta é uma “estratégia fundamental para ajudar as pessoas a realizar seus sonhos individuais e coletivos”. (BRASIL, 2017, p. 63)

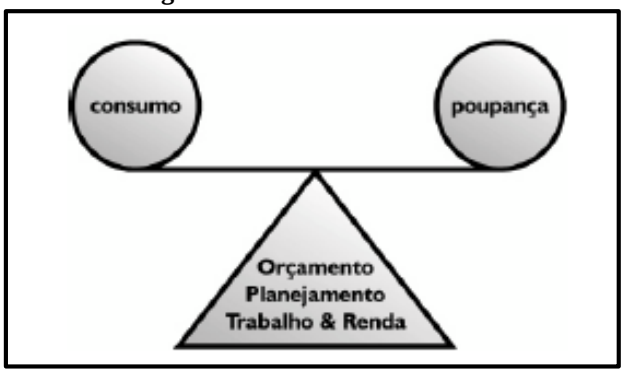
Na relação das decisões individual impactarem na coletiva, os “indivíduos crescentemente autônomos em relação a suas finanças e menos suscetíveis a dívidas descontroladas, fraudes e situações comprometedoras, que prejudiquem não só sua própria qualidade de vida como também a de outras pessoas”. (BRASIL, 2017, p. 63)

Posteriormente serão apresentados os recortes pertinentes a dimensão espacial – individual e social e, a dimensão temporal – conexão das ações do passado, presente e futuro, com a organização dos elementos pertinentes às orientações para a Educação Financeira nas

escolas, mediante à contextos e situações do cotidiano, conforme consta neste documento – anexo 4 (BRASIL, 2017, p. 69), são eles:

- Âmbito individual: “indivíduo é o centro do processo de tomada de decisão e exerce controle ativo sobre o equilíbrio de suas próprias práticas de consumo e poupança” (BRASIL, 2017, p. 69). Esse equilíbrio é representado pela balança conforme a Figura 4 que segue:

**Figura 5 -** Âmbito Individual




Fonte: BRASIL, 2017.

Na Figura 5 - Âmbito Individual existem duas opções de o indivíduo destinar o seu dinheiro: consumo e poupança e, a na base os três elementos: trabalho e renda, planejamento e orçamento, os quais estão diretamente relacionados com as explanações que seguem neste estudo.

- Equilíbrio da vida financeira: nesse item consta que a renda é o ponto de partida para a construção do orçamento, a qual é definida como “o conjunto de entradas de recursos em determinado período de tempo, proveniente ou não de atividade produtiva” (BRASIL, 2017, p. 70).

  Ainda neste item, é relevante destacar que é entendido como renda: bolsas, benefícios, aluguéis, pensões, rendimentos de aplicações financeiras, entre outros.

  Também é importante destacar os benefícios que não são expressos em dinheiro, porém contribuem para a possibilidade de direcionar recurso para a poupança, alguns tipos são como por exemplo: auxílio para

transporte, alimentação e plano de saúde, os quais são concedidos para algumas pessoas.

Quanto ao planejamento financeiro, neste documento consta que “deve contemplar ações de curto, médio e longo prazo, alinhados entre si” (BRASIL, 2017, p. 71):

> [...] planejar consiste em estabelecer o que precisa ser feito, de que forma será feito e em quanto tempo se espera realizar. O ato de planejar deve prever etapas iniciais e imediatas, que serão sequenciadas por outras, assim sucessivamente até sua conclusão. Então, escolhe-se uma taxa de poupança ideal por período de planejamento, a fim de determinar o tempo para se atingir o objetivo. Outra opção é eleger o tempo necessário para alcançá-lo e precisar a taxa de poupança adequada. (BRASIL, 2017, p. 71)

Posteriormente ao planejamento, neste anexo 4 consta o orçamento, o qual foi definido como o “plano que descreve a destinação da renda de um indivíduo em determinado período de tempo. Funciona como execução do planejamento e é muito facilitado pela construção de planilhas que controlem o fluxo de dinheiro no período de análise”. (BRASIL, 2017, p. 71), em que as receitas devem ser superiores às despesas, sendo possível viabilizar a poupança a qual deve ser prevista no planejamento.

- Consumo: definido como “no contexto da Educação Financeira, é a renúncia de capital em troca de bens ou serviços. Ele faz parte de processo longo e complexo, que engloba produção, distribuição, consumo propriamente dito e descarte” (BRASIL, 2017, p. 72). Ainda no tocante do consumo referente a Educação Financeira, consta neste documento, o consumo consciente, o qual é responsável e sustentável, relacionado com a educação ambiental e ações de responsabilidade socioambiental. Neste contexto é relevante as definições de:
- Consumo consistente: “responsável e sustentável é aquele que demanda dos consumidores as atitudes de refletir, recusar, reduzir, reutilizar e reciclar, que constituem os 5Rs.
- Responsabilidade socioambiental:

> A decisão de compra consiste nos critérios pelos quais se opta por adquirir ou não um bem, serviço ou direito. O preço de um produto não é composto somente pelo custo de produzi-lo. O preço é formado, entre outros componentes, pelos custos de

> produção, impostos, serviços agregados ao produto (como garantia, pós-venda, boa localização dos pontos de venda) e a margem de lucro, aí contemplados alguns valores intangíveis, como força da marca, consciência ambiental, identificada na criação de embalagens recicláveis ou de produtos biodegradáveis e não nocivos ao meio ambiente, tempo de atuação da empresa e sua credibilidade no mercado, o que pode ser expresso na lealdade da clientela. (BRASIL, 2017, p. 73)

Ainda no item consumo, neste anexo 4, consta o crédito definido como "ferramenta que provê recursos para realizar o consumo, ou seja, possibilita sua antecipação, por ele ser necessário ou desejado" (BRASIL, 2017, p. 74), sendo que no Brasil, existem linhas de crédito e a escolha apropriada viabiliza melhores condições, como por exemplo, taxa de juros, portanto, é relevante os elementos estudados em Matemática Financeira:

> Além de conhecer as formas e fórmulas de cálculo, devem ser priorizadas as possíveis reduções dos custos relativos ao crédito e aos juros com base na identificação de descontos, abatimentos, refinanciamentos e outros recursos que beneficiem o consumidor, sempre na perspectiva de ajuste do orçamento ao longo do tempo. (BRASIL, 2017, p. 74)

- Poupança: definida como "acúmulo de capital para uso posterior, com ou sem rendimento" (BRASIL, 2017, p. 74), sendo necessário os conhecimentos pertinentes ao conteúdo para a tomada de decisão de investimento.

  Ainda neste documento consta que "é recomendável que o dinheiro poupado seja aplicado em uma das opções de investimento existentes no mercado, que deverão ser descritas e comparadas entre si". (BRASIL, 2017, p. 75)

  Referente aos investimentos é relevante a compreensão de risco x retorno e do perfil investidor, para determinar o comportamento para escolher a modalidade de investimento, "seja ele conservador (avesso ao risco), moderado (em busca de retorno maior, estará disposto a suportar um pouco de risco) ou arrojado (procura retornos maiores, mesmo que o risco seja alto)" (BRASIL, 2017, p. 75).

Novamente os conhecimentos em Matemática Financeira também contribuem para os aspectos operacionais no tocante aos investimentos e, o investidor também deve conhecer o papel dos órgãos reguladores, seus deveres e direitos.

- Âmbito social: “aquele em que o indivíduo não tem controle ativo sobre as variáveis que impactam sua vida financeira, mas pode se planejar ante elas.” (BRASIL, 2017, p. 77).
    - Variáveis da vida financeira: três variáveis, são elas: moeda – aspectos históricos, papel dos bancos na circulação do dinheiro, inflação e o câmbio referente ao comércio exterior, segunda variável compreende os encargos sociais – compreende os tributos, e os recolhimentos efetuados por empregados e empregadores, como por exemplos: Fundo Garantidor de Crédito (FGTS) e Contribuição Social ao INSS, assim como utilizá-los são pontos pertinentes à Educação Financeira e, por última, o crescimento econômico – associado ao emprego formal e informal e a economia do país.
    - Sistema Financeiro Nacional: é o responsável por estabelecer as políticas e regular o “funcionamento dos mercados financeiros, de capitais, de seguros, de previdência e de capitalização, o Sistema Financeiro Nacional (SFN) constitui peça fundamental no que tange à vida financeira do cidadão” (BRASIL, 2017, p. 77).

Nas orientações pedagógicas deste documento, acerca de currículo, é pertinente salientar que a da Educação Financeira “promove diálogo articulador entre as áreas do conhecimento, daí a sugestão de que seja introduzida na escola como tema que transite com desenvoltura entre as áreas”. (BRASIL, 2017, p. 80)

Quanto a formação e informação, neste quarto anexo consta que a “formação refere-se ao desenvolvimento dos valores e das competências necessários para entender termos e conceitos financeiros, por meio de ações educativas que preparem as pessoas para empreender projetos individuais e sociais” (BRASIL, 2017, p. 81) e, que a Educação Financeira “explore situações reais dos contextos individual e social em que os alunos transitam, não somente porque oportunizam a prática de tomada de decisões, como também porque podem deixar mais evidente a necessidade da introdução desse tema nas escolas” (BRASIL, 2017, p. 81-82), em conformidade com a publicação da CDE (2005) referente à preferência de alunos e professores priorizando as situações do cotidiano.

E por fim, nas considerações finais desse quarto anexo relevante destacar que as pesquisas que foram mencionadas neste documento, “indicam que significativa parcela da população brasileira carece dos conhecimentos necessários para gerir sua vida financeira de modo adequado” (BRASIL, 2017, p. 83).

E que a Educação Financeira no âmbito escolar contribui para que o aluno desvende “as chaves da organização social em torno do mundo financeiro, com vistas a prepará-lo para usufruir dos benefícios de tal organização, ao mesmo tempo em que procura ajudá-lo a se defender das armadilhas desse caminho” (BRASIL, 2017, p. 84).

Devido a relevância desse quarto anexo para esta tese e, por constar no Infográfico da ENEF apresentado anteriormente, este documento – anexo 4 é um dos dois documentos norteadores para a Estratégia de Educação Financeira do Brasil.

Na sequência, será apresentada uma síntese do estudo deste quarto anexo, e salientar os elementos do Letramento Financeiro, que estão em conformidade com os contextos apresentados no estudo da BNCC, no âmbito da Educação Financeira, são eles:

A primeira consideração é a conformidade dos documentos publicados pela OCDE serem utilizados para o embasamento deste quarto anexo, assim como para esta tese.

No tocante da OCDE conforme consta neste documento – anexo quatro é importante salientar que para esta organização, a possível origem do problema que tange a Educação Financeira é o fato da população desconhecer a necessidade e conhecimentos desta temática.

Na sequência, está publicado neste documento que a escola pode contribuir com os alunos mediante a educá-los financeiramente.

Neste documento constam duas figuras que resumem e ilustram situações do cotidiano. Iniciando com a compreensão da primeira, intitulada Dimensão espacial e temporal da Educação Financeira:

- Dimensão espacial: engloba os níveis individual, local, regional, nacional e global e, é composta por: formar para a cidadania, educar para o consumo: forma ética, consciente e responsável com equilíbrio das ações - consumir e poupar, conceitos e ferramentas para a tomada de decisão autônoma e formar disseminadores;
- Dimensão temporal: relação entre passado, presente e futuro referente as decisões, dos assuntos: planejamento a curto, médio e longo prazo, desenvolver cultura de

prevenção: seguros, planejamento de aposentadoria (pública e ou privada), investimentos, poupar e reserva financeira e, por último a possibilita de mudança atual para aprimorar sua condição econômica;

Baseada na pesquisa estudada no primeiro anexo realizada pelo Data Popular (2008), é relevante destacar três elementos que também constam nesse anexo e, estão relacionados com as dimensões: espacial e temporal, são eles:

- Consumo: associado à autoestima, *status* e hábito, impulsionado por promoção e facilidades de pagamento;
- Investimentos: relacionado a compra de bem e serviços;
- Poupança: meio para aquisição de bem para consumo.

E quanto a figura 4 intitulada Âmbito Individual, é pertinente a compreensão dos seguintes elementos que está relacionada: opções do destino do dinheiro para o consumo e poupança, mediante ao equilíbrio da vida financeira, orçamento, planejamento, trabalho e renda, por meio de equilíbrio da vida financeira, consumo: consciente, sustentável e responsável, conforme os 5Rs (reciclar, recusar, reduzir, refletir e reutilizar), poupança, responsabilidade socioambiental, Matemática Financeira: conhecimentos necessários de elementos que integram os créditos e o investimentos, com destaque para os juros, inclusive no crescente endividamento ocasionada pela falta de pagamento até o dia de vencimento das faturas de cartão de crédito.

O âmbito social, envolve o Sistema Financeiro Nacional e as três variáveis que impactam na vida financeira, são elas:

- Moeda – aspectos históricos, papel dos bancos na circulação do dinheiro, inflação e câmbio;
- Encargos sociais e tributos;
- Crescimento econômico: economia do país, emprego formal e informal.

Por fim, é pertinente a este estudo destacar que o quarto anexo intitulado “Orientações para Educação Financeira nas escolas” consta que: as informações do Mercado Financeiro no âmbito do processo educativo impulsionam mudanças positivas, mediante as competências adquiridas com a Educação Financeira, a qual informa, forma e orienta os indivíduos, contribuindo para o cotidiano e futuro dos alunos.

É importante ressaltar, que por hipótese, o resultado desta tese contribuirá para trilhar a aprendizagem escalonada, e assim, instituir a Educação Financeira para os cidadãos em idade escolar e na fase adulta.

### 5.2.5. Programas Setoriais

O quinto anexo intitulado “Programas Setoriais” é composto por cinco programas, são eles: ações do Banco Central do Brasil, Educação do Investidor, Previdência Social Complementar Fechada, e por último, Mercados de Seguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização.

Iniciando com a ação do Banco Central do Brasil o qual aprovou no ano de 2003 o Programa de Educação Financeira (PEF-BC), com o objetivo de disseminar conhecimentos econômico-financeiros, “para que a sociedade refletisse a respeito do papel do órgão e dos agentes financeiros e da responsabilidade de cada um no planejamento e na administração da economia” (BRASIL, 2017, p. 86), por meio da produção e veiculação de material educativo, eventos para pessoas físicas e jurídicas e estudantes de todos os níveis da educação.

O referido programa foi estruturado com 5 pilares, são eles: planejamento financeiro, economia, operações financeiras, Banco Central e meio circulante conforme consta neste quinto anexo:

> - **Planejamento financeiro**: noções de administração do dinheiro, de orçamento (empresarial e doméstico), de compras a prazo, de aplicações, de consumo e outros itens afins.
> - **Economia:** conhecimentos básicos, inflação, taxas de juros, variação cambial, indicadores econômicos, poupança, dívidas interna e externa e outros temas relacionados ao dia a dia das pessoas.
> - **Operações financeiras:** conceitos bancários, tipos de operações, agentes financeiros (o que são, como funcionam), direitos e deveres do correntista, denúncias e reclamações, relacionamento com o BCB (entidades reguladoras e de supervisão), micro finanças (microcrédito e cooperativas).
> - **Banco Central:** BCB e bancos centrais – o que são, como agem, funções, limites de atuação e outros itens afins.
> - **Meio circulante:** uso e preservação de cédulas e moedas, combate à falsificação, história do dinheiro e outros itens afins. (BRASIL, 2017, p. 86-87).

O segundo programa setorial que conta neste documento, é a Educação do Investidor, com ações para a educação de investidores “planejadas pelo órgão regulador do

mercado de valores mobiliários e pelas entidades representativas desse mercado" (BRASIL, p. 96, 2017).

O programa Educação do Investidor é resultado de um subgrupo de trabalho resultante da COREMEC, este subgrupo foi coordenado pela CVM e AMBIMA, conforme consta neste quinto anexo (BRASIL, 2017, p. 96), mediante a discussão e seleção de "ações educacionais voltadas para investidores que integrariam a fase inicial da ENEF".

Neste programa – Educação de Investidores constam as seguintes ações:

- A primeira ação relatada foi para toda a população nacional, referente a Educação Financeira e Investimentos com os seguintes assuntos: planejamento financeiro, produtos de investimento, elaboração de projetos e planos de aula para professores e, cartilhas para os alunos, sendo a forma de atuação: criação de páginas na internet, cursos, apostilas, cartilhas, programas de TV, premiações de pesquisas acadêmicas, encontros com órgãos reguladores;
- Programa TOP – Treinando os Professores: cursos de Mercado de Capitais para professores de cursos universitários e de pós-graduação de disciplina relacionadas, para a formação de multiplicadores;
- Prêmio Imprensa de Educação ao Investidor": criado para incentivar a produção de artigos relacionado a Educação Financeira e investimentos. Esta ação também é de abrangência nacional;
- *Town meeting*: para "estudantes do ensino superior, pessoas com formação em ensino superior, adultos, sem limite de idade, moradores de regiões metropolitanas e pertencentes às classes econômicas A e B" (BRASIL, 2017, p. 106), com o objetivo de estabelecer fórum de discussão acerca de investimentos;
- Curso de Direito Societário e Mercado de Capitais para Magistrados e Ministério Público: palestras com o objetivo de "contribuir para produção de conhecimento científico e realização de debates sobre temas societários e de mercado de capitais" (BRASIL, 2017, p. 108);
- *Site* do comitê Consultivo de Educação da Comissão de Valores Imobiliários: criado no ano de 2008, com o objetivo de "apoiar projetos educacionais que contribuam para melhoria dos padrões de Educação Financeira da população brasileira" (BRASIL, 2017, p. 110);

- Portal como Investir: criado pela AMBIMA, com acesso livre e com objetivo de "destacar a importância do planejamento e do equilíbrio financeiro dos indivíduos, bem como dos benefícios alcançados nos investimentos de longo prazo" (BRASIL, 2017, p. 110-111);
- Desafio BM&FBOVESPA: competição gratuita de estudantes do Ensino Médio sobre o Mercado de Ações;
- Projeto Educar BM&FBOVESPA: palestras e cursos gratuitos, para "fomentar cultura de poupança e de formação de patrimônio, explicando à população como administrar suas finanças pessoais" (BRASIL, 2017, p. 111), para o público a partir de 11 anos;
- Visita monitorada ao espaço BM&FBOVESPA: centro de visitação pública localizado na cidade de São Paulo, para diversas faixas etárias com o objetivo de "levar ao conhecimento do público o funcionamento e o papel da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros e o de seus mercados de atuação, bem como sua importância para a economia e a sociedade" (BRASIL, 2017, p. 115);
- Simulador BM&FBOVESPA: proporciona aos participantes a familiarização e conhecimentos básicos de mercado de ações e derivativos no Brasil, sem restrição de público;
- Popularização do Tesouro Direto: parceria do Tesouro Direto e BM&FBOVESPA mediante ao curso e simulador disponível à internautas para investimentos no Tesouro Direto;
- Educação Financeira (Programa de TV): realizado em parceria com a TV Cultura sem restrição quanto ao público, com o objetivo de "levar conceitos de planejamento de finanças pessoais, informações básicas sobre economia, mercado financeiro e formas de investimento em linguagem acessível ao público em geral" (BRASIL, 2017, p. 119);
- Como investir em ações: curso sem restrições de público, com o objetivo de "explicar o passo a passo de como investir no Mercado de Ações, bem como apresentar em linhas gerais o funcionamento e regras desse mercado" (BRASIL, 2017, p. 120);
- Encontros do Instituto Nacional de Investidores, entre investidores e companhias: sem restrição de público; com o objetivo de contribuir para o

crescimento do mercado, possibilitando “apreender o que significa ser um verdadeiro acionista, participando da vida das companhias em que investe ou venha a investir” (BRASIL, 2017, p. 120);

- Portal do Investidor: *site* elaborado pela CVM no ano de 2007, no qual constam “conteúdos e serviços voltados para apreensão das características e funcionalidades do mercado de valores mobiliários” (BRASIL, 2017, p. 122), com o objetivo de educar e informar os investidos, com atualizações periódicas e sem restrição de público, inclusive o infanto-juvenil.
- Programa de *e-learning* para orientações de investidores: cursos gratuitos via *internet* sobre temas relacionados a valores mobiliários, com o público-alvo direcionado aos pequenos investidores e pessoas com interesse em Educação Financeira, Mercado Financeiro e Valores Mobiliários, conforme consta neste quinto anexo:

> [...] melhorar a compreensão dos cidadãos sobre produtos e serviços financeiros, quanto a seus conceitos, riscos e possibilidades, possibilitando, por meio de informação e orientação claras, aprimoramento de conhecimento, habilidades e atitudes necessárias para tomar decisões fundamentadas sobre investimentos, ao que trará melhora para seu bem-estar financeiro. Esse objetivo pode ser atingido: por meio do acesso direto a informações e a indicação de outras fontes, bem como a conceitos básicos necessários para interpretá-las de maneira correta (eixo do conhecimento); por meio de exercícios, simulações e recursos interativos que possibilitem avaliar o próprio grau de conhecimento e treinar os conceitos aprendidos (eixo das habilidades); e por meio de conscientização a respeito dos riscos associados aos investimentos e das atitudes recomendadas, a serem tomadas antes, durante e após as decisões de investimento (eixo das atitudes). (BRASIL, 2017, p. 124)

- Circuito Universitário: oferecimento de palestras pela CVM em universidades do Brasil, com o objetivo de prestar “informações sobre regulação e funcionamento dos mercados financeiro e de valores mobiliários” (BRASIL, 2017, p. 126);
- Convênios de cooperação técnica e acadêmica: público, e para a comunidade acadêmica e profissionais do Mercado de Valores Mobiliários, com o objetivo de “promover o intercâmbio de informações e a produção acadêmica, de modo que se amplie o conhecimento da comunidade acadêmica e dos profissionais do mercado de valores mobiliários”. (BRASIL, 2017, p. 128);

- Cadernos CVM: constam as informações básicas penitentes ao mercado de valores mobiliários ao público, com o objetivo de “fornecer informações e orientações para que a pessoa interessada em investir no mercado de valores mobiliários conheça seu funcionamento, bem como seus direitos e deveres como investidor” (BRASIL, 2017, p. 129). Esses cadernos são oferecidos gratuitamente em formato eletrônico;
- Concurso de monografias: premiações anuais dos melhores trabalhos (monografias e dissertações) com temas pertinentes a valores mobiliários dos alunos de graduação e pós-graduação;
- Página eletrônica na rede mundial de computadores: portal da ENEF na página eletrônica www.vidaedinheiro.gov.br com o objetivo de oferecer gratuitamente para toda população informações para aprender “a formular seu próprio julgamento de valor sobre os produtos de investimento e a tomar decisões de investimento consciente de seus riscos e oportunidades” (BRASIL, 2017, p. 132);
- Programa de televisão: rede nacional em canais abertos com a parcerias de emissoras, com público de jovens universitários e adultos de todas as classes econômicas e ramos de atividade, com “programas de Educação Financeira sobre investimentos na televisão são inclusão financeira, desenvolvimento social e proteção do investidor”. (BRASIL, 2017, p. 134).

No terceiro programa setorial Previdência Social e Previdência Complementar Fechada deste quinto anexo (BRASIL, 2017, p. 135), consta que a ENEF se depara com os seguintes desafios da população brasileira: planejamento quanto a vida em longo prazo, conscientização quanto ao consumo, de modo que forme poupança de curto, médio e longo prazos, informações de qualidade e gratuita para a tomada de decisões em relação a aposentadoria, com consciência quanto aos riscos e oportunidades, importância de pensar na aposentadoria desde cedo, para que os rendimentos futuros estejam compatíveis com a remuneração da vida laborativa, previdência complementar.

Diante desses desafios, a ENEF adotou algumas ações, são elas: programas de televisão, página na internet, cursos sobre regimes de previdência, premiações de trabalhos

acadêmicos e Programa de Educação Previdenciária com cursos, cartilhas, envio de mala direta via correio, cursos e atividades para terceira idade.

No quarto e último programa setorial Mercado de Seguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização deste quinto anexo (BRASIL, 2017, p. 147), consta que o maior desafio para a inserção de Educação Financeira nestes mercados, é a compreensão no tocante dos produtos oferecidos destes segmentos.

Para isso a SUSEP disponibilizou uma página na internet www.susep.gov.br com informações e orientações de: “planos de seguros, planos de previdência complementar aberta e títulos de capitalização” (BRASIL, 2017, p. 148) e, o Guia de Orientações do Segurado.

Também existem ações realizadas por entidades privadas, são elas: palestras, seminários, projetos com estudantes do Ensino Médio, cursos, fóruns jurídicos, entrevistas em jornais e rádios.

E por fim, as ações dos segmentos de seguros, previdência e capitalização que contribuem para a Educação Financeira da população, são: programas em redes fechadas e educativas cursos disponibilizados em páginas eletrônicas, palestras, seminários e campanhas publicitárias, páginas na *internet* com informações dos segmentos, conforme publicado neste quinto anexo:

- Seguros:

> Princípios básicos do seguro; operações de seguro; contrato de seguro; planos de seguro; seguros obrigatórios. Ao se desenvolverem esses temas gerais, devem ser abordados os seguintes tópicos: compreensão de que o seguro não visa lucro, mas proteção contra eventuais perdas ou situações adversas; riscos inerentes aos produtos oferecidos por empresas não autorizadas; proibição legal de se agravar um dano para obter indenização maior e consequências de ato dessa natureza; atualização de valores; necessidade de manter a seguradora permanentemente informada de alterações cadastrais que possam afetar o risco; circunstâncias que podem acarretar perda do direito à indenização; cuidados com promessas oferecidas por fraudadores; restrições legais à contratação no exterior do seguro de riscos no país; disponibilidade de informações na Susep. (BRASIL, 2017, p. 154)

- Previdência:

> Importância da poupança em longo prazo; características dos planos (benefício definido e contribuição definida); riscos envolvidos (investimento, longevidade, inflação); custos envolvidos (contribuições, portabilidade, resgate, taxa de

> administração, carregamento); tributos; disponibilidade de informações na Susep. (BRASIL, 2017, p. 154)

- Capitalização:

> Título de capitalização (condições, estruturação, vigência, formas de contratação, prazo de carência, tipos de pagamento, composição do pagamento). Ao se desenvolverem esses temas gerais, devem ser abordados os seguintes tópicos: distinção entre título de capitalização e outros tipos de investimentos, como a conta de poupança; regras sobre participação em sorteios, contemplando-se suspensão na participação dos sorteios enquanto a pessoa estiver inadimplente e incidência de imposto de renda sobre o valor do sorteio; regra sobre rentabilidade do título; informações sobre resgates, como prazo de carência, deságio, atualização dos valores; obrigatoriedade de divulgação de informações sobre o título; transferência de titularidade; direitos e deveres dos subscritores e dos titulares, contemplando-se cancelamento do título e a possível aplicação de juros moratórios quando o pagamento não for efetuado no prazo previsto; disponibilidade de informações na Susep. (BRASIL, 2017, p. 154)

No estudo deste quinto anexo é evidente as ações dos Programas Setoriais que abrangem toda a população brasileira e contemplam diversas modalidades, sendo algumas: material e cursos via *internet*, *site*, palestra, material impresso e eventos, promovidas também por membros do CONEF apresentado anteriormente, com a intenção de educar financeiramente a população.

E por fim, reforçar os desafios da ENEF perante a Educação Financeira dos brasileiros neste quinto anexo, compreende: planejamento de vida à longo prazo, consumo consciente, formação de poupança, informações gratuitas e de qualidade para a tomada de decisões referente à aposentadoria, a qual requer planejamento desde cedo, para os rendimentos futuros sejam compatíveis com as necessidades, e por último, a previdência complementar.

Referente aos elementos dispostos neste quinto anexo, é pertinente salientar os elementos do Letramento Financeiro, que estão em conformidade com os contextos apresentados no estudo da BNCC, no âmbito da Educação Financeira, são eles:

- Planejamento financeiro: administração das finanças pessoais, orçamento empresarial e doméstico, compras a prazo, aplicações, consumo;
- Fomentar: cultura de poupança e formação de patrimônio;
- Economia: conhecimentos básicos, inflação, taxas de juros, variação cambial, indicadores econômicos, poupança, dívidas interna e externa;

- Aposentadoria: rendimentos futuros estejam compatíveis com a remuneração da vida laborativa, previdência complementar.
- Operações financeiras: conceitos bancários, tipos de operações, agentes financeiros (o que são, como funcionam), direitos e deveres do correntista, denúncias e reclamações, relacionamento com o BCB (entidades reguladoras e de supervisão), micro finanças (microcrédito e cooperativas).
- Banco Central: BCB e bancos centrais – o que são, como agem, funções, limites de atuação;
- Meio circulante: uso e preservação de cédulas e moedas, combate à falsificação, história do dinheiro;
- Seguros;
- Previdência: pública, privada e para compor, no futuro outros rendimentos;
- Títulos de Capitalização;
- Regulação e funcionamento dos mercados financeiro e de valores mobiliários;
- Investimentos:
    - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros: funcionamento, mercado de atuação e relevância para a economia;
    - Tesouro Direto;
    - Mercado de Ações;
    - Derivativos;
- Mercado de Valores Mobiliários.

Nesse contexto, é relevante o estudo do anexo referente a Educação Financeira para adultos que será apresentado na próxima subseção.

### 5.2.6. Orientações para Educação Financeira de Adultos

O sexto e último anexo intitulado “Orientações para a Educação Financeira de Adultos” da ENEF está embasado na OCDE (2005) e, é um modelo conceitual para a construção dos planos, programas e ações de Educação Financeira de forma multidisciplinar e transversal, conforme consta no referido documento.

Este modelo conceitual abordará:

- Fundamentação teórico-metodológica da Educação de Adultos;
- Diretrizes gerais para o desenvolvimento da Educação Financeira para Adultos, em adição às diretrizes estabelecidas para a ENEF;
- Diretrizes metodológicas para o desenho dos planos, programas e ações que vierem a constituir a Educação Financeira de adultos a ser desenvolvida no âmbito do Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF);
- Diretrizes para a avaliação e o monitoramento desses planos, programas e ações;
- Dimensões conceituais que fundamentam a definição dos macro objetivos e a matriz de competências;
- Macro objetivos a serem atingidos no âmbito dos planos, programas e ações transversais e multidisciplinares de Educação Financeira e previdenciária de adultos;
- Competências a serem desenvolvidas por meio da Educação Financeira de adultos;
- Conceitos básicos que orientam a escolha dos conteúdos a serem abordados pelos planos, programas e ações;
- Matriz de Conteúdos, organizada de acordo com os macro objetivos e com as competências, que detalha os conhecimentos a serem adquiridos e as ações e os comportamentos resultantes esperados. (BRASIL, 2017, p. 156-157)

Neste documento a Educação Financeira para adultos "atende à necessidade premente da sociedade brasileira, podendo ajudar o indivíduo a desenvolver uma relação equilibrada com o dinheiro" (BRASIL, 2017, p. 158) e, que as "mudança de postura alcançada com as competências adquiridas por meio da Educação Financeira possam ajudar as pessoas a resolver seus desafios cotidianos" (BRASIL, 2017, p. 160), mediante a "formação de cidadãos financeiramente educados, indivíduos crescentemente autônomos em relação a suas finanças e menos suscetíveis a superendividamento, fraudes e descontroles financeiros". (BRASIL, 2017, p. 161)

No referido documento consta que a "transversalidade do conteúdo decorre da abrangência de competências financeiras básicas, necessárias a qualquer cidadão e não circunscritas a único segmento do SFN". (BRASIL, 2017, p. 161) e, a interdisciplinaridade "supõe que a atitude e o método utilizados pelo educador permitam a integração de conteúdos". (BRASIL, 2017, p. 163)

A Educação Financeira para adultos, conforme o referido documento, necessita de um conhecimento prévio do público, devido aos fatores: "diferenças de idade, características socioculturais, inserção ou não no mundo do trabalho, local de moradia, relações com a produção cultural variam significativamente e exigem projetos educativos diferenciados". (BRASIL, 2017, p. 162)

Referente a formação do educador, consta neste documento a necessidade de “propiciar aos educadores programas de formação continuada que contribuam com a ampliação do seu repertório de conhecimentos, aprimorando sua prática e possibilitando ensino de boa qualidade”. (BRASIL, 2017, p. 163)

Neste documento – anexo 6 (BRASIL, 2017, p. 164), constam três abordagens de conteúdo para a Educação Financeira de adultos, são eles:

- Conteúdos de natureza conceitual: “abordagem de conceitos, fatos e princípios, referem-se à construção ativa das capacidades intelectuais para operar com símbolos, signos, ideias e imagens capazes de representar a realidade”. (BRASIL, 2017, p. 164)
- Conteúdos de natureza procedimental: “expressam um saber fazer que envolve tomar decisões e realizar uma série de ações, de forma ordenada e não aleatória, para atingir uma meta”. (BRASIL, 2017, p. 164)
- Conteúdos de natureza atitudinal: “abrangem normas, valores e atitudes, permeiam todo o conhecimento formal”. (BRASIL, 2017, p. 164)

Os macro objetivos deste anexo – Orientações para Educação Financeira de Adultos estão em conformidade com as dimensões espacial e temporal adotadas pela ENEF.

Iniciando com os macro objetivos de dimensão espacial a serem atingidos:

1. Formar para a cidadania, estimulando comportamentos éticos e responsáveis:

> A cidadania, como um conjunto de direitos e deveres, requer que a pessoa tenha consciência dos seus direitos e responsabilidades, como parte integrante de um grande e complexo organismo, que é a sociedade. Não se resumindo à esfera econômica, o macro objetivo de formar para cidadania deve ser alcançado ao reforçar o contexto ético e responsável em que as decisões individuais de consumo, investimento e poupança, bem como de prevenção e proteção, devem ser tomadas. (BRASIL, 2017, p. 169)

   a. Educar para o consumo e a poupança:

> Em um cenário em que o consumo é fortemente estimulado por meio de diversos canais de comunicação, com a constante oferta de novos produtos, educar para o consumo e a poupança deve contribuir para que o cidadão desenvolva atitudes que levem a comportamentos de consumo responsáveis e conscientes, considerando desejos e necessidades, atuais e futuras, alcançando o equilíbrio adequado entre consumir e poupar, evitando desperdícios. (BRASIL, 2017, p. 169-170)

2. Oferecer conceitos e ferramentas para a tomada de decisão autônoma pautada em mudança de atitude:

> Combinada com o objetivo de educar para o consumo e a poupança, a formação para a tomada de decisões autônomas envolve a compreensão da linguagem do mundo financeiro, o julgamento crítico em relação à publicidade, a capacidade de distinguir os próprios desejos e necessidades e a de negociar dentro dos preceitos éticos e legais. Nesse sentido, espera-se que os públicos-alvo, por meio dos programas e ações de Educação Financeira, tenham condições de moldar seu próprio destino de modo mais confiante e seguro, tornando-se protagonistas de seu próprio desenvolvimento. (BRASIL, 2017, p. 170)

3. Formar disseminadores em Educação Financeira:

> Como apontado na pesquisa integrante do Plano Diretor da ENEF, há significativa relação entre o comportamento financeiro individual e o familiar. Assim, acredita-se que o adulto participante do Programa de Educação Financeira pode tornar-se um disseminador dos conhecimentos apreendidos e comportamentos adquiridos, principalmente no círculo familiar, podendo alcançar também o social. (BRASIL, 2017, p. 170)

E na dimensão temporal, os macro objetivos a serem atingidos são:

4. Desenvolver a cultura de prevenção e proteção:

> Prevenção, no contexto desse programa, significa preparar-se financeiramente para situações imprevistas e desfavoráveis da vida, compreendendo, ainda, a construção, ao longo da trajetória, de condições materiais para uma aposentadoria digna e planejada. Em decorrência da dificuldade de compreensão das características de muitos produtos e serviços financeiros, aliada ao desconhecimento dos canais formais e regulares de acesso ao sistema
> financeiro, o cidadão torna-se vítima, muitas vezes, de golpes financeiros e ofertas irregulares. Assim, a cultura de proteção deve ser promovida, desenvolvendo competências para que o indivíduo reconheça esquemas ilícitos ou irregulares, proteja-se de fraudes e de práticas abusivas e denuncie aos órgãos competentes tais práticas. (BRASIL, 2017, p. 170-171)

5. Instrumentalizar para planejar em curto, médio e longo prazos:

> Definir objetivos de curto, médio e longo prazo e perseguir sua concretização por meio de um planejamento adequado e coerente são práticas essenciais que podem efetivamente contribuir para o sucesso na realização dos desejos e das necessidades materiais de cada indivíduo. A Educação Financeira para adultos deve estimular a percepção de que as decisões financeiras do presente e do futuro estão ligadas em uma cadeia lógica, cujas repercussões afetam o próprio indivíduo. As escolhas financeiras devem ser compreendidas não apenas no momento em que se depara com uma oferta ou uma necessidade, mas no contexto de uma trajetória individual, que deve ser, tanto quanto possível, planejada. Tal compreensão, aliada ao ferramental oferecido pela Educação Financeira, possibilita à pessoa planejar sua trajetória de vida. (BRASIL, 2017, p. 171)

6. Proporcionar a possibilidade de melhoria da própria condição:

> Os conhecimentos oferecidos à população adulta devem ajudar os indivíduos a superar suas dificuldades econômicas, promovendo a revisão de hábitos e o desenvolvimento

> de novas atitudes que lhes sejam mais favoráveis e ajudando o cidadão superendividado a sair dessa condição.
>
> Ao promover hábitos mais saudáveis ou, pelo menos, que não agravem a situação individual e familiar, ao estimular a poupança e fortalecer a capacidade de planejar saídas para condições socioeconômicas desfavoráveis, esse programa pode fornecer ferramentas para a construção de planejamentos de vida que propiciem a mudança da condição social. (BRASIL, 2017, p. 171)

Neste documento, constam algumas definições pertinentes à Educação Financeira, são elas:

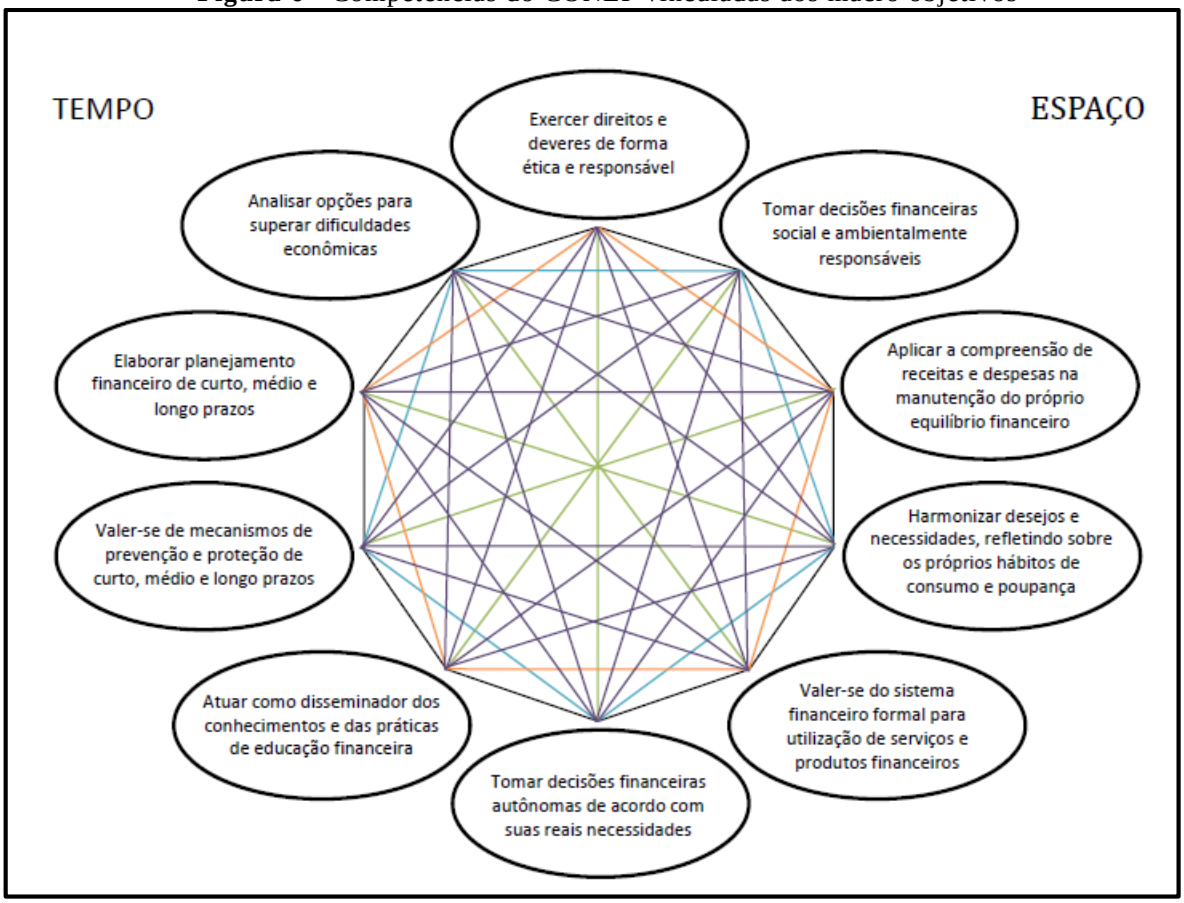
- Competência: são "as combinações sinérgicas – dimensão que abrange complementaridade, interdependência e simultaneidade – de conhecimentos, habilidades e atitudes. Tais atributos correspondem a "saber", "saber fazer" e "querer fazer". (BRASIL, 2017, p. 172)
- Conhecimento: "constitui o conjunto de informações e conceitos (teorias e técnicas). Quanto mais sólido e amplo o conhecimento, mais a competência se fortalece e prepara o indivíduo para enfrentar os desafios de seu dia a dia". (BRASIL, 2017, p. 172)
- Habilidade: "refere-se à capacidade de fazer uso das informações, de colocar os conhecimentos em prática de forma adequada, por meio da utilização das ferramentas pertinentes. Está associada ao "saber fazer"". (BRASIL, 2017, p. 172)
- Atitude: é o conjunto de valores, crenças e princípios formados ao longo da vida e, está associada ao "querer ser" e "querer agir". (BRASIL, 2017, p. 172)

Ainda neste anexo constam os macro objetivos, adotados para o Plano de Educação Financeira Básica de Adultos, podem ser alcançados mediante a abordagem das seguintes competências:

> 1. Acesso a informações e a conceitos básicos necessários para interpretá-las adequadamente (eixo dos conhecimentos);
> 2. Prática por meio de exercícios, simulações e recursos interativos que possibilitem avaliar o próprio grau de conhecimento e treinar os conceitos aprendidos (eixo das habilidades);
> 3. Conscientização a respeito das consequências associadas às decisões financeiras e das atitudes a serem tomadas antes, durante e após as decisões (eixo das atitudes). (BRASIL, 2017, p. 172)

Na Figura 6 a seguir, constam as competências definidas pelo CONEF vinculadas aos macro objetivos, no tocante da Educação Financeira para adultos:

**Figura 6 -** Competências do CONEF vinculadas aos macro objetivos




Fonte: Brasil, 2017.

Posteriormente, neste anexo – Orientações para Educação Financeira de Adulto, constam os conceitos básicos os "quais foram pautados os conteúdos pensados para o Programa de Educação Financeira para Adultos, estão alinhados aos macro objetivos e às competências". (BRASIL, 2017, p. 174).

O primeiro conceito é a cidadania, para a qual é pertinente programas que possibilitem aos cidadãos "conhecimentos e instrumentos que os capacitem a exercer plenamente seus direitos e deveres como consumidores de produtos e serviços financeiros" (BRASIL, 2017, p. 174), a "compreensão do funcionamento básico da economia e do SFN, bem como do papel dos órgãos reguladores desse sistema nas políticas econômica e monetária, além da função

social dos tributos" (BRASIL, 2017, p. 174) e, os aspectos referente a origem , história e evolução da moeda.

O segundo conceito é o consumo, conforme consta neste anexo, "é indispensável que a Educação Financeira o auxilie na compreensão do impacto econômico, social e ambiental de suas decisões de consumo, em curto, médio e longo prazos"

Portanto, algumas atitudes devem ser estimuladas, como exemplos:

> [...] repensar as reais necessidades de consumo; instrumentalizar o consumidor com canais informativos oficiais para a comparação entre produtos e serviços semelhantes ofertados no mercado; recusar produtos ou serviços advindos de relações ilegais, exploratórias, predatórias; ter em consideração, quando for adquirir bens e serviços, se o modo de produção foi socio ambientalmente sustentável; valorizar a cultura local; reduzir o consumo desnecessário; reduzir a produção de lixo; e reutilizar os bens e ampliar sua longevidade. (BRASIL, 2017, p. 174).

O terceiro conceito compreende as receitas e despesas/orçamento:

> A Educação Financeira deverá dotar o cidadão para que ele adquira autonomia na gestão dos seus recursos financeiros, de forma que mantenha equilíbrio orçamentário, registrando e estimando receitas e despesas, planejando e controlando decisões de consumo, formando reservas financeiras e fazendo uso dos produtos e serviços financeiros adequados ao seu perfil, objetivos e orçamento. Ao desenvolver essa postura, acredita-se que o indivíduo estará dotado de melhores condições para manter as finanças pessoais em níveis sustentáveis nas dimensões de tempo – curto, médio e longo prazos – e de espaço – individual e social. (BRASIL, 2017, p. 175).

O quarto conceito trata das reservas (poupança) e investimento, o qual tange a construção de patrimônio durante a vida e:

> [...] está relacionada intimamente à capacidade do cidadão de viver de acordo com as suas reais possibilidades, acumulando reservas financeiras, gerindo recursos e investindo adequadamente. A Educação Financeira pode ajudar a desenvolver competências e estimular comportamentos, tais como fazer estimativas, planejar-se para o consumo de bens duráveis, formar reservas financeiras dentro de um planejamento individual; ponderar o risco, o retorno esperado e os custos envolvidos em cada alternativa de investimento; buscar fontes autorizadas para obter informações e orientações sobre produtos, serviços e instituições; analisar, avaliar e julgar as características de cada produto e serviço financeiro; usar produtos e serviços formais de poupança e investimento adequados às suas necessidades; acompanhar os investimentos; e gerenciar o patrimônio. (BRASIL, 2017, p. 175).

O quinto conceito é o crédito, conforme consta nesse documento, é "uma fonte adicional de recursos que possibilita a antecipação do consumo, seja a aquisição de bens, seja a contratação de serviços". (BRASIL, 2017, p. 176).

Porém o uso do crédito deve ser consciente inclusive para que não ocasione o superendividamento, dessa forma a “Educação Financeira deverá orientar o cidadão para a avaliação da necessidade de contratação ou não do crédito, a escolha da modalidade mais adequada, com a devida compreensão dos custos, riscos e termos do contrato, e seu uso de forma consciente”. (BRASIL, 2017, p. 176)

No Brasil, existem “diversas linhas de crédito, cujas particularidades devem ser compreendidas pelos consumidores, desde a oferta até a contratação. A escolha da modalidade apropriada propicia obtenção de taxas e de condições mais adequadas, contribuindo para a saúde financeira da população” (BRASIL, 2017, p. 176)

Para isso, é relevante destacar q os conceitos de Matemática Financeira:

> [...] contribuem para entendimento do fator operacional do crédito. Devem ser abordados os conceitos de juros, distinguindo-se taxas nominais e efetivas, Custo Efetivo Total (CET) e amortização, até mesmo os métodos de amortização de empréstimos e financiamentos. Além de apresentar as formas e as fórmulas de cálculo, os programas e as ações de Educação Financeira para Adultos devem desenvolver e divulgar ferramentas que possibilitem aos consumidores conferir as condições das ofertas de crédito e realizar cálculos financeiros simples, como a obtenção do valor da taxa de juros e o valor da quitação do empréstimo. Ademais, devem priorizar o desenvolvimento das competências associadas à negociação, até mesmo com vistas a possível redução dos custos relativos ao crédito e aos juros com base na identificação de descontos, abatimentos, refinanciamentos e outros recursos que beneficiem o consumidor, sempre na perspectiva de ajuste do orçamento ao longo do tempo. (BRASIL, 2017, p. 176).

O sexto conceito é a autonomia, quanto à Educação Financeira compreende: “fornecer instrumentos para que o cidadão possa fundamentar suas escolhas pessoais e, com isso, proteger-se das influências socioculturais e midiáticas na tomada de decisões financeiras”. (BRASIL, 2017, p. 176).

Nesse contexto, a Educação Financeira deverá contribuir para que o cidadão:

> [...] adote atitudes relevantes para alcançar a autonomia financeira: fazer leitura crítica de propagandas e ofertas; comparar reais necessidades com as vantagens oferecidas em anúncios; pesquisar e analisar características de produtos com a mesma finalidade; pesquisar, comparar e, quando possível, negociar preços e condições de pagamento, dentro de preceitos éticos e legais. (BRASIL, 2017, p. 176).

O sétimo conceito é a disseminação e/ou multiplicação no contexto da Educação Financeira, em que suas ações podem ter impacto social “sobre os âmbitos espacial e temporal. Além disso, deve tornar-se um disseminador, quer seja retransmitindo os conhecimentos

adquiridos, quer seja servindo de modelo, com base nos novos comportamentos adotados". (BRASIL, 2017, p. 177)

O oitavo conceito é a prevenção, a qual no âmbito financeiro contempla a "preparação para lidar com situações previstas ou imprevistas e envolve a tomada de atitudes no presente para a segurança financeira no futuro, em situações como aposentadoria, perda de bens ou gastos imprevistos" (BRASIL, 2017, p. 177).

O nono conceito é a proteção, para a qual a Educação Financeira deverá fornecer as orientações para decisões referente ao planejamento de "alternativas de prevenção; criar e manter fundos para emergências; identificar opções de previdência viáveis à própria realidade; planejar e programar aposentadoria; planejar e programar a construção do patrimônio familiar" (BRASIL, p. 177, 2017), que inclui a reflexão de contratar seguros, proteção quanto a reconhecer e denunciar: "esquemas e tentativas de fraude, golpes e práticas abusivas; proteger dados pessoais". (BRASIL, 2017, p. 177)

Quanto ao planejamento financeiro, décimo conceito apresentado neste anexo, "significa estabelecer e seguir uma estratégia precisa, deliberada e dirigida para a acumulação de bens e valores que irão formar o patrimônio de uma pessoa e de sua família. Essa estratégia pode estar voltada para curto, médio ou longo prazos". (FRANKENBERG, 1999, p. 31, apud BRASIL, 2017, p. 177)

Nesse contexto, que a Educação Financeira auxilie "o cidadão a compreender a importância do planejamento financeiro, desenvolver a capacidade de planejar a vida financeira; fazer planejamento financeiro, definir objetivos e precificar os sonhos". (BRASIL, 2017, p. 178)

O décimo primeiro conceito é a mudança de condição de vida no sentido de melhoria de qualidade de vida, a qual "pode se dar por meio da possibilidade de progresso individual, a partir da apropriação dos conhecimentos relativos à sua Educação Financeira aplicados no seu dia a dia" (BRASIL, 2017, p. 178), em que a Educação Financeira deverá informar sobre:

> [...] programas educacionais e iniciativas do Estado relacionadas à capacitação continuada para adultos. Além disso, a Educação Financeira poderá ajudar o público adulto a identificar potenciais e informar sobre instâncias adequadas para obtenção de informações relacionadas ao empreendedorismo e ao cooperativismo". (BRASIL, 2017, p. 178).

Após a apresentação do sexto anexo - último anexo deste documento, o qual é de suma importância devido a abordagem dos conceitos apresentados, é relevante destacar o Modelo Conceitual de Educação Financeira que compreende a fundamentação teórico-metodológica da

educação de adultos, as quatro diretrizes: gerais para o desenvolvimento da Educação Financeira para Adultos, metodológicas: para o desenho dos planos, programas e ações, avaliativas: avaliação e o monitoramento desses planos.

Neste modelo também constam as dimensões conceituais que fundamentam a definição dos macro objetivos: no âmbito dos planos, programas, ações transversais e multidisciplinares, matriz de competências a serem desenvolvidas, os conceitos básicos que direcionam a escolha dos conteúdos a serem abordados nos planos, programas e ações.

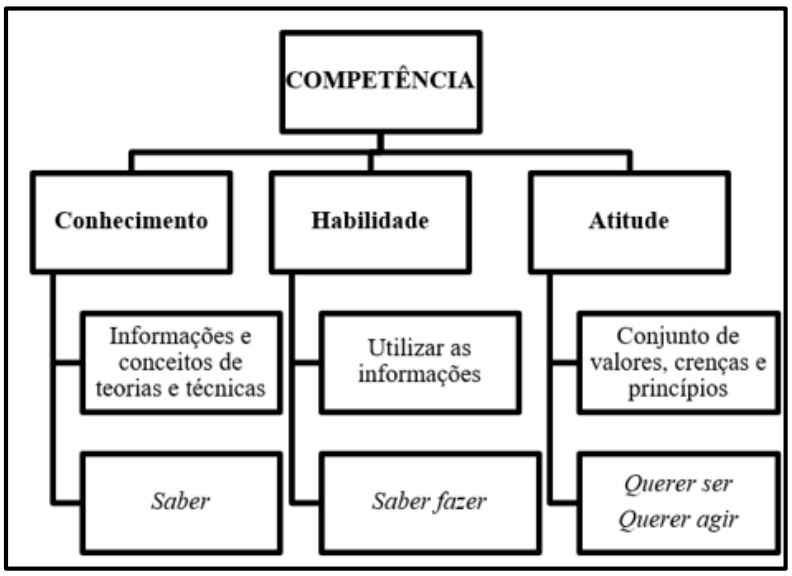
E por último neste Modelo Conceitual, consta a Matriz de Conteúdos que está organizada em conformidade com os macro objetivos, competências, conceitos básicos, conhecimentos, ações e comportamentos para cada objetivo.

Quanto aos conteúdos para a Educação Financeira, estão classificados em três naturezas, são elas: conceitual - construção ativa das capacidades intelectuais, procedimental - saber fazer relacionada as decisões e ações de maneira ordenada para alcançar o objetivo, e por último, a atitudinal - conceito formal das normas, valores e atitudes.

Os seis macro objetivos anunciados no Modelo Conceitual estão divididos em três objetivos da dimensão espacial: formar para a cidadania, estimulando comportamentos éticos, responsáveis e educar para o consumo e a poupança, o segundo é oferecer conceitos e ferramentas para a tomada de decisão e o terceiro, formar disseminadores em Educação Financeira. E na dimensão temporal, também são três macro objetivos, são eles: desenvolver a cultura de prevenção e proteção, instrumentalizar para o planejamento curto, médio e longo prazos, e por último, proporcionar a possibilidade de melhoria da própria condição.

Dessa forma, para atingir objetivos relacionados a Educação Financeira e ser Letrado Financeiramente, é necessário que o cidadão contemple os componentes que constam na Figura 7:

**Figura 7 -** Componentes necessários para o Letramento Financeiro




Fonte: Autor

A Figura 7 as competências vinculadas aos macros objetivos do CONEF, compreendem o saber, saber fazer, querer ser e querer agir, dos seguintes assuntos:

- Direitos e deveres de forma ética e responsável;
- Decisões financeiras social e ambientalmente responsáveis;
- Compreensão de receitas e despesas;
- Hábito de consumo e poupança e, harmonia de desejos e necessidades;
- Serviços e produtos financeiros do sistema financeiro formal;
- Decisões financeiras autônomas de acordo com as reais necessidades;
- Disseminar conhecimentos e práticas de Educação Financeira;
- Prevenção e proteção de curto, médio e longo prazo;
- Planejamento financeiro de curto, médio e longo prazos;
- Alternativas para superar dificuldades econômicas.

Por último neste anexo, consta a Matriz de Conteúdos pertinente à Educação Financeira, com os seguintes elementos: objetivos, competências, conceitos básicos, conhecimentos e ações de cada conteúdo proposto.

Após o término dos recortes deste sexto anexo, é pertinente salientar os elementos do Letramento Financeiro, que estão em conformidade com os contextos apresentados no estudo da BNCC, no âmbito da Educação Financeira, são eles:

Cidadania:

- Direitos e deveres: do cidadão, do consumidor, do consumidor de produtos financeiros;
- Economia: política econômica e monetária;
- Sistema Financeiro Nacional;
- Tributos;
- Moeda: origem, história e evolução;
- Dinheiro: uso, circulação e conservação de cédulas e moedas;
- Patrimônio: privado e público;
- Formalidade versus informalidade;
- Fontes de informações.

Consumo responsável – consciente e sustentável:

- Portabilidade;
- Mecanismos de reparação de danos: instâncias para reclamações;
- Consumo: legalidade, ética, sustentabilidade – 5R: refletir, recusar, reduzir, reutilizar e reciclar.

Receitas e despesas/orçamento:

- Receitas: tipos e periodicidade, bruta versus líquida; inesperadas ou ampliação de receitas,
- Benefícios indiretos: plano de saúde, auxílios para transportes e alimentação;
- Orçamento;
- Consumo: consumismo versus avareza;
- Uso e mecanismos do SFN: fluxo de receita, despesas pessoais – cambio, contas, cheques, correspondentes, opções de pagamento, portabilidade de contas tarifas;
- Pessoa física versus pessoa jurídica;

Reservas (poupança) e investimento:

- Aumento de dinheiro;
- SFN para poupança e investimentos: benefícios do uso;

- Conceitos básicos:
    - Prazo, liquidez e rentabilidade;
    - Risco e retorno;
    - Renda fixa e renda variável;
- Custos de investimentos: taxa de administração, carregamento, custódia e impostos;
- Ativos financeiros: contas de poupança, ações, fundos de previdência, títulos públicos e privados, fundos mútuos);
- Ativos financeiros versus ativos não financeiros;
- Inflação valor do dinheiro no tempo;
- Diversificação de riscos.

Crédito:

- Gerenciamento de riscos;
- Custos e benefícios do crédito no curto, médio e longo prazos;
- SFN para o crédito: benefícios do uso;
- Modalidades de crédito: cheque especial, Crédito Direto ao Consumidor (CDC), crédito consignado, cartão de crédito, microcrédito, arrendamento mercantil (leasing), consórcios, crédito rural, Pronaf);
- Juros: taxas nominais e efetivas;
- Custo Efetivo Total (CET);
- Liquidação antecipada;
- Portabilidade do crédito;
- Empréstimos e financiamentos: sistemas de amortização;
- Crédito produtivo versus crédito para o consumo;
- Percepção do emprestador (*credit score*);
- Sistema de Informações de crédito (SCR) do Banco Central do Brasil;
- Cadastro de Emitentes de cheques sem Fundos (CCF);
- Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN);
- Cadastro restritivo (Sistema de proteção ao Crédito – SPS – Serasa);

- Abusividade na oferta e na concessão do crédito;

Autonomia:

- Diferença entre precisar e querer: desejo versus necessidade;
- Publicidade e marketing: promoções, ofertas, preços psicológicos brindes;
- Padrão social e estereótipo;
- Pesquisa e comparação: de preços e produtos;
- Pagamentos: à vista versus parcelado;
- Negociação;

Disseminação e/ou multiplicação:

- Impacto das ações e comportamentos individuais sobre os âmbitos espacial e temporal;
- Conjunto dos conhecimentos vinculados a todas as competências;

Prevenção:

- Prevenção para eventos futuros;
- Previdência: regime de trabalho e previdência (pública e privada);
- Alternativas de previdência: INSS, previdência complementar aluguéis nesses investimentos;
- Seguros;

Proteção:

- Proteção e reparação de danos;
- Aspectos de segurança física e virtual;

Planejamento:

- Ciclo de vida financeira;
- Preferência temporal: presente e futuro;
- Orçamento ao longo do tempo;
- Realização de sonhos ao longo do tempo: transformação de sonhos em realidade;

Mudança de condição de vida:

- Importância da educação e capacitação;
- Fontes de informação para a educação;
- Cooperativismo;
- Empreendedorismo;
- Políticas públicas para a melhora da qualidade de vida;
- Superação de superendividamento;
- Renegociação de dívida.

Dessa forma, é possível constatar que os conceitos básicos: Cidadania, Consumo Responsável, Receitas e Despesas/Orçamento, Reserva e Investimentos, Crédito, Autonomia, Disseminação e/ou Multiplicação de Educação Financeira, Prevenção, Proteção, Planejamento e Mudança de Condição de Vida, e as competências: exercer direitos e deveres de forma ética e responsável, tomar decisões financeiras social e ambientalmente responsáveis, aplicar compreensão de receitas e despesas na manutenção do próprio equilíbrio financeiro, harmonizar desejos e necessidades refletindo sobre os próprios hábitos de consumo e poupança, valer-se do sistema financeiro formal para a utilização de serviços e produtos financeiros, avaliar a oferta e tomar decisões financeiras autônomas de acordo com as reais necessidades, atuar como disseminador dos conhecimentos e práticas de Educação Financeira, valer-se de mecanismos de prevenção de proteção de curto, médio e longo prazos, elaborar planejamento financeiro no curto, médio e longo prazos, e por último, analisar alternativas para superar dificuldades econômicas.

Esses conceitos básicos e competências que constam na Matriz de Conteúdos pertinente à Educação Financeira deste anexo seis intitulado Orientações para Educação Financeira de Adultos é de suma importância para a composição do Letramento Financeiro, pois abarca todos os outros elementos abordados nos cinco anexos anteriores, ou seja, este anexo compreende de forma direta - com as menções dos conteúdos, ou de forma indireta – no caso das ações e programas propostos ou em seus contextos, os conteúdos apresentados nos estudos desses seis anexos.

## 5.3. Plano Diretor da Estratégia Nacional de Educação Financeira

Nesta seção será apresentado o estudo do Plano Diretor, documento intitulado “Estratégia Nacional de Educação Financeira”. Contém 125 páginas, e está dividido em

introdução, cenários e desafios para a Educação Financeira, proposta de atuação, governança da Estratégia Nacional de Educação Financeira, e por último, a conclusão.

É relevante destacar que este documento está embasado nos documentos anteriores apresentados neste capítulo, são eles: Deliberações, Anexos e em conformidade com a OCDE.

No início do documento consta que este "consubstancia a proposta de Estratégia Nacional de Educação Financeira" (BRASIL, 2017, p. 2) e que a ENEF tem os objetivos de:

> [...] promover e fomentar a cultura de Educação Financeira no país, ampliar a compreensão do cidadão, para que seja capaz de fazer escolhas consciente quanto a administração de seus recursos, e contribuir para eficiência e solidez dos mercados financeiro, de capitais, de seguros, de previdência e capitalização. (BRASIL, 2017, p. 2)

Esses objetivos emergem dos seguintes fatores publicados no documento intitulado Estratégia Nacional de Educação Financeira (BRASIL, 2017, p. 8-10):

- Gama de produtos financeiros oferecido aos consumidores e investidores;
- Aumento das opções oferecidas aos cidadãos impactando em mais responsabilidade nas escolhas;
- Ascensão econômica de novos consumidores;
- Indivíduos em contato com instrumentos e operações financeiras das quais precisam compreender e lidar;
- Dificuldade do acesso à informação e falta de conhecimento para compreender em cada decisão: características, riscos e oportunidades;
- O crescimento da longevidade da população demanda atenção quanto a necessidade de recursos, escolhas financeiras, investimentos, para que ao longo da aposentadoria, os cidadãos tenham qualidade de vida na terceira idade.

Também consta nesse documento que a "necessidade de educar as pessoas para atuar no meio financeiro determina a realização de ação conjunta do Estado e da sociedade" (BRASIL, 2017, p. 8), essa ação compreende educar financeiramente para planejamento e administração da renda, em poupar, investir e tranquilidade da vida financeira, para que tenham relações equilibradas com o dinheiro, no tocante do consumo - necessidade e desejo, decisões financeiras e aposentadoria. (BRASIL, p. 11, 2017)

Quanto ao consumo, os cidadãos educados financeiramente são mais propensos a sustentar seus padrões de consumo os quais são compatíveis com sua renda (BRASIL, 2017, p. 11), em que o consumo aliado as propagandas e aumento do acesso ao crédito, podem gerar gastos pessoais insustentáveis, gerando a inadimplência e o superendividamento. (BRASIL, p. 11, 2017)

Em geral, as pessoas não planejam seus gastos para longo prazo, demoram a se preparar financeiramente para a aposentadoria, não estão plenamente conscientes dos riscos e dos instrumentos para a sua proteção, enfrentam dificuldades ao tomar decisões quanto a crédito e investimentos e são vulneráveis a fraudes. (BRASIL, p. 12, 2017)

Referente ao ato de poupar, neste documento (BRASIL, 2017, p. 12), constam algumas razões que impedem essa ação:

- Falta de informação e conhecimentos básicos relacionados a finanças;
- Desconforto com a ideia de investir;
- Dificuldade de renunciar à satisfação dos desejos imediatos;
- Problemas decorrentes de dívidas contraídas.

No tocante das competências para a Educação Financeira no Brasil, é relevante destacar que:

> A Educação Financeira, matéria restrita ao campo das finanças, ganha espaço institucional, afirmando-se como integrante da área de Educação. Dessa forma, qualifica-se como direito de todos, dever do Estado e da família e deve ser promovida com colaboração da sociedade (art. 205 da Constituição Federal de 1988), de um lado, e dos diferentes entes da federação, de outro. A Constituição exige que a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios organizem os diferentes sistemas de ensino em regime de colaboração (art. 211 da Constituição Federal de 1988). (BRASIL, 2017, p. 18)

Dessa forma, é necessário a participação dos responsáveis pelas políticas públicas do país na área de Educação, pois a Educação Financeira deve começar na escola regular (BRASIL, 2017, p. 18), em conformidade com as orientações internacionais, com destaque à OCDE.

Neste documento consta que a falta de conhecimentos básicos e “habilidades matemáticas necessárias à realização de cálculos e à comparação entre taxas de juros,

prêmios, rentabilidades, taxas de administração, e outros, que beneficiam a tomada de decisão em qualquer segmento do sistema financeiro" BRASIL, 2017, p. 19).

Referente aos cenários e desafios para a Educação Financeira (BRASIL, 2017, p. 21), constam nove itens, são eles: planejamento financeiro, economia, serviços financeiros, crédito e juros, investimentos, previdência social, seguros, capitalização, e por último, proteção e defesa do consumidor.

Iniciando com o planejamento financeiro, neste documento consta a seguinte definição de planejamento financeiro pessoal, o qual é o:

> [...] processo pelo qual o indivíduo desenvolve estratégia de decisões de consumo, poupança, investimento e proteção contra riscos, que aumenta a probabilidade de dispor dos recursos financeiros necessários ao financiamento de suas necessidades e à realização de seus objetivos de vida. (BRASIL, 2017, p. 22)

O planejamento financeiro no âmbito familiar, compreende o orçamento doméstico e, contempla a "análise de recursos e gastos correntes e futuros; definição de metas e objetivos de curto, médio e longo prazos; tomada de decisões quanto a gastos e investimentos; avaliação da execução do plano; e eventual adoção de medidas corretivas". (BRASIL, 2017, p. 21) e, o orçamento doméstico é o "levantamento, planejamento e acompanhamento dos gastos" (BRASIL, 2017, p. 21).

Ainda acerca do planejamento financeiro, a Educação Financeira está diretamente relacionada com a capacidade do indivíduo de implementá-lo, pois conforme consta nesse documento (BRASIL, 2017, p. 22), este envolve decisões, como por exemplos, de consumo, poupança, endividamento e contratação de seguros, por meio da análise da renda e despesas nos âmbitos pessoal e familiar, em conformidade com a sugestão da OCDE no tocante de orçamento doméstico, o qual contempla o planejamento e acompanhamento dos gastos pessoais e familiares.

Neste documento Estratégia Nacional de Educação Financeira o ato de poupar, é importante devido à necessidade do preparo financeiro para o futuro, com objetivos pessoais de longo prazo, em que o indivíduo ao longo da fase adulta, "procura acumular reservas financeiras para fazer frente a situações críticas, adquirir bens de maior valor e garantir conforto na aposentadoria" (BRASIL, 2017, p. 23), pois decisões sem planejamento geram consequências que podem impactar na segurança financeira.

Referente a tomada de decisão, consta neste documento que compreende escolhas de "caráter intertemporal, que deve considerar o presente, em que deve adotar determinado comportamento, e o futuro, em que, espera-se, os resultados desejados sejam obtidos". (BRASIL, 2017, p. 30).

Posteriormente, neste documento acerca da Economia, a qual "emerge e evolui como ciência para ajudar a compreender, antecipar e mesmo tentar controlar esses fenômenos e orientar os seus efeitos" (BRASIL, 2017, p. 31) e, estuda a administração de "recursos escassos, visando à satisfação das necessidades e ao bem-estar da sociedade (BRASIL, 2017, p. 23) e, tem dois planos e conceitos que influenciam o cotidiano da população, portanto, necessitam de compreensão, são eles:

- Microeconômico – na esfera dos consumidores e poupadores, acerca dos conceitos de formação de preço de bens e serviços, funcionamento do mercado financeiro para a decisões conscientes de poupança e consumo;
- Macroeconômicos - abrange todo o universo econômico, são eles: conhecimento dos objetivos das políticas públicas – monetária, fiscal e cambial, controle de inflação, equilíbrio das contas públicas e balanço de pagamentos.

No âmbito de inflação definida como "um processo caracterizado pela alta contínua e generalizada de preços de grande parte dos bens e serviços, em um país ou uma região, por determinado período de tempo" (BRASIL, 2017, p. 32) e:

> O consumidor deve compreender que, para o controle da inflação, o banco Central determina a taxa básica de juros, de forma que se compatibilize a demanda com a oferta de bens e serviços e, assim, obtenham-se estabilidade de preços, fundamental para o crescimento sustentado da economia. (BRASIL, 2017, p. 32)

Referente aos bens e serviços de transações externas oriundas de importação e exportação, ou seja, entrada e saída de capitais, impactam na tomada de decisão da política macroeconômica, conforme consta neste documento. (BRASIL, 2017, p. 33), em que a realização das tocas de bens e serviços realizadas entre países, necessita da conversão da:

> [...] moeda de um país na moeda do outro, de forma que se possibilite a liquidação internacional do negócio entre o país do provedor do bem ou serviço e o país do comprador. Essa troca é feita pelas instituições financeiras autorizadas a operar em câmbio. Assim como na determinação dos demais preços da economia, os preços relativos entre as diferentes moedas e o real (taxa de câmbio) também são definidos

> pelo mercado (oferta e demanda) no regime de câmbio flutuante. (BRASIL, 2017, p. 33)

No tocante da Educação Financeira, a compreensão de cunho econômico corrobora para que o indivíduo compreenda os fatores: oferta de emprego, preços de bens e serviços, taxas de juros e câmbios, para a "integração social e econômica, por meio de atitudes positivas e conscientes" (BRASIL, 2017, p. 33) da população.

Na sequência, neste documento estão publicados os desafios para a Educação Financeira apontados no Plano Diretor da ENEF (BRASIL, 2017, p. 37), são eles:

- Entender a diferença entre taxa básica de juros, taxas de juros cobradas pelas instituições financeira, e o significado de *spread* bancário;
- Impactos da Economia Internacional no país;
- Importância do ato de poupar e consumo consciente.

Ainda no tocante da economia, os serviços financeiros, o qual tem os bancos como segmento tradicional do Sistema Financeiro Nacional (SFN), devido a prestação de serviços à sociedade, entre eles: depósitos a vista, emissão de cheques, oferta de créditos e financiamentos, pagamentos, recebimentos e transferências financeiras. E outras modalidades de intermediários financeiros: cooperativas de crédito, sociedades de crédito ao microempreendedor e administradoras de consórcio.

No Plano Diretor da ENEF consta que o crédito é um dos serviços financeiros mais utilizados pelos consumidores e, que nas últimas décadas do século XX, "houve enorme expansão do crédito para consumo, em diferentes formas de crédito pessoal (empréstimo), financiamento de bens, hipoteca, leasing, entre outros". (BRASIL, 2017, p. 46)

No tocante do crédito, neste Plano Diretor consta que o endividamento "decorrente do crédito tornou-se tão comum na sociedade de consumo, que se chegou a denominá-la "sociedade do endividamento". O consumo de bens e serviços, essenciais ou não, passou a ser acompanhado, quase sempre, de uma operação de crédito". (BRASIL, 2017, p. 46) e, que consumidores em "algumas circunstâncias, tendem ao consumo descontrolado e à aquisição de endividamento que não respeita o seu poder aquisitivo, o que resulta em dificuldades para gerenciar o orçamento financeiro". (BRASIL, 2017, p. 46)

O crédito é importante para o ciclo econômico para financiar o consumo, produção e investimento mediante ao acesso ao sistema financeiro, conforme consta neste documento

(BRASIL, 2017, p. 46), porém, assim como os juros, devem ser utilizados “pelas pessoas de forma consciente, como recursos de ajuste e alcance do equilíbrio entre receitas e despesas, evitando que seu uso seja estimulado por propaganda, vaidade e outros apelos sociais que possam levar as pessoas ao consumo inconsequente. (BRASIL, 2017, p. 48)

Ainda referente ao crédito, seus desafios à luz da Educação Financeira, compreende a oferta de recursos financeiros com taxas de juros adequadas com a capacidade de pagamento dos devedores para adquiri bens de consumo, ou no caso de empresas, para os capitais: de giro e de investimentos. E que para a aquisição de créditos, é necessário se informar a respeito das taxas de juros e a previa informação quanto ao Custo Efetivo Total (CET), no qual consta a taxa de juros e outros encargos, fornecido pela instituição financeira, conforme consta neste Plano Diretor da ENEF (BRASIL, 2017, p. 49).

Neste contexto, “os consumidores brasileiros podem se tornar administradores eficientes do crédito por meio de ações que proporcionem conhecimento e entendimento sobre o sistema de crédito, suas terminologias e as instituições envolvidas” (BRASIL, 2017, p. 50), assim como recorrer a órgãos como Banco Central, entidades de proteção ao consumidor, entre outros, no caso de dificuldade com serviços de instituições financeiras, sendo que:

> Para reduzir problemas com a avaliação de crédito, a informação é elemento fundamental. Para quem pretende tomar crédito, é importante conhecer as diferentes modalidades de operação, as taxas de juros praticados no mercado e as diversas fontes de informação utilizadas pelos bancos para a avaliação de risco, para que possa negociar condições favoráveis. (BRASIL, 2017, p. 51)

Posteriormente, no Plano Diretor da ENEF constam definições e apontamentos acerca de investimentos.

Neste documento o ato de investir refere-se à aplicação de recursos “visando à obtenção de lucro ou a remuneração do capital” (BRASIL, 2017, p. 51), e os investimentos “contemplam desde a compra de bens duráveis até a aplicação em títulos ou direitos. A motivação para investir pode ser a valorização do bem, o rendimento financeiro ou o aumento da capacidade produtiva”. (BRASIL, 2017, p. 51)

Referente aos desafios para a Educação Financeira no tocante dos investimentos, neste Plano Diretor (BRASIL, 2017, p. 56-57), está publicado que na década de 70 no Brasil houve a reorganização institucional do mercado de capitais, com ações importantes como a instituição

do Comitê de Divulgação do Mercado de Capitais (CODIMEC) no ano de 1977. E na década de 1990, os investimentos foram impulsionados devido a implantação de programas educacionais pelo setor privado e governo.

No Plano Diretor da ENEF consta que as ações pertinentes à Educação Financeira no âmbito de investimentos justificam-se devido ao desenvolvimento dos mercados financeiros, em que existem produtos complexos e de mais riscos, exigindo que o "investidor esteja adequadamente informado a respeito de suas características e capacitado para compreender os riscos e as oportunidade de investimento, formulando decisões adequadas ao seu perfil e aos seus objetivos de vida" (BRASIL, 2017, p. 57).

Esta informação acerca de investimento, implica na escolha de melhores oportunidades de investimentos e na relação respeitosa quanto aos direitos dos consumidores e investimentos, assegurando que o cidadão está "adequadamente capacitado para compreender as características, os riscos e as oportunidades de cada investimento". (BRASIL, 2017, p. 57).

O sexto item abordado neste documento é a Previdência Social e, para esse estudo é pertinente a definição adotada:

> A previdência social é direito garantido aos cidadãos brasileiros pela Constituição Federal, em seu artigo 6º, definida no Título da Ordem Social. Sua finalidade é proteger e oferecer segurança ao trabalhador ao longo de sua vida, de forma que se garanta a ele e a sua família e manutenção, total ou parcial, da renda auferida quando perde, permanente ou temporariamente, a capacidade para o trabalho. Eventos como doença, velhice e natalidade estão assegurados pelo sistema previdenciário brasileiro por meio da contraprestação de benefícios, como auxílio-doença, aposentadoria e auxílio natalidade, (BRASIL, 2017, p. 60)

O Sistema Previdenciário Brasileiro é composto por:

- Regime de Previdência Social (RGPS): "destina-se a proteger trabalhadores do setor privado e servidores públicos não protegido pelo RPPS" (BRASIL, 2017, p. 62), sendo que o Ministério da Previdência Social (MPS) administra o sistema público de caráter compulsório e, a execução é de competência do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS);
- Regime Próprio de Previdência Social (RPPS): "é o sistema previdenciário estabelecido no âmbito de cada ente federativo (União, estados, Distrito Federal e municípios), que assegura, por lei, a todos os servidores públicos titulares de

cargo efetivo, pelo menos os benefícios de aposentadoria e pensão". (BRASIL, 2017, p. 62)

- Regime de Previdência Complementar (RPC):

> [...] administrada por sociedades seguradoras autorizadas a trabalhar com seguros de pessoas, e por entidades abertas de previdência complementar, disponível a qualquer cidadão; e previdência complementar fechada, operada pelas entidades fechadas de previdência complementar (fundos de pensão), acessível aos empregados de um patrocinador (empresas que estabelecem seu próprio fundo de pensão ou contratam plano de fundo de pensão multipatrocinado) e aos trabalhadores cujo sindicato ou associações instituíram planos (instituidores). (BRASIL, 2017, p. 62)

Neste documento (BRASIL, 2017, p. 65) consta que as pessoas que possuem rendimentos superiores ao teto da previdência social, ao se aposentar terão rendimentos inferiores aos comparados com o período da vida laboral, portanto, durante este período de trabalho, é necessário que a população forme patrimônio, "entre outras coisas, fazer investimentos no mercado financeiro, comprar imóveis ou adquirir planos de previdência complementar". (BRASIL, 2017, p. 66)

Constam circunstâncias que podem motivar a população a aderir em programas privativos de caráter previdenciário com o objetivo de acumular poupança, conforme publicado No Plano Diretor da ENEF (BRASIL, 2017, p. 66-67), são eles: custeio da educação dos filhos, reserva financeira para futuros gastos com saúde e, o tratamento tributário, "o que contribui muito para estimular a participação de mais pessoas nesses planos". (BRASIL, 2017, p. 67)

Entre os anos de 2004 e 2008, houve o aumento de 38% no número de participantes de programas privativos de previdência, conforme publicado neste documento (BRASIL, 2017, p. 67), nos segmentos de pecúlio, pensão e:

- Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL):

> Plano de previdência complementar aberta por sobrevivência, cuja principal característica é ausência de rentabilidade mínima garantida durante a fase de acumulação dos recursos, sendo a rentabilidade da provisão idêntica à rentabilidade do fundo em que os recursos estão aplicados. (BRASIL, 2017, p. 67)

- Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL):

> Plano de seguro de pessoas, com cobertura por sobrevivência, cuja principal característica é ausência de rentabilidade mínima garantida durante a fase de acumulação dos recursos, sendo a rentabilidade da provisão idêntica à rentabilidade do fundo em que os recursos estão aplicados. (BRASIL, 2017, p. 67)

Outro fator registrado neste Plano Diretor (BRASIL, 2017, p. 70) é a redução da taxa de mortalidade de pessoas com idade mais avançada com a continuação da tendência de envelhecimento da população, acarretando “aumento na pressão sobre os orçamentos governamentais devido à predominância dos regimes de caixa nos sistemas de seguridade social, sendo provável que os cidadãos individualmente tenham de financiar uma parcela cada vez maior de sua aposentadoria” (BRASIL, 2017, p. 71)

E por fim no tocante da previdência, a respeito dos desafios para a Educação Financeira, é relevante destacar que “o grau de Educação Financeira apresenta grande implicação sobre o sistema de previdência, já que os indivíduos precisam manter-se no sistema, contribuindo ao longo de sua vida” (BRASIL, 2017, p. 70-71)

O sétimo item abordado é o seguro, o qual contempla:

> A busca por melhores condições de vida, envolve, entre outros fatores, a constituição de patrimônio e de renda familiar, que geralmente são acumulados em anos de trabalho, mas que podem ser pedidos, de uma hora para outras, em virtude da exposição a riscos. A necessidade de proteção contra o perigo, a incerteza quanto ao futuro e a possibilidade de perda dos bens ou da receita da família e do indivíduo levam as pessoas a buscar, no mercado de seguros, formas de proteção. (BRASIL, 2017, p. 72)

Os consumidores do mercado de seguros têm aumentado conforme publicado no Plano Diretor (BRASIL, 2017, p. 71), devido a preservação do patrimônio, fluxo de renda após o período da vida laboral, recebimento de valor no caso de morte ou invalidez de membros de um grupo familiar.

Esses consumidores viabilizam a proteção de “riscos e infortúnios a que estão expostos, torna-se cada vez mais relevante o papel da Educação Financeira da população”. (BRASIL, 2017, p. 73)

Ainda no tocante da Educação Financeira acerca de seguros, neste documento consta que devido a pluralidade de “produtos e coberturas oferecidas no mercado de seguro corrobora a importância da implementação de ações específicas e continuadas de Educação Financeira, buscando nivelar conhecimentos e informações nesse mercado”. (BRASIL, 2017, p. 75)

Quanto aos desafios para a Educação Financeira pertinente à seguros, devido a uma “ferramenta de proteção econômico-social para as famílias e propiciar o aumento na

compreensão, não somente a respeito de produtos, mas também dos direitos e obrigações dos segurados". (BRASIL, 2017, p. 77)

O oitavo item abordado neste documento é a capitalização, definida como "uma modalidade de operação financeira que desenvolveu um modo particular no Brasil" (BRASIL, 2017, p. 78), em que

> Os consumidores são atraídos para esse mercado devido a participação em sorteios com premiações variadas. A operação clássica consiste na compra de título, com pagamento único ou periódico, correspondente a um capital inicial. Apartados os montantes destinados ao custeio do sorteio e do carregamento, o restante será objeto de aplicação financeira, sendo admitidos resgates de acordo com condições estipuladas. Durante o período de vigência do título, seu titular tem o direito de concorrer a um ou a amais sorteios, conforme definido nas condições do título, participando de um fundo comum, formado pela quota de sorteio da série. (BRASIL, 2017, p. 78)

O título de capitalização conforme anunciado neste documento (BRASIL, 2017, p. 79), tem três modalidades de pagamentos: mensal, único ou periódicos que contempla mais de um pagamento e, este valor é dividido em três quotas, são elas:

- Quota de carregamento: custeia as despesas e o lucro emitente, uma sociedade de capitalização;
- Quota de capitalização: será o objeto de aplicação financeira;
- Quota de sorteio: propicia a realização de sorteios previstos nas condições do título, no período de vigência.

Referente aos desafios para a Educação Financeira no tocante à capitalização, é a compreensão quanto ao rendimento, pois a população brasileira tem a "noção equivocada, por parte dos consumidores, de que os títulos de capitalização rendem mais que a poupança" (BRASIL, 2017, p. 80) e "levar, à população, informações, as mais completas e isentas possíveis, sobre esses produtos, livres dos apelos característicos das campanhas publicitárias" (BRASIL, 2017, p. 80), garantindo:

> [...] que os consumidores tenham pleno acesso às informações relativas às formas de devolução do capital investido, a fim de que estejam habilitados a fazer escolhas conscientes dos custos e benefícios envolvidos na operação. Para aquisição de um título de capitalização, é importante que o consumidor detenha todas as informações necessárias a respeito desse produto. (BRASIL, 2017, p. 80)

E por último, é pertinente a Educação Financeira no âmbito de capitalização, encontra-se neste documento que “a rentabilidade dos títulos de capitalização difere da rentabilidade de produtos de investimentos financeiros como CDB, fundos de investimento ou mesmo a tradicional poupança” (BRASIL, 2017, p. 80)

O nono e último item da segunda seção deste documento (BRASIL, 2017, p. 81) é a proteção e defesa do consumidor, pertinente ao mercado financeiro devido à complexidade e diversidade de produtos e instrumentos financeiros, portanto, neste “é fundamental compreender e interpretar os serviços financeiros sob a perspectiva dos princípios do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, especialmente no que tange ao princípio da vulnerabilidade do consumidor” (BRASIL, 2017, p. 83).

Dessa forma, A Educação Financeira “destaca se como eficaz mecanismo de redução da vulnerabilidade do consumidor, que torna possível prevenir as consequências negativas e a má utilização dos serviços financeiros e do superendividamento” (BRASIL, 2017, p. 86).

Em que o superendividamento agrava a “estabilidade econômica, inflação e elevadas taxas de juros, bem como por massificação do acesso ao crédito, privatização dos serviços públicos e publicidade agressiva do crédito popular” (BRASIL, 2017, p. 86)

Nesse contexto, a Educação Financeira “constitui instrumento que pode contribuir, de forma significativa, para que os cidadãos ajustem suas decisões de investimento e de consumo de produtos financeiros ao seu perfil de risco, às suas necessidades e às suas expectativas. (BRASIL, 2017, p. 86)

Dois tipos de conhecimentos fundamentais devem ser propiciados aos cidadãos, no processo de educação (BRASIL, 2017, p. 86), são eles: a respeito do funcionamento, objetivos e riscos dos produtos financeiros e, sobre seus direitos na qualidade de consumidores de produtos financeiros.

Por último nesta seção do Plano Diretor, constam as seguintes afirmações acerca da Educação Financeira: “a população somente poderá extrair os benefícios é se estiver consciente da necessidade de aumentar seu conhecimento sobre o tema” (BRASIL, 2017, p. 87) e que “a Educação Financeira poderá servir como instrumento de cidadania, inclusão social, melhoria da vida do cidadão e promoção da estabilidade do sistema financeiro do país” (BRASIL, 2017, p. 87)

Na seção três intitulada Proposta de atuação do documento Plano Diretor Estratégia Nacional de Educação Financeira (BRASIL, 2017, p. 88), constam os seguintes contextos: estrutura do Sistema Financeiro, a extensão territorial do Brasil, o tamanho da população, diversidade cultural, diferenças sociais, características do sistema educacional de temas relacionados à Educação Financeira, necessidade da efetividade da estratégia a curto, médio e longo prazos.

Estes contextos foram considerados para os dois tipos de públicos-alvo, conforme o Plano Diretor (BRASIL, 2017, p. 88), são eles: o primeiro grupo composto por crianças e jovens acerca dos programas nas escolas de Ensino Fundamental e Médio sob orientação do MEC e, o segundo grupo formado por adultos, os quais apresentam carência de informações financeiras de toda ordem e complexidade.

A ENEF tem foco no segundo grupo; os adultos devido ao fato deste público trabalhar, lidar com o dinheiro, consumo, poupança investimento, conforme consta neste documento (BRASIL, 2017, p. 88).

Um dos objetivos da ENEF referente a Educação Financeira nas escolas direcionadas as crianças e adolescentes, é educá-los "para lidar não só com o dinheiro, mas também para planejar sua trajetória de vida e se preparar, de forma segura, para oscilações econômicas independentemente de possuir pouco ou muito recurso financeiro para a sua manutenção". (BRASIL, 2017, p. 94)

Neste contexto, ainda em relação aos jovens, uma das preocupações publicadas neste Plano Diretor é o crescente endividamento, sendo uma das principais causas a oferta de "produtos financeiros oferecidos aos adolescentes assim que ingressam no ensino superior, tais como contas bancárias e cartões de crédito" (BRASIL, 2017, p. 94).

Desta forma os jovens têm necessidade mais complexas do que as gerações anteriores devido a gama de produtos e serviços financeiros, portanto, "a educação financeira requer estratégias que modifiquem hábitos arraigados. Mudanças de comportamento, geralmente são conquistadas em longo prazo, por meio de educação efetiva". (BRASIL, 2017, p. 94)

Diante do exposto, o plano estratégico de inserção da Educação Financeira nas escolas, tem por objetivo "de maneira eficiente, efetiva, tecnicamente correta e pedagogicamente

adequada, considerando o ordenamento aplicável aos diferentes sistemas de ensino (federal, estadual e municipal)". (BRASIL, 2017, p. 95)

Também consta neste documento a abordagem da Educação Financeira no âmbito escolar, ocorrer mediante a "conscientização coletiva (professores, educadores, diretores de escola autoridades e entidades representativas do setor educacional) sobre a importância do tema, tanto quanto as informações, o conhecimento e as ferramentas". (BRASIL, 2017, p. 95). E a constituição do Grupo de Apoio Pedagógico (GAP), para elaborar um documento com o modelo educacional para levar a Educação Financeira às escolas sobre a orientação e supervisão do MEC". (BRASIL, 2017, p. 96)

No Plano Diretor consta o Plano de Ação realizado pela ENEF inclui: campanha para sensibilização dos públicos envolvidos com a educação e comunidade escolar, realizada de duas formas: campanha de comunicação por meio de campanha publicitária de sensibilização para toda sociedade e "iniciativas de comunicação voltada a profissionais da área de educação". (BRASIL, 2017, p. 97-99)

Para isto, conforme consta no Plano Diretor (BRASIL, 2017, p. 99-102) o GAP elaborou um plano para formação de professores, com as seguintes ações: desenvolver recursos didático para capacitação à distância, instituir grupos tutoriais, constituir fórum virtual para troca de informações entre os profissionais da área da educação e os grupos tutoriais, incentivar a formação continuada de professores, abordando a temática da Educação Financeira, sendo todas essas ações direcionadas aos profissionais da área de educação, conforme consta neste documento.

Referente a formação de professores acerca da Educação Financeira, neste documento consta que os docentes:

> [...] serão multiplicadores dos conceitos de Educação Financeira para seus alunos. Portanto, para que possam transmitir adequadamente estes conceitos, é essencial que entendam a importância em controlar as finanças e que prevejo os resultados benéficos que essa atitude pode trazer em curto, médio e longo prazo, tanto para o indivíduo como para a sociedade. desta forma, poderão estimular a abordagem do tema no ambiente escolar. (BRASIL, 2017, p. 99)

Para que a ENEF obtenha os resultados esperados, consta neste documento – Plano Diretor da ENEF (BRASIL, 2017, p. 102-106), as ações da implementação, são elas:

- Instituir equipes de relacionamento, destinado a educadores, diretores de estabelecimento de ensino e gestores das Secretarias estaduais e municipais;
- Distribuir os kits de ação de professores, destinado aos profissionais da Educação Básica;
- Firmar parcerias com autores e editoras que desenvolvam materiais didáticos, com o público-alvo todas que desenvolvam materiais didáticos;
- Desenvolvimento de projeto piloto, para o seguinte público: MEC, Secretarias de educação estaduais e municipais e estabelecimentos de ensino;
- Estabelecer ferramentas para promover a troca de informações entre os profissionais da educação participantes do piloto, destinado aos profissionais da Educação Básica participantes desta ação.

Posteriormente constam neste documento as ações de expansão da ENEF (BRASIL, 2017, p. 106-109), para a implementação em outros estabelecimentos de ensino do país, são elas:

- Implementar a Educação Financeira em Secretarias de Educação estaduais e municipais estabelecimento de ensino os interessados, com o público destinado às Secretarias de Educação e estabelecimentos de ensino;
- Ampliar as ações o piloto e adotar outras para promover a troca de informações entre os profissionais da educação que aderirem à Educação Financeira nas escolas, destinado aos profissionais da Educação Básica que aderirem à Educação Financeira nas escolas;
- Reconhecimento das Secretarias de Educação e dos estabelecimentos de ensino e dos professores que adotarem a ENEF, sendo esta ação destinada as Secretarias de Educação estaduais e municipais estabelecimentos de ensino públicos e privados de todo o país.

A ENEF também propõe a ação de controle e avaliação, intitulada “Avaliar os resultados de forma qualitativa e quantitativa” (BRASIL, 2017, p. 109), destinada aos profissionais da Educação Básica e alunos de estabelecimento de ensino no âmbito de finanças.

Para o Plano Estratégico de Educação Financeira para adultos, foram considerados os seguintes temas e ações:

> Temas: inclusão financeira, proteção ao consumidor, finanças pessoais, noções de economia, noções do sistema financeiro nacional crédito e microcrédito, consumo consciente, previdência, preparação para aposentadoria, investimentos, seguros, capitalização, outros.
>
> Ações: portal, palestras, publicações e cartilhas, seminários, encontros regionais, concursos, centrais de atendimento, campanhas publicitárias, cursos, programas de televisão, programas de rádio, feiras, espaços culturais, visitas programadas, outras. (BRASIL, 2017, p. 111)

Dessa forma, no Plano Diretor (BRASIL, 2017, p. 111) consta que a Educação Financeira para adultos deve abordar os objetivos educacionais, conceitos e produtos aplicáveis ao campo educacional, para mudança no grau de conhecimento e do comportamento dos indivíduos.

Devido à pluralidade cultural, extensão territorial conforme mencionado anteriormente, a ENEF tem diversos públicos, portanto é necessário: temas de interesse pertinente a Educação Financeira para cada público-alvo, com a análise desses cidadãos, a formação de grupos de controle para avaliação futura da efetividade da ação, e por último, a proposição de ações de revisão.

Neste documento também consta que a ENEF deverá desenvolver planos de ações de curto e médio longo prazo pertinentes da Educação Financeira para adultos com no mínimo as seguintes ações: formar tutores e multiplicadores, constituir fórum virtual, promover cursos sobre temas de Educação Financeira.

Com objetivo de alavancar a Educação Financeira para adultos, no Plano Diretor da ENEF, os segmentos potenciais para a parceria, são: “Sistema S, sindicatos, associações de classe, com federações, cooperativas, organizações não governamentais, Serasa e SPC, Forças Armadas, universidades, servidores públicos e grupos religiosos”. (BRASIL, 2017, p. 113).

No tocante ao Ensino Superior, no Plano Diretor consta que a Universidade Estadual Paulista tem:

> [...] interesse em desenvolver duas linhas de ação. Uma voltada para construção de uma disciplina relacionada a gestam de finanças pessoais, a ser ministrada como optativa nos cursos de graduação da universidade. foi considerada, também, a possibilidade de essa ação alcançar seus servidores. outra voltada para os alunos da UNESP, na forma da disciplina eletiva, que contenha conceitos dos mercados financeiro, de capitais, de seguros, de previdência e de capitalização. (BRASIL, 2017, p. 115)

A penúltima seção de número quatro intitulada Governança da ENEF, do documento Plano Diretor Estratégia Nacional de Educação Financeira, inicia com a explanação proposta da estrutura de governança, em que a "coordenação centralizada concilia necessidade de integração de entidades privadas e públicas, interessadas em promover a Educação Financeira, preservando a Independência dos órgãos supervisores do sistema financeiro para desenvolver suas próprias ações de educação". (BRASIL, 2017, p. 117)

A ENEF deve contemplar as esferas de governança listadas a seguir:

> a) estratégica: formada pelo Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF), responsável pela direção, pelo fomento e pela supervisão da ENEF.
> b) consultiva: formada, inicialmente por GAP, responsável por orientar pedagogicamente o desenvolvimento de conteúdos.
> c) de coordenação: a ENEF será coordenada por entidades de propósito exclusivo, não integrada à estrutura de nenhum dos ministérios, a fim de assegurar o equilíbrio da gestão entre os mercados esse segmento os interessados.
> d) de execução: por meio dos órgãos supervisores e fiscalizadores do Sistema Financeiro Nacional e de parceiros realizadores, privados e públicos, que desenvolvam programas ou ações de Educação Financeira, qualificadas para integrar a ENEF. (BRASIL, 2017, p. 117)

Referente ao GAP é composto por representantes do BCB, CVM, PREVIC, SUSEP, Conselho Nacional de Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, do Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, do Ministério da Educação, Instituições federais de ensino, no limite de cinco – uma de cada região do Brasil, indicadas pelo Ministério da Educação, Conselho Nacional de Secretários de Educação e por último, União dos Dirigentes Municipais de Educação, sendo que no tocante da governança da ENEF, o GAP:

> [...] terá competência de orientar pedagogicamente o CONEF quanto à Educação Financeira nas escolas, principalmente quanto ao desenvolvimento e à inserção do conteúdo financeiro nas diferentes disciplinas de modo transversal, sob o enfoque das entidades que integram ou representam os sistemas de ensino público federal, estaduais e municipais, e as instituições de ensino privadas. Poderá, também, considerando o público-alvo envolvido, formulário orienta ações para outros programas, planos e ações da ENEF. (BRASIL, 2017, p. 117-118)

E por último a quinta seção, a qual refere-se a conclusão desse documento intitulado Plano Diretor  Estratégia Nacional de Educação Financeira, com o destaque de alguns apontamentos, iniciando com: a necessidade da "formulação de políticas públicas destinadas a elevar o grau de Educação Financeira será relevante no futuro" (BRASIL, 2017, p. 124), sendo

que “na falta de política de Estado voltada para Educação Financeira, as decisões de consumo e poupança serão tomadas ainda há pouco familiarizados com a peculiaridades desses produtos e serviços”. (BRASIL, 2017, p. 124)

Dessa forma, a Educação Financeira deve ser promovida em conformidade com as políticas públicas sociais e econômicas, caso contrário, a instabilidade financeira pode acarretar “decisões individuais de consumo, endividamento e poupança inadequadas, as quais, quando ocorre em massa, podem afetar a solidez do sistema financeiro e interromper o processo de crescimento econômico”. (BRASIL, 2017, p. 124), portanto a:

> [...] conscientização quanto ao impacto coletivo rituais de consumo endividamento e poupança poderá contribuir para o desenvolvimento de padrões de consumo sustentáveis, que considere as repercussões ambientais e sociais, a habilitando o cidadão a fazer opções para o bem-estar individual, familiar e de toda sociedade. (BRASIL, 2017, p. 124-125)

Em suma, na conclusão deste documento (BRASIL, 2017, p. 124), é relevante destacar à luz da Educação Financeira, que para educar a população, é necessário transformações culturais, que serão atingidas com ações de longo prazo, consistentes quanto ao conteúdo técnico e a orientação pedagógica adequados a cada público-alvo.

# CAPÍTULO 6 – CATEGORIAS DO LETRAMENTO FINANCEIRO

Neste capítulo serão estruturadas as Categorias do Letramento Financeiro, para o qual é relevante a compreensão de três termos relacionados, são eles:

- Alfabetização: "ação de ensinar/aprender a ler e escrever" (SOARES, 1998, p. 47);
- Literacia: "tradução do português da palavra inglesa *literacy*" (SOARES, 1998, p. 35), em que *literacy*, literacia e letramento tem o mesmo significado, apenas com grafias diferentes devido ao português utilizado em Portugal e o português do Brasil, conforme Soares (2004);
- Letramento: conforme os estudos de Leal, Albuquerque e Morais (2010), o letramento está relacionado com as práticas sociais que compreendem o uso efetivo da escrita na vida cotidiana, em atividades de leitura e escrita de textos em diversos contextos, assim ampliando o conceito de alfabetização.

Referente as definições no âmbito financeiro a OCDE publicou a definição de alfabetização financeira, como "uma combinação de consciência financeira, conhecimentos, habilidades, atitudes e comportamentos necessários para tomarem as decisões financeiras e, finalmente, alcançar o bem-estar financeiro[20]" (OCDE, 2013, p. 230).

De acordo com o estudo realizado, letramento e literacia são sinônimos, portanto, em conformidade com o termo utilizado pelo OCDE e por se tratar de uma pesquisa elaborada no Brasil, será utilizado o termo Letramento Financeiro, o qual foi definido como "a capacidade do indivíduo tomar decisões sobre o uso e gestão dos recursos financeiros"[21] (OCDE, 2013, p. 221).

Conforme os estudos de Orton (2007) embasados na OCDE, apresentado na Revisão de Literatura desta tese, o Letramento Financeiro definido pelo autor é:

> [...] a capacidade de ler, analisar e interpretar as condições financeiras pessoais que afetam o bem-estar em nível material. Inclui a capacidade de discernir sobre decisões financeiras, discutir sobre dinheiro e assuntos financeiros. Planejar o futuro e responder de forma competente às várias etapas e acontecimentos da vida que afetam

[20] The OECD defines 'Financial literacy' as "a combination of financial awareness, knowledge, skills, attitude and behaviour necessary to make sound financial decisions and ultimately achieve individual financial well-being.
[21] the ability to make informed decisions about the use and management of individual financial resources.

> as decisões financeiras, incluindo acontecimentos da economia em geral. (ORTON, 2007, p. 17).

Esta de definição de Orton (2007) é condizente com os estudos de Leal, Albuquerque e Morais (2010) e da OCDE.

Diante dos estudos apresentados, o letramento, leitura e escrita são relevantes para o letramento financeiro do cidadão, entretanto, é possível inferir que para reconhecer, compreender, analisar e manipular elementos financeiros, não necessariamente é preciso estar alfabetizado.

Esse capítulo possui duas seções, iniciando com a apresentação, fundamentação e definição das Categorias do Letramento Financeiro e, posteriormente, a relação com a Educação brasileira, mediante a análise da BNCC no contexto de Matemática no âmbito financeiro.

## 6.1. Fundamentação das Categorias do Letramento Financeiro

Nesta seção serão apresentadas as Categorias do Letramento Financeiro as quais emergem dos estudos realizados nos documentos analisados nesta tese, em conformidade com os documentos da OCDE pertinente a Educação Financeira; as Deliberações, o Plano Diretor da Estratégia Nacional de Educação Financeira e, seus seis anexos na respectiva ordem: Pesquisa Nacional do Grau de Educação Financeira da População Brasileira, Inventário de Educação Financeira, Experiências Internacionais, Orientações para a Educação Financeira nas Escolas, Programas Setoriais e Orientações para Educação Financeira de Adultos.

Posteriormente, o estudo do Plano Diretor da Estratégia Nacional de Educação Financeira e os Anexos, dos quais o sexto, intitulado Orientações para a Educação Financeira de Adultos é o documento público fundamental para esta tese, pois aborda todos os elementos mencionadas nos outros cinco anexos anteriores.

Esse anexo seis - Orientações para a Educação Financeira de Adultos (BRASIL, 2017, p. 156) também é um modelo conceitual para a construção dos planos, programas e ações de Educação Financeira de forma multidisciplinar e transversal, inclusive com a publicação das Matrizes de Conteúdos, elaboradas em conformidade com os macro objetivos e competências, com a descrição dos conhecimentos que devem ser atingidos, assim como, ações e comportamentos almejados no âmbito financeiro.

Está explicito neste documento PISA 2021: Matriz de Referência de Análise e de Avaliação do Letramento Financeiro em âmbito mundial, que é descabida a expectativa de que este documento, abarque todos os elementos e conteúdos para verificar o Nível de Proficiência em Letramento Financeiro o qual se propõem, devido a diversos fatores, como exemplos: culturais, sociais, educacionais e governamentais, que dificultam essa avaliação.

Diante do exposto é relevante para a Educação Financeira dos cidadãos brasileiros, que a componente curricular Matemática que podem viabilizar a abordagem desta temática, face as propostas, diretrizes, orientações que constam nos documentos públicos pertinentes a educação do Brasil no âmbito financeiro.

Com o detalhamento dos componentes da Matriz de Conteúdos e os documentos já elaborados pela OCDE, INEP e ENEF, é pertinente para a formação dos alunos, cidadão, sociedade e para a educação do Brasil, que o Letramento Financeiro seja viabilizado no âmbito escolar, adequados aos documentos públicos apresentados em conformidade com a Educação Brasileira.

A proposta das Categorias do Letramento Financeiro tem por objetivo contribuir para que o cidadão desenvolva relação com o dinheiro de forma equilibrada, utilizando as competências adquiridas para resolver as situações do cotidiano pertinentes às finanças. Portanto, o Letramento Financeiro é indispensável para a vida do indivíduo. Requer a união de conhecimentos, habilidade e atitudes para a compreensão, tomada de decisão, planejamento, gestão, hábitos, necessidades, prevenção, proteção e independência financeira.

Na próxima seção serão apresentados os elementos e as respectivas Categorias do Letramento Financeiro.

## 6.2. Definição das Categorias do Letramento Financeiro

Conforme contextualização na seção anterior, o Letramento Financeiro envolve o conjunto competências: conhecimentos, habilidades e atitudes pertinentes ao universo financeiro, mediante as definições apresentadas no estudo dos documentos públicos.

O conhecimento refere-se as informações, conceitos, teorias, técnicas e conteúdo, ou seja, o saber. As habilidades compreendem o campo do saber fazer, na qual engloba o uso das

informações, e por último, as atitudes a qual significa querer ser e querer agir, mediante ao conjunto de valores, crenças e princípios no âmbito do universo financeiro.

Dessa forma, as Categorias do Letramento Financeiro apresentadas a seguir, compreendem os elementos que compõem o Letramento Financeiro identificados nos estudos dos documentos públicos e primários da Educação Financeira do Brasil, os quais foram organizados em ordem alfabética para exclusão dos repetidos e, posteriormente foram agrupados por assuntos correlatos, conforme seguem:

- Capacidade de Pagamento:
    - Oferta e concessão do crédito;
    - Percepção do emprestador (*credit score*);
    - Renegociação de dívida;
- Características:
    - Custódia;
    - Custos de investimentos;
    - Diversificação de riscos;
    - Impostos;
    - Liquidez e rentabilidade;
    - Risco e retorno;
    - Taxa de administração;
- Crédito:
    - Compras a prazo;
    - Crédito;
    - Custos e benefícios do crédito no curto, médio e longo prazos;
    - Pagamentos: à vista versus parcelado;
- Deveres Financeiros:
    - Atitudes: ética, consciente e responsável;
    - Compromisso financeiro;
    - Formalidade versus informalidade;
    - Impacto das ações e comportamentos individuais sobre os âmbitos espacial e temporal;
    - Responsabilidade socioambiental;

  - Tributos.
- Direitos Financeiros:
  - Acessibilidade a produtos e serviços financeiros;
  - Educação Financeira: no ambiente escolar e, programas de divulgação e ambientes gratuitos para acesso às informações, para aprimoramento, capacitação e expansão;
  - Fontes de informações;
  - Formar para a cidadania;
  - Inclusão financeira e bancária;
  - Políticas públicas para a melhora da qualidade de vida;
  - Mecanismos de reparação de danos: instâncias para reclamações;
  - Uso e mecanismos de serviços e produtos financeiros: contas, correspondentes, recebimentos, portabilidade de contas e tarifas.
- Economia:
  - Câmbio e variação cambial;
  - Crescimento econômico: economia do país;
  - Dívidas interna e externa;
  - Indicadores econômicos;
  - Inflação:
  - Juros;
  - Noções de economia;
  - Política econômica e monetária;
  - Valor do dinheiro no tempo;
- Finalidade;
- Gestão de Riscos:
  - Aspectos de segurança física e virtual;
  - Gerenciamento de riscos;
  - Prevenção para eventos futuros;
  - Proteção e reparação de danos;
  - Seguros: vida, acidentes pessoais, garantia estendida de produtos;
- Grupos de Crédito:
  - Empréstimos;

  - Financiamentos;
  - Linhas de Crédito;
  - Modalidades de crédito: cheque especial, Crédito Direto ao Consumidor (CDC), crédito consignado, cartão de crédito, microcrédito, arrendamento mercantil (*leasing*), consórcios e crédito rural);
- Informações Contratuais:
  - Custo Efetivo Total (CET);
  - Juros: taxas nominais e efetivas;
  - Liquidação antecipada;
  - Sistemas de amortização;
- Mercado Financeiro;
  - Fontes de informação:
  - Instituições Autorizadas;
  - Regulação e funcionamento dos mercados financeiro e de valores mobiliários;
- Modalidades:
  - Aumento de dinheiro;
  - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros;
  - Certificado de Depósito Bancário;
  - Certificado de Depósito Interbancário;
  - Conta poupança;
  - Derivativos;
  - Fundos;
  - Investimentos;
  - Mercado de Ações;
  - Mercado de Valores Mobiliários;
  - Renda fixa e renda variável;
  - Tesouro Direto;
  - Tipos de investimentos;
  - Títulos públicos e privados, fundos mútuos.
- Objetivos:
  - Prazo
- Orçamento:

- Administração das finanças pessoais;
- Aposentadoria pública e ou privada, rendimentos futuros estejam compatíveis com a remuneração da vida laborativa;
- Aprimorar sua condição econômica;
- Aquisição de imóvel;
- Aumento da expectativa de vida;
- Autonomia;
- Benefícios indiretos: plano de saúde, auxílios para transportes e alimentação;
- Capacidade financeira para tomada de decisão.
- Conceitos e ferramentas para a tomada de decisão autônoma;
- Consumo: consciente, sustentável e responsável, conforme os 5rs (reciclar, recusar, reduzir, refletir e reutilizar);
- Consumo: consumismo versus avareza;
- Cooperativismo;
- Despesas;
- Diferença entre precisar e querer: desejo versus necessidade;
- Empreendedorismo;
- Encargos sociais;
- Endividamento para não ocasionar o registro em cadastros negativos serviços de proteção ao crédito;
- Equilíbrio da vida financeira;
- Equilíbrio das ações: consumir e poupar,
- Finanças pessoais;
- Fomentar: cultura de poupança e formação de patrimônio;
- Independência Financeira;
- Negociação;
- Opções do destino do dinheiro para o consumo e poupança;
- Orçamento doméstico;
- Organização financeira: gestão das finanças pessoais, planejamento financeiro, orçamento e objetivos financeiros;
- Padrão social e estereótipo;
- Pesquisa e comparação: de preços e produtos;

    - Pessoa física versus pessoa jurídica.
    - Planilha de gastos;
    - Poupança;
    - Poupar;
    - Publicidade e marketing: promoções, ofertas, preços psicológicos brindes;
    - Previdência: pública e privada;
    - Realização de sonhos ao longo do tempo: transformação de sonhos em realidade;
    - Receitas: tipos e periodicidade, bruta versus líquida; inesperadas ou ampliação de receitas;
    - Regime de trabalho;
    - Renda;
    - Reserva financeira;
    - Trabalho e renda;
- Perfil de investidor;
- Prazos:
    - Ciclo de vida financeira;
    - Orçamento ao longo do tempo;
    - Planejamento financeiro a curto, médio e longo prazo;
    - Preferência temporal: presente e futuro;
- Sistema Financeiro Nacional:
    - Banco Central do Brasil e bancos centrais: o que são, como agem, funções, limites de atuação;
    - Conhecimento e percepção dos diferentes meios de pagamento;
    - Meio circulante: uso, circulação e preservação de cédulas e moedas, combate à falsificação;
    - Moeda: origem, história e evolução;
    - Papel dos bancos na circulação do dinheiro;
- Tomador:
    - Crédito produtivo versus crédito para o consumo.

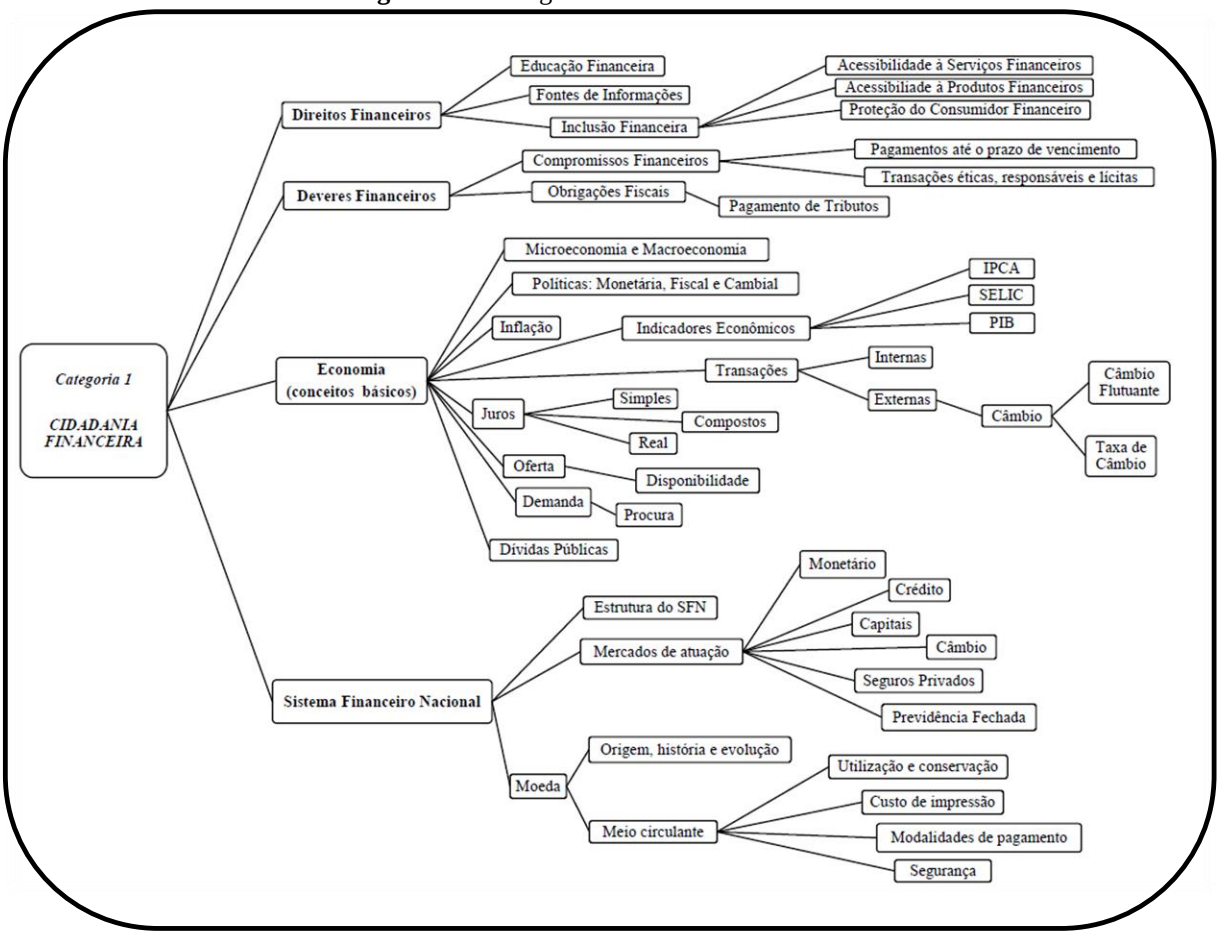
Após a organização dos elementos conforme apresentado, foram criadas as seguintes categorias para agrupar esses elementos: Cidadania Financeira, Planejamento Financeiro, Créditos e Investimentos.

Nas próximas quatro subseções, serão apresentadas as quatro categorias supracitadas.

### 6.2.1. Categoria 1 – Cidadania Financeira

A Categoria 1 - Cidadania Financeira compreende os direitos e deveres financeiros, os conceitos básicos de Economia e Sistema Financeiro Nacional, conforme a Figura 8:

**Figura 8 -** Categoria 1 – Cidadania Financeira




Fonte: Autor

Nesta primeira categoria, mediante aos elementos que foram apresentados, é pertinente retomar alguns conceitos acerca de cidadania, educação, direitos e deveres.

Neste contexto, no Artigo 205 da Constituição da República Federativa do Brasil do ano de 1.988 em que a educação é “direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988)

e, ainda com base neste documento, a cidadania, é definida como o "o conjunto de direitos e deveres exercidos por um indivíduo que vive em sociedade" (BRASIL ESCOLA, 2022, s.p.).

Ainda referente à cidadania e a Constituição de 1.988, no documento "Jornada da Cidadania Financeira no Brasil" consta que:

> Em 1988, foi promulgada uma nova Constituição Federal, conhecida como Constituição Cidadã, por ter ampliado vários direitos sociais. A Constituição de 1988 consagra dois importantes elementos para a cidadania financeira. Um deles é a função social do SFN, expressando que ele deve ser estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do país e a servir aos interesses da coletividade. Outro é a proteção ao consumidor como direito fundamental e princípio da ordem econômica, abrindo espaço para uma série de regulamentações e iniciativas focadas na proteção aos consumidores, incluindo os de serviços financeiros. (BRASIL, 2018, p. 7)

Neste contexto da relação com a sociedade, o cidadão tem direitos e deveres civis, sociais e políticos, pois:

> [...] a "cidadania" ampliou-se significativamente, passando a abarcar, além dos direitos políticos (participação no governo da coisa pública), os direitos civis (direito à vida, direitos de ir e vir, liberdade de consciência e expressão, direito à justiça) e sociais (moradia, trabalho, saúde, educação). (BRASIL, 2018, p.14)

Mediante a magnitude da palavra cidadania, para esta tese haverá a delimitação no âmbito da Educação Financeira, a qual compreende a Cidadania Financeira conforme o documento "O que é Cidadania? Definições, papel dos atores e possíveis ações" elaborado pelo BACEN (2018), embasado nos documentos da OCDE e ENEF.

A Cidadania Financeira é "exercício de direitos e deveres que permitem ao cidadão gerenciar bem seus recursos financeiros" (BRASIL, 2018, p. 7), mediante ao "pleno exercício dos direitos e pelo cumprimento dos deveres dos cidadãos sobre suas finanças" (BRASIL, 2012, p. 24).

Diante do exposto, a Cidadania Financeira compreende os direitos e deveres financeiros do cidadão, sendo que os direitos financeiros compreendem a inserção da população aos Mercados Financeiros e a Educação Financeira e, os deveres financeiros abarca as seguintes ações: "honrar compromissos financeiros, não cometer fraudes, adquirir produtos e serviços legalizados e cumprir as obrigações fiscais relacionadas às transações financeiras" (BRASIL, 2012, p. 24). E os deveres estão relacionados com o consumo consciente, sustentável e ético.

Quanto aos direitos financeiros, conforme consta na Constituição de 1.988 a educação é um direito de todos, portanto, os cidadãos também têm o direito à Educação Financeira, conforme o estudo dos documentos apresentados nesta tese, inclusive a BNCC, e com os decretos, deliberações e criações do COREMEC, GT, ENEF e FBEF.

Em continuidade aos elementos da Cidadania Financeira o que refere aos direitos financeiro, o item subsequente é a Inclusão Financeira, a qual é o "estado em que todos os adultos têm acesso efetivo aos seguintes serviços financeiros providos por instituições formais: crédito, poupança (entendida em termos amplos, incluindo contas transacionais), pagamentos, seguros, previdência e investimentos". (BRASIL, 2018, p. 7)

Neste mesmo documento do BACEN (2018) intitulado "O que é cidadania Financeira?", consta a definição de Serviços Financeiros, os quais "se referem aos produtos, serviços e sistemas financeiros, de pagamentos, capitais, seguros e previdências". (BRASIL, 2018, p. 8)

Ainda no tocante de produtos e serviços financeiros, devido à variedade e ofertas de ambos por diversas instituições, o cidadão precisa compreender as características para analisar e tomar decisão mediante as necessidades e interesses pessoais.

O acesso aos produtos e serviços financeiros oferecidos pelas instituições competentes, implicam na necessidade da proteção do consumidor de serviços financeiros, conforme a definição do Banco Mundial (2012): "visa assegurar que os consumidores: (1) recebam informações que lhes permitam tomar decisões informadas, (2) não estejam sujeitos a práticas injustas ou enganosas e (3) tenham acesso a mecanismos e à apresentação de recursos para resolver conflitos" (WORLD BANK, 2012, p. 8, tradução nossa).

Dessa forma, a proteção do consumidor financeiro abarca o acesso a informações para tomar decisões informadas, não tenham riscos a práticas injustas ou enganosas e, acesso a instâncias e a mecanismos para apresentação de recursos para resolver conflitos, para que o cidadão saiba analisar um ambiente de negócios informações pertinentes e se necessário, mecanismos de solução de conflitos.

Diante desse estudo é possível que o desenvolvimento da Cidadania Financeira no tocante dos direitos, ocorre mediante à inclusão financeira a qual abarca produtos e serviços financeiros e proteção do consumidor financeiro.

Os deveres financeiros no âmbito da Cidadania Financeira, em conformidade com os documentos públicos primários estudados, compreendem o dever do cidadão em honrar os compromissos financeiros ocasionados por meio de aquisição de bens, produtos e serviços oriundos de transações éticas, responsáveis e lícitas, pautado no consumo consciente, sustentável e recolhimento de tributos que implicam nas obrigações fiscais pertinentes à estas transações.

No tocante aos tributos, é relevante no âmbito educacional a compreensão da "origem dos tributos, relacionado à sua finalidade, que é de satisfazer as necessidades públicas, contribui para compreender como funciona esse importante universo da sociedade" (BRASIL, 2017, p. 78) e, as formas de recolhimento de tributos.

Os tributos, conforme o SERASA (2022), foi instituído em lei e é um valor que deve ser pago em moeda nacional, com recolhimento obrigatório. Existem diversos tipos de tributos que variam de acordo com cada caso e muitos não se aplicam.

Os tipos de tributos mais comuns são as taxas e os impostos, sendo que a taxa "é recolhida com o objetivo de financiar um determinado serviço público" (SERASA, 2022) e, o imposto "é recolhido para financiar o Estado e suas atividades de maneira geral." (SERASA, 2022). Em relação aos impostos, os valores normalmente são variáveis, ou seja, "são calculados aplicando uma alíquota sobre uma base de cálculo" (SERASA, 2022).

Na sequência, para que o cidadão seja letrado financeiramente, é necessária a compreensão de Economia em conformidade com a BNCC e o Plano Diretor da ENEF (2017), pois:

> A economia estuda como administrar recursos escassos, visando a satisfação das necessidades e ao bem-estar da sociedade. Medir a atividade econômica é fundamental. Tornar-se, portanto essencial avaliar permanentemente se está havendo redução ou aumento da produção, da renda e do bem-estar da população como reflexo do comportamento da economia e das medidas de política econômica. (BRASIL, 2017, p. 31)

Para isso, no âmbito do Letramento Financeiro o cidadão precisa compreender os "conhecimentos básicos, inflação, taxas de juros, variação cambial, indicadores econômicos, poupança, dívidas interna e externa e outros temas relacionados ao dia a dia das pessoas" (BRASIL, 2017, p. 87).

Os conceitos básicos de economia relacionados à Educação Financeira conforme apresentadas nos estudos dos documentos primários do Plano Diretor da ENEF (2017), são:

- Microeconomia: formação de preços de bens e serviços, funcionamento do mercado financeiro, para as decisões conscientes de consumo e poupança;
- Macroeconomia: políticas econômicas – monetária, fiscal e cambial, controle da inflação, equilíbrio das contas públicas e balanço de pagamentos;
- Política Monetária: "ações do BC que visam afetar o custo do dinheiro (taxas de juros) e a quantidade de dinheiro (condições de liquidez) na economia" (BRASIL, 2022), em que a taxa SELIC é instrumento fundamental para esta política;
- Política Fiscal: é "o conjunto de medidas pelas quais o Governo arrecada receitas e realiza despesas de modo a cumprir três funções: a estabilização macroeconômica, a redistribuição da renda e a alocação de recursos" (BRASIL, 2022);
- Política Cambial: "é o conjunto que define o regime de taxas de câmbio - flutuante, fixo, administrado - e regulamenta as operações de câmbio" (BRASIL, 2022), ou seja, as relações financeiras entre o Brasil e outros países, "a forma de atuação no mercado de câmbio, as regras para movimentação internacional de capitais e de moeda e a gestão das reservas internacionais" (BRASIL, 2022). A gestão dessa da política cambial tem impactos para o cidadão, independente de transacionar com outros países, pois a taxa de câmbio "reflete nos preços dos produtos que o país importa e exporta, influenciando assim os demais preços da economia" (BRASIL, 2022).
- Inflação: "é o aumento dos preços de bens e serviços. Ela implica diminuição do poder de compra da moeda. A inflação é medida pelos índices de preços." (BRASIL, 2022). Conforme publicação do Banco Central do Brasil (2022) a "taxa de inflação é a variação do custo da cesta do IPCA durante um período";
- Indicadores Econômicos: os principais índices da economia brasileira são:
    - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA): "utilizado no sistema de metas para a inflação" (BRASIL, 2022) e, a taxa da inflação é "variação do custo da cesta do IPCA durante um período", composta pelos seguintes itens de produtos e serviços: alimentação, habitação, vestuário, transporte, saúde,

despesas pessoais, educação e comunicação. Ainda referente ao IPCA, esse índice é apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o qual "se constitui no principal provedor de dados e informações do País, que atendem às necessidades dos mais diversos segmentos da sociedade civil, bem como dos órgãos das esferas governamentais federal, estadual e municipal" (Brasil, 2022).

- Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC): administrada pelo Banco Central do Brasil e, conforme o BC (2022) é a taxa básica da economia do país, é um instrumento de política monetária para o controle da inflação e, influencia as taxas de investimentos, empréstimos e financiamentos. A SELIC é uma:

> [...] taxa de juros apurada nas operações de empréstimos de um dia entre as instituições financeiras que utilizam títulos públicos federais como garantia. O BC opera no mercado de títulos públicos para que a taxa Selic efetiva esteja em linha com a meta da Selic definida na reunião do Comitê de Política Monetária do BC (COPOM). (BRASIL, 2022, s.p.)

- Produto Interno Bruto (PIB): é um indicador da economia do país, pois refere-se ao preço de bens e serviços finais, ou seja, valor para o consumo, durante um determinado período, conforme publicado pelo IBGE (2022).

- Transações:
  - Internas: negociações realizadas no Brasil;
  - Externas: importações e exportações oriundas negações internacionais, as quais necessitam da conversão de moedas para pagamentos intituladas operações de câmbio "caracterizada pela troca da moeda de um país pela moeda de um outro. É um elemento do sistema monetário internacional, com o objetivo de facilitar as transações entre países." (BRASIL ESCOLA, 2022, s.p.);
- Dívidas públicas: são "empréstimos contraídos pelo Estado junto a instituições financeiras públicas ou privadas, no mercado financeiro interno ou externo, bem como junto a empresas, organismos nacionais e internacionais, pessoas ou outros governos." (BRASIL, 2022, s.p.)
- Câmbio: é a troca de moeda de um país pela do outro país. Conforme publicação do BC (2022), essa troca é chamada de operação de câmbio, gerada pelo turismo no caso de

viagens para outros países, envio de remessas pessoais e para transações comerciais, as quais ocorrem no mercado de câmbio que pode ser operado por pessoas físicas ou jurídicas, por meio de instituições autorizadas e monitoradas pelo BC conforme os regulamentos do Conselho Monetário Nacional (CMN). A taxa de câmbio "é o preço, em moeda nacional, de uma unidade de moeda estrangeira" (BRASIL, 2022). E o regime de Câmbio Flutuante compreende "as condições do mercado de câmbio-oferta e procura por moeda estrangeira, determinam a taxa de câmbio, que flutua livremente" (BRASIL, 2022), ou seja, "oscila exclusivamente em função da oferta e demanda no mercado." (BRASIL ESCOLA, 2022, s.p.);

- Juros: "valor do dinheiro no tempo" (BRASIL, 2022), conforme publicado pelo BC (2022) juros é como um aluguel do dinheiro, mediante a transação realizada entre o credor e o tomador, de uma determinada quantia, em um período, mediante a aplicação de um percentual. As taxas de juros são:
    - Taxa de juros simples: "aplicada/cobrada sempre sobre o capital inicial, que é o valor emprestado/investido" (BRASIL, 2022, s.p.);
    - Taxa de juros composta: "para cada período do contrato (diário, mensal, anual etc.), há um "novo capital" para a cobrança da taxa de juros contratada. Esse "novo capital" é a soma do capital e do juro cobrado no período anterior." (BRASIL, 2022, s.p.);
    - Taxa de juros real: "obtida pelo desconto da taxa de inflação da taxa de juros nominal de determinada transação." (BRASIL, 2022, s.p.);

No ambiente econômico a oferta e a demanda de bens e produtos estão relacionadas ao consumo, portanto, impactam no funcionamento do mercado, pois existe a relação de procura e preço, em que a:

- Oferta: compreende a disponibilidade de um bem ou produto no mercado para o consumidor;
- Demanda: é a procura por parte dos consumidores de um determinado bem e serviço no mercado.

Nesse contexto, é possível inferir que a oferta está relacionada a disponibilidade e, a demanda à procura de um determinado bem ou serviço, que influenciam os preços no mercado.

E é possível calcular o ponto de equilíbrio da demanda e oferta de um produto ou serviço no mercado.

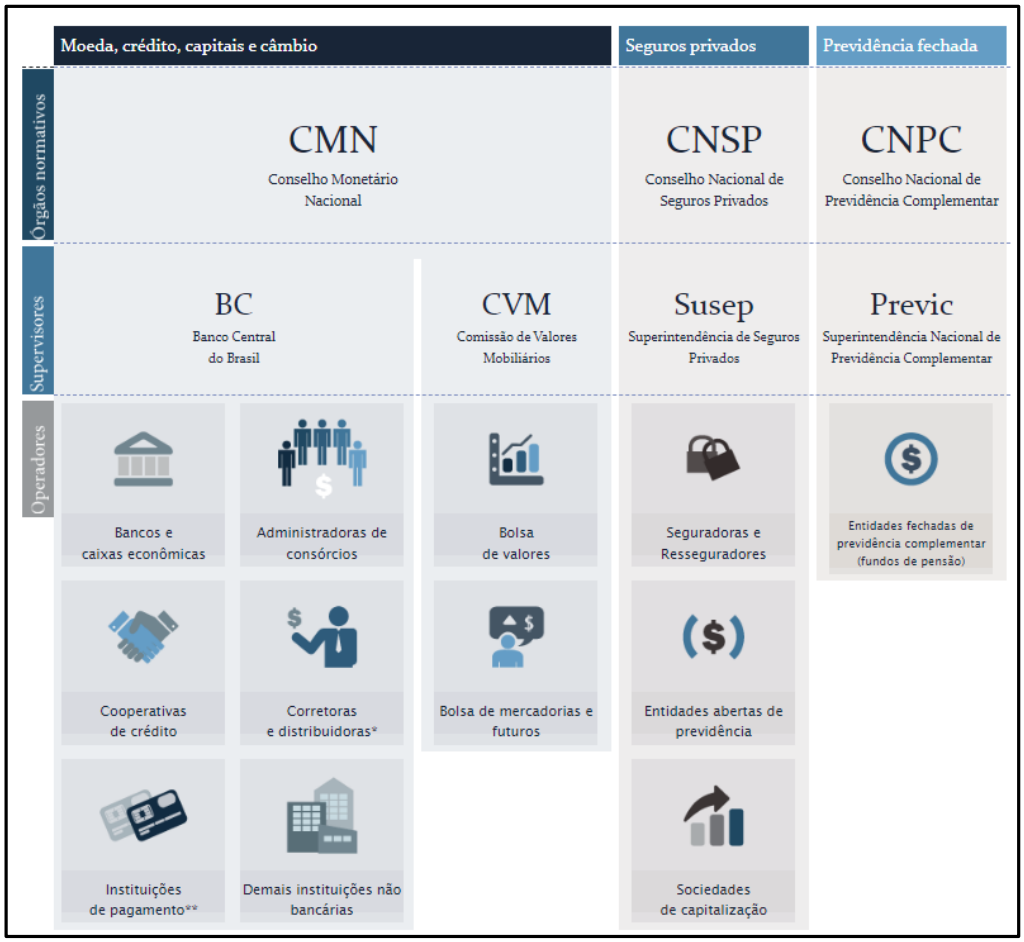
Em suma, no que tange a Cidadania Financeira, no âmbito dos conceitos básicos de economia, o cidadão deve ter o conhecimento dos elementos de microeconomia: formação de preço, funcionamento do mercado financeiro, de macroeconomia: políticas econômicas, monetária, fiscal e cambial, indicadores econômicos, juros, oferta e demanda. controle de inflação e, contas públicas.

Posteriormente, os elementos que compreendem o Sistema Financeiro Nacional (SFN), conforme consta no documento intitulado Orientações para a Educação Financeira nas Escolas, "constitui uma peça fundamental no que tange a vida financeira do cidadão" (BRASIL, 2017, p. 77) e para a compreensão do funcionamento básico conforme a orientação que consta no sexto anexo.

O SFN é o "um conjunto de entidades e instituições que promovem a intermediação financeira, isto é, o encontro entre credores e tomadores de recursos" (BRASIL, 2022, s.p.) e, é por meio deste sistema que pessoas físicas, jurídicas e governos realizam pagamentos e investimentos.

Esse conjunto de entidades e instituições que compõem o SFN está na Figura 9:

**Figura 9** - Sistema Financeiro Nacional




Fonte: BRASIL, 2022.

Essas entidades e instituições atuam nos seguintes mercados, conforme a publicação do Banco Central do Brasil (BRASIL, 2022, s.p.):

- Monetário: fornece a economia o papel-moeda, moeda escritural, aquela depositada em conta corrente;
- Crédito: fornece recursos para o consumo das pessoas em geral e para o funcionamento das empresas;
- Capitais: permite às empresas captar recursos de terceiros e, portanto, compartilhar os ganhos e os riscos;
- Câmbio: compra e venda de moeda estrangeira;
- Seguros Privados: serviços de proteção contra riscos;

- Previdência Fechada: ramo dos fundos de pensão para aposentadoria, poupança ou pensão de funcionários de empresas, servidores públicos integrantes de associações ou entidades de classe.

O SFN está compreendido em órgãos normativos, supervisores e operadores. Iniciando com os órgãos normativos os quais "determinam regras gerais para o bom funcionamento do SFN" (BRASIL, 2022, s.p.), são eles:

- Conselho Monetário Nacional (CMN): é o órgão superior de SFN e é "responsável pela formulação da política da moeda e do crédito, ou seja, é a instância de coordenação da política macroeconômica do governo federal" (BRASIL, 2022, s.p.), com atuação nos quatro mercados supracitados: moeda, crédito, capitais e câmbio. O CMN é composto pelo Ministro da Economia, Presidente do Banco Central e Secretário Especial do Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia;
- Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP): compreende os seguintes ramos:
  - Capitalização: são acordos que o contratante deposita valores podendo recebê-los de volta com juros e recorrer à prêmios;
  - Previdência complementar aberta: plano para aposentadoria poupança ou pensão, aceita a participação do público em geral e funciona à parte do regime geral de previdência;
- Conselho Nacional de Previdência Complementar: Previdência Fechada.

No SFN, os supervisores da CVM são:

- Banco Central do Brasil (BC): responsável pela execução da estratégia do CMN para manter a inflação e "tem como missão garantir a estabilidade do poder de compra da moeda, zelar por um sistema financeiro sólido, eficiente e competitivo, e fomentar o bem-estar econômico da sociedade" (BRASIL, 2022, s.p.);
- Comissão de Valores Mobiliários (CVM): autarquia vinculada ao Ministério da Economia, e tem por objetivo "fiscalizar, normatizar, disciplinar e desenvolver o mercado de valores mobiliários no Brasil" (BRASIL, 2022, s.p.);
- Superintendência de Seguros Privados (SUSEP): autarquia vinculada ao Ministério da Economia e, tem a responsabilidade de controlar e fiscalizar os "mercados de seguro, previdência privada aberta, capitalização e resseguro" (BRASIL, 2022, s.p.);

- Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC): autarquia vinculada ao Ministério do trabalho e Previdência, e é uma "como entidade de fiscalização e supervisão das atividades das entidades fechadas de previdência complementar e de execução das políticas para o regime de previdência complementar" (BRASIL, 2022, s.p.).

Os operadores dos mercados de moeda, crédito, capitais e câmbio, supervisionadas pelo Banco Central são: Bancos e Caixas Econômicas, Administradoras de Consórcios, Cooperativas de Crédito, Corretoras e Distribuidoras[22], Instituições de Pagamentos[23] e demais instituições não bancárias e nesses mesmos quatro mercados, a CVM supervisiona: Bolsa de Valores e Bolsa de Mercadoria e Futuros e, algumas atividades de Corretoras e Distribuidoras.

Os operadores de Seguros Privados, são: Seguradoras e Resseguradores, Entidades abertas de previdência e Sociedades de Capitalização e os operadores de Previdência Fechada são as entidades fechadas de previdência complementar – fundos.

Outros elementos pertinentes a Cidadania Financeira são os Aspectos Históricos à luz da Educação Financeira, ou seja, a origem, história e evolução dessa temática, a qual emerge da necessidade do comércio e relações econômicas, pois a compreensão do percurso histórico justifica a função social, política e econômica de seus elementos, conceitos e critérios, os quais não devem ser entendidos como abstratos e distantes da vida do cidadão e sim, pela necessidade das sociedades em que emergiram.

Nesse contexto de aspectos históricos, é relevante o estudo da moeda, relação com o dinheiro, compreensão do papel do meio circulante, custo para impressão em espécie, não praticar o ato do entesouramento de cédulas e moedas, importância da conservação de cédulas e moedas, modalidades de pagamentos, e por último, elementos de segurança relacionados ao dinheiro.

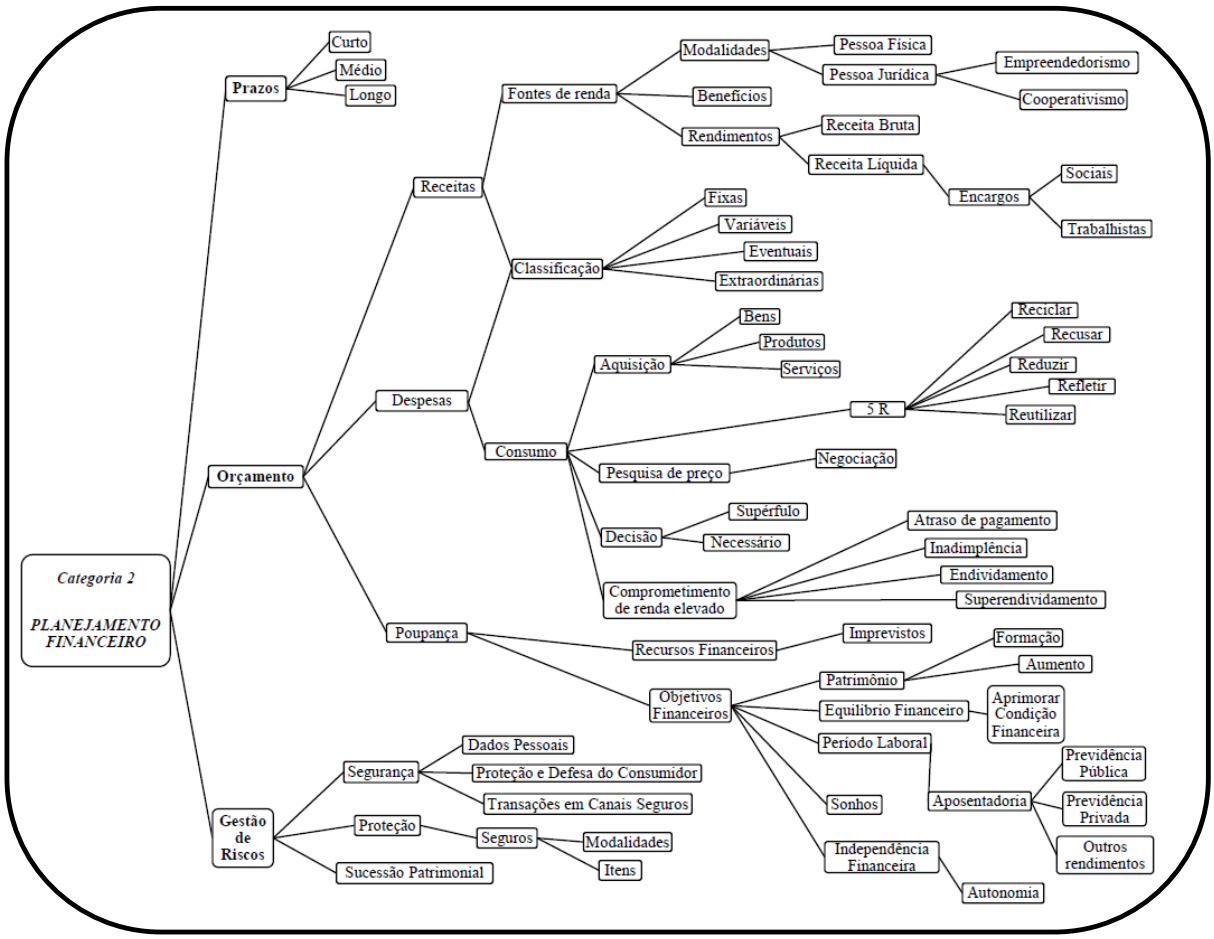
---

[22] Dependendo de suas atividades corretoras e distribuidoras também são fiscalizadas pela CVM.
[23] As Instituições de Pagamento não compõem o SFN, mas são reguladas e fiscalizadas pelo BCB, conforme diretrizes estabelecidas pelo CMN.

## 6.2.2. Categoria 2 – Planejamento Financeiro

A Categoria 2 - Planejamento Financeiro compreende os prazos, o orçamento: receitas, despesas e poupança, por último a gestão de riscos, conforme a Figura 10:

**Figura 10** - Categoria 2 – Planejamento Financeiro




Fonte: Autor

Conforme publicado pela ENEF o planejamento financeiro é um dos pilares essenciais da Educação Financeira, pois envolve decisões de consumo, ato de poupar e proteção contra riscos (BRASIL, 2022, s.p.). É uma ferramenta de curto, médio e longo prazos, para a gestão de receitas, despesas, poupança quanto a ação de economizar e, a gestão de riscos.

O planejamento financeiro contribui para que o cidadão realize o controle financeiro de suas finanças mediante o orçamento financeiro, que compreende as receitas, despesas e poupar.

As receitas correspondem as entradas/recebimento de recursos financeiros, como por exemplos: salário, aluguel, rendimento de capital investido, donativos, subsídios, herança, lucro e pró-labore no caso de proprietário de empresa.

Essas receitas podem ser de dois tipos; a receita bruta que corresponde ao valor integral sem deduções e, a receita líquida que é o valor de recebimento, ou seja, a renda bruta com as deduções referente aos descontos, como exemplos: impostos, vale transporte, contribuição sindical e de benefícios como plano de saúde privado e previdência privada, entre outros.

Essas deduções nos rendimentos estão atreladas de acordo com a atividade exercida, por exemplos: empregado que é pessoa física que presta "serviços de natureza não eventual ao empregador, sob a dependência deste e mediante salário" (BRASIL, 1943, p. 11937) e, deduções específicas a pessoa jurídica no que tange o empreendedorismo e cooperativismo.

Entretanto, algumas deduções também implicam em encargos sociais, tais como: o valor destinado ao Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), que é "responsável por aposentadorias, licenças médicas, afastamentos e benefícios previdenciários que garantam a seguridade social" (BRASIL, 2022, p. 3), o Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme consta no site da Receita Federal (2022) para trabalhadores com rendimento a partir de determinado valor com alíquotas por faixa salarial, que podem ser consultadas no site da Receita Federal.

Entretanto, caso não seja deduzido o Imposto de Renda do rendimento, como por exemplo: aluguel, venda de imóvel, serviços, investimentos entre outros, o cidadão deverá recolher o valor devido mediante a natureza deste ganho de capital.

Para os cidadãos que tem rendimento com valor obrigatório para recolhimento de Imposto de Renda (IR), é obrigatório a entrega via internet da Declaração Anual de Imposto de Renda Pessoa Física, para ajustes de valores a pagar ou a receber, mediante a todas as informações financeiras do ano de exercício. Os trâmites de acesso ao sistema, informações, downloads, envio, comprovante e declaração disponíveis para impressão ou arquivo eletrônico, são gratuitas e disponíveis na internet.

Também existem os encargos trabalhistas pagos de obrigação do empregador, como é o caso do Fundo de Garantia por Tempo do Serviço (FGTS), para "proteger o trabalhador em casos de demissões sem justa causa, provendo recursos financeiros para emergências" (BRASIL, 2022, p. 3). Entretanto é relevante o empregado compreender as normas da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) "que regulam as relações individuais e coletivas de trabalho". (BRASIL, 1943, p. 11.937)

Neste contexto, para que o cidadão seja letrado financeiramente, é necessário que considere e classifique no orçamento financeiro, os quatro tipos de receitas e despesas:

- Fixas: não sofrem alterações. Exemplos: aluguel e mensalidade escolar;
- Variáveis: sofrem alterações de valores, ou seja, são despesas inconstantes. Exemplos: fatura de cartão de crédito, conta de energia e valor de comissões mediante à venda;
- Eventuais: não são constantes. Exemplos: matrícula de escola, aquisição de um eletrodoméstico e recebimento de dividendos;
- Extraordinárias: não estão previstas no orçamento, não possui periodicidade, são pontuais. Exemplos: reforma em um imóvel devido à problema elétrico e recebimento de herança.

No contexto das despesas, estas correspondem a saída de recurso, ou seja, os gastos realizados referente ao consumo de bens, produtos e serviços. O consumo deve ser consciente, responsável e sustentável em conformidade com os 5R: reciclar, recusar, reduzir, refletir e reutilizar, sempre analisando o que é necessário e o que é supérfluo, para decidir o que deve adquirir, mediante a pesquisa de preço para saber se o valor negociado é o preço comercializado do bem, produto ou serviço e, a forma de pagamento.

Referente ao consumo, é relevante compreender que o endividamento é o pagamento posterior de bem ou serviço, como exemplos, nos casos de conta de consumo de energia elétrica e fatura de cartão de crédito, entre outros. Quando este endividamento não está em conformidade com o orçamento realizado, poderá ocasionar a inadimplência, definida pelo BCB (2020), como o atraso de pagamento superior a noventa dias da data de vencimento, que podem ocasionar:

- Superendividamento: é o resultado de uma condição do cidadão que se encontra em "dificuldade de pagar suas dívidas, por incapacidade face as obrigações financeiras, ocasionadas pelo alto comprometimento de sua renda, a ponto de afetar de maneira relevante e duradoura seu padrão de vida". (BRASIL, 2020, p. 6)
- Endividamento de risco: "volume de dívida está acima de sua capacidade de pagamento" (BRASIL, 2020, p. 6), em que o cidadão contempla no mínimo dois indicadores, são eles:

> i. Inadimplemento de parcelas do crédito, isto é, atrasos superiores a 90 dias no cumprimento das obrigações creditícias;
> ii. Comprometimento da renda mensal acima de 50% devido ao pagamento do serviço das dívidas;
> iii. Exposição simultânea às seguintes modalidades de crédito: cheque especial, crédito pessoal sem consignação e crédito rotativo (multimodalidades);
> iv. Renda disponível (após o pagamento do serviço das dívidas) mensal abaixo da linha de pobreza[24]. (BRASIL, 2020, p. 1-2)

No contexto de despesas e receitas, para que o cidadão tenha a possibilidade de poupar, as receitas devem superar as despesas, ou seja, os gastos devem ser controlados e mensurados, para que recursos sejam destinados à poupança.

O ato de poupar deve gerar recursos para uso posterior, destinados à reservas financeiras e objetivos financeiros.

As reservas financeiras podem ser destinadas para situações de imprevistos relacionados aos fatores de impactos negativos da vida cotidiana, como exemplos: desemprego e outras despesas extraordinárias de situações do cotidiano.

Entre os objetivos financeiros o cidadão deve considerar o equilíbrio financeiro para aprimorar sua capacidade e condição financeira, assim como a formação e o aumento do seu patrimônio, como exemplo, a aquisição de bens.

Ainda quanto aos objetivos financeiros o cidadão deverá planejar a sua vida após o período laboral, considerando os recursos necessários para manter o seu padrão de vida e suas necessidades, para complementar suas receitas, como por exemplo, recursos oriundos dos valores poupados durante a vida laboral.

Quanto ao período após a vida laboral no que tange o Planejamento Financeiro, o cidadão letrado financeiramente também deverá compreender alternativas, se necessárias, para complementar a sua renda, sendo uma dessas opções, a contratação de planos de Previdência Privada que é complementar à Previdência Pública para aqueles que contribuíram ao longo da vida laboral. É importante ressaltar que a Previdência Privada é uma alternativa de rendimentos,

---

[24] A renda disponível se refere à renda líquida (após imposto de renda), decrescida do serviço da dívida daquele mês, independentemente do pagamento ou não dessa dívida. O limite equivale a US$5,50/dia, linha-padrão para países de renda média-alta, de acordo com relatório bienal do Banco Mundial sobre Pobreza e Prosperidade Compartilhada (World Bank, 2018). O limite de pobreza de R$406,00 mensais foi definido a partir da paridade de poder de compra da moeda pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ao fim de 2017, e atualizado trimestralmente de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Em dezembro de 2019, a linha da pobreza estabelecida foi de R$439,03 mensais. (BRASIL, 2020, p. 2)

pois com o mesmo valor investido, o cidadão poderá ter complementos após a vida laboral, entre alternativas como: empreendedorismo, investimentos em imóveis que podem ser alugados, entre outros.

Ao longo da vida, recursos poupados também podem ser destinados para a realização de sonhos, conforme consta nos anexos apresentados nesta tese nos documentos públicos de Educação Financeira, como por exemplos, viagens, aquisição de bens entre outros.

E a independência financeira ocorre mediante ao acúmulo de recursos ao longo da vida, os quais possibilitam autonomia para: aquisições, sobrevivência, sem a dependência de receitas oriundas de atividades laborais.

Em suma o orçamento financeiro em conformidade com o Banco Central do Brasil (2022), possibilita ao cidadão reflexões e ações para conhecer e compreender a sua real situação financeira, auxilia no planejamento financeiro, para definir prioridades, identificar e compreender hábitos de consumo, o destino de recursos disponíveis, organização da vida financeira e patrimonial, administrar imprevistos e consumir de forma contínua e consciente.

O planejamento e orçamento financeiro devem ser feitos com periodicidades e plurianuais, envolvendo o presente e o futuro, incluindo a análise, reavaliação e, alterações pertinentes quando necessária, as quais podem ser provenientes de imprevistos, emergências e aumento de receitas.

Os próximos e últimos elementos da Categoria 2 - Planejamento Financeiro correspondem à Gestão de Riscos, conforme as orientações que constam nos documentos apresentados acerca da Educação Financeira, a Gestão de Riscos contribui para preservar o patrimônio evitando prejuízos financeiros, ocasionado por eventos incertos ou de data incerta.

Portanto, é necessário o gerenciamento quanto a segurança, prevenção, reparação e proteção para situações que podem acontecer no cotidiano e, em muitos casos incertezas do futuro, como por exemplos: perda dos bens, recebimento de valor no caso de morte ou invalidez de membros de um grupo familiar, transações em canais digitais, proteção de dados pessoais, catástrofes, perda de emprego, impactos na saúde, acidentes que podem ser fatais, danos ou roubos de bens ou de senhas que podem envolver imóveis, veículos, cartão de crédito entre outros.

Neste contexto, o cidadão educado financeiramente deverá compreender os elementos para as decisões quanto as alternativas de prevenção, refletindo sobre à dimensão temporal quanto aos impactos de decisões do passado e presente podem afetar o futuro, assim decidindo quanto a contratação de seguros, assim como, se necessário recorrer a proteção e defesa do consumidor para reconhecer e denunciar esquemas e tentativas de fraude, golpes e práticas abusivas.

Quanto aos seguros, é necessário que o cidadão compreenda que é um:

> [...] contrato pelo qual uma das partes se obriga, mediante cobrança de prêmio, a indenizar a outra pela ocorrência de determinados eventos ou por eventuais prejuízos previstos nas condições contratuais. O segurador e o segurado são obrigados a guardar, no contrato de seguro, a mais estrita boa-fé e veracidade a respeito do objeto segurado e das declarações a ele concernentes. (BRASIL, 2006, p. 7)

O seguro não visa lucro e é proibido agravar um dano para obter indenização maior e consequências de ato dessa natureza, em que é de responsabilidade do segurado manter atualizada as informações no caso de qualquer alteração, como exemplos: valores e dados cadastrais, para que não ocorra perda do direito à indenização.

Quanto as modalidades de seguros, existem alguns obrigatórios, como por exemplo, o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT), que tem “a finalidade de amparar as vítimas de acidentes de trânsito em todo o território nacional, não importando de quem seja a culpa dos acidentes” (BRASIL, 2022, s.p.).

Existem outras modalidades que compreendem os seguros privados, os quais tem a contratação à critério do cidadão, como exemplos, seguros de: vida, acidentes pessoais, imóvel, veículo, moto, computador, celular, garantia estendida de produtos, seguro de produtos financeiros que envolvam crédito como exemplos: cartão de crédito, financiamento de imóvel entre outros.

Por último, a SUSEP disponibiliza gratuitamente para a população o material intitulado Guia de Orientação e Defesa do Segurado, com diversas informações, das quais destacam-se os itens fundamentais que compõem o seguro, como exemplos:

- Apólice: “documento emitido pela empresa formalizando a aceitação da cobertura”; (BRASIL, 2006, p. 6)

- Franquia: “valor ou percentual expresso na apólice, que representa a parte do prejuízo indenizável que deverá ser arcada pelo segurado por sinistro”; (BRASIL, 2006, p. 6)
- Indenização: “pagamento do prejuízo ao segurado, em caso de sinistro coberto, dentro do limite contratado para a cobertura e de acordo com as condições da apólice”; (BRASIL, 2006, p. 6)
- Prêmio: “valor que o segurado e/ou estipulante paga à seguradora para ter direito ao seguro”; (BRASIL, 2006, p. 6)
- Proposta: “documento com a declaração dos elementos essenciais do interesse a ser garantido e do risco” (BRASIL, 2006, p. 6), com as condições contratuais;
- Sinistro: “representa a ocorrência do risco coberto, durante o período de vigência do plano de seguro” (BRASIL, 2006, p. 6)

E por último, o planejamento sucessório que viabiliza o cumprimento da “vontade do indivíduo após seu falecimento” (BRASIL, 2019, p. 222), para o qual deve ser considerado todos os seus bens e os compromissos financeiros com credores.

Nesse contexto, para a Gestão de Riscos, o cidadão letrado financeiramente identificará as suas necessidades, saberá escolher entre as melhores alternativas disponíveis e as maneiras para formalização caso essa seja a sua opção.

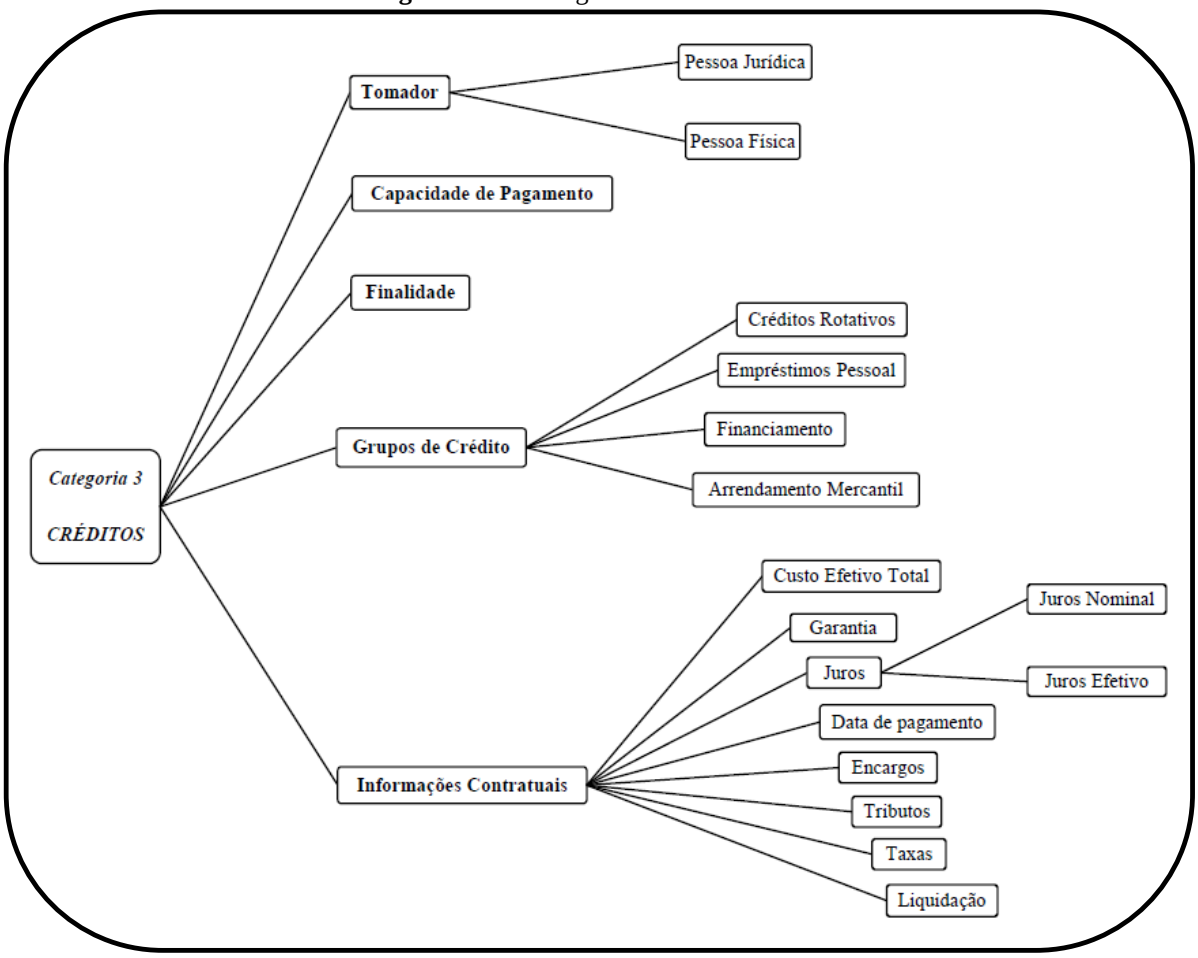
Em suma, as ferramentas de gestão financeira que neste contexto compreendem o Planejamento Financeiro e o orçamento, auxiliam a compreensão do cenário econômico pessoal, contribuem para a execução do plano financeiro quanto as receitas, despesas e poupança, para formação e aumento de patrimônio, sonhos, e independência financeira, para que o cidadão estabeleça uma estratégia financeira deliberada e dirigida, para o presente e futuro, mediante a organização de suas finanças, inclusive com registro para controle, acompanhamento e alterações pertinentes, que devem ser feitos e organizados de acordo com as preferência de cada cidadão, como por exemplos: planilhas eletrônicas, aplicativos e papel.

Por fim, os elementos do Letramento Financeiro no âmbito do Planejamento Financeiro compreendem os prazos, o orçamento e a gestão de risco, que estão diretamente relacionados com o cotidiano da população, o qual deve ser realizado considerando a capacidade financeira mediante aos objetivos financeiros pessoais, para minimizar impactos financeiros negativos e, contribuir para a independência financeira.

### 6.2.3. Categoria 3 – Créditos

A Categoria 3 - Créditos compreende os elementos tomador de crédito, capacidade de pagamento, finalidade, grupos de crédito e informações contratuais, conforme a Figura 11:

**Figura 11 -** Categoria 3 – Créditos




Fonte: Autor

O crédito é um dos fatores fundamentais para a economia, pois é um meio de recurso para o consumo de pessoas físicas e jurídicas elegíveis, inclusive para o funcionamento de empresas, como o microcrédito que é um empréstimo para “ajudar a investir no seu negócio, seja para comprar uma máquina, equipamento, ferramentas, os materiais para sua atividade, as mercadorias, ou ainda reformar o equipamento ou o local onde você trabalha”. (BRASIL, 2022, s.p.)

Conforme apresentado no estudo dos documentos públicos de Educação Financeira, é relevante destacar que no Plano Diretor da ENEF (2017), consta que o crédito é importante para

o desenvolvimento e ciclo econômico do país, pois o uso consciente pode viabilizar a construção de patrimônio, projetos e sonhos, como por exemplo, compra de veículo e imóvel.

Neste contexto, o crédito viabiliza para o cidadão a aquisição de um bem, produto ou serviço, sem dispor de recurso imediato. Entretanto, a análise quanto a necessidade, importância, urgência e finalidade, deverá anteceder a utilização de crédito, a qual deve ser consciente, no que tange o compromisso financeiro abordado na Categoria1 - Cidadania Financeira e, as despesas que consta na Categoria 2 - Planejamento Financeiro, o qual acarretará alterações pertinentes no orçamento e, considerar se haverá a necessidade de redução de outras despesas, enfim, os ajustes pertinentes.

Posteriormente a tomada de decisão, no caso favorável quanto a utilização de crédito, o cidadão letrado financeiramente deverá analisar qual é a modalidades de crédito adequada perante a sua necessidade e objetivo, como exemplos: se a finalidade será para liquidar uma conta de consumo ou se é para a aquisição de um imóvel.

Entre as linhas de crédito disponíveis no mercado, o cidadão letrado financeiramente deverá compreender qual modalidade é pertinente diante do seu objetivo. Neste contexto, a Comissão de Valores Mobiliários (2019), publicou que existem três grupos de crédito para pessoa física, são eles: créditos rotativos, empréstimos pessoal e financiamento de bens.

Os créditos rotativos possuem limites preestabelecidos e após a contratação podem ser utilizados de forma automática, como exemplos, o cartão de crédito: “o usuário paga suas compras com o cartão e, no vencimento da fatura, pode quitar o saldo devedor ou pagar apenas o valor mínimo da fatura, contraindo dívida do saldo remanescente” (BRASIL, 2019, p. 47) e, o cheque especial: “o tomador simplesmente emite cheques ou efetua saques e/ou transferências de sua conta corrente, utilizando os recursos desse limite”. (BRASIL, 2019, p. 47)

O empréstimo pessoal tem data de pagamento predefinida que pode ser em parcelas, como exemplos, o crédito pessoal que não possui uma destinação específica e, o crédito consignado em que o “desconto da prestação é feito diretamente na folha de pagamento ou de benefício previdenciário do tomador de recursos”. (BRASIL, 2019, p. 48)

E a última modalidade apresentada pela CVM (2019), é o financiamento de bens em que o recurso é direcionado à aquisição de um bem, o qual geralmente é a garantia do financiamento por meio da alienação fiduciária, que é a “transmissão da propriedade de um

bem ao credor para garantia do cumprimento de uma obrigação do devedor, que permanece na posse direta do bem, na qualidade de depositário" (BRASIL, 2019, p. 49), como o caso de veículo e imóveis, os quais tem diversas regras quanto ao percentual do bem que pode ser financiado, inclusão do valor destinado a encargos de registro no contrato de crédito entre outros.

Referente ao financiamento de imóveis, existem particularidades quanto as características e regulamentação das condições de financiamento imobiliários, conforme o Sistema Financeiro de Habitação (SFH) que inclui o uso de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviços (FGTS), mediante as regras de utilização, inclusive para o Sistema Financeiro Imobiliário (SFI) mediante as condições estabelecidas dos agentes financeiros, conforme a publicação da CVM (2019).

Nos valores das prestações de financiamento imobiliário estão inclusos encargos, tributos, seguros, juros que é o "preço a pagar pela utilização desses recursos, que incide sobre todo o saldo devedor da dívida" (BRASIL, 2019, p. 50) e, amortização que é "parte do capital que o devedor está devolvendo para a instituição financeira" (BRASIL, 2019, p. 50), por três principais tipos de sistema: Tabela Price, Sistema de Amortização Constante (SAC) e o Sistema de Amortização Crescente (SACRE).

Na Tabela Price as prestações são fixas, entretanto:

> [...] a distribuição entre amortização e pagamento de juros não é equivalente, pois os juros são decrescentes e a amortização, crescente. Nas primeiras parcelas, o devedor paga mais juros e pouco amortiza o capital. Nas parcelas finais, a amortização aumenta, restando poucos juros a pagar. (BRASIL, 2019, p. 50)

No Sistema de Amortização Constante (SAC) "o valor das prestações é decrescente, pois ele diminui ao longo do tempo. Entretanto, a amortização do capital é constante; o fator que ajusta o valor da prestação é o montante de juros". (BRASIL, 2019, p. 50)

E por último, no Sistema de Amortização Crescente (SACRE), o valor da prestação é decrescente, "o que ajuda o devedor a quitar a dívida. Se ele tiver capacidade financeira para pagar as primeiras parcelas, o peso da dívida diminuirá com o passar do tempo, considerando que o valor da prestação diminui". (BRASIL, 2019, p. 50)

Quanto a decisão do financiamento de um imóvel:

> Como se trata de um investimento de valor elevado, é muito difícil poupar dinheiro suficiente para comprar à vista. Sendo assim, assumir um financiamento de longo prazo, da modalidade crédito imobiliário, pode fazer sentido, principalmente quando a prestação desse financiamento substitui o pagamento do aluguel. Usar crédito para construir patrimônio é saudável, se bem planejado e observada sua capacidade de pagamento. (BRASIL, 2019, p. 55)

E também é relevante compreender a última modalidade de crédito que é o Arrendamento Mercantil ou Leasing, definido pelo Banco Central do Brasil (2022), como "um contrato entre o arrendador (pessoa jurídica que autoriza o uso de um bem móvel ou imóvel) e um arrendatário (pessoa física ou jurídica que usará esse bem)". (BRASIL, 2022, s.p.)

Essa modalidade tem particularidades específicas que devem ser analisadas antes da contratação, para verificar, conforme mencionado, qual a modalidade de crédito adequada diante do objetivo e necessidade do cidadão.

Ainda referente as modalidades, as taxas de juros aplicadas têm influência do risco de crédito da operação, conforme publicação da CVM (2019), quando o risco é elevado, "consequentemente, as taxas de juros praticadas no mercado são mais elevadas do que em outras modalidades" (BRASIL, 2019, p. 47), assim como, a garantia do contrato, também tem influência, pois em contratos com a garantia real, como exemplos: carro e veículo, a taxa de juros praticada é menor.

Para a operação de crédito são analisados fatores, quanto ao risco de crédito que inclusive impactam na taxa de juros praticada em cada modalidade:

- Garantia: quando existe um bem como garantia, como por exemplos: o financiamento de veículo por meio do Crédito Direto ao Consumidor (CDC) ou financiamento de imóvel que possuem alienação do bem até a quitação do contrato;
- Capacidade de pagamento: análise de fatores, como exemplos: rendimento mensal, fonte de renda, comprometimento de renda com outros compromissos financeiros, ou seja, a análise de risco da situação financeira, entre outros fatores;
- Histórico de inadimplência e atraso de pagamento;
- Credit Score: pontuação atribuída ao cliente por uma instituição, mediante à critérios estabelecidos por cada instituição.

A taxa de juros de um contrato está atrelada principalmente ao risco de crédito, modalidade e o tipo de garantia da operação, como por exemplo, a taxa de juros de financiamento de imóveis, a qual normalmente é menor, quando comparada com as taxas de

juros aplicadas em créditos rotativos, devido a alienação fiduciária em que a garantia é o bem financiado.

No âmbito de juros de uma operação de crédito, é relevante a compreensão da taxa de juros nominal que compreende a taxa contrata ou declara na operação financeira e, a taxa de juros efetiva é a que incide sobre a operação, ou seja, o valor real pago por uma operação considerando os juros e taxas da operação.

Ainda quanto aos juros, nos estudos dos documentos públicos de Educação Financeira do Brasil apresentados nesta tese, consta que a Matemática Financeira contribui para "conhecer as formas e fórmulas de cálculo e, devem ser priorizadas as possíveis reduções dos custos relativos ao crédito e aos juros com base na identificação de descontos, abatimentos, refinanciamentos e outros recursos que beneficiem o consumidor" (BRASIL, 2017, p. 74)

Outra informação contratual pertinente é a análise do Custo Efetivo Total (CET) que é uma taxa que compreende "todos os encargos e despesas incidentes nas operações de crédito e de arrendamento mercantil financeiro, contratadas ou ofertadas a pessoas físicas. O CET deve ser obrigatoriamente informado ao tomador do crédito, expresso na forma de taxa percentual anual". (Brasil, 2019, p. 46)

No contexto da contratação de crédito, também é relevante que o tomador compreenda se a modalidade escolhida, implica em descontos na liquidação antecipada total ou parcial de uma dívida antes de seu vencimento, como por exemplo, compreender as regras para uso de valores do FGTS que também pode ser utilizado para amortização e redução do prazo do contrato de financiamento de imóvel.

É imprescindível que o cidadão letrado financeiramente, antes da contratação de uma linha de crédito, análise e compreenda as características desse produto financeiro, ou seja, deverá analisar e compreender encargos, tributos, seguros, taxas inclusive de juros, despesas que implicam nas operações de crédito e data de pagamento.

Essas informações contribuem para minimizar ou excluir problemas que podem impactar no contexto de crédito, como por exemplo, a data do vencimento de uma parcela de um contrato de crédito, anteceder o dia do recebimento do salário e, o cidadão não dispor de outro recurso para liquidar essa parcela.

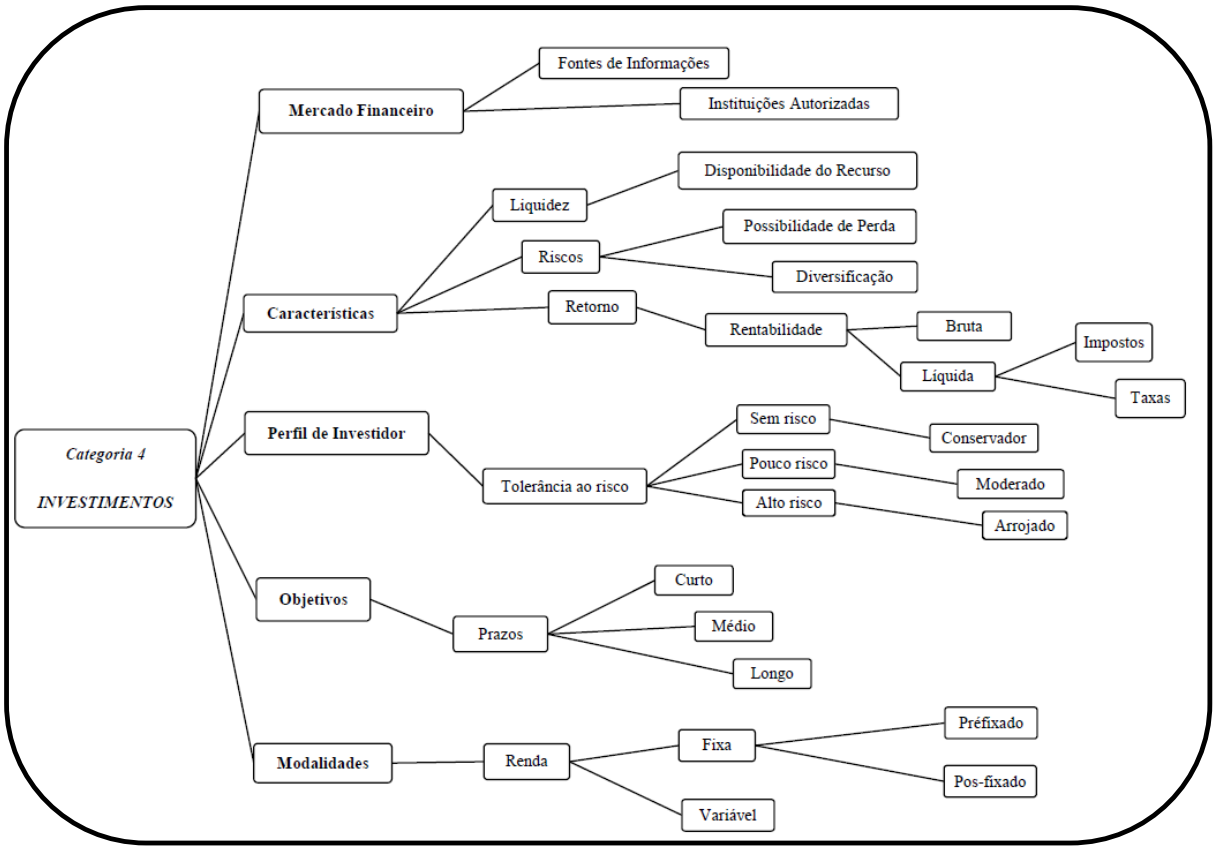
Neste contexto, o crédito pode ser uma fonte adicional de recursos que possibilita a antecipação do consumo de bens, produtos e serviços, entretanto, não deverá resultar em endividamento de risco, inadimplência e superendividamento, principalmente para casos de consumo de supérfluos e sem necessidade. Diante de compromissos financeiros em atraso, quando necessário, o cidadão letrado financeiramente deverá verificar junto ao credor a possibilidade de renegociação de dívida.

Em suma, o cidadão letrado financeiramente deverá avaliar a necessidade de contratação ou não do crédito, compreender as particularidades das diversas linhas de crédito disponíveis no mercado, desde a oferta, informações até a formalização da operação. Para posteriormente, escolher a modalidade mais adequada, considerando que o crédito pode contribuir para financiar bens e viabilizar emergências, entretanto, conforme a CVM (2019) “deve ser usado com parcimônia, em situações cujo benefício é relevante e justifica o pagamento de juros”. (BRASIL, 2019, p. 54)

## 6.2.4. Categoria 4 – Investimentos

A Categoria 4 – Investimentos compreende fontes de informações, características, perfil de investidor, objetivos e modalidades, conforme a Figura12:

**Figura 12 -** Categoria 4 – Investimentos




Fonte: Autor

A Categoria 4 – Investimentos está diretamente relacionada aos elementos apresentados nas categorias anteriores com destaque a Categoria 2 – Planejamento Financeiro, quanto ao ato de poupar, pois recursos destinados à formação e aumento de patrimônio, pode resultar no acúmulo de reservas financeiras direcionadas aos investimentos.

Para a compreensão da quarta categoria, mediante os elementos que foram apresentados, é pertinente salientar que o investimento "é a aplicação dos recursos que poupamos, com a expectativa de obtermos uma remuneração por essa aplicação" (BRASIL, 2013, p. 43).

Entretanto, existem modalidades de investimentos que não estão relacionados à produto financeiro e sim, como exemplos, a compra de um imóvel ou de um terreno, porém, nesta

categoria será abordado os investimentos que tange aplicações financeiras disponíveis no Mercado Financeiro.

Neste contexto, o investimento em Mercado Financeiro também é considerado nos documentos públicos primários de Educação Financeira, inclusive no Plano Diretor da ENEF, como um dos temas relevantes, pois "investir não é uma tarefa simples. Requer conhecimento, pesquisa, análise dos produtos de investimento e escolha do mais adequado ao perfil de risco e ao objetivo do investidor". (BRASIL, 2019, p. 58)

Para isso, o cidadão letrado financeiramente deverá investir adequadamente suas reservas, mediante informações de fontes e instituições autorizadas a realizar investimentos e, considerar os seguintes elementos: características, perfil de investidor, prazos e objetivos.

Iniciando com as características de investimentos que se referem a liquidez, risco e rentabilidade. Em que a liquidez "é a capacidade de transformar o capital investido em caixa, recursos disponíveis, a qualquer tempo, por um preço justo, ou seja, preço observado no mercado" (BRASIL, 2019, p. 60), é a possibilidade de um investimento, ser transformado em dinheiro a qualquer momento, por um preço justo.

O risco "é a probabilidade de ocorrência de perdas" (BRASIL, 2013, p. 44). E conforme orientações da CVM (2019), diversificar investimentos é uma das ações para diminuir o risco da carteira de investimentos, mediante a pulverização em diversos cenários econômicos.

Referente a rentabilidade esta é o "retorno, a remuneração do investimento" (BRASIL, 2013, p. 44). É importante salientar que para a escolha do investimento não deve ser considerada a rentabilidade passada (observada), pois esta não implica na rentabilidade futura (esperada) e, esta tem:

> A maneira correta de expressar essa estimativa de rentabilidade é utilizar um parâmetro, um índice de referência, para indicar a rentabilidade relativa a ele. Por exemplo, a rentabilidade esperada de um fundo multimercado, no longo prazo, é de 120% da taxa DI. (BRASIL, 2019, p. 61)

Nesse contexto, conforme publicado pela CVM (2019) é pertinente compreender que existe a rentabilidade bruta de uma aplicação, a qual antecede o desconto do Imposto de Renda e de custos da operação de investimento e, a rentabilidade líquida que é "auferida pelo investidor após o desconto do imposto de renda (IR), na fonte e/ou na declaração de ajuste anual

do IR e dos custos transacionais, tais como taxa de administração, corretagem, taxa de custódia e comissões.” (BRASIL, 2019, p. 61)

Posteriormente a compreensão dessas características, é imprescindível que o cidadão saiba o seu perfil de investidor, para que sua escolha seja consciente e compatível com o perfil de risco, que compreende a “disposição para aceitar riscos, sua preferência por liquidez e expectativa de rentabilidade” (BRASIL, 2013, p. 44). E, podem ser classificados em três tipos:

- Conservador: “privilegia a segurança e faz todo o possível para diminuir o risco de perdas, aceitando, inclusive, uma rentabilidade menor” (BRASIL, 2013, p. 44), ou seja, não está disposto a correr riscos;
- Moderado: “procura um equilíbrio entre segurança e rentabilidade e está disposto a correr certo risco para que o seu dinheiro renda um pouco mais do que as aplicações mais seguras” (BRASIL, 2013, p. 44), ou seja, está disposto a correr pouco risco;
- Arrojado: “privilegia a rentabilidade e é capaz de correr grandes riscos para que seu investimento renda o máximo possível” (BRASIL, 2013, p. 44), ou seja, está disposto a correr alto risco.

E os prazos, os quais devem ser considerados mediante os objetivos propostos, pois “objetivos diferentes podem implicar modalidades diferentes de investimentos, aceitar ou não riscos diferentes e necessidades diferentes de liquidez” (BRASIL, 2013, p. 45), em que os investimentos podem ser para curto, médio e longos prazos.

As modalidades de investimentos podem ser de dois tipos: renda fixa e renda variável. Os investimentos de renda fixa são aqueles que “pagam, em períodos definidos, a remuneração correspondente a determinada taxa de juros” (BRASIL, 2013, p. 46).

Neste contexto, é relevante destacar que a rentabilidade de investimento de renda fixa, está atrelada a taxa de juros que ser de dois tipos: prefixada em que o “o investidor sabe, no momento da compra, o montante em reais que receberá no vencimento. São títulos com juros fixos, estabelecidos no momento de seu lançamento ao público” (BRASIL, 2019, p. 77), ou pós-fixados que está atrelada a taxa SELIC, IPCA entre outras.

E os de renda variável são os investimentos “cuja remuneração não pode ser dimensionada no momento da aplicação. Envolvem riscos maiores, pois, além do risco de crédito, existe também o risco associado à rentabilidade incerta” (BRASIL, 2013, p. 46)

Referente as modalidades de investimentos de renda fixa e renda variável, é possível destacar algumas aplicações no Mercado Financeiro, como exemplos:

- Certificado de Depósito Bancário: “O CDB é um título representativo de um empréstimo que o investidor faz para uma instituição bancária, por prazo determinado. Em troca, recebe uma taxa de juros, pré ou pós-fixada, definida no momento da compra.” (BRASIL, 2019, p. 83);
- Derivativos: “é um contrato em que as partes definem pagamentos futuros com base no comportamento dos preços de um ativo financeiro (taxa de juros, taxa de câmbio, ações) ou de uma commodity (petróleo, soja etc.), denominado ativo-objeto do contrato”. (BRASIL, 2019, p. 97-98);
- Fundos de Investimentos: “É um instrumento de investimento coletivo que reúne recursos financeiros de diversos investidores, com um objetivo em comum. Os recursos financeiros são aplicados em nome do fundo” (BRASIL, 2019, p. 99);
- Mercado de Ações: “é o ambiente em que empresas de capital aberto negociam frações de seu capital social” (BRASIL, 2019, p. 102). As operações ocorrem em Bolsa de Valores;
- Tesouro Direto: títulos públicos federais para pessoas físicas “com diferentes tipos de rentabilidade (prefixada, ligada à variação da inflação ou à variação da taxa de juros básica da economia – Selic)”. (BRASIL, 2019, p. 95)

Outros fatores que diferem os investimentos são taxas de administração, formas de tributação, taxa de corretagem e outros valores que podem impactar a rentabilidade do investimento, portanto, o cidadão letrado financeiramente deverá compreender todos os elementos que podem impactar o seu lucro, antes de realizar a aplicação do recurso.

Nessa Categoria 4 – Investimentos não houve a pretensão de elucidar modalidades de investimentos devido a sua magnitude, e sim, apresentar os que o cidadão letrado financeiramente deverá considerar para realizar qualquer tipo de investimento e, posteriormente, verificar a modalidade de acordo com os seus interesses, ou seja, deverá compreender qual aplicação financeira é mais conveniente diante das suas expectativas.

E por fim, diante dos estudos dos documentos públicos apresentados, é relevante inferir que o cidadão letrado financeiramente deve compreender os elementos disponíveis na Categoria 4 – Investimentos, para ter informações pertinentes aos investimentos, e assim, formular “decisões adequadas ao seu perfil e aos seus objetivos de vida”. (BRASIL, 2017, p. 57)

# CAPÍTULO 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa é um estudo teórico da Educação Financeira no Brasil, mediante a apresentação e análise dos documentos públicos que regem esta temática e a abordagem no ambiente escolar, desde a Escola Básica até aplicação desses conhecimentos em situações do cotidiano na vida adulta.

Neste contexto, o objetivo geral apresentado nesta tese foi identificar os elementos que constam nos documentos públicos da Educação Financeira no Brasil, para categorizar o Letramento Financeiro.

E a questão de pesquisa: A partir do estudo dos documentos públicos da Educação Financeira no Brasil, que elementos permitem categorizar o Letramento Financeiro?, a qual está em conformidade com os seguintes aspectos de valoração: viabilidade, relevância, novidade, exequibilidade e oportunidade.

Diante do objetivo geral apresentado e para responder a referida questão de pesquisa, foi utilizada a metodologia de pesquisa documental, pois os documentos públicos intitulados: Deliberação, os seis anexos: Pesquisa Nacional do Grau de Educação Financeira da População Brasileira, Inventário de Educação Financeira, Experiências Internacionais, Orientações para a Educação Financeira nas Escolas, Programas Setoriais e, Orientações para a Educação Financeira de Adultos, e o Plano Diretor da Estratégia Nacional de Educação Financeira do Brasil, foram analisados, pois são primários e não tiveram nenhum tipo de tratamento analítico.

Para a análise dos documentos supracitados de Educação Financeira do Brasil, foi utilizada a análise de conteúdo, mediante os critérios embasados na definição de Educação Financeira Escolar, para identificar nas habilidades da componente curricular Matemática da BNCC os contextos, que conduziram a busca dos elementos identificados nos estudos dos documentos públicos e primários de Educação Financeira do Brasil, posteriormente, foram organizados e categorizados.

Anteriormente a resposta da questão de pesquisa, é relevante ressaltar alguns apontamentos acerca dos estudos realizados nesta tese. Iniciando com a Revisão da Literatura, a qual possibilitou constatar por meio do mapeamento apresentado, a ausência de pesquisa no âmbito dos elementos do Letramento Financeiro.

Dessa forma, esta tese contribui para a academia no que tange essa temática. Entretanto, devido à magnitude de possibilidades de abordagens, e a importância para a vida dos cidadãos, o Letramento Financeiro é um tema para futuras pesquisas em diversas áreas.

Nesta Revisão de Literatura foram apresentadas pesquisas que contribuíram para a estrutura e desenvolvimento desta tese. Neste contexto, é relevante retomar a pesquisa de Ferreira (2019), que abordou elementos pertinentes à financiamento e empréstimo, assim como, destacou a necessidade de pesquisas no âmbito do Letramento Financeiro.

Os resultados de Ferreira (2019) também corroboram diretamente com a Categoria 3 – Créditos desenvolvida nesta tese e, viabiliza a possibilidade de uma nova pesquisa do Modelo Epistemológico de Referência considerando os elementos que compõem a Categoria 3 – Créditos.

A dissertação Trindade (2017), após a elaboração e análise dos cinco critérios de propostas das atividades que abordam: situações do cotidiano incluindo o consumo e atitudes éticas, reflexões acerca do Planejamento Financeiro nos prazos curto, médio e longo, os fenômenos de natureza social, natural, sustentável ou econômicas e, o consumo consciente, concluiu que estes critérios contribuem e viabilizam o Letramento Financeiro até o término da Educação Básica.

Dessa forma, os elementos e as quatro categorias do Letramento Financeiro desenvolvidos nesta tese, estão em conformidade com os resultados de Trindade (2017) e de Coutinho e Campos (2018), com a abordagem de um conjunto de conceitos, conhecimentos e atitudes, que contemplam: conceitos básicos do Mercado Financeiro, vida financeira pessoal, planejamento, orçamento, poupança, aposentadoria, consciência para: consumo, uso de crédito, financiamento e, por fim, a gestão financeira pessoal.

Referente a pesquisa de Silva e Powell (2013) quanto a definição de Educação Financeira Escolar, foi de suma importância para esta tese, pois mediante a esta definição, foram estabelecidos critérios de busca nas habilidades da componente curricular Matemática da BNCC.

Quanto a revisão do documento do PISA referente a Avaliação de Letramento Financeiro, é relevante destacar que os conteúdos e contextos estão em conformidade com os elementos e categorias desenvolvidos nesta tese.

Ainda referente ao PISA, com os resultados encontrados nesta tese é possível inferir que os Níveis de Proficiência em Letramento Financeiro podem ser mensurados mediante a uma avaliação qualitativa para verificar o que o cidadão consegue reconhecer, compreender, analisar, manipular e ter autonomia para avaliar e tomar decisões pertinentes aos elementos do Letramento Financeiro.

Referente ao breve estudo da origem, história e evolução de termos financeiros e econômicos, foi relevante para a compreensão que o comércio e as necessidades que transcendem os tempos, contribuíram para a evolução e termos financeiros utilizados na atualidade.

O estudo da implantação, história e percurso da Educação Financeira no Brasil, foi de suma importância para esta tese, pois este permitiu o planejamento e consulta aos documentos públicos da Educação Financeira disponíveis no site da ENEF, o qual possibilitou compreender que: a instituição do COREMEC no ano de 2006, a criação de um Grupo de Trabalho que apresentou como resultado uma proposta de ENEF, posteriormente no ano de 2008 a publicação dos objetivos e diretrizes da ENEF, No ano de 2010 o Decreto nº 7.397 da ENEF e suas implementações, inclusive o CONEF com os objetivos relacionados à programas, ações, planos e coordenação da ENEF e, por último o Decreto nº 10.393 do ano de 2020, revogando o Decreto nº 7.397 da ENEF com a instituição da Nova ENEF e o FBEF.

Esse estudo cronológico do percurso da Educação Financeira no Brasil, possibilitou os resultados dessa tese e, poderá contribuir para outras pesquisas com novas abordagens e vertentes, as quais podem explorar novos caminhos para a evolução desta temática no país.

Em resposta a questão de pesquisa desta tese, os estudos dos documentos públicos e primários apresentados e analisados, viabilizaram inferir que os elementos do Letramento Financeiro são: deveres e direitos financeiros, conceitos básicos de economia, Sistema Financeiro Nacional, prazos, orçamento, Gestão de Risco, tomador de crédito, capacidade de pagamento, finalidade de crédito, grupos de crédito, informações contratuais de crédito, Mercado Financeiro, características de investimentos, perfil de investidor, objetivos de investimentos e modalidades de investimentos.

Esses elementos estão dispostos nas categorias desenvolvidas nesta tese, são elas: Categoria 1 – Cidadania Financeira, Categoria 2 – Planejamento Financeiro, Categoria 3 – Créditos e Categoria 4 – Investimentos, as quais caracterizam o Letramento Financeiro.

Cada categoria e seus respectivos elementos podem ser mensurados mediante a proposta de Níveis de Proficiência em Letramento Financeiro, os quais estão relacionados com a competência que compreende: conhecimentos (saber), habilidades (saber fazer) e atitudes (querer ser / querer agir) do cidadão.

Nesse contexto, é possível relacionar as competências com os Níveis de Proficiência em Letramento Financeiro, em que o Nível 0 – Reconhecimento e Nível 1 – Compreensão referem-se ao conhecimento, ou seja, o saber. O Nível 2 – Análise e Nível 3 – Manipulação, compreendem o saber fazer e, o Nível 4 – Autonomia, o querer ser e querer agir.

A Educação Financeira e o Letramento Financeiro são inesgotáveis quanto as abordagens e possibilidades de estudos e pesquisas em diversas áreas, propostas públicas e privadas, políticas públicas entre outros fatores, os quais devem contribuir para que a população seja efetivamente educada e letrada financeiramente. Pois desta forma, as pessoas que praticam a cidadania financeira, façam planejamentos de suas vidas financeiras, compreendem o uso do crédito e desenvolvem a capacidade de realizar investimentos, contribuam para a reduzir a taxa de juros estrutural da economia, utilizem o crédito com consciência, implicando na redução de custos relativos ao custo do crédito e, assim combatendo o superendividamento e a inadimplência.

Penso que a educação é o caminho para o progresso de um país, portanto, a qualidade e constante melhora desta deve ser incansavelmente o olhar de pesquisadores, isso de forma nenhuma ignorando ou classificando com qualquer grau de importância qualquer área. A prova disso é o que o mundo viveu e ainda vivemos em relação a COVID, na qual a ciência, pesquisa e pesquisadores foram imprescindíveis para a pandemia mundial.

Desejo e tento fazer a minha parte para contribuir com um país que tenha governantes que compreendam que Educação é a base! Portanto, clamo para que os governantes tenham a consciência, importância, e premissa de uma educação verdadeiramente de qualidade.

Finalizo essa tese, com a frase de autoria do admirável, respeitado e por muitas vezes, nos últimos tempo, injustiçado, um brasileiro que realmente “fez” pela educação do Brasil e por toda sua contribuição com nação:

*“Sendo professor, nunca te falte consciência de classe nem compromisso social.”*

*Paulo Freire*

# REFERÊNCIAS


ALMOULOUD, S; CAMPOS, C. R; COUTINHO, C. Q; GAITA, C; SILVA, M. J. F. **Educação Matemática: epistemologia, didática e tecnologia**. São Paulo. Editora Livraria da Física, São Paulo, 2018.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Edições 70, Lisboa, Portugal, 1977.

BRASIL. Caixa Econômica Federal**. Microcrédito Produtivo Orientado Caixa.** Disponível em: <https://www.caixa.gov.br/empresa/microfinancas/empreendedores-informais/microcredito-produtivo-orientado/Paginas/default.aspx#:~:text=%C3%89%20um%20empr%C3%A9stimo%20para%20micro,o%20local%20onde%20voc%C3%AA%20trabalha.>. Acesso em: 26 de nov. de 2022.

_____. CAPES. **Sobre a CAPES.** Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/sobre-a-cap>. Acesso em: 28 de out. de 2022.

_____. **Cidadania financeira: Entenda o juro**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/cidadaniafinanceira/entendajuro>. Acesso em: 20 de jun. de 2022.

_____. **Cidadania financeira: Estudos sobre Educação, Proteção e Inclusão: Endividamento de Risco no Brasil**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/serie_cidadania/serie_cidadania_financeira_6_endividamento_risco.pdf >. Acesso em: 14 de set. de 2022.

_____. **Cidadania financeira: Quero aprender a poupar e investir**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/cidadaniafinanceira/poupar_investir>. Acesso em: 20 de jun. de 2022.

_____. Comissão de Valores Mobiliários. **Planejamento Financeiro Pessoal**. Associação Brasileira de Planejadores Financeiros. Rio de Janeiro. 2019. Disponível em: <https://www.investidor.gov.br/portaldoinvestidor/export/sites/portaldoinvestidor/publicacao/Livro/livro_TOP_planejamento_financeiro_pessoal.pdf>. Acesso em: 20 de nov. de 2022.

_____. **Estratégia Nacional de Educação Financeira – Plano Diretor da ENEF.** 2010. Disponível em: <http://www.vidaedinheiro.gov.br/Imagens/PlanoDiretorENEF.pdf>. Acesso em: 07 de jan. de 2021.

_____. **Estratégia Nacional de Educação Financeira – Plano Diretor da ENEF: Anexos.** 2011b. Disponível em: <http://www.vidaedinheiro.gov.br/docs/PlanoDiretorENEF1.pdf>. Acesso em: 07 de janeiro de 2021.

_____. **Estudos Especiais do Banco Central: Efeito da inadimplência nas taxas de juros**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/conteudo/relatorioinflacao/EstudosEspeciais/Efeito_inadimplencia_taxas_juros.pdf>. Acesso em: 14 de set. de 2022.

_____. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira: O que é o PISA**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/o-que-e-o-pisa/21206>. Acesso em: 10 de ago. de 2021.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 07 de mar 2021.

_____. **PISA 2021: Matriz de Referência de Análise e de Avaliação de Letramento Financeiro**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/pisa>. Acesso em: 14 de set. de 2021.

_____. **Política Monetária**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao>. Acesso em: 20 de jul. de 2022.

_____. **Série Cidadania Financeira: Estudos sobre Educação, Proteção e Inclusão**. Nº 5. 2017. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/serie_cidadania/serie_cidadania_financeira_pesquisa_infe_br_%200443_2017.pdf>. Acesso em: 12 de dez. de 2020.

_____. **Auditoria Cidadã da Dívida: O que é dívida pública?**. Disponível em: <https://auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2013/10/FAQ-Auditoria-Cidad%C3%A3.pdf>. Acesso em: 25 de jun. de 2022.

_____. Banco Central do Brasil. **Caderno de Educação Financeira: Gestão de Finanças Pessoais**. 2013. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/Cuidando_do_seu_dinheiro_Gestao_de_Financas_Pessoais/caderno_cidadania_financeira.pdf>. Acesso em: 05 de jan. de 2021.

_____. **Base Nacional Comum Curricular: Educação é a base.** Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf.> Acesso em: 15 de set. de 2020.

_____. Caixa Econômica Federal. **Encargos Sociais**. Disponível em: <www.fumec.sp.gov.br>. Acesso em: 20 de set. de 2022.

_____. **Câmbio e Capitais Internacionais: O que é câmbio?** Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/oqueecambio>. Acesso em: 20 de jun. de 2022.

_____. CASA CIVIL. **Sobre a OCDE**. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/ocde/sobre-a-ocde-1>. Acesso em: 23 de mar. de 2022.

_____. **Cidadania financeira: Como eu faço um orçamento pessoal ou familiar.** Disponível em: < https://www.bcb.gov.br/cidadaniafinanceira/cidadania_como_orcamento>. Acesso em: 08 de set. de 2022.

_____. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. **Parecer nº 11, de 7 de outubro de 2010**. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de dezembro de 2010, seção 1, p. 28. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6324-pceb011-10&category_slug=agosto-2010-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 15 de ago. de 2021.

_____. **Consolidação das Leis do Trabalho – 1943.** Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEL&numero=5452&ano=1943&ato=7da0TWq5kMjpmT218>. Acesso em: 19 de nov. de 2022.

_____. **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior** (CAPES). Disponível: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>. Acesso em: 01 de maio 2020.

_____. **Decreto 10.393 – 2020**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10393.htm>. Acesso em: 09 de dez. de 2021.

_____. **Decreto 10.393 – 2020**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10393.htm>. Acesso em: 09 de dez. de 2021.

_____. **Decreto 5.685 – 2006**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5685.htm>. Acesso em: 16 de mar. de 2020.

_____. **Decreto 7.397 – 2010.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7397.htm>. Acesso em: 24 de mar. de 2020.

_____. **Deliberação 3 – 2007**. Disponível em: <http://www.previc.gov.br/regulacao/normas/deliberacoes/coremec/deliberacao-coremec-no-3-de-31-de-maio-de-2007.pdf/view>. Acesso em: 19 de mar. de 2020.

_____. **Deliberação 5 – 2008**. Disponível em: <http://www.previc.gov.br/regulacao/normas/deliberacoes/coremec/deliberacao-coremec-no-5-de-26-de-junho-de-2008.pdf/view>. Acesso em: 20 de mar. de 2020.

_____. **Educação Superior: conceitos, definições e classificações**. MEC – Ministério da Educação, 2000. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485287/Educa%C3%A7%C3%A3o+superior+conceitos%2C+defini%C3%A7%C3%B5es+e+classifica%C3%A7%C3%B5es/378ec098-0d71-4465-bd54-45abbd17c53f?version=1.3.>. Acesso em: 12 de maio de 2020.

_____. **Estabilidade Financeira: Política Cambial**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/politicacambial>. Acesso em: 20 de jun. de 2022.

_____. **Estabilidade Financeira: Sistema Financeiro Nacional.** Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/sfn>. Acesso em: 25 de jun. de 2022.

_____. **Estratégia Nacional de Educação Financeira: Coordenação.** Disponível em: <https://www.vidaedinheiro.gov.br/coordenacao/>. Acesso em: 22 de outubro de 2022.

_____. **Estudos Especiais do Banco Central: Indicadores de endividamento de risco e perfil do tomador de crédito.** Disponível em: < https://www.bcb.gov.br/conteudo/relatorioinflacao/EstudosEspeciais/EE080_Indicadores_de_endividamento_de_risco_e_perfil_do_tomador_de_credito.pdf>. Acesso em: 14 de set. de 2022.

_____. **História do Banco Central**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/historia/historiabc/historia_bc.asp?frame=1#:~:text=Em%20dezembro%20de%201964%2C%20a,90%20dias%20ap%C3%B3s%20sua%20publica%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 08 de fev. de 2021.

_____. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/acesso-informacao/institucional/o-ibge.html>. Acesso em: 20 de jul. de 2022.

_____. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Produto Interno Bruto: PIB**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>. Acesso em: 20 de jul. de 2022.

_____. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira: INEP**. Disponível em:< https://dados.gov.br/organization/about/instituto-nacional-de-estudos-e-pesquisas-educacionais-anisio-teixeira-inep>. Acesso em: 27 de jun. de 2022.

_____. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais**. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/internacional/pisa/2010/letramento_cientifico.pdf.> Acesso em: 03 de junho de 2020.

_____. **Lei 13.415 – 2017**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm#art1>. Acesso em 27 de jun. de 2022.

_____. **Lei 17.525 – 2022.** Disponível em: < http://dobuscadireta.imprensaoficial.com.br/default.aspx?DataPublicacao=20220324&Caderno=DOE-I&NumeroPagina=1>. Acesso em: 27 de out. de 2022.

_____. Ministério da Economia. **Imposto sobre a renda das pessoas físicas.** Disponível em: < https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/orientacao-tributaria/tributos/irpf-imposto-de-renda-pessoa-fisica >. Acesso em: 19 de nov. de 2022.

_____. Ministério da Economia. **Tesouro Nacional: Sobre Política Fiscal.** Disponível em: <https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/estatisticas-fiscais-e-planejamento/sobre-politica-fiscal>. Acesso em: 20 de jul. de 2022.

_____. **O que é cidadania financeira? Definições, papel dos atores e possíveis ações.** Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/Informacoes_gerais/conceito_cidadania_financeira.pdf>. Acesso em: 14 de abril de 2022.

_____. **O que é inflação?** Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/oqueinflacao%0A>. Acesso em: 18 de jun. de 2022.

_____. **Origem do Dinheiro**. 2011. Disponível em: <http://www.casadamoeda.gov.br/portal/a-empresa/sobre-a-cmb/origem-do-dinheiro.html.> Acesso em: 08 de jun. de 2019.

_____. **Parecer nº 11, de 7 de outubro de 2010**. Diário Oficial da União. Brasília, 9 de dezembro 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov/inde.php?option=com_docman&view+dowlnload&alias=6324-pceb011-10&category_slug=agosto-2010-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 18 de fev. de 2022.

_____. **Parecer nº 3, de 10 de março de 2004**. Diário Oficial da União. Brasília, 19 de março de 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov/dmdocuments/cnecp_003.pdf>. Acesso em: 18 de fev. de 2022.

_____. **PISA: OCDE define aplicação do Pisa para 2022.** Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/acoes-internacionais/ocde-define-aplicacao-do-pisa-para-2022>. Acesso em: 28 de jun. de 2022.

_____. **Política Monetária: Taxa Selic**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/taxaselic>. Acesso em 20 de jul. de 2022.

_____. Superintendência de Seguros Privados. **DPVAT**. Disponível em: <https://www.gov.br/susep/pt-br/planos-e-produtos/seguros/dpvat#:~:text=%C3%89%20o%20Seguro%20Obrigat%C3%B3rio%20de,de%20quem%20seja%20a%20culpa>. Acesso em: 20 de nov. de 2022.

_____. **Tribunal Superior do Trabalho - Justiça do Trabalho**. 2020. Disponível em: <https://www.tst.jus.br/noticia-destaque-visualizacao/-/asset_publisher/89Dk/content/reportagem-especial-historia-do-alario#:~:text=REP%C3%93RTER%20%2D%20Mas%20e%20a%20palavra,o%20historiador%2C%20Arnaldo%20de%20Castro>. Acesso em: 02 de fev. de 2021.

_____. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília**, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm ww.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituição>. Acesso em: 12 de abr. de 2021.

CORREA, C. H. **Diferenciais de gênero no letramento financeiro de candidatos ao Exame Nacional do Ensino Médio**. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2012.

COSTA, A.; FARIA, L. **Aprendizagem social e emocional: reflexões sobre a teoria e a prática na escola portuguesa**. Análise Psicológica, v. 31, n. 4, p. 407, 2013.

ESCOLA. Brasil Escola. **Câmbio**; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/economia/cambio.htm>. Acesso em: 18 de jul. de 2022.

_____. Brasil Escola. **História da Moeda**. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/historia/historia-da-moeda.htm>. Acesso em: 02 de fev. de 2021.

FELLINI, E. A. **Analisando e contribuindo com o ensino de matemática financeira em nível básico**. Dissertação de Mestrado Profissional - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Paraná, 2017.

FERREIRA, V. D. T**. As Contribuições de uma Sequência Didática Elaborada à Luz do Modelo Epistemológico de Referência (MER), na Construção dos Conhecimentos Relativos à Educação Financeira.** Tese de Doutorado - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

FIORENTINI, D.; LORENZATO, S. **Investigação em educação matemática: percursos teóricos e metodológicos**. Campinas, Autores Associados, 3ª Edição, p. 5, 2012.

FRANKENBERG, Louis. **Seu Futuro Financeiro**. Rio de Janeiro: Ed. Campus. 1999.

FREITAS, C. M. **Abordagem financeira no ensino básico e sua importância nas avaliações do ensino e na percepção de erros em publicações**. Dissertação de Mestrado Profissional - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

FREITAS, S. F. **A educação financeira no ensino fundamental e o desenvolvimento de atividades para o 9º ano.** Dissertação de Mestrado Profissional - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Paraná, 2020.

GALVÃO, M. C. B. **O levantamento bibliográfico e a pesquisa científica. Fundamentos de epidemiologia**, 2ª. ed., 2010.

GONÇALVES, J. P. **A História da Matemática Comercial e Financeira**. 2005. Disponível em: <http://www.somatematica.com.br/historia/matfinanceira.php>. Acesso em: 23 de maio de 2019.

GRANDO, N. I; SCHNEIDER, I. J. **Matemática Financeira: Alguns Elementos Históricos e Contemporâneos**. Revista Zetetiké – FE. UNICAMP. Campinas, São Paulo, v. 18, n. 33, 2010, p. 43-62.

HOFMANN, R. M. **Educação financeira no currículo escolar: uma análise comparativa das iniciativas da Inglaterra e da França**. Tese de Doutorado - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

KUNTZ, E. R. **A Matemática Financeira no Ensino Médio como fator de fomento da educação financeira: resolução de problemas e letramento financeiro em um contexto crítico**. Dissertação de Mestrado - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A Construção do Saber**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LEAL, T. F.; ALBUQUERQUE, E. B. C.; MORAIS, A. G. **Alfabetizar letrando na EJA**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

MELLO, C. H. P. **Metodologia de Pesquisa**, Universidade Federal de Itajubá, 2007.

NASSER, L. SANT'ANNA, N. F. P. **Geometria segundo a teoria de van Hiele**. Rio de Janeiro, 2010.

OCDE - Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico. **Recommendation Principles and Good Pratices for Financial Education and Awareness.** Recommendation of the Council. OCDE. Paris, 2004. Disponível em <http://www.oecd.org>. Acesso em: 15 de ago. de 2019

_____. **Financial Education Project. Assessoria de Comunicação Social**, 2009. Disponível em: <http://www.ocde.org/>. Acesso em: 15 de ago. de 2019.

_____. **Contributions to the G20**. 2013. Disponível em: <http://www.ocde.org/>. Acesso em: Acesso em: 15 de ago. de 2019.

_____. **Financial Education Project. Assessoria de Comunicação Social,** 2009. Disponível em: <http://www.ocde.org/>. Acesso em: 15 de agosto de 2019.

_____. **Improving Financial Literacy. Analysis of Issues and Policies**. Paris. 2005.

_____. **International Survey of Adults Financial Literacy Competencies**. Paris. OECD Publishing, 2016d. Disponível em: <http://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/OECD-INFE-International-Survey-of-Adult-Financial-Literacy-Competencies.pdf>. Acesso em: 21 de ago. de 2021.

_____. **PISA 2012: Technical Report**. Paris. OECD Publishing, 2014c. Disponível em: <http://www.oecd.org/pisa/pisaproducts/pisa2012technicalreport.htm>. Acesso em: 21 de ago. de 2021.

_____. **PISA 2015: Results (volume iv): Students' Financial Literacy**. Paris. OECD. Publishing, 2017d.

_____. **PISA 2021: Financial Literacy Analytical and Assessment Framework.** Paris. OECD Publishing, 2019. Disponível em: <https://www.oecd.org/pisa/sitedocument/PISA-2021-Financial-Literacy-Framework.pdf>. Acesso em: 12 de dez. de 2021.

OLIVARES, V. S. **Educação Financeira: proposta de um curso para docentes de matemática do Ensino Médio**. Dissertação em Mestrado Profissional - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, São Paulo, 2021.

ORTON, L. **Financial Literacy: Lessons from international experience.** Canadian Policy Research Network – CPRN research Report. 2007.

ROBERT, J. **A Origem do Dinheiro**. 2. ed. São Paulo: Global, 1989.

SANTICIOLI, J. S. **Educação financeira no ensino médio: uma proposta assistida por jogos sérios**. Dissertação de Mestrado Profissional - Instituto Federal de Educação e Tecnologia do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2020.

SANTOS FILHO, M. J. **Sequências Didáticas para a Inserção do Ensino da Matemática Financeira no Ensino Básico: A questão do letramento financeiro**. Dissertação de Mestrado Profissional - Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2015.

SANTOS, I. S. D. M. **Educação financeira no ensino médio integral e integrado: um estudo da própria prática**. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Itajubá, Minas Gerais, 2021.

SANTOS, M. S. **Educação financeira: proposta para o ensino básico contemplando as exigências da BNCC**. Dissertação de Mestrado Profissional - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Minas Gerais, 2021.

SAVELLI, C. C. **Educação Financeira Escolar: O caso de uma escola pública do município de Joinville (SC)**. Dissertação de Mestrado Profissional – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2021.

SENA, F. D. L. **Educação Financeira e Estatística: estudo de estruturas de letramento e pensamento.** Dissertação de Mestrado -Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

SERASA. **Educação Financeira: O que é tributo e qual é a diferença entre taxa e imposto?**. Disponível em: <https://www.serasa.com.br/ensina/te-explica/o-que-e-tributo-e-qual-e-a-diferenca-entre-taxa-e-imposto>. Acesso em: 25 de jul. de 2022.

SILVA, A. M; POWELL, A. B. **Um Programa de Educação Financeira para a Matemática Escolar na Educação Básica.** 2013. Artigo (Anais do XI Encontro Nacional de Educação Matemática, Educação Matemática: Retrospectiva e Perspectivas). Curitiba, Paraná, 18 a 21 de julho de 2013.

SOARES, M. **Letramento e alfabetização: as muitas facetas.** Revista Brasileira de Educação, Minas Gerais, n. 25, jan.-abr./2004, p. 5-17.

SOARES, M. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 1998.

SOUZA, A. C. **Educação Financeira**. Dissertação de Mestrado Profissional - Universidade Federal da Paraíba, 2021.

SOUZA, E. C. **Aprendizagem baseada em projetos: uma proposta para educação financeira**. Dissertação de Mestrado Profissional - Universidade Federal de Jataí, Goiás, 2021.

SOUZA, G. F. **O Letramento Financeiro e a Matemática Financeira Básica no Ensino Fundamental**. Dissertação de Mestrado - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. 2016.

TEIXEIRA, J. **Um estudo diagnóstico sobre a percepção da relação entre educação financeira e matemática financeira**. Tese de Doutorado - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

TOLEDO, R. A. **Matemática financeira empreendedora: uma proposta de ensino, desenvolvendo a educação financeira e o empreendedorismo pessoal**. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2020.

TRINDADE, L. B. **A educação financeira nos anos finais da educação básica: uma análise na perspectiva do livro didático**. Dissertação de Mestrado - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

VIEIRA, T. V. **Um estudo sobre a formação e atuação dos professores de Matemática em relação à Educação Financeira nos municípios de Carangola–MG, Dores do Rio Preto–ES e Espera Feliz–MG**. Dissertação de Mestrado Profissional – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2019.